

PEDRO PORTOCARRERO PINHEIRO

**PARA ENTENDER O FENÔMENO CARTER: GOVERNO, PARTIDO E  
MOVIMENTOS SOCIAIS NUM CONTEXTO DE CRISE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Orientador:

Prof. Dr. Cecília da Silva Azevedo

Banca de avaliação:

Prof. Dr. Flávio Limoncic

Prof. Dr. Thaddeus Gregory Blanchette

Suplentes:

Prof. Dr. Sabrina Medeiros

Prof. Dr. Marco Pamplona

Niterói

2013

## **AGRADECIMENTOS**

A minha orientadora, Cecília da Silva Azevedo, pelo apoio inestimável e pela confiança em mim depositada.

Aos professores Flávio Limonic e Thaddeus Blanchette, pelos valorosos conselhos e pela disposição em participar da avaliação deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF), bem como ao CNPq e à FAPERJ por acreditarem neste trabalho e viabilizá-lo financeiramente.

A todos os que me acompanharam, de perto ou de longe, nesta jornada, pela paciência, compreensão, ajuda e troca de ideias nos momentos mais difíceis.

## RESUMO

Este trabalho procura dar conta da ascensão de Jimmy Carter dentro do Partido Democrata, no caminho percorrido por ele até chegar à presidência dos EUA. Não se trata, contudo, de uma biografia; o trabalho procura inserir a trajetória pessoal de Carter no contexto maior das transformações políticas, sociais e econômicas pelas quais passavam os EUA na década de 70. Para tanto, concebemos uma tríade de atores sociais, composta por militantes profissionais do partido, integrantes de movimentos sociais e funcionários tecnocratas da área econômica. Nosso objetivo é observar pontos de interação e atritos entre esses agentes, dentro e fora do governo, de modo a compreender a formação de uma cultura política específica do Partido Democrata, cuja origem está no seu processo de nacionalização e unificação. Procuramos ainda relacionar a crise de governabilidade enfrentada por Carter durante seu mandato com as estratégias legislativas do governo, as condicionantes econômicas e políticas do período, e a percepção do governo e da liderança pessoal de Carter por parte da opinião pública.

Palavras-chave: culturas políticas, Jimmy Carter, Partido Democrata, EUA anos 70

## **ABSTRACT**

This study is an attempt to understand the rise of Jimmy Carter inside the Democratic Party, on his way to the presidency of the United States. It isn't a biography, however; this work tries to frame Carter's personal path inside the larger context of the political, social and economic changes of United States during the 70's. For this purpose, we conceived a triad of social actors, composed by professional politicians of the party, members of social movements and technocrats of the economic area. Our goal is to observe points of interaction and conflicts among these agents, inside and outside the government, in order to understand the building of a political culture that is specific of the Democratic Party, whose origin is related to its process of nationalization and unification. We try also to relate the crisis of governability faced by Carter during his term with the legislative strategies of the administration, the economic and political constraints of the period, and the perception of the government and of Carter's personal leadership by the public opinion.

Keywords: political cultures, Jimmy Carter, Democratic Party, USA during the 70's

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>2. A CRISE DE IDENTIDADE DO PARTIDO DEMOCRATA</b> .....	21
2.1 AS CONVENÇÕES DE 1968 E 1972: A REVOLUÇÃO INTERNA DO PARTIDO DEMOCRATA .....	22
2.1.1 1968: a explosão de Chicago .....	22
2.1.2 O Partido Democrata em reforma .....	26
2.1.3 A insurgência de 1972 .....	34
2.1.3.1 Uma radiografia do resultado .....	50
2.2.4 Depois da derrota .....	54
2.2 CONCLUSÃO .....	62
<b>3. A CAMPANHA DE 1976</b> .....	67
3.1 COMO INICIAR UMA CAMPANHA PRESIDENCIAL .....	67
3.2 “E FOI DADA A PARTIDA...” .....	73
3.3 A ESCOLHA DO CANDIDATO DEMOCRATA .....	75
3.3.1 Primeira Fase: Todos contra todos .....	75
3.3.1.1 Iowa .....	75
3.3.1.2 New Hampshire .....	76
3.3.1.3 Massachusetts .....	77
3.3.1.4 Florida .....	79
3.3.1.5 Illinois .....	83
3.3.1.6 Carolina do Norte .....	84
3.3.2 Segunda fase: Todos contra Carter .....	85
3.3.2.1 Nova York e Wisconsin .....	86
3.3.2.2 Uma digressão: a legislação de financiamento de campanhas .....	88
3.3.2.3 Pennsylvania .....	90
3.3.2.4 A “gafe”: o <i>ethnic purity affair</i> .....	92
3.3.3 “Pilotando a locomotiva” .....	94
3.3.3.1 Interlúdio: o <i>affair</i> Shrum .....	94
3.3.3.2 Os novos desafiantes .....	96
3.3.4 A Convenção .....	108
3.3.4.1 Digressão: nota sobre o “populista” Jimmy Carter .....	116
3.3.4.2 Os dias seguintes .....	119
3.4 A CAMPANHA .....	120
3.4.1 A cobertura da mídia sobre Jimmy Carter .....	120
3.4.2 De novo, aborto e católicos .....	122
3.4.3 Estratégia de Carter para o outono .....	123
3.4.4 A imagem dos concorrentes .....	124
3.5 O INÍCIO DA CAMPANHA .....	125

3.6 A INDEFINIÇÃO .....	133
3.7 O RESULTADO .....	140
3.8 GRUPO DE ATLANTA X MILITANTES DEMOCRATAS .....	144
3.9 CARTER E OS TEMAS .....	145
<b>4. ARTICULAÇÃO POLÍTICA, CONGRESSO E OPINIÃO PÚBLICA NO GOVERNO DE JIMMY CARTER .....</b>	<b>150</b>
4.1 A MONTAGEM DO GABINETE .....	152
4.2 A CONSTRUÇÃO DE COALIZÕES E O “NOVO CONGRESSO” .....	159
4.3 ESTABELECENDO UM ESTILO DE GOVERNAR (JANEIRO DE 1977 – JANEIRO DE 1979) .....	164
4.3.1 O plano energético de 1977 .....	164
4.3.2 Reforma do sistema de bem-estar social .....	168
4.3.3 A saída de Bert Lance do governo .....	171
4.3.4 A revisão dos projetos de infraestrutura .....	172
4.3.5 Reforma do sistema de saúde norte-americano .....	175
4.3.6 Os tratados do Canal do Panamá .....	176
4.3.7 Outras medidas importantes do período .....	178
4.3.8 Balanço do biênio e mudanças na relação com o Congresso .....	181
4.4 A CRISE DE LIDERANÇA (1979-1981).....	184
<b>5. GOVERNO CARTER, ECONOMIA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....</b>	<b>205</b>
5.1 O <i>ECONOMIC POLICY GROUP</i> E AS DISPUTAS DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO ..	205
5.2 DO CRESCIMENTO ECONÔMICO À INFLAÇÃO E O IMPACTO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	209
5.2.1 O pacote de estímulo, a Humphrey-Hawkins Bill e o crescimento econômico .....	209
5.2.2 A economia política do governo Carter e o movimento sindical .....	218
5.2.2.1 A reforma da saúde.....	222
5.2.2.2 A criação de um Departamento de Educação.....	223
5.2.2.3 Controles de preços e salários .....	224
5.3 A HUMPHREY-HAWKINS BILL, OS INVESTIMENTOS NA ÁREA SOCIAL E OS ATRITOS COM O MOVIMENTO NEGRO.....	229
5.4 ECONOMIA POLÍTICA, AS “GUERRAS CULTURAIS” E OS ATRITOS DO FEMINISMO AMERICANO COM O GOVERNO CARTER .....	236
5.5 AS ELEIÇÕES DE 1978 E A MIDTERM CONVENTION .....	243
<b>6. CONCLUSÃO.....</b>	<b>256</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>263</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, embora trate da ascensão de Jimmy Carter à presidência, e dos quatro anos de seu governo, não é uma biografia, ou um trabalho sobre a carreira do presidente. É, em vez disso, uma história do Partido Democrata num momento crucial de transformações no sistema político norte-americano. É também uma história da relação do Governo Carter com os movimentos sociais, e do progressivo abandono desses movimentos da coalizão governamental. Para tanto, concluímos que não seria possível explicar o que aconteceu no Partido Democrata em 1976 sem recuarmos a 1968, ano de uma convenção partidária conturbada, em que um candidato à presidência foi escolhido a portas fechadas, enquanto militantes contrários à Guerra do Vietnã enfrentavam a polícia nas ruas. Nossa história, portanto, procura recuperar um passado recente de conflitos e lutas pelo poder dentro do partido, entre sindicalistas bem adaptados ao sistema do *New Deal*, de um lado, e militantes de novos movimentos sociais (como os movimentos feminista, ecologista, anti-guerra, LGBT e outros) que começaram a se filiar ao partido, mas não se viam representados nas instâncias decisórias.

Portanto, é neste contexto movediço que a candidatura Carter precisa ser compreendida, e é este momento histórico que queremos analisar com mais detalhes nesta dissertação. Após os cinco anos e meio de Richard Nixon na presidência, a catástrofe militar no Vietnã, os *Pentagon Papers*, e finalmente o escândalo de Watergate, Gerald Ford, vice-presidente nomeado por Nixon em 1973 (após um outro escândalo de corrupção, sonegação e extorsão derrubar Spiro Agnew do cargo), assumiu o poder. Na percepção expressa por diversas pesquisas de opinião da época, Gerald Ford era reputado como um homem honesto e esforçado que procurou levar alguma decência ao governo (a despeito da rejeição generalizada ao perdão oficial dado por ele a Nixon). No entanto, não era suficiente. A opinião pública se mostrava enojada com o *modus operandi* daquilo que era visto como *politics from Washington*, negociações e *lobbies*, *politics as usual*, a noção de “segredos de Estado”, bem como práticas de espionagem ilegal da administração Nixon e a própria noção de uma Presidência Imperial. Todas essas coisas, que não necessariamente guardam relação entre si, eram mencionadas conjuntamente como sintomas de uma crise política americana, em especial no que concerne ao cargo mais amado e respeitado do país (a Presidência). Era dado como praticamente certo por quase todos os analistas políticos, ao longo do ano de 1975, de que o próximo presidente seria um democrata, a não ser que fossem cometidos erros muito

sérios durante a campanha. E mais: este democrata teria força ainda maior se aparecesse como um *outsider*, alguém sem vínculos com a política praticada em Washington.

A crise política também era percebida como social e cultural: os desencantos com a resistência pacífica no movimento dos direitos civis (potencializados pelo assassinato de Martin Luther King, Jr. e Robert Kennedy) levaram ao surgimento de grupos que pregavam táticas violentas para combater a discriminação (como os *Black Panthers* e outros grupos ainda mais radicais). No discurso veiculado por esses grupos, estava em questão a própria noção de América como país, e de todos os lados havia um grande pessimismo em relação à possibilidade de incorporação. A expressão *black nationalism* aparecia frequentemente para agrupar essas forças consideradas radicais de contestação da situação dos negros nos EUA, que preconizavam a rejeição de uma identidade nacional suprarracial. As grandes cidades foram progressivamente esvaziadas; a classe média branca migrou para os subúrbios, enquanto a classe operária permaneceu nas grandes cidades industriais, sofrendo com o desemprego causado pelo fechamento das indústrias no Nordeste do país, que posteriormente ficaria conhecido como Cinturão da Ferrugem (a cidade de Flint, em Michigan, tornou-se icônica desta situação). Desta forma, as grandes cidades se guetificaram, com clara segregação espacial e tensões sociais entre a classe operária branca e as “vizinhanças negras”. Os índices de criminalidade dispararam e surgiram gangues juvenis segregadas espacial e racialmente nos centros urbanos. A crise econômica e fiscal da cidade de Nova York era crônica e desesperadora. Nos campi das universidades americanas, proliferavam diversos movimentos de contestação à ordem vigente, dentro ou fora do que se convencionou chamar de Nova Esquerda. A bandeira comum era o fim da Guerra do Vietnã.

À direita, esta situação era percebida como uma crise de autoridade, a ser resolvida com polícia. Haveria uma permissividade muito grande em relação ao radicalismo e à criminalidade, o que se consagrou no lema *law and order* adotado pela campanha de Richard Nixon em 1968. Do ponto de vista da esquerda, era a exposição dolorosa dos limites do Sonho Americano. De toda forma, tanto na esquerda como na direita, havia a sensação compartilhada de que as coisas andavam mal.

Mas nem tudo era catástrofe e devastação nos Estados Unidos do início dos 70. Havia uma região do país considerada uma terra de oportunidades, com altas taxas de crescimento econômico. Era o chamado *Sun Belt*, que em geral agrupa todos os estados do Sul dos EUA, mas que no contexto era especialmente uma forma de designar os estados da fronteira com o México. Havia uma série de novas empresas de serviço e indústrias, pululando na região, se aproveitando da mão de obra barata, disponível por conta da migração de *chicanos* e a

inexistência de uma estrutura sindical forte. Daí decorria que as classes alta e média alta tendiam a ser hostis a estruturas de regulação e instituições de negociação entre capital e trabalho. Boa parte dessa classe emergente pertencia a denominações evangélicas pouco tradicionais, conhecidas pelo seu radicalismo religioso, e eram de conversão recente: os chamados *born again christians*. No meio de indústrias e serviços com mão de obra barata, entretanto, também pululavam uma série de pequenos empreendimentos ligados a alta tecnologia, e à florescente indústria de informática. O Silicon Valley, nome que designava a área do Vale de Santa Clara, próxima a São Francisco, na Califórnia, passou a ser metonímia do setor de informática e pesquisa de alta tecnologia. De modo que a nova economia do Oeste dos EUA deu origem a diversos grupos sociais de tendências políticas muito diferentes entre si: emergentes evangélicos zelosos de suas vizinhanças brancas, nerds e yuppies com empregos bem-remunerados no setor de alta tecnologia, uma considerável classe trabalhadora ligada ao complexo industrial-militar na região (que ganhou um impulso formidável com a Guerra do Vietnã), muitos imigrantes legais (parte deles habilitada a votar, desde que se registrasse) e ilegais, artistas do complexo de entretenimento de Hollywood... tudo isso é Califórnia, é Sun Belt, é parte desses novos Estados Unidos que parecem tomar de assalto a política partidária nos anos 70, com suas técnicas gerenciais e uso de alta tecnologia (*call centers*, mala direta e computadores). Comumente, alguns comentaristas políticos utilizam a expressão *Californian way of politics* para designar essas novas técnicas de campanha, bem como o uso exagerado da mídia e o personalismo nas campanhas políticas. Se hoje, por meio das abstrações simplificadoras, isto parece fazer algum sentido, foram poucos os estrategistas e observadores que foram capazes de decifrar as transformações na vida cultural e política do país.

Na verdade, esta complexidade e variedade podem ser estendidas para vários estados da União, e é em grande medida parte integrante de sociedades industriais avançadas; no entanto, estas contradições se aguçam em momentos de crise, de deslocamento das “placas tectônicas” dos arranjos sociais, e o momento de acomodação pode dispor uma configuração aparentemente diferente do que havia antes. Nova York é a cidade da criminalidade crescente e da crise fiscal aguda, mas também da efervescência cultural e cosmopolita. A Georgia é a terra de Lester Maddox, mas também de Jimmy Carter. Em Wisconsin, votam os operários de Milwaukee que veem com apreensão a integração racial (e esta é apenas uma fração da classe operária, muito diversa), mas também os estudantes radicais de Madison. Em Chicago, votam os sindicalistas do AFL-CIO e também os operários católicos antiaborto (alguns pertencem a ambos os grupos). A Califórnia é a terra de Richard Nixon, Ronald Reagan e Orange County,

mas também de Jerry Brown, do jovem Harvey Milk, do bairro do Castro e de Hollywood. Vivências tão plurais separadas às vezes por um distrito, ou mesmo alguns quarteirões. O historiador pode, entretanto, construir generalizações sobre essas vivências plurais de modo a dá-las inteligibilidade no âmbito de um processo histórico constituído pelo seu próprio olhar, e é isso que tentamos fazer aqui.

Se hoje sabemos quais desses grupos tomaram o poder em Washington nos subsequentes anos 80, na época não se sabia o que aconteceria. E, a despeito de algumas dúvidas em relação às verdadeiras posições de Carter, quem era esse homem e o que ele faria, a maior parte dos liberais se encheu de esperança (e alguma incerteza) quando o ex-governador da Georgia ganhou as eleições de 1976 pelo Partido Democrata, em meio a todos estes processos que mencionamos até aqui.

\*\*\*

Para os fins do nosso trabalho, optamos por fazer um recorte temático que nos permita acessar pelo menos uma das “faces” deste turbilhão de mudanças que descrevemos acima. A escolha foi por fazer uma história do que chamamos de “Fenômeno Carter”, o que implica analisar os seguintes aspectos:

- a) As transformações do Partido Democrata que levaram à escolha de Carter como candidato nas eleições de 1976, e a coalizão de forças que levou a sua vitória;
- b) A composição da administração e a relação entre seus diversos integrantes, em particular a participação de ativistas e movimentos sociais;
- c) A relação, dentro do governo, entre esses funcionários ligados à área social, os políticos de carreira e os especialistas da área econômica, com suas preocupações e interesses subjacentes;
- d) As dificuldades de governabilidade oriundas do relacionamento entre esses três grupos de atores sociais, num contexto de crise econômica e contenção das despesas;
- e) A relação disto com o eleitorado e a opinião pública (considerando-se que o conceito não é unívoco e tampouco equivale às pesquisas de opinião, sendo estas apenas um fenômeno derivado de uma tentativa de mensuração).

Assim sendo, optamos por fazer uma história de relação entre partidos, movimentos sociais e administração pública. Entendemos, ao formular os problemas de nossa pesquisa, que o Governo Carter seria um âmbito privilegiado para compreender a racionalidade dos

agentes sociais num momento de crise e redefinição de identidades e culturas políticas no contexto americano. A história da ascensão da Nova Direita, do neoliberalismo e da Era Reagan já foi contada várias vezes, com grande competência. Nosso objetivo, aqui, é olhar que projetos de modernidades alternativas ao *Pacto do New Deal* foram formulados no contexto de crise dos anos 70; como os distintos atores que participavam deste pacto (e aqueles novos atores que contribuíram para sua redefinição ou transformação) articularam novas propostas num contexto de crise; como essas forças se aglutinaram em torno de um projeto político *sui generis* para os próprios padrões do partido (qual seja, a candidatura Carter); e de como as contradições internas deste processo que narramos criaram instabilidade e crises de governabilidade ao longo dos quatro anos de governo, culminando na vitória do Partido Republicano em 1980.

As decisões dos nossos atores não podem ser compreendidas sem levarmos em consideração o conceito de *culturas políticas*, tal como tem sido empregado na historiografia desde que a chamada Nova História Política o consagrou.

O conceito de cultura política tem sua gênese na ciência política americana, a partir de um livro chamado *The civic culture*, de Gabriel Almond e Sidney Verba. Baseados em *surveys*, os cientistas políticos americanos formularam uma tipologia tríplice das culturas políticas existentes: “a paroquial, típica da estrutura política tradicional, quando os papéis que compõem o sistema político são devidamente demarcados e os indivíduos e grupos não detêm o alcance da sua inserção no sistema; a de sujeição, própria de Estados autoritários, caracterizada pela passividade às decisões emanadas do sistema e a aceitação da impossibilidade de nele intervir; e a de participação, também chamada de cultura cívica, relativa a um sistema de tipo liberal-democrático, marcada pela postura participante e ativa de indivíduos e grupos no sistema político.”<sup>1</sup>.

O livro de Almond e Verba deu origem a um campo de estudos na ciência política dos anos 60, com bastante influência na formulação da política externa norte-americana, em particular no Governo Kennedy. Com o tempo, entretanto, a noção de culturas políticas foi caindo em desuso, e a chamada Teoria da Modernização encontrou seu ocaso.

Quando o conceito foi apropriado, muitos anos depois, pela Nova História Política francesa, já estava bastante modificado em relação a sua origem, e já havia sido apropriado por outras áreas. Em relação ao original americano, as implicações etnocêntricas e

---

<sup>1</sup> Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino. Dicionário de Política. Vol. 1. Trad: Carmen C. Varriale et al. Coord. Trad: João Ferreira. Rev. Geral: João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 306.

evolucionistas foram abandonadas; ele passou a ser pensado não apenas em termos nacionais, mas também em unidades coletivas menores (partidos, sindicatos, escolas de pensamento etc.), e principalmente, ganhou forte influência da antropologia, dos estudos culturais e da filosofia da cultura. De modo que, em relação ao conceito original, preservou-se apenas a preocupação com as crenças e ideias políticas.

Alguns autores propuseram definições parecidas de cultura política. No entanto, não há sequer uma definição conceitual pacífica, comum a todos. Como afirma Daniel Cefaï, um dos autores que se dedicou a esmiuçar o conceito:

Esta descoberta de um renascimento e uma revisão não se dá sem problemas. Em primeiro lugar, a definição do conceito. Cada um dos termos que o compõem, “cultura” e “política”, podem abranger uma grande variedade de significações, dependendo da disciplina a que o pesquisador se filia. Os historiadores, antropólogos, sociólogos e politólogos têm de lidar com problemáticas, métodos e objetos distintos. O balanço dos usos desta noção em genealogias múltiplas, que se baseia em diferentes projetos empíricos, desafia a produção de uma definição consensual – que satisfaça às linguagens de todos os pesquisadores, que seja apropriada a todas às constelações de temas e a todas as grandezas de escala em uso nas ciências sociais, históricas e políticas. A impossibilidade de forjar um conceito que reúna todas as perspectivas possíveis sobre a cultura política parece irremediável. No entanto, este conceito, manuseado com prudência, possui certa fecundidade.<sup>2</sup>

No caso da História Política Francesa, entendemos que a principal contribuição da apropriação do conceito de cultura política foi a possibilidade de atender à preocupação da de tal escola com os contextos de experiências e atividades, valorizando a participação dos atores na construção de um devir histórico que não está determinado ou mesmo regido por leis científicas gerais.<sup>3</sup>

Uma das particularidades da apropriação historiográfica de “culturas políticas” é o distanciamento de concepções muito abstratas do conceito. O conceito de “cultura política” só pode se tornar operacional ao historiador se forem tomadas duas precauções conexas:

---

<sup>2</sup> Daniel Cefaï, *Cultures Politiques*, p. 7-8. No original: “Ce constat d’une renaissance et d’une refonte ne va pas sans problèmes. Tout d’abord, celui de la définition du concept. Chacun des termes qui le composent, “culture” et “politique”, peut recouvrir une grande variété de significations, selon la discipline à laquelle le chercheur s’affilie. Les historiens, les anthropologues, les sociologues et les politologues ont affaire à des problématiques, à des méthodes et à des objets distincts. Le recensement des usages de cette notion au généalogies multiples, qui puise dans différents projets empiriques, défie la production d’une définition consensuelle – qui satisfasse à toutes les langues des chercheurs, qui soit appropriée à toutes les constellations de thèmes et à toutes les grandeurs d’échelle en usage dans les sciences sociales, historiques et politiques. L’impossibilité de forger un concept qui fédère toutes les perspectives possibles sur la culture politique semble irrémédiable. Pourtant, ce concept, manié avec prudence, s’avère d’une certaine fécondité”.

<sup>3</sup> *Idem, Ibidem*, p. 15-16.

- 1) Não tornar a cultura política uma entidade abstrata autônoma; ela não **se manifesta** no concreto: em grande medida, ela **é** o concreto, isto é, as formas materiais pelas quais se produzem e circulam socialmente os símbolos (aquilo que Cefaï chama de “âncoras sociais das formas culturais”). Portanto, embora a cultura política como figura explicativa possua características e dinâmica própria, a separação entre abstrato e concreto é imprópria, ao menos no que concerne à produção historiográfica.
- 2) Não transformar a cultura política numa entidade determinante<sup>4</sup> das ações dos atores sociais; o pertencimento a uma cultura política consiste naquilo que Cefaï chama de “cadre”, isto é, um enquadramento. Os atores históricos não podem ser privados de sua capacidade de criar, recriar, enriquecer e até mesmo abandonar certos repertórios simbólicos, em função da (in)adequação desses repertórios às interações com o contexto político, econômico e social. O acionamento de determinadas características de uma cultura política pode se dar de maneira seletiva.

Como afirma Serge Berstein, outro autor muito conhecido por suas reflexões sobre o conceito:

A cultura política assim elaborada e difundida, à escala das gerações, não é de forma alguma um fenômeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades.<sup>5</sup>

Deste modo, a operação do conceito deve funcionar quase como a aplicação de uma dada categoria construída para interpretar um “estudo de caso”, um contexto histórico específico; mostrando como os atores produzem *in vivo* e *in situ* os sentidos que fazem parte da ação política; a isto, Cefaï chama de *estruturas de temporalização*, quer dizer, a forma concreta que as culturas políticas assumem num determinado contexto histórico, e como estas formas são transitórias e estão sob constante transformação.

Além das estruturas de temporalização, é preciso ter em vista as chamadas *estruturas de interação*, isto é, as relações estabelecidas de comunicação, cooperação e conflito, jogo em

---

<sup>4</sup> Pode ser determinante no sentido de que é muito importante, mas a rigor não é a única variável que importa.

<sup>5</sup> Serge Berstein, A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux; Jean-François Sirinelli. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 356-357.

que os atores são operadores da cultura política, mais do que simples agentes condicionados do sistema; assim como o enquadramento fornece a linguagem na qual os indivíduos são socializados e os grupos vão buscar suas formas de expressão, ao mesmo tempo estes indivíduos, na sua práxis, provocam as operações de transformação das culturas políticas. O processo é simultâneo e recíproco.

A última estrutura a que Cefai se refere é justamente à filiação do indivíduo a um “cadre” de interpretação e ação pragmática que pesa sobre suas escolhas, nomeado estrutura de pertinência (*structure de pertinence*), de modo que a própria existência de um vínculo, de uma identificação ou pertencimento possui força explicativa na racionalidade dos agentes. Em dado momento, o autor afirma:

A cultura política consiste, portanto, nas atividades de enquadramento (*framing activities*): ela é vista como uma práxis coletiva, em contextos de interação entre indivíduos, entre redes e organizações, recorrendo a repertórios de identificação, de narração e de argumentação, para reservas de saberes ou a campos de experiência.<sup>6</sup>

Já falamos muito das idiosincrasias do conceito na história e também de tudo aquilo que ela não é (ou não deve ser). Mas afinal, o que é a cultura política? Qual a definição com a qual costumam trabalhar os historiadores?

A definição mais simples que conhecemos é a de Jean-François Sirinelli: “uma espécie de código e de um conjunto de referentes, formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”<sup>7</sup>. A definição é bem sucinta. Cefai, em seu trabalho sobre as culturas políticas, desdobra uma lista de tudo o que a cultura política abrange:

A cultura política inclui operações de configuração dramática e narrativa de intrigas, de designação de personagens históricos ou de atores coletivos, de produção de relações de causa e efeito ou de intenção de expressão, de imputação de graus de responsabilidade e da imposição de predicados de moralidade. De um ponto de vista mais diretamente político, a cultura política designa operações de alinhamento das maneiras de perceber, de agir e de julgar heterogêneos, de articulação das modalidades do viver-junto e as representações da coletividade, de justificação ou denúncia das intervenções no espaço público, de legitimação ou de crítica das regras e dos usos do direito, das discussões sobre o sentido dos acontecimentos, das decisões ou

---

<sup>6</sup> Cefai, *op.cit.*, p. 98. No original: “La culture politique consiste alors dans des activités de cadrage (*framing activities*): elle est envisagée comme une praxis collective, dans des contextes d’interactions entre individus, entre réseaux et entre organisations, recourant à des repertoires d’identification, de narration et d’argumentation, à des réserves de savoirs ou à des gisements d’expériences”.

<sup>7</sup> *Apud* Berstein, *op. cit.*, p. 350.

das ações, de confecção dos bens comuns e dos bens públicos. As culturas políticas parecem inseparáveis de seus usos pragmáticos e políticos.<sup>8</sup>

Além da reiteração de que as culturas políticas são indissociáveis de seus usos pragmáticos e estratégicos, podemos ver na citação que a cultura política recobre uma gama muito grande de produção e circulação de sentidos e valorações tanto estratégicas quanto morais e éticas, e que extrapolam o campo político, informando a visão dos atores sobre fenômenos jurídicos, econômicos, culturais etc.

Na nossa pesquisa, pretendemos empregar o conceito de *culturas políticas* para entender as formas de agir e pensar dos atores sociais que estamos estudando. O pertencimento deles a uma determinada cultura política, mesmo que num contexto de crise desses referenciais, pode dizer muito sobre as escolhas que eles fazem nas batalhas políticas e na sua militância. As alianças e rivalidades estabelecidas no contexto das lutas políticas e dos movimentos sociais na política tradicional, em especial dentro do Partido Democrata, não podem ser entendidas sem olharmos para um certo conjunto de identidades, bem como crenças e repertórios simbólicos ligados a essas identidades, acionados no momento dessas interações.

Para tanto, gostaríamos ainda de recuperar a noção de Serge Berstein do partido como um “vetor de socialização política”, isto é, um lugar social onde se realiza o aprendizado desses repertórios que constituem a cultura política.<sup>9</sup> Mais importante, o partido é não só uma instância de aprendizado das identidades políticas, mas também “o lugar onde se opera a mediação política”.<sup>10</sup> Isto é, o Partido Democrata, assim como outros partidos políticos ao redor do mundo, foi uma instância na qual toda uma geração aprendeu um modo de fazer e interpretar a política, bem como um lugar onde forças políticas muito diferentes entre si podem aparar arestas através de negociação e definir um programa de ação comum. Isto é particularmente importante no sistema bipartidário americano, em que as coalizões são muito

---

<sup>8</sup> Cefai, *op. cit.*, p. 98-99. No original: “La culture politique recouvre des opérations de configuration dramatique et narrative d'intrigues, de désignation de personnages historiques ou d'acteurs collectifs, de production de relations de cause à effet ou d'intention à expression, d'imputation de degrés de responsabilité et de imposition de prédicats de moralité. D'un point de vue plus directement politique, la culture politique désigne des opérations d'alignement des manières de percevoir, d'agir et de juger hétérogènes, d'articulation des modalités du vivre-ensemble dans des représentations de la collectivité, de justification ou de dénonciation des interventions dans l'espace public, de légitimation ou de critique de règles et d'usages de droit, d'échange d'arguments sur le sens d'événements, de décisions ou d'actions, de confection de biens communs et de biens publics. Les cultures politiques apparaissent indissociables de leurs usages pragmatiques et stratégiques”

<sup>9</sup> Berstein, *op. cit.*, 356-357.

<sup>10</sup> *Idem*, Os Partidos. In: René Rémond. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1997. p. 60.

amplas e os atores políticos precisam se conformar a esta grade, esta condicionante fundamental, para intervir na política partidária.

Uma das hipóteses de nossa pesquisa é que os anos 70 são o auge de uma crise de referências dentro do Partido Democrata, e que a vitória de Carter é uma tentativa de reagrupamento ou reconstituição de uma nova coalizão que, ao mesmo tempo que incorporaria os movimentos sociais recém-chegados ao partido, poderia achar um lugar neste projeto para antigas forças que se ressentiam do espaço perdido e da pouca deferência concedida a eles por *outsiders*. Ainda que Carter ficasse marcado na campanha de 1976 como um *outsider*, ele o era não por seu extremismo ideológico (dentro dos referenciais partidários, bem entendido), mas por se tratar de um político regional, sem peso político em Washington e sem renome nacional até 1976. Na verdade, Carter fez muitos esforços para tentar acomodar as antigas lideranças receosas de suas perdas, ao mesmo tempo em que acenava para os liberais do partido. Tentando agradar a todos, ficou conhecido como duas-caras, oscilante e escorregadio nos temas mais importantes, e quase perdeu a eleição por conta deste rótulo.

Na realidade, os anos 70 eram um período de crise dos referenciais partidários em geral. No lado republicano, Ronald Reagan quase derrota o presidente Gerald Ford na sua tentativa de concorrer à reeleição. Reagan representava um novo grupo de eleitores, mais extremados ideologicamente que o *establishment* republicano, e que também procuravam seu lugar dentro das estruturas de poder do partido. As antigas maiorias, nos dois lados do sistema partidário americano, não pareciam mais representar os eleitores tradicionalmente identificados com cada partido. As eleições passaram a ser consideradas cada vez mais como uma escolha entre candidatos, e não entre partidos; os índices de *ticket-splitting* (isto é, voto num partido para o Executivo e noutro para o Legislativo) aumentavam consistentemente a cada eleição; cada vez mais eleitores identificavam-se como independentes, e a identificação com os partidos não era mais tão determinante no voto; a estrutura partidária foi perdendo importância nas campanhas eleitorais para os comitês de campanha dos candidatos e os chamados PACs (*political action committees*), estruturas independentes de financiamento das campanhas.<sup>11</sup> É neste ambiente que se dá esta crise de reorganização e redesenho institucional do Partido Democrata, bem como a escolha de Carter como candidato. O tema será melhor detalhado nos capítulos 2 e 3.

De toda forma, a vitória de Carter acenou para a possibilidade de que os grupos que compunham o Partido Democrata na época pudessem se reorganizar em torno da ocupação

---

<sup>11</sup> Sobre este ponto, a principal referência é Martin P. Wattenberg, *The Decline of American Political Parties, 1952-1996*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1996.

dos postos estatais (em especial daqueles ligados à área social, propício à formulação de projetos desses grupos) e da participação na administração. No entanto, a relação de Carter com esses movimentos sociais, bem como com os congressistas e autoridades locais do Partido Democrata, foi piorando com o tempo, e Carter pagou um preço de governabilidade por conta disto. Suas concepções restritivas em matéria fiscal implicaram cortes nos orçamentos dos programas do governo; a importância crescente dada à inflação em detrimento do crescimento econômico e do desemprego é ilustrativa da discrepância de prioridades entre um presidente cada vez mais alinhado com especialistas da área econômica e militantes de movimentos sociais e congressistas ansiosos por atender a projetos nos seus distritos de origem.

Outra de nossas hipóteses de pesquisa é que, ao longo do governo, teria ocorrido dentro do Partido Democrata um processo de acomodação e assimilação dos movimentos sociais dos anos 60, e que isto tornou possível que tanto o movimento sindical como os movimentos identitários forjassem “bandeiras” e projetos comuns, curiosamente em oposição à “tesoura fiscal” do Governo Carter. As novas convulsões dentro do Partido Democrata resultariam na perda crescente de entusiasmo das lideranças democratas pelo presidente e no desafio de Ted Kennedy a Jimmy Carter nas primárias de 1980.

Apesar de termos consciência da importância dos temas da política externa para o governo Carter, esta dissertação limitou seu escopo aos assuntos relativos predominantemente à política interna: contas públicas, microeconomia, programas sociais. Os temas de política externa serão abordados secundariamente, na medida em que sejam importantes para a compreensão do desenrolar do processo (por exemplo, na relação do governo com a opinião pública e o Congresso, temas delicados como o Tratado do Canal do Panamá, ou temas que digam respeito a diversas áreas, como a relação entre os tratados SALT e o orçamento da defesa). Por uma questão de espaço e foco, procuramos nos centrar nos aspectos mais ligados à crise do Pacto do New Deal e às transformações das culturas políticas nos Estados Unidos.

No capítulo 2, fizemos uma breve recapitulação das transformações do Partido Democrata, desde a crise da Convenção de Chicago, em 1968. Estudamos a fratura entre movimento sindical e os novos movimentos sociais dos anos 60 à luz do conceito de culturas políticas. Nosso objetivo foi observar o partido como um âmbito de conflitos entre movimentos sociais com diferentes repertórios, práticas e relações com o sistema partidário, bem como acompanhar como se daria o processo de reconciliação entre as culturas políticas existentes dentro do partido (quais sejam, os chefes tradicionais e o movimento sindical; os novos movimentos sociais e militantes sem penetração na máquina partidária; e por fim os

diretórios estaduais do sul do país, que compõem uma cultura política à parte, com uma inserção seletiva e ambígua no Pacto do New Deal que demonstrava seus primeiros sinais de fraqueza). Para tanto, constituímos uma periodização que iria de 1968 a 1976: desde a dissidência comandada por Gene McCarthy contra Hubert Humphrey em 1968, passando pela candidatura McGovern em 1972, e terminando num contexto de incerteza no início de 1976. Para realizar esta tarefa, nos utilizamos de crônicas de campanha da época escritas por jornalistas, jornais, revistas, além de alguma bibliografia acadêmica sobre o tema.

No capítulo 3, tentamos reconstituir a escolha de Jimmy Carter como candidato pelo Partido Democrata à presidência, bem como sua vitória nas eleições de novembro contra Gerald Ford. Para tanto, nos utilizamos de fontes análogas às do capítulo 2 (isto é, crônicas, jornais, revistas, bibliografia acadêmica, além da transcrição de discursos, dos debates presidenciais e da plataforma de campanha do Partido Democrata). Procuramos, de um lado, não determinarmos os desdobramentos por uma leitura geral pré-estabelecida; mas, por outro, não ficarmos reféns da leitura factual produzida pelas fontes da época. Tentamos inserir na narrativa episódios que, por vezes, parecem particulares e sem importância, mas que no entanto contribuem para a observação do fenômeno que nos propomos estudar, qual seja, o das culturas políticas em ação dentro do partido. Às vezes, a narrativa pode dar a impressão de que é excessivamente refém do acaso ou de conjunturas particulares: se Carter tivesse perdido neste ou naquele estado, a história poderia ter sido diferente. E poderia mesmo. No entanto, ao mesmo tempo em que os fatos parecem se conectar de maneira imediata, o precedente levando ao desdobramento imediatamente seguinte, numa cadeia linear de acontecimentos, todos eles são interpretados à luz de nossa hipótese geral, e a ela estão subordinados.

O capítulo 4 trata das relações do governo de Jimmy Carter com o Congresso, bem como da tentativa de Carter de construir uma coalizão com a opinião pública para isolar os grupos de interesse em Washington, e os Congressistas que agiam em prol dos *lobbies*. Consiste, portanto, numa reconstituição das principais iniciativas legislativas do governo, as razões de seu sucesso ou fracasso, e ainda um exame dos mecanismos governamentais de construção de coalizões e de participação da sociedade civil. Procuramos mostrar, ainda, como a piora das condições externas na segunda metade do mandato contribuiu para uma perda de apoio por parte da opinião pública, obstruindo o projeto de Carter de se dirigir diretamente ao povo, sem intermediários. Portanto, trata-se de uma análise dos problemas de governabilidade enfrentados por Jimmy Carter, encerrando-se com uma interpretação sobre o papel da liderança presidencial e do significado da eleição de 1980. Para este capítulo,

utilizamos entrevistas do projeto de história oral do Miller Center, boa parte da historiografia disponível sobre o Governo Carter, biografias, autobiografias, discursos políticos, o diário de Jimmy Carter durante a presidência e notícias de jornal.

O capítulo 5 é uma análise da participação dos movimentos sociais no Governo Carter e de sua progressiva alienação da base de sustentação. Procuramos dar ênfase às tensões entre os programas de departamentos da área social e os ajustes fiscais propostos pela área econômica do governo. A relação conflituosa dos movimentos sociais com os responsáveis pela política econômica se deu em instituições próprias de interação de ambas as áreas dentro do governo. Procuramos reconstituir estes conflitos para demonstrar como uma cultura política propriamente democrata, unificadora do partido, se constituiu justamente em oposição ao governo que ajudou a eleger. A definição da prioridade da política econômica do Governo Carter (i. e., combate à inflação x combate ao desemprego) foi uma dicotomia fundamental para constituir uma cultura política democrata, em especial no que se refere à relação da crítica do aumento de gastos com defesa e a participação do movimento anti-guerra na formação do “novo” Partido Democrata a partir de 1968. Para tanto, utilizamos bibliografia acadêmica, entrevistas do projeto de história oral do Miller Center sobre a presidência Carter, biografias e autobiografias dos participantes do governo, notícias de jornais e revistas, discursos e entrevistas coletivas.

As fontes utilizadas pelo trabalho são bastante heterogêneas. A bibliografia, de modo geral, é produzida por historiadores e cientistas políticos. Algumas delas são vinculadas direta ou indiretamente ao *Miller Center of Public Affairs*, da Universidade de Virginia. Este centro possui um núcleo de estudos sobre a presidência americana, com foco num projeto de história oral abrangendo o governo de diversos presidentes americanos, inclusive Jimmy Carter. São entrevistas realizadas por acadêmicos com membros da administração tratando da organização do governo, da formação de coalizões e diálogo com a sociedade civil, iniciativas legislativas, imagem do governo, enfim, questões concernentes à função do entrevistado, além de certos assuntos mais gerais sobre o governo. Os discursos políticos são retirados do sítio da internet do *The American Presidency Project*, da *University of California Santa Barbara*, ou então de bibliografia indicada nas notas de rodapé.<sup>12</sup> As memórias e o diário de Jimmy Carter foram publicados por editoras americanas, e constam na bibliografia. As notícias de jornais e revistas, de modo geral, são retiradas do *The New York Times* e do *The Nation*. A escolha destes veículos se faz por uma questão de viabilidade de acesso, além de serem dois

---

<sup>12</sup> O sítio do *The American Presidency Project* é <http://www.presidency.ucsb.edu/>. Acessado em 15/02/2013.

periódicos considerados liberais no campo político norte-americano. O *The New York Times* era considerado um periódico equilibrado pela Casa Branca, embora houvesse uma animosidade em relação à maior parte da mídia americana por uma cobertura considerada injusta. O *The Nation*, em especial, é autodeclaradamente um periódico de esquerda (o que não se aplica ao *The New York Times*), o que nos permite visualizar como os acontecimentos analisados eram interpretados de uma perspectiva liberal (não a única, certamente, mas uma muito importante, dado o peso do *The Nation* na comunidade de intelectuais liberais e de esquerda nos EUA). Eventualmente, outros jornais e revistas podem ser citados, mas nos ativemos a estes dois veículos pelos motivos supramencionados.

Estamos conscientes da dificuldade de empregar memórias e entrevistas de história oral na reconstituição dos eventos. No entanto, tomamos algumas precauções, como coligir fatos e interpretações expressados por indivíduos com a bibliografia e com outros depoimentos; em especial, quando se tratavam de perspectivas opostas dentro da administração. Particularmente no caso das entrevistas do Miller Center of Public Affairs, os depoimentos já passaram pelo crivo de estudiosos do tema e são largamente utilizadas como fonte tanto de informações sobre a organização do governo como de interpretações sobre os acontecimentos da época.

## 2. A CRISE DE IDENTIDADE DO PARTIDO DEMOCRATA

É possível fazer a história da campanha presidencial de 1976 de várias formas. Pode-se, por exemplo, optar por acompanhar a trajetória de ambos os candidatos, Gerald Ford e Jimmy Carter, desde suas respectivas convenções até o dia da eleição. Quem sabe, numa história mais completa (como costumam ser com as crônicas jornalísticas da época), recuar até as primárias; já que, não obstante a campanha começar em agosto, o eleitorado americano mobiliza-se desde janeiro em função da escolha dos candidatos por cada partido. Pode-se ainda enfatizar os eventos que salpicam o calendário eleitoral: comícios, entrevistas, debates, declarações, gafes, discursos memoráveis. Histórias nesse estilo têm uma função a cumprir, e podem mesmo ser excelentes relatos do que aconteceu, com bastante poder explicativo. De fato, num calendário eleitoral curto como o americano, e numa eleição fortemente midiática, um único acontecimento pode desequilibrar a eleição num estado; e um estado pode determinar o resultado da eleição no país inteiro, dado o sistema de colégio eleitoral, em que o vencedor leva todos os delegados daquele estado.

No entanto, nossa opção foi distinta de uma narrativa tradicional: ao iniciarmos nossos estudos sobre as eleições de 1976, chegamos à conclusão de que não seria possível entender o que se passava com o Partido Democrata em 1976 sem recuar aos momentos mais agudos de sua crise de identidade e ao processo de reforma e nacionalização do partido, até então uma federação de partidos estaduais. Para analisarmos a escolha de Carter à luz das culturas políticas que compunham o partido, seria necessário retornar pelo menos até 1972, bem como a certos elementos do processo eleitoral de 1968.

A escolha é arriscada: se ampliarmos muito o foco da nossa análise, corremos o risco de perder a especificidade do nosso objeto, qual seja a emergência de Carter como uma liderança nacional do Partido Democrata e sua relação com os movimentos sociais do partido. Por outro lado, consideramos que o risco vale a pena; pois, do contrário, a vitória de Carter nas primárias de 1976 poderia parecer um mero triunfo da sagacidade política, e a Convenção uma mera cerimônia de coroação. Até certo ponto, isto é verdade, mas é apenas metade da história: a escolha de Carter possui um significado reunificador, de cicatrização das feridas de 1968 e 1972. Carter, na nossa leitura, foi um candidato de compromisso, um meio-termo aceitável por todos os lados, ansiosos por cerrar fileiras (antecipando a provável vitória nas eleições de novembro). Uma personalidade simpática, carismática, até então desconhecida no cenário nacional, com forte apelo *anti-establishment*, com apoio de figuras centrais do

movimento dos direitos civis, mas ao mesmo tempo com bom trânsito entre as elites tradicionais do partido. Além de tudo, sulista, capaz de recuperar os votos perdidos às pencas nessa região para o Partido Republicano.

Este capítulo é uma história de como diferentes grupos do partido se conflagraram numa luta fratricida a partir de 1968; de como esses mesmos grupos se aglutinaram em torno de um único candidato em 1976 para constituir um terreno de atuação comum na política nacional; e de como as ambiguidades de Carter estavam no lugar certo, na hora certa, para consolidar o Partido Democrata como uma organização efetivamente nacional, e para fazer do ex-governador da Georgia o primeiro presidente do *Deep South* desde Zachary Taylor, em 1848.

## 2.1 AS CONVENÇÕES DE 1968 E 1972: A REVOLUÇÃO INTERNA DO PARTIDO DEMOCRATA

### 2.1.1 1968: a explosão de Chicago

Na realidade, os primeiros sinais de colapso das antigas estruturas de participação e representação do partido remontam à Convenção de 1964. Nela, uma delegação alternativa do Mississippi, autodenominada *Mississippi Freedom Democratic Party*,<sup>13</sup> solicitou à Convenção o não-reconhecimento da delegação regular do estado, inteiramente branca, em cuja escolha os negros foram impedidos de participar com proibições ilegais, além de intimidação moral e física. Para resolver o impasse, a Convenção oferecera a possibilidade de assentar dois delegados do MFDP, e que os outros participassem da convenção como convidados. Em troca, a delegação segregada do Mississippi teria de assinar um termo de compromisso em que daria apoio à chapa Johnson-Humphrey para concorrer à presidência (o republicano Barry Goldwater, candidato em 1964, tinha bastante apelo entre os segregacionistas do Sul). No futuro, nenhuma delegação segregada poderia participar das convenções. Nenhum dos dois lados aceitou os termos do acordo e a Convenção se encerrou sem acordo.

Quatro anos depois, em 1968, outro tema teria pelo menos igual importância que a questão dos direitos civis: a Guerra do Vietnã, cuja escalada havia sido determinada pelo

---

<sup>13</sup> Fundada por integrantes do *Student's Nonviolent Coordinating Committee* (SNCC), uma organização estudantil que lutava pelos direitos civis dos negros, e pelo *Council of Federated Organizations* (COFO), que incluía organizações como o NAACP (*National Association for the Advancement of Colored People*), o próprio SNCC, além do SCLC (*Southern Christian Leadership Conference*), CORE (*Congress of Racial Equality*) e outros grupos ligados ao movimento dos direitos civis.

governo Johnson. O então presidente buscava concorrer à reeleição; mas, para isso, teria de ser escolhido pelo partido. Os resultados negativos em Iowa, New Hampshire, Massachusetts e Wisconsin, seriam o preço a pagar pelo engajamento numa guerra fortemente impopular entre alguns movimentos sociais novos no partido. O combate à Guerra do Vietnã seria a grande bandeira da insurgência democrata de 1968.

As primárias de 1968 se dividiram entre Johnson e Eugene McCarthy, Senador por Minnesota, apenas num primeiro momento: quando ficou claro que McCarthy o bateria em Wisconsin, a disputa passou a ser entre McCarthy e Robert Kennedy, Senador por Nova York, de um lado; e de Humphrey, vice de Johnson, o novo candidato do *establishment*, de outro.

Apesar de ocuparem mais ou menos o mesmo espectro ideológico do Partido Democrata (ou talvez exatamente por isto), McCarthy e Kennedy tornaram-se rivais na campanha; afinal, brigavam pelos mesmos eleitores e delegados. Kennedy, por ter entrado depois na corrida, era visto pelos defensores de McCarthy como um oportunista que aproveitava uma brecha aberta pelo seu candidato. O assassinato de Kennedy numa cozinha de hotel em junho de 1968 contribuiu para confundir ainda mais a disputa: enquanto alguns delegados de Kennedy migraram para a candidatura de McCarthy, a maioria decidiu não apoiar o candidato antiguerra. O Senador George McGovern, de South Dakota, lançando uma candidatura 15 dias antes da Convenção em Chicago, conseguiu capturar alguns delegados de Kennedy que, até então, estavam sem candidato. O objetivo não era ganhar a indicação do Partido (era tarde demais para isto), mas adquirir uma posição nas disputas do partido a ser desenvolvida no futuro. Um bom exemplo disso foi o debate de que McGovern participou na Califórnia, contra Humphrey e McCarthy, no qual foi considerado vencedor, ganhando destaque na cobertura da imprensa.

A despeito da votação maciça de McCarthy e da tentativa tardia de McGovern, Hubert H. Humphrey seria o escolhido pelo Partido para concorrer à Presidência dos EUA em novembro. Humphrey não aparecia em boa parte das cédulas eleitorais ao longo das primárias: em seu lugar, concorriam os chamados *favorite sons*, políticos locais ou simples testas-de-ferro de chefes locais, alinhados com um candidato nacional a quem apoiariam na Convenção. Nos estados em que não ocorriam primárias (isto é, em que os delegados seriam escolhidos por nomeação das Convenções estaduais ou da burocracia partidária, bem como as escolhas por *caucuses*), Humphrey negociou direto com os chefes locais do Partido, representantes do que se convencionou chamar de *bossism* na política americana.

O *bossism* consistia na manutenção de uma rede clientelista de favores montada pelos chefes locais do Partido Democrata, e era especialmente presente nas grandes cidades industriais, com altos contingentes de descendentes de imigrantes europeus (como italianos, poloneses, irlandeses etc.), os chamados *urban white ethnics*. Tráfico de influência, indicações para cargos nomeáveis (os chamados *patronage jobs*), influência nas eleições de comissários distritais, “sopões” e programas de ajuda à população pobre, tudo isso era ferramenta de controle do poder local pelos *bosses*. Apesar de a era de ouro do *bossism* já ter passado (a nacionalização de alguns programas sociais na chamada “Guerra à Pobreza” (*War on Poverty*), no Governo Johnson, teve um papel importante nisso), eles ainda retinham um enorme poder na estrutura partidária, e exerciam bastante influência nas disputas nacionais do partido. Afinal, ter o apoio de um chefe local significaria ter a sua disposição a máquina de campanha deste chefe, além do endosso de sua candidatura junto a um eleitorado dependente de seus favores. Os *bosses* poderiam decidir uma primária a favor deste ou daquele candidato, ou então eleger seus próprios delegados e negociar, durante a Convenção Nacional do partido, qual candidato seus próprios delegados iriam apoiar.

Assim sendo, até 1968, a convenção do partido não era o espetáculo midiático que é hoje, um espaço para os figurões do Partido fazerem discursos e consagrarem seu escolhido para representar os democratas em novembro. Na época, a convenção era o lugar onde realmente se escolhia quem seria o candidato, a não ser que alguém já tivesse, durante as primárias, confirmado com folgas o apoio da maioria dos delegados. Pela própria forma da escolha dos delegados, isto não ocorria com frequência, e a convenção era o momento ideal para a troca de favores entre políticos em troca de apoio. De modo que, muitas vezes, era até desejável que isto ocorresse. Uma situação de impasse durante a convenção, significava que a concessão de favores atingiria seu auge.

A época de ouro do *bossism* já havia passado fazia tempo. James Farley, chefe do Partido Democrata do Estado de Nova York, e *Tammany Hall* já haviam ficado para trás. O *bossism*, entretanto, ainda sobrevivia, ainda que nos estertores, em plenos anos 60. O maior e mais forte de todos os *bosses* de então era o prefeito de Chicago, Richard J. Daley, conhecido nacionalmente pela alcunha de Mayor Daley. Como já foi dito, Chicago foi a cidade escolhida pelo Partido Democrata para realizar sua Convenção. E foi lá que, após algumas negociações, com apenas 2,21% dos votos em seu nome durante as primárias<sup>14</sup>, Hubert Horatio Humphrey foi escolhido o candidato democrata à presidência dos Estados Unidos.

---

<sup>14</sup>OUR CAMPAIGNS. Disponível em: <http://www.ourcampaigns.com/RaceDetail.html?RaceID=47021>. Acessado em 1 mai 2012.

A convenção de 1968 abriu, para todo o país, as fraturas entre diferentes setores do liberalismo democrata. Como vimos, a resistência da esquerda ao liberalismo convencional dos anos 50 e 60 produziu uma frente comum de movimentos políticos e culturais (étnicos, estudantil, socialista, feminista, *hippies*). Pode-se seguramente afirmar que todos estes grupos, dentro e fora do partido, aderiram à causa pacifista. Além dos protestos crescentes contra a guerra, 1968 também é um ano de crescente agitação nos guetos negros de grandes cidades, inclusive Washington DC. Deste modo, enquanto Hubert Humphrey era escolhido candidato a presidente, vencendo a candidatura de McCarthy, manifestantes eram espancados pela polícia de Chicago. Tendo a convenção se realizado num clima de tumulto e protestos dentro e fora do *International Amphitheater*, as imagens da polícia atacando os manifestantes enquanto Daley fazia gestos obscenos para a multidão atestaram que as tensões crescentes da sociedade americana haviam afetado o partido de maneira irremediável.<sup>15</sup> Para além dos conflitos entre a corrente mais liberal do partido, representada por McCarthy, e a candidatura de Humphrey, apoiada pelos liberais mais tradicionais e o movimento sindical, é preciso destacar o fato de que George Wallace, famoso Democrata segregacionista do Alabama, decidiu lançar candidatura própria. Apesar de poucas chances de vitória, Wallace agregou forças políticas que claramente estavam insatisfeitas com os rumos da política tradicional: não se sentiam identificados nem com o *establishment* liberal democrata de Johnson e Humphrey, e viam a emergência de novos movimentos sociais nos anos 60 como uma crise de valores. A despeito de o discurso de “lei e ordem” (*law and order*) propalado pela candidatura Nixon-Agnew procurar dar conta desses temores a respeito de integração racial, sublevação de guetos, perversão dos costumes e valores familiares, Wallace foi o veículo mais importante do populismo de direita nas eleições de 68, podendo ser considerado mais legítimo continuador da tradição lançada por Barry Goldwater em 1964 do que Nixon. Deste modo, o sucesso relativo de Wallace pode ser considerado um momento crucial na ascensão da “Maioria Silenciosa” (*Silent Majority*), bem como um sinal da crise do sistema bipartidário americano, ou ao menos dos referenciais ideológicos tradicionais, reconhecidos coletivamente pelo conjunto dos eleitores.<sup>16</sup>

No entanto, houve uma única vitória do grupo de insurgentes da Convenção Democrata de 1968. Durante os debates (as convenções são não apenas um evento para escolha do candidato à presidência, mas um momento de votação de resoluções diversas que

---

<sup>15</sup> Jules Witcover, *The Party of the People*, p. 576.

<sup>16</sup> William C. Berman. *America's Right Turn*. From Nixon to Bush. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press, 1994. p. 2-3 e *passim*.

dizem respeito ao funcionamento do Partido), foi aprovada uma resolução que instituiria uma comissão de reforma do Partido Democrata. Os apoiadores de Humphrey viram a oportunidade como uma forma de aplacar os ânimos dos insurgentes. Tendo sido o Senador Fred Harris a escolha de Humphrey para chefe do partido, este tinha então o poder de nomear os líderes da comissão de reforma. Nomeou James O'Hara, deputado de Michigan, para a Comissão de Regras (*Commission on Rules*); para a Comissão de Delegados e Estrutura Partidária (*Commission on Delegates and Party Structure*), nomeou McGovern, um antigo amigo de Humphrey, sem pretensões presidenciais à época, já que as forças de Humphrey não aceitariam ninguém ligado a McCarthy.<sup>17</sup>

### 2.1.2 O Partido Democrata em reforma

Enquanto os figurões da comissão não se dedicaram a ela com seriedade, o *staff* (majoritariamente pró-reforma) organizou uma série de sessões por todo o país. E, quando a comissão se dirigia a um estado, as forças “rebeldes” de cada estado se empenhavam na organização desses eventos, nos quais todas as minorias do Partido eram chamadas a participar. Inclusive, alguns participantes da campanha de McGovern haviam se iniciado nessas sessões estaduais: Gary Hart, Rick Stearns, Eli Segal.<sup>18</sup>

McGovern chefiou a comissão até janeiro de 1971, quando lançou sua candidatura à presidência. Em seu lugar, entrou o deputado Donald M. Fraser, de Minnesota. Por esta razão, a comissão, cujo nome original era *Commission on Party Structure and Delegate Selection*<sup>19</sup>, foi cognominada *McGovern-Fraser Commission*. Entre as medidas preconizadas por esta comissão em seu relatório final, *Mandate for Reform*, estão:

- a) Instauração de cotas para mulheres, negros e pessoas abaixo de 30 anos; qualquer delegação que não atendesse a proporção mínima, de acordo com percentuais extraídos do conjunto da população de um estado, poderia ser questionada e considerada excluída da convenção;
- b) Apontamento automático de delegados por chefes estaduais do partido estava proibido, bem como qualquer forma de voto por procuração; 75% dos delegados teriam de ser escolhidos por primárias ou cáucus no nível distrital.

<sup>17</sup> White, *The Making of the Presidency*, 1973. p. 22.

<sup>18</sup> White, p. 24-25.

<sup>19</sup> Literalmente, Comissão de Estrutura do Partido e Seleção de Delegados.

- c) Os candidatos teriam de entrar em ao menos um terço das primárias para que sua candidatura fosse considerada apresentável na convenção nacional;
- d) Todos os encontros partidários tinham de ocorrer de forma aberta.

O intuito principal dos reformadores era a democratização do Partido, o aumento da participação popular nas decisões da máquina, bem como uma maior participação da população em geral no partido e em especial dos grupos especiais que anteriormente estariam subrepresentados, como negros, mulheres e jovens. Como se lê neste trecho do relatório final:

We believe that popular participation is more than a proud heritage of our Party, more than a first principle. We believe that popular control of the Democratic Party is necessary for its survival. . . If we are not an open party, if we do not represent the demands of change, then the danger is not that people will go to the Republican Party; it is that there will no longer be a way for people committed to orderly change to fulfill their needs and desire within our traditional political system. It is that they will turn to third and fourth party politics or the anti-politics of the street.<sup>20</sup>

A disposição do relatório final que mais provocou animosidade no partido era aquela que se referia à necessidade de integrar grupos tradicionalmente excluídos dos postos partidários (mulheres, jovens e negros). A rigor, o relatório dizia que a representação de uma delegação estadual deveria ter estes grupos em proporção no mínimo igual à população em geral. Preocupados com a imposição de discriminação reversa, alguns membros conseguiram inserir no relatório uma determinação expressa de que o relatório não estava obrigando a imposição de cotas. No entanto, após a saída de McGovern, as feministas dentro da comissão pressionaram ativamente para que as ações afirmativas funcionassem como cotas. No fim das contas, acabaram fazendo prevalecer sua determinação; e, apesar da recomendação contrária expressa no relatório, a política de cotas acabou sendo implementada.

Muito já se discutiu sobre os efeitos das reformas de 1972 e se elas realmente tiveram um efeito democratizante sobre o partido. Subjacente a esta discussão, está a própria noção de democracia; por exemplo, o que é mais democrático: uma delegação eleita pelo voto popular

---

<sup>20</sup> *Mandate for Reform*, apud Bruce Miroff, *The Liberals' Moment*, p. 21. Trad. livre: “Nós acreditamos que participação popular é mais do que uma herança a se orgulhar do nosso Partido, mais do que um princípio fundamental. Nós acreditamos que o controle popular sobre o Partido Democrata é necessário para sua própria sobrevivência. Se não formos um partido aberto, se não representarmos as demandas por mudanças, então o perigo não será as pessoas irem para o Partido Republicano; será que não haverá mais caminho para que as pessoas comprometidas com mudanças ordeiras possam suprir suas necessidades e anseios dentro do nosso sistema político tradicional. Eles se voltarão para terceiros ou quartos partidos, ou a anti-política das ruas.

ou uma delegação alternativa condizente com a proporção geral de negros, mulheres e jovens, mas que não foi a mais votada?

Num artigo para o *American Journal of Political Science*,<sup>21</sup> John W. Soule e Wilma E. McGrath fazem uma análise comparativa das convenções de 1968 e 1972. Logo no início, apresentam a seguinte tabela:

	Censo de 1970 (%)	Delegados de 1968 (%)	Delegados de 1972 (%)
Mulheres	53	13	40
Negros	11	6	15
Renda anual menor que US\$ 10.000	70	13	27
21-29 anos de idade	12	4	21 <sup>22</sup>
Possuem <i>College</i> completo	11	43	52

Tabela 1 – Representatividade econômica e social das Convenções Nacionais Democratas de 1968 e 1972

A análise destes dados, retirados do censo norte-americano de 1970 e do *Congressional Quarterly Weekly Report*,<sup>23</sup> nos indica que a política de cotas de 1972 fez com que as mulheres estivessem mais representadas no conjunto dos delegados, ainda que não tenham chegado a sua proporção no conjunto da população americana; negros passaram a estar em maior proporção que no conjunto da população, assim como os jovens; a proporção de pessoas que completaram ao menos o *college* aumentou ainda mais do que já era em 1968; e o número de pessoas com renda anual menor que US\$ 10.000 aumentou consideravelmente, mas ainda estava muito longe da proporção apontada pelo censo.

Deste modo, pode-se dizer que as reformas tiveram o efeito de aumentar efetivamente a participação de mulheres e pessoas de baixa renda no partido, mas superrepresentou negros e jovens em relação ao conjunto da população (ainda que não necessariamente em relação aos

<sup>21</sup> John W. Soule, Wilma E. McGrath. A Comparative Study of Presidential Nomination Conventions: The Democrats 1968 and 1972. *American Journal of Political Science*, XIX, 3, agosto de 1975. p. 501-517.

<sup>22</sup> Inclui maiores de 18 anos.

<sup>23</sup> Congressional Quarterly Weekly Report, vol. XXX, n. 28, p. 1642; The Democrats in Convention (Washington: Democratic National Committee), p. 122-125. *apud* Soule; McGrath. *op. cit.*, p. 503.

eleitores democratas), além de reforçar o desequilíbrio educacional, com uma taxa de escolaridade muito maior que o resto da população americana.

Este ponto é especialmente interessante no que se refere à constituição de identidades entre os grupos que compõem o partido, já que o preconceito anti-elitista, anti-intelectual, foi utilizado com frequência nos discursos dos antigos mandarins do partido. Segundo o artigo, George Meany, presidente do AFL-CIO, declarou no *The New York Times* de 3 de dezembro de 1972 que eram necessárias novas reformas para levar o partido de volta ao homem comum. O partido, ele disse, é controlado por uma “intellectual elite”. Soule e McGrath questionam que, se por um lado o desequilíbrio educacional foi acentuado, por outro dificilmente se pode dizer que o partido anteriormente representasse o “common working man”, e menos ainda a “common working woman”.<sup>24</sup> Vejamos ainda este *op-ed* de George Wallace, publicado em março de 1972 no *The New York Times*, certamente pertencente a outra cultura política dentro do partido, qual seja, os segregacionistas do Sul:

O povo americano está cansado da interferência do governo. Eles querem ser deixados sós. O Partido Democrata já refletiu as verdadeiras expressões dos cidadãos das bases. Eles eram seu coração, o cerne de sua força e vitalidade. Muito tempo atrás ele virou o partido da tão falada intelligentsia. Onde antes havia o partido do povo, ao longo do tempo ele perdeu contato com o trabalhador e o homem de negócios. Foi transformado num partido controlado por intelectuais esnobes.<sup>25</sup>

Outra publicação da ciência política americana, o *Political Science Quarterly*, deu vazão no ano de 1974 a uma polêmica em torno das reformas do partido democrata. Num artigo provocador,<sup>26</sup> Judith A. Center pontua algumas questões a respeito do suposto *débâcle* de 1968, para concluir que o Partido Democrata vinha numa linha de continuidade, de progressão lenta porém constante de integração racial e das minorias. Mais ainda, considerando que a razão fundamental da existência dos partidos políticos nos EUA<sup>27</sup> é vencer as eleições, Chicago-1968 tampouco pode ser considerado um fracasso, já que Hubert Humphrey, o candidato escolhido, apesar dos percalços internos do partido, quase venceu

<sup>24</sup> Soule, McGrath, *op. cit.*, p. 503.

<sup>25</sup> *Apud* White, *op. cit.*, p. 93. No original: “The American people are fed up with the interference of government. They want to be left alone. Once the Democratic party reflected true expressions of the rank-and-file citizens. They were its heart, the bulk of its strength and vitality. Long ago it became the party of the so-called intelligentsia. Where once it was the party of the people, along the way it lost contact with the working man and the businessman. It has been transformed into a party controlled by intellectual snobs”.

<sup>26</sup> Judith A. Center, 1972 Democratic Convention Reforms and Party Democracy. *Political Science Quarterly*, vol. 89, n. 2 (junho de 1974), p. 325-350.

<sup>27</sup> Isto parece ser um lugar-comum de vários artigos sobre partidos políticos, e é sujeito a questionamento, a nosso ver.

Richard Nixon em novembro. Haveria, entre os dois grupos opostos na reforma, concepções muito diferentes a respeito da função, natureza e princípios de operação de um partido político.

Por exemplo: o *Joint Center for Political Studies Guide to Black Politics '72* aponta que 6,7% dos delegados de 1968 eram negros. Isto parece pouco em relação ao conjunto da população, mas esta informação não pode ser retirada do contexto histórico do partido: em Atlantic City-1964, apenas 2,2% eram negros, e sete delegações do Sul e da fronteira não tinham sequer um delegado negro. De modo que as instituições do Partido Democrata nos anos 60 tinham sim, sido capazes de absorver o desafio proposto pelo *Mississippi Freedom Democratic Party* em 1964. Em janeiro de 1965, o Comitê Nacional Democrata (DNC) havia criado o *Special Equal Rights Subcommittee*,<sup>28</sup> com a função de implementar a diretiva de 1964 que preconizava maior participação dos negros na política democrata. O subcomitê estava disposto até a recomendar ao Comitê de Credenciais em 1968 para declarar vagos os lugares de qualquer delegação que fosse considerada em falta com as determinações de 1964.

Caso semelhante se refere à participação popular no partido: já na chamada para a Convenção (*Convention Call*, um documento preliminar) de 1968 havia uma exigência de “oportunidade de participar inteiramente nos assuntos do partido” que deu margem a diversas contestações de delegações sulistas em cuja escolha os negros não teriam participado, e ainda a solicitação de alguns *McCarthysts* de terem lugar em algumas delegações do Norte (algumas foram aceitas, outras não). A *Convention Call* de 1972, por sua vez, deveria trazer instruções aos partidos estaduais que todos os democratas em seus estados tivessem “uma participação significativa e oportuna” de participar na seleção dos delegados em 1972. Em vez disso, o que se viu foi uma determinação do *Rules Committee* de que a chamada *unit rule* estava proibida (isto é, as delegações a partir de então teriam de ser proporcionais às votações recebidas), bem como a obrigatoriedade de que os delegados fossem escolhidos no ano da Convenção Nacional.

Para Center, tratava-se menos de um problema real de representação e democracia efetiva, e mais de que *McCarthysts* e posteriormente *McGovernites* se arrogavam o direito de falar pelos militantes de base do partido. A Guerra do Vietnã teria adquirido, durante as primárias, um peso desproporcional; e, além disso, a tendência de maior participação de

---

<sup>28</sup> Subcomitê Especial de Direitos Iguais.

“radicais” nas primárias<sup>29</sup> em relação às eleições gerais faria com que a “esquerda” do Partido Democrata parecesse mais representativa do que realmente era.

Center argumenta ainda que a exigência de que 75% das vagas para delegados fossem decididas em nível distrital criava uma série de mini-disputas *winner-takes-it-all*, violando a regra que proibia o *unit rule*. Se os *McGovernites* e militantes de base eram melhor organizados a nível local que nível estadual, eles acabariam obtendo uma representatividade desproporcional em relação a grupos cujo nível de atuação política fosse estadual. A autora critica também a pouca representatividade que o movimento sindical teria na *McGovern-Fraser Commission*.

Os resultados disto, para a Convenção Democrata, foram que na realidade Miami Beach-1972 fizera barulho; mas, de concreto, as questões mais palpitantes teriam sido a disputa estratégica de McGovern pela Califórnia e a contestação à delegação de Daley em Illinois (apenas as propostas pró-aborto e pró-gays para a plataforma teriam provocado alguma controvérsia). Já em 1968, houve uma competição equilibrada entre dois candidatos (quais sejam, Humphrey e McCarthy) e vigorosos debates sobre questões de plataforma e regras. De modo que a autora, comparando 1968 e 1972, conclui que a primeira teria sido de fato mais plural que a segunda.

Por fim, a autora retoma a linha argumentativa do partido como instituição para ganhar eleições para afirmar que os antigos delegados eram premiados por sua fidelidade e compromisso ao partido, enquanto os novos (isto é, os delegados de 1972) eram eleitos por suas posições em relação a um determinado tema ou político do partido. De modo que a autora trabalha implicitamente com uma oposição entre *profissionais*, verdadeiramente comprometidos com o projeto de poder do partido, e *ideológicos* ou *idealistas*, mais comprometidos com um determinado candidato ou tema.

Três meses depois, foi publicado um artigo na mesma revista, cujo objetivo era declaradamente refutar a argumentação de Center.<sup>30</sup> Nele, os autores propõem uma interpretação distinta da trajetória de McGovern nas primárias: em vez de militantes fanáticos de McGovern batendo os militantes tradicionais nas convenções estaduais, é preciso considerar a candidatura Wallace para entender o fracasso do centro democrata em 1972. Além de o centro estar dividido por três candidatos (Humphrey; Edmund Muskie, Senador

---

<sup>29</sup> Esta afirmação está sujeita a controvérsia. Cf., p. ex., John G. Geer, Assessing the Representativeness of Electorates in Presidential Primaries. *American Journal of Political Science*, vol. 32, n. 4, (nov. 1988), p. 929-945.

<sup>30</sup> Jeffrey L. Pressman, Denis G. Sullivan; Convention Reform and Conventional Wisdom: An Empirical Assessment of Democratic Party Reforms. *Political Science Quarterly*, vol. 89, n. 3, (outono de 1974), p. 539-562.

pelo Maine; e Henry “Scoop” Jackson, Senador por Washington), a candidatura Wallace, que se fortalece após o atentado ao ex-governador do Alabama, claramente “rouba” votos do centro, de acordo com as pesquisas eleitorais, na medida em que estas incluem ou excluem Wallace. A situação só se decidiria verdadeiramente a favor de McGovern, afinal, com as primárias da Califórnia (e a decisão da questão da Califórnia por apenas 173 votos desmente, ainda, a visão de Center de Miami Beach-1972 como uma convenção morna, decidida de antemão).

Além do mais, de fato as regras estabelecidas pela Comissão de Reforma poderiam favorecer McGovern; mas é verdade também que a comissão preferiria *caucuses* estaduais e convenções a primárias; foram justamente os militantes tradicionais dos partidos estaduais que optaram pelo formato de primárias. E a explicação para isso está no próprio interesse desses chefes estaduais: *caucuses* distritais e convenções são lugares onde se decidem cargos locais importantes, como o de tesoureiro do partido, por exemplo. E esses chefes não queriam ver a sorte de seu domínio pessoal misturado com questões nacionais. De modo que a adesão ao sistema de primárias (que supostamente favoreceria McGovern) não seria uma manobra mal-intencionada de McGovern, mas sim o resultado da escolha dos próprios partidos estaduais.

O artigo aponta ainda para um outro problema: a divisão rigorosa entre delegados “puristas” e “profissionais”, dois tipos ideais que aparecem com frequência na literatura sobre o tema. Ela teria essencialmente dois problemas: ignora o fato de que a candidatura de McGovern esteve disposta frequentemente a ceder e realizar compromissos na construção de seu projeto, e seus dirigentes tiveram embates frequentes com militantes de causas pontuais que queriam impor sua pauta à candidatura. Além disso, a própria noção dos “puristas” como ligados a um interesse particular (“*special interest*”) ignora que a verdadeira particularidade desse grupo de ativistas é, na realidade, a extensão ao público de uma moral privada através da participação política. Isto é, a militância num dado tema (por exemplo, a Guerra do Vietnã), longe de se tratar de um interesse específico, é uma forma de defender aquilo que os militantes entendem ser o interesse público. Tampouco se pode dizer que os *caucuses* tenham roubado importância das delegações estaduais: devido às sérias dificuldades organizacionais, os seis *caucuses* (*Black Caucus*, *Women’s Caucus*, *Youth Caucus*, *Latin Caucus*, *Senior Citizens’ Caucus*, *Jewish Caucus*) não conseguiram se organizar como planejado para cobrar os candidatos sobre seus temas de preferência. As delegações estaduais, em 1972, permaneceram como o *locus* privilegiado de atuação e negociação na escolha do candidato e

de outras questões importantes da convenção. Não era possível para os delegados, por exemplo, pegar suas credenciais sem passar pelas delegações estaduais.

Cabe ainda ressaltar que Pressman e Sullivan, através de uma pesquisa tipo *survey* bem fundamentada com 234 delegados submetidos, ao longo da semana, a perguntas de caráter estratégico com duas opções (uma resposta “purista” e outra “profissional”), comprova que os apoiadores de candidatos do centro ou “profissionais” tornam-se “puristas” ao longo da convenção, à medida que o grupo insurgente toma o controle dos trâmites em Miami Beach. De modo que as identidades de puristas e profissionais, além de deverem ser relativizadas, ainda por cima mudam de acordo com a conjuntura: uma convenção radicalizada tende a radicalizar ambos os lados. Tampouco se comprovaria que os “puristas”, quando chegam ao poder, tornam-se “profissionais” zelosos de suas posições. É a relação entre ambos e a resultante política do conflito que define as identidades de “purista” ou “profissional”.

Por fim, Pressman e Sullivan argumentam que a imagem de “fracasso” de 1972 ao escolher um candidato para vencer as eleições (em contraste com a escolha supostamente acertada de Humphrey) não leva em consideração os fatores que contavam a favor de Nixon em 1972 (Nixon era presidente, tendo feito viagens com forte aprovação popular à URSS e à China, a não-participação de George Wallace, cujos votos foram majoritariamente para Nixon etc.).

Reproduzimos rapidamente este debate do *Political Science Quarterly* porque, no nosso entender, ele resume muito bem os argumentos de parte a parte, publicados numa data relativamente próxima às eleições de 1972 e em plena revisão da reforma, em 1974. O artigo de Center tem questionamentos interessantes sobre a eficácia das novas regras para criar uma efetiva democracia partidária, sem o devido equilíbrio entre os grupos que constituem o partido. Entretanto, a divisão entre “profissionais” centristas comprometidos com o partido e “puristas” radicais comprometidos com causas específicas, com apologia dos primeiros em detrimento dos segundos, simplifica demasiado a realidade do Partido Democrata em 1972, como vimos no artigo de Pressman e Sullivan. Além do mais, a presunção, muito comum na ciência política, de que a “função” de um partido político é ganhar eleições, deve ser seriamente questionada, pois é funcionalista e pressupõe que os atores individuais possuem demasiado controle sobre as “vontades” e “racionalidades” institucionais, bem como sobre o processo histórico por que passa uma determinada instituição. Os partidos políticos possuem diversas funções na ordem política e na relação entre distintas culturas políticas, como já discutimos na Introdução desta dissertação; são um canal de expressão simbólica e identificação para além de uma racionalidade funcionalista, a despeito da existência de um

objetivo comum entre seus participantes. Supor que a “crise” de 1968-1972 pudesse ser evitada em nome do interesse eleitoral democrata, e que um outro candidato que não McGovern pudesse ser escolhido, é supor que os homens possuem sobre a história, e sobre a dinâmica dos grupos sociais, um controle que não possuem; supor que as antigas instituições partidárias poderiam dar conta de recepcionar as demandas sociais emergentes é isto, uma suposição, que não pode ser provada, e que corresponde menos a uma visão equilibrada do problema e mais a uma visão parcial de um dos lados do processo.

A despeito destas discussões sobre o caráter democrático (ou não) das reformas, três modificações são incontestáveis:

- a) O Partido Democrata, até então pouco mais que uma federação frouxa de diretórios estaduais, deu um enorme passo para se tornar uma organização efetivamente nacional, com regras menos díspares entre os estados e maior unificação no processo de seleção do candidato à presidência.
- b) As reformas aceleraram a assimilação, dentro do Partido, dos movimentos ligados ao que se convencionou chamar de Nova Política (*New Politics*) dos anos 60; sua forma mais “amadora” de fazer política, com grande participação de voluntários e maior fervor político, mudaria a função e a auto-imagem do partido de maneira irreversível.
- c) Do ponto de vista estratégico, George McGovern foi o grande beneficiado nas primárias para as eleições de 1972.

### **2.1.3 A insurgência de 1972**

George McGovern é uma personalidade complexa, daquelas que dão margem a excelentes biografias: filho de um ministro Wesleyano fundamentalista, teve sua infância marcada pela rotina de estudos e limitações impostas pela leitura literal da Bíblia; à medida que foi crescendo, sua consciência passou a alçar voos próprios: das fugas para ir ao cinema, experiência mundana proibida por seu pai austero, passou a realizar estudos de juventude na linha do chamado *Social Gospel*, uma leitura progressista do Evangelho que advogava a justiça social. Se sua infância havia sido marcada pela rotina protestante, a adolescência foi vivida em meio ao *New Deal* de Franklin D. Roosevelt. Após deixar o seminário por onde passou na Dakota do Sul, seu estado natal, alistou-se para lutar na Segunda Guerra Mundial. Foi piloto de bombardeiros na Europa e ganhou uma condecoração: a *Distinguished Flying*

*Cross*. Após retornar da guerra, foi estudar história. Graduou-se nesta área, e fez sua tese de doutorado sobre a greve de mineiros de carvão no Colorado (1913-1914), que culminou no chamado Massacre de Ludlow. Seu trabalho destoava da produção historiográfica da época, em que já então predominava o que se convencionou chamar de *historiografia do consenso*, isto é, a noção de que os EUA possuem um desenvolvimento histórico excepcional, marcado pela concórdia e moderação em contraste com as conturbações políticas dos outros países. Estava mais próximo de uma historiografia progressista, alinhada a alguns dos pressupostos políticos da *progressive era*.

Atraído para a política pela campanha de Adlai Stevenson em 1952, após a derrota iniciou um movimento de reorganização do Partido em South Dakota, no melhor estilo *grassroots* que posteriormente marcaria seus seguidores. Em 1956, decidiu utilizar o partido que ajudou a construir para se lançar candidato a deputado federal. Venceu, em grande medida graças à impopularidade da política agrária do Governo Eisenhower em seu estado. Aliás, a maior parte da carreira política de McGovern foi feita com base na defesa do interesse dos pequenos proprietários de seu estado. Suas posições progressistas sobre política externa nunca foram muito notadas até que ele se lançasse como um candidato antiguerra em 1968 e, mais substancialmente, em 1972. Aliás, McGovern nunca utilizou politicamente seu histórico militar; sempre foi uma questão tratada com discrição, e em seus discursos isto costuma aparecer como forma de legitimar suas opiniões contra a guerra.

Após dois mandatos na Câmara dos Deputados, lançou-se candidato ao Senado em 1960. Tendo-se vinculado à candidatura Kennedy num estado em que Nixon ganhou com enorme margem, pagou caro por isso e perdeu a vaga. Kennedy o recompensou e deu-lhe uma vaga de presidente no programa de ajuda externa do governo, chamado *Food for Peace*, que recebeu um considerável impulso na Administração Kennedy. Saiu do programa em 1962, mas conservou o apreço pelo tema da fome, miséria e má alimentação, tendo sido o principal incentivador de uma comissão no Congresso sobre o tema. No mesmo ano em que saiu do *Food for Peace*, concorreu ao Senado, e desta vez venceu. Permaneceu lá até sua candidatura à Presidência, em 1972, quando suas posições liberais a respeito dos temas tradicionais da Guerra Fria começaram a sobressair. McGovern logo passou a ser considerado um dos *doves* (“pombos”, apelido dos pacifistas) do Congresso, e notabilizou-se por isso. Outra função que ocupou neste meio-tempo, em 1970, foi chefe da Comissão de Reforma do Partido Democrata, da qual se desligou para concorrer à presidência.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Este breve apanhado biográfico se baseia em: Bruce Miroff, *The Liberals' Moment: The McGovern insurgency and the identity crisis of the Democratic Party*, Lawrence: University Press of Kansas, p. 25-40.

\*\*\*

A campanha de McGovern, em alguns sentidos, é herdeira direta das campanhas de Bob Kennedy e McCarthy: por um lado, reúne o *staff* do primeiro (Gary Hart, *manager* da campanha, e Frank Mankiewicz, diretor da campanha, eram homens de Bob Kennedy; além deles, muitos apoiadores de Kennedy migraram para a campanha de McGovern quando ele foi assassinado) e o modelo de *grassroots* do segundo, com a verve liberal e antiguerra de ambos.<sup>32</sup>

A verdade, entretanto, é que McGovern não era considerado um candidato sério pelo menos até o início das primárias. Os preferidos do partido eram Hubert Humphrey e Ted Kennedy. A maioria ignorava que o Senador de Massachusetts não concorreria no ano de 1972, por razões de ordem pessoal, até hoje não muito bem esclarecidas.<sup>33</sup> A ausência de Kennedy significava que o caminho estava aberto para todos os que quisessem tentar.

Sete pessoas estiveram na primeira reunião da candidatura McGovern, na fazenda do Senador em Cedar Point: o casal, professor de história urbana Richard Wade, George Cunningham, assessor administrativo do Senador, Pat Donovan, secretária de McGovern, e Gary Hart e Rick Stearns, dois assessores contratados para sua campanha. Foi lá (e, segundo Hart, o nome foi dado por Wade) que se concebeu a estratégia que chamaram de *left-center strategy*.<sup>34</sup> Ela consistia em fazer uma campanha que pudesse galvanizar a esquerda e, ao mesmo tempo, mobilizar o apoio dos membros tradicionais do partido, a partir dos primeiros êxitos organizacionais e mostrando-se uma alternativa viável.<sup>35</sup>

Rick Stearns havia sido *Rhodes Scholar* em ciência política e *summer intern* na comissão de reforma do Partido Democrata, e estudava justamente as mudanças nas formas de seleção dos delegados pelos partidos. Revelar-se-ia um importante estrategista na campanha de McGovern, um especialista em contar votos de delegados nas votações cruciais ao movimento dentro do Partido. Stearns, quadro novo na política, foi um lance de mestre de McGovern, que percebera que o jogo do partido havia mudado radicalmente após as reformas de 1970-1972. Para jogar o novo jogo, seriam necessários novos homens, que não estivessem viciados pelas antigas regras. No verão de 1971, McGovern somaria a seu time Frank

---

<sup>32</sup> *Idem, Ibidem*, p. 19.

<sup>33</sup> Talvez a maior delas seja o chamado incidente de Chappaquidick, no qual Kennedy sofreu um acidente de carro com uma jovem apoiadora do partido. O carro caiu num lago. Kennedy se salvou e a moça morreu. A presença da moça no carro suscitou fortes especulações sobre infidelidade conjugal.

<sup>34</sup> Estratégia esquerda-centro, ou estratégia de centro-esquerda; ambas são traduções possíveis.

<sup>35</sup> *Idem, Ibidem*, p. 42-47.

Mankiewicz, ex-presidente da *National Public Radio*, ex-diretor dos Corpos da Paz para a América Latina, e chefe do setor de imprensa da campanha de Kennedy em 1968, como chefe da sua campanha; e Ted Van Dyk, ex-redator de discursos de Humphrey e veterano das administrações democratas, como conselheiro político. A presença de Mankiewicz e Van Dyk, apesar de gerar algum ressentimento entre os militantes mais jovens a partir de então, era uma ajuda especializada muito bem-vinda, em especial num momento em que a empreitada ainda parecia imatura e inconsistente aos olhos dos observadores.

A despeito de preocupações por parte de seu *staff* ao longo de 1971 com o andamento da campanha, McGovern demonstrava confiança inquebrantável. Na verdade, ainda que as pesquisas o mostrassem com fraco desempenho nas primeiras primárias e um conjunto de figurões do partido estivesse aderindo à campanha de Edmund Muskie, McGovern percebia que a esquerda do partido estava se engajando na sua campanha, como planejado. McGovern possuía fichas em caixas de sapato de potenciais pequenos contribuintes; isso e mais a disposição dos militantes de trabalhar em condições adversas davam a McGovern a confiança necessária de que sua campanha não ficaria sem dinheiro, o que até então havia sido uma ameaça perene. Como veremos, sua intuição não estava errada.

Utilizando esta tática, McGovern conseguiu surpreender a campanha de Muskie nos *caucuses* de Iowa, primeira disputa do partido, em 24 de janeiro. No dia da votação, caía uma tempestade de neve, condição climática que faz com que apenas os apoiadores mais fervorosos saiam para votar. Além disso, o formato de *caucus* é mais propício à influência de estruturas capilares de campanha, com pouco alcance geral e pouco dinheiro, posto que o número de eleitores é reduzido. Deste modo, McGovern perdeu para Muskie por 39% a 27%. Entretanto, a derrota foi lida como uma vitória de McGovern; posto que, na cobertura das primárias americanas, o desempenho é medido não pela votação concreta, mas pela comparação com uma expectativa de votação. McGovern, na pesquisa Gallup realizada em Iowa antes do *caucus*, aparecia com apenas 3% das intenções de voto.<sup>36</sup>

Pelo mesmo motivo, McGovern também não poderia se dar ao luxo de desprezar New Hampshire: sendo a segunda votação no calendário eleitoral, a primeira pelo sistema de primárias, a coordenação da campanha deu a Joe Grandmason, chefe da campanha no estado, autonomia para organizar pequenas reuniões e eventos no estado. McGovern, por sua vez, empreendeu bastante tempo fazendo campanha corpo a corpo, num estado pequeno em que este tipo de campanha costuma dar bons frutos. Enquanto isso, a campanha de Muskie não

---

<sup>36</sup> *Idem, Ibidem*, p. 53.

priorizou New Hampshire. Além disso, Muskie foi flagrado pela imprensa em descontrole emocional, quase chorando, ao responder na boleia de um caminhão calúnias publicadas no jornal local *Manchester Union Leader*.<sup>37</sup> Resultado: Muskie 46%, McGovern 37%.

Mas houve, sim, uma primária da qual McGovern não participou: a da Florida. Após bastante discussão, os assessores de McGovern concluíram, sem unanimidade, que a Florida era território perdido, posto que não houvesse qualquer base natural de apoio para McGovern no estado. O sul do estado seria uma briga difícil com os candidatos do *establishment* do partido; o noroeste do estado, econômica e geograficamente ligado ao *Deep South*, convencionalmente chamado de “cabo da panela” (*panhandle*), era território de George Wallace, enquanto Humphrey poderia apelar aos negros do estado registrados para votar. O resultado foi uma vitória acachapante de Wallace (42%), com Humphrey bem atrás (18%), deixando Muskie desolado com apenas 9%. McGovern fez ainda menos, apenas 8% dos votos, mas uma coisa na cobertura das primárias era fazer 8% anunciando uma campanha discreta; outra coisa era uma campanha de peso investir dinheiro e trabalho para obter 9%. Enquanto o fracasso de McGovern passou despercebido, o de Muskie ganhou muita repercussão.

A próxima parada seria Wisconsin, no dia 4 de abril, um estado tradicionalmente liberal, com uma população universitária politicamente ativa em Madison, e ao mesmo tempo com um forte contingente de eleitores operários em Milwaukee. A despeito de muitos desses eleitores serem receptivos à retórica anti-integração racial de Wallace, e outra parte estar “fechada” com candidatos mais tradicionais do partido, McGovern costumava se sair muito bem apertando mãos em porta de fábrica, e ao longo de toda a sua campanha ele conseguiu atrair alguns votos deste grupo. Por ser um estado com forte potencial para McGovern, sua campanha investiu pesado nele, sempre com a mesma receita de uma campanha *grassroots*, com forte viés ideológico. Gene Pokorny, um jovem ativista que trabalhou para a campanha de McCarthy em 1968, foi enviado a Wisconsin ainda em meados de 1970, com o intuito de montar uma estrutura organizacional capilar, bem como a constituição de um banco de dados de possíveis doadores e voluntários.<sup>38</sup>

Resultado de 4 de abril: McGovern 30%, Wallace 22%, Humphrey 21%, Muskie 10%, Henry “Scoop” Jackson 8%, John Lindsay (prefeito de Nova York), 7%.

<sup>37</sup> Theodore White, *The Making of the President, 1972*. A narrative history of American politics in action. New York: Atheneum Publishers, 1973. p. 83.

<sup>38</sup> Sobre o esforço de Pokorny em Wisconsin, v. *Idem, Ibidem*, p. 98-100.

O fracasso de Muskie intriga pela força que a candidatura demonstrava, até que a bola rolasse: sua estratégia era entrar em todas as primárias. Se por um lado, poderia ter um efeito de demonstrar fôlego, por outro era muito arriscado, pois expunha o candidato a fracassos e queimava cartuchos importantes antes da hora. Além disso, os apoios de figurões do partido precisavam ser manejados com cuidado. Em janeiro de 1972, já eram tantos apoiadores que o candidato tinha dificuldade em conciliar a agenda de modo a aparecer com todos eles.

Muitos “insurretos” de 1968 acreditavam pragmaticamente que Muskie seria o melhor candidato para derrotar Nixon. Os sindicatos também estavam fechando com Muskie. Até George Meany,<sup>39</sup> que então preferia Henry “Scoop” Jackson (senador da ala conservadora do partido democrata, um “falcão” da Guerra Fria) ou Humphrey, já se preparava para conviver com Muskie.<sup>40</sup>

No entanto, após as primeiras derrotas, a candidatura Muskie foi se esvaziando feito um balão. A candidatura Muskie não entusiasmava com ideias, num ano em que tudo indicava que seria uma eleição com grande importância para os grandes temas. A candidatura de Muskie era de peso, mas não de densidade. Em 1972, estavam em jogo questões políticas demasiadamente profundas, e Muskie não parecia dizer muita coisa para as forças envolvidas no embate.

Tudo corria muito bem para McGovern até a Florida e Wisconsin; no entanto, despontar como líder nas primárias tem um efeito colateral negativo: aglutinar contra si todas as outras forças que não estão dispostas a se aliar com você.

Neste primeiro momento da campanha, o que nos interessa é reter a estratégia inovadora de McGovern; a imobilidade de seus rivais, em particular Muskie; a importância da militância *grassroots*, compreendida como uma nova forma de fazer campanhas no Partido Democrata.

\*\*\*

As primárias da Pennsylvania e de Massachusetts, no fim de abril, foram a pá de cal na candidatura Muskie: o senador pelo Maine perdeu as primárias de Massachusetts para McGovern e as da Pennsylvania para Humphrey, tendo ambos concentrado esforços nesses estados. Outro efeito destes resultados foi polarizar a disputa em torno de Humphrey e McGovern. O ex-vice presidente, e candidato de 68, então Senador por Minnesota, a despeito

---

<sup>39</sup> Presidente da maior central sindical americana, o AFL-CIO, de 1955 até 1979.

<sup>40</sup> *Idem, Ibidem*, p. 78-79.

de alguns erros estratégicos e da reforma do partido, ainda mostrava-se um adversário de peso.

A partir das primárias de Ohio, em maio, a disputa se tornou uma luta fratricida. Foi lá que apareceram as primeiras associações do nome de McGovern com o adjetivo “radical”. “McGovern as radical” foi o *topos* predominante dos ataques contra o candidato democrata na disputa contra Richard Nixon, no outono, mas este tipo de crítica nasceu nas primárias do Partido Democrata. As primárias de Ohio também foram marcadas por denúncias de fraude em distritos de Cleveland por parte dos chefes locais; os votos suspeitos foram cruciais para determinar o vencedor,<sup>41</sup> no caso Humphrey, por uma pequena margem.

Os ataques a McGovern em função de seu suposto liberalismo foram crescendo e atingiram um novo patamar nas primárias da Califórnia, em maio. A campanha de McGovern já havia adquirido outro patamar: ao trabalho abnegado dos voluntários, vinha se somar uma boa soma de dinheiro, em grande parte conseguido através de pequenas doações, alguns grandes doadores que simpatizavam com a causa antiguerra, e eventos beneficentes (como um show de celebridades apresentado por Warren Beatty, por exemplo). Miles Rubin, um importante empresário californiano que já havia ajudado a campanha montando um serviço de *call-center* pedindo doações para McGovern em New Hampshire, estimou os gastos da campanha de McGovern na Califórnia em US\$ 2 milhões, quatro vezes mais que a campanha de Humphrey.<sup>42</sup> Apesar de contar com o apoio dos figurões do partido, a campanha de Humphrey estava quebrada, pois ele havia gasto quase tudo o que tinha nas primeiras disputas. A estratégia de Humphrey para a Califórnia foi aumentar os ataques a McGovern: aos judeus do estado, Humphrey dizia que os cortes no orçamento da defesa preconizados por McGovern deixariam vulnerável o Estado de Israel; aos trabalhadores da indústria da defesa, que os cortes não apenas deixariam os EUA mais vulneráveis, mas também colocariam em risco seus empregos. Aos contribuintes em geral, dizia que a proposta de McGovern de um *demogrant*, uma espécie de programa de renda mínima que alcançaria todos os cidadãos, defendido por McGovern, oneraria excessivamente os cofres públicos.<sup>43</sup>

De toda forma, o dinheiro na campanha de McGovern trouxe algumas mudanças na forma de fazer campanha: as fichas de doadores em caixas de sapato foram substituídas por

---

<sup>41</sup> Miroff, *op. cit.*, p. 61-62.

<sup>42</sup> *Idem, Ibidem*, p. 65.

<sup>43</sup> O programa *demogrant* encontra paralelo em outras iniciativas ao redor do mundo, e seus impactos sobre o orçamento são fruto de debate inconclusivo entre tributaristas, economistas e outros especialistas no tema. No entanto, o programa foi vítima de simplificações grosseiras na campanha de 1972, como se a proposta de McGovern fosse depositar US\$ 1.000 na conta de cada cidadão americano e outras caracterizações que apresentavam a proposta como demagógica e excessivamente onerosa.

cadastros de computador; com o auxílio de Rubin, foi montado um eficiente esquema de *call-center* para contactar estes doadores, bem como foi posto em prática um esquema de *mala-direta*. Muitas destas inovações nas campanhas eleitorais são atribuídas ao Partido Republicano e a seus comitês de ação política (conhecidos como PACs, organizações da sociedade civil que fazem campanha para um dado candidato, sem ter vínculo necessário com sua campanha<sup>44</sup>); mas, já em 1972, a campanha de McGovern também trouxe muitas dessas inovações, graças a empreendedores como Rubin. Na realidade, a candidatura McGovern continha algumas inovações que também existiam no que o chamado CRP (*Committee to Re-Elect the President*, que jocosamente recebeu o acrônimo de CREEP por seus adversários) fazia do outro lado; com a diferença de que o comitê de Nixon tinha muito mais dinheiro. Em termos de organização, a campanha de Nixon certamente era muito mais eficaz e poderosa. O CREEP foi um marco no que concerne à independência financeira e organizacional das campanhas em relação aos partidos. No entanto, a campanha de McGovern é a mostra de que mesmo uma candidatura considerada *outsider* pode transitar bem neste meio (em particular com o financiamento público instituído pelas emendas ao *Federal Election Campaign Act*, em 1974; trataremos do assunto mais adiante), e pode-se ponderar que ambas sejam manifestações, à esquerda ou à direita, das inovações em termos de financiamento e contato de voluntários na política americana.

As primárias da Califórnia terminaram com uma pequena vantagem para McGovern. No entanto, havia algo que diferenciava as primárias da Califórnia das outras: ela era o que os americanos chamavam de *winner-takes-it-all primaries*. Isto é, aquele que vencesse a primária por qualquer margem que fosse ficaria com **todos** os delegados daquele estado. De modo que, ao menos provisoriamente, McGovern parecia ter conquistado assim a nomeação, já que a representação de delegados era proporcional à população, e vencer na Califórnia conferia ao candidato meio caminho andado para a indicação. Dizemos *provisoriamente* porque a existência de primárias neste formato parecia ser contrária às determinações preconizadas pela reforma partidária. E, de fato, chegaria o momento certo para as forças do movimento ABM (*Anybody But McGovern*) realizarem sua última investida contra o Senador por South Dakota.

Movimentos contra determinado candidato são comuns nas primárias americanas, especialmente quando um candidato se distancia dos outros muito cedo. No caso de McGovern, o que sua coalizão de adversários defendia era que McGovern havia vencido tantas primárias apenas porque seus adversários concorriam em nichos semelhantes; contudo,

---

<sup>44</sup> Falaremos dos PACs e do financiamento das campanhas logo adiante, em mais detalhes.

McGovern não teria respaldo entre os eleitores do país, e ainda por cima poderia prejudicar as candidaturas para os cargos legislativos, já que o candidato à presidência sempre funciona como um “puxador de votos” para os deputados e senadores. Num certo sentido, foi o que aconteceu em novembro. Mas é o caso de se perguntar se isso teria acontecido caso McGovern tivesse o apoio integral do seu partido. Quem estava menos preparado para McGovern: o povo americano ou o Partido Democrata?

Numa entrevista para a revista *Life*, McGovern expressou sua opinião sincera sobre aqueles que se articulavam no movimento ABM:

Eu acho que cheguei no ponto em que conquistei a indicação. E se um bando de políticos estabelecidos se alia para me impedir de conquistar a indicação porque não fui até eles para pedir ajuda – apenas um movimento negativo, despeitado que subverte o processo democrático – se eu sentir que isso aconteceu, então não vou deixar eles saírem com essa.<sup>45</sup>

Em 29 de junho, isto é, duas semanas antes do início da Convenção Democrata, normalmente reúnem-se os comitês para tratar de questões como a plataforma de campanha (*Platform Committee*), as credenciais para os delegados (*Credentials Committee*) e as regras da convenção (*Rules Committee*). Estas reuniões são mais discretas e recebem menos atenção e bem menos gente do que a convenção propriamente dita, mas nelas se dão batalhas decisivas que podem influenciar muito o resultado das convenções. E era no comitê de credenciais que seria decidido o desafio à delegação *winner-takes-it-all* pró-McGovern da Califórnia. E foi decidido da seguinte forma: por 72 a 66, a delegação californiana teria de ser dividida proporcionalmente entre os candidatos. Ironicamente, os adversários de McGovern cobravam coerência do candidato em relação a suas reformas, enquanto sua equipe não tinha nenhum interesse na implementação dessas regras.

A vingança viria na reunião do dia seguinte: por 71-61, a delegação liderada pelo prefeito Richard Daley, de Chicago, também seria desqualificada, desta vez sob a regra da representação proporcional de negros, jovens e mulheres. A campanha de McGovern orientou seus delegados no comitê a votarem a favor de Daley, sabendo que a desqualificação do

---

<sup>45</sup> Richard Merryman, “‘I have earned the nomination’: an interview with George McGovern”, *Life*, 7 de julho de 1972, *apud Idem, Ibidem*, p. 75. No original: “I think that I have come to the point where I have earned the nomination. And if a bunch of old established politicians gang up to prevent me from getting the nomination because I didn’t come to them for help – just a negative, spiteful movement that subverts the democratic process – if I feel that has happened, then I will not let them get away with it”

prefeito equivaleria a uma declaração de guerra; mas muitos *McGovernites* ignoraram a orientação recebida, tomados pelo rancor em relação à decisão do dia anterior.<sup>46</sup>

Nesta ocasião, Mike Royko, colunista do *Chicago Sun-Times*, publicou uma carta aberta que ecoava as críticas que mencionamos anteriormente, sobre a representatividade da nova delegação:

Eu apenas não vejo como sua delegação é representativa dos democratas de Chicago. E é sobre isso que gira essa coisa. . . cerca de metade dos seus delegados são mulheres. Cerca de um terço dos seus delegados são negros. Muitos deles são jovens. Vocês têm até mesmo alguns hispânicos. Mas enquanto eu olhava os nomes dos seus delegados, eu notei algo peculiar. . . há apenas um italiano aqui. Vocês estão dizendo que apenas um de cada 59 votos democratas de Chicago é italiano? E apenas três dos seus 59 têm nomes poloneses. . . Suas reformas tiraram a voz dos descendentes de europeus em Chicago, o que é uma reforma estranha. . . A outra coisa que me incomoda sobre a sua delegação é que cerca de metade dela ou mais concorreu nas primárias e “levou bomba”. . . Seu pessoal concorreu – e eles merecem crédito por isso – mas eles perderam. . . Seu co-líder, Jesse the Jetstream, não conseguiu fazer sua parte no seu próprio local de origem. Ele está sendo saudado como uma nova potência política e ele não pôde obter seus próprios votos. Agora eles são delegados, tendo se declarado como tais. . . Qualquer um que reformasse o Partido Democrata de Chicago retirando os descendentes de europeus provavelmente começaria uma dieta dando um tiro no estômago<sup>47</sup>

Após o resultado na Comissão de Credenciais, ambas as forças recorreram aos tribunais; mas a Suprema Corte, reunida sobre o tema em caráter emergencial, decidiu que cabia à própria convenção dirimir as dúvidas sobre ambas as contestações.

E assim foi: em 9 de julho, um dia antes do início da convenção, representantes da candidatura McGovern se reuniram com Larry O’Brien, *chairman* do Comitê Nacional do Partido Democrata, e James O’Hara, agora *parliamentary* da convenção. Os temas da conversa: o conceito de “maioria” e se os delegados não contestados (isto é, não-desafiados) poderiam votar em algum desafio referente a outros delegados de seu estado. O’Brien e

---

<sup>46</sup> *Idem, Ibidem*, p. 76. Para um relato dos debates e reuniões ocorridos no comitê de credenciais, v. White, *op. cit.*, p. 161-166.

<sup>47</sup> *Apud* White, *op. cit.*, p. 165. Trad. livre: “I just don’t see where your delegation is representative of Chicago’s Democrats. And that is what this thing is really all about. . . About half of your delegates are women. About a third of your delegates are black. Many of them are young people. You even have a few Latin Americans. But as I looked over the names of your delegates, I saw something peculiar . . . There’s only one Italian there. Are you saying that only one out of every 59 Democratic votes cast in a Chicago election is cast by an Italian? And only three of your 59 have Polish names. . . Your reforms have disenfranchised Chicago’s white ethnic Democrats, which is a strange reform. . . The other thing that bothers me about your delegation is that about half of it or more ran in the primary and got stomped. . . Your people ran – and they should get credit for it – but they lost. . . Your co-leader, Jesse the Jetstream, didn’t make it to his local polling place. He’s being hailed as a new political powerhouse and he couldn’t deliver his own vote. Now they are delegates, having been declared so by themselves. . . Anybody who would reform Chicago’s Democratic Party by dropping the white ethnic would probably begin a diet by shooting himself in the stomach”.

O'Hara, temerosos dos efeitos explosivos de decisões potencialmente negativas nas bases de McGovern, assentiram que a maioria seria constituída após subtrair-se os delegados desafiados (no caso da Califórnia, por exemplo, McGovern não precisaria da maioria absoluta dos delegados, 1.509, mas apenas de 1.433); e que os delegados não desafiados (p. ex., os da Califórnia) poderiam votar em questões concernentes a seu próprio estado. A decisão enfureceu as lideranças da campanha de Humphrey.<sup>48</sup>

No dia 10, a Convenção tem finalmente de decidir as questões pendentes: Califórnia, Illinois. Mas, antes, havia uma contestação em relação à delegação da Carolina do Sul, que não cumpriria os requisitos mínimos das “cotas”. Inicialmente, a campanha de McGovern havia prometido às feministas apoio à contestação. No entanto, se a maioria ficasse entre 1.497 (a maioria estipulada na reunião com O'Brien e O'Hara) e 1.509, isto daria aos adversários de McGovern a oportunidade de contestar, na convenção, a própria noção de maioria, o que teria implicações indiretas, porém decisivas, na votação sobre a delegação da Califórnia.

Poucas vezes se viu a campanha de McGovern tão unida: Rick Stearns e mais 250 *McGovernite whips* (pessoas encarregadas de organizar um determinado grupo de representantes em votações e assembleias, espécie de “tropa de choque”), dirigiram-se a todos os delegados que puderam, em contato direto com a central da campanha, isto é, Hart e Mankiewicz. Com medo de que a votação ficasse na margem que abriria espaço para a contestação, a campanha tomou uma decisão que enfureceu as feministas: retirou o apoio à moção e abriu mão de contestar a delegação da Carolina do Sul. Pouca gente entendeu o que estava acontecendo no momento; a maioria dos observadores considerou a decisão como uma derrota de McGovern. Na verdade, era uma decisão tática com sabor de traição, dos militantes da campanha, ligados ao candidato, sobre um dos grupos que haviam apoiado McGovern com mais entusiasmo. Este talvez tenha sido o momento mais emblemático de uma contradição que permearia toda a campanha de McGovern, desde as primárias até novembro: os desentendimentos entre os militantes ligados ao candidato, e aqueles ligados a uma causa outra, que viam na candidatura McGovern o melhor representante de seus ideais.

A partir de então, a vitória no que concernia à delegação da Califórnia veio fácil. Veio também uma vitória de Pirro: foi confirmada a derrota da delegação de Illinois na convenção (Daley nem credencial havia recebido, e acompanhava a convenção pela televisão em sua

---

<sup>48</sup> *Miroff*, op.cit., p. 78.

casa de veraneio), e em seu lugar foi colocada uma delegação alternativa liderada pelo pastor e militante negro Jesse Jackson.

\*\*\*

À primeira vista, pode parecer um preciosismo descer a este nível de detalhe nas disputas internas em 1972, em especial considerando que nosso objetivo é entender 1976. No entanto, estas questões arcanas em torno de normas regimentais são os instrumentos com os quais se lutam as batalhas dentro do Partido Democrata. Elas são tão ou até mais importantes que os discursos proferidos na convenção. As feridas abertas na troca de “fogo amigo” não cicatrizarão pelo menos até o dia da eleição, e apenas a derrota de McGovern saciaria seus opositores dentro do partido.

\*\*\*

Dia 11 de julho, terça-feira, a convenção passou a tratar da plataforma da campanha. A maior parte das propostas de emenda ao rascunho do comitê de plataforma, que são chamadas *minority planks*, vieram da esquerda do partido democrata, que as lideranças da campanha trataram diligentemente de derrotar (a despeito de muitos militantes *McGovernites* serem pessoalmente receptivos a elas). Entretanto, a mera exibição, pelas redes de televisão, da legião de “desajustados” que compunha o grupo mais entusiasmado da campanha de McGovern debatendo no solo e no púlpito trataria de lembrar ao público americano da imagem do candidato “radical”, a favor dos 3 A’s (*acid, abortion, amnesty*)<sup>49</sup>, e outras “etiquetas” coladas em McGovern por seus próprios adversários dentro do partido. As discussões eram desordenadas, muita gritaria e confusão no solo da convenção, a desorganização fazia com que nada começasse ou terminasse na hora. Para boa parte do público americano que, à época, parecia namorar uma nova forma de conservadorismo, estava claro no que o Partido Democrata havia se transformado: numa instituição anárquica que ameaçava os valores tradicionais. Segundo O’Hara, “Nós perdemos a eleição em Miami.”. E completa: “O povo americano fez uma associação entre McGovern e liberação gay, e direitos sociais, e usuários de maconha, e militantes negros, e liberação feminina, e universitários espertos, e tudo o mais que eles consideravam uma ameaça a seu sistema de valores”.<sup>50</sup>

<sup>49</sup> Os 3 A’s fazem menção a supostas posições de McGovern a respeito de legalização das drogas, do aborto e a anistia a desertores do Vietnã.

<sup>50</sup> Ernest R. May e Janet Fraser, Eds., *Campaign '72. The Managers Speak*. Cambridge: Harvard University Press, 1973. p. 186. *Apud* Miroff, *op. cit.*, p. 83. Trad. livre: “we lost the election in Miami [...]The American people made an association between McGovern and gay lib, and welfare rights, and pot-smoking, and black militants, and women’s lib, and wise college kids, and everything else that they saw as threatening their value systems”

Na quarta-feira, 12, seguiu-se a rotina de discursos, debates e *caucuses*. A única perturbação digna de nota foi uma declaração de McGovern a um grupo de esposas de prisioneiros de guerra prometendo manter forças residuais no Vietnã enquanto houvesse prisioneiros americanos. Alguns militantes mais exaltados suspeitaram da possibilidade de uma mudança de opinião de McGovern, e um protesto com mais ou menos 300 pessoas realizou-se na porta do Doral Hotel, quartel-general da campanha de McGovern. Gary Hart, baseado em declarações dadas por Bernard Barker na Comissão de Investigação de Watergate no Senado, suspeita que o evento tenha sido “armado” pela campanha de Nixon para associar McGovern a uma posição antiguerra radical.<sup>51</sup>

Quinta-feira, 13, cometeram-se dois erros dos vários que caracterizariam a campanha de McGovern: o primeiro, a escolha de Thomas Eagleton, senador por Missouri, para concorrer à vice-presidência. Eagleton parecia uma boa aposta: católico, apoiador de Muskie nas primárias, poderia ajudar a campanha a conquistar o voto até então alienado dos católicos de áreas urbanas, majoritariamente operários descendentes de imigrantes. A escolha foi feita de maneira atabalhoada, em cima da hora. Até então, a atenção dos estrategistas de McGovern estava majoritariamente dirigida à escolha de seu próprio candidato para concorrer à presidência. Eagleton, para azar de McGovern, revelar-se-ia uma péssima aposta: o Senador já havia sido internado com problemas psiquiátricos três vezes, tendo sido submetido até mesmo a tratamento com eletrochoques.

Há alguma controvérsia sobre a condução do caso Eagleton. Enquanto a escolha mal-feita de uma pessoa com problemas psiquiátricos foi encarada por alguns como atestado de incapacidade para escolher subordinados e colegas, muitas outras pessoas se ressentiram da maneira atabalhoada com que a campanha de McGovern conduziu o caso: primeiro, McGovern disse que apoiava Eagleton “1.000%”. Quando ficou claro que a situação de Eagleton era insustentável, a campanha começou a pressionar que Eagleton renunciasse. O Senador por Missouri insistiu em permanecer na chapa, e então a direção da campanha foi forçada a substituí-lo. O candidato conhecido por sua sinceridade, a defesa de bandeiras impopulares porém justas, ficou então marcado por não ter mantido sua palavra e ter tratado Eagleton de maneira cruel, e até mesmo de ter agido de maneira eleitoreira, ao sabor das pesquisas de opinião. O público não conhecia o fato de que a suposta tibieza tinha muito de

---

<sup>51</sup> “[They] were supposed to demonstrate in front of the Doral Hotel some evening and behave outrageously to bring discredit on the bulk of the useful McGovern supporters” Trad. livre.: “Esperávamos que eles protestassem em frente ao Doral Hotel numa noite e se comportassem de maneira ultrajante, para levar desacreditar o grosso dos apoiadores úteis de McGovern”. Miroff, *op. cit.*, p.83-84.

cuidado, já que McGovern tinha uma filha com problemas psiquiátricos e alcoolismo, Terry,<sup>52</sup> e que Eagleton agira de maneira indelicada com a direção da campanha, considerando seu um lugar para o qual houvera sido convidado.

Qualquer que fosse a interpretação do caso Eagleton, contudo, o certo é que ele prejudicou muito uma campanha que já parecia difícil. As coisas ficaram ainda piores quando Ted Kennedy, Hubert Humphrey e Ed Muskie recusaram o convite de fazer parte da chapa de McGovern depois que Eagleton saiu.<sup>53</sup> Aí, então, Sargent Shriver aceitou o convite; mas a peregrinação por alguém disposto a participar da chapa apenas reforçou a imagem de “canao furada”.

Mas naquela quinta-feira, 13 de julho, ninguém conhecia esta história. E a convenção assistiu a uma série de discursos em defesa deste ou daquele candidato a vice-presidente, quando a decisão de McGovern já havia sido tomada. O discurso de McGovern, programado para depois das discussões e defesas de cada postulante, começou às 2:45 da manhã. Dos 70 milhões de telespectadores que começaram a ver a Convenção, haviam restado apenas 15 milhões.<sup>54</sup>

Infelizmente, foi nesta problemática ocasião que McGovern fez talvez o seu melhor discurso, que ficou conhecido como *Come Home, America*. Nele, McGovern falava de verdades, de curar feridas, de mudanças. E o encerrava com um final que ficou famoso:

Do segredo e do engano nas altas esferas, volte para casa, América. Dos gastos militares tão inúteis que enfraquecem nossa nação, volte para casa América. Do entrincheiramento dos privilégios fiscais; do desperdício de terras ociosas à alegria do trabalho útil; do preconceito baseado em raça e sexo; da solidão dos idosos pobres e o desespero dos doentes abandonados – volte para casa, América. Volte para casa para a afirmação de que temos um sonho. Volte para casa na convicção de que podemos mover nosso país adiante. Volte para casa na crença de que podemos buscar um mundo mais novo, e sejamos alegres no nosso retorno, pois esta “é sua terra, esta terra é minha terra – da Califórnia à ilha de Nova York, das florestas de sequóias às correntes do golfo, esta terra foi feita para você e para mim”<sup>55</sup>

---

<sup>52</sup> *Idem, Ibidem*, p. 92.

<sup>53</sup> *Idem, Ibidem*, p. 97.

<sup>54</sup> *Idem, Ibidem.*, p. 87.

<sup>55</sup> No original: “From secrecy and deception in high places; come home, America. From military spending so wasteful that it weakens our nation; come home, America. From the entrenchment of special privileges in tax favoritism; from the waste of idle lands to the joy of useful labor; from the prejudice based on race and sex; from the loneliness of the aging poor and the despair of the neglected sick -- come home, America. Come home to the affirmation that we have a dream. Come home to the conviction that we can move our country forward. Come home to the belief that we can seek a newer world, and let us be joyful in that homecoming, for this “is your land, this land is my land -- from California to New York island, from the redwood forest to the gulf stream waters -- this land was made for you and me”. Note-se que a expressão “Come home” é ambivalente: significa ao mesmo tempo um retorno aos valores originais e o retorno das tropas do Vietnã para casa. “Volte

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas na Convenção, em particular a incapacidade de McGovern de controlar os correligionários, os grupos vitoriosos saíram otimistas, com a sensação de ter participado de um exercício real de democracia. Não sabiam bem o que estava por vir.

Após ser escolhido o candidato democrata, McGovern começou a fazer campanha, retomando sua *left-center strategy*. Entretanto, o centro não compareceu ao encontro. McGovern visitou Johnson e Daley. De Johnson, recebeu conselhos para valorizar seu histórico militar e sua origem humilde; de Daley, recebeu endosso em troca do apoio de McGovern para seus candidatos nas eleições locais. Diversos líderes sindicais se recusaram a apoiar McGovern; e, mesmo no caso dos que apoiaram, isto não significava empenho.

Esta estratégia de cortejar os antigos líderes, apesar de necessária, baixou o moral dos militantes das bases. As pesquisas de opinião, que davam sempre ao menos 25 pontos de vantagem para Nixon, também tinham um efeito devastador. A despeito da perda progressiva da esperança, por onde passou McGovern foi recebido por multidões entusiasmadas, mais de jovens do que de operários veteranos.

McGovern enfrentava particular dificuldade de penetrar na classe operária, apesar de sua facilidade para apertar mãos e entabular conversas nas fábricas, bares e pistas de boliche. Dois inimigos terríveis, muito poderosos, atrapalhavam seus planos: George Meany, presidente do AFL-CIO, e Al Barkan, líder do COPE (*Committee for Political Education*), uma organização dentro do AFL-CIO que tinha a função de organizar politicamente os filiados. Logo depois da escolha de McGovern, Meany anunciou que o AFL-CIO ficaria neutro na disputa, não apoiando nenhum dos candidatos. Meany era parceiro de golfe de Richard Nixon, mas não atendia sequer aos telefonemas de McGovern.<sup>56</sup> O que mais incomodava Meany era que McGovern não era anticomunista. Em declaração ao *Face the Nation*:

Quando olho para um homem que é candidato à presidência dos Estados Unidos, tenho que olhar para ele não apenas como sindicalista, mas como americano. E, francamente, quando leio as coisas que McGovern defende, e descubro que ele se tornou um defensor do comunismo, eu...<sup>57</sup>

---

às origens, América”, é uma tradução aceitável, que no entanto perderia a referência à Guerra do Vietnã. O discurso termina com uma citação à música “This land is your land”, de Woody Guthrie, composta na década de 40. A música se tornou uma referência na cultura popular, em particular para militantes de esquerda.

<sup>56</sup> Miroff, p. 85.

<sup>57</sup> Apud Miroff, p. 85. No original: “When I look at a man who’s a candidate for the presidency of the United States, I’ve got to look at him not only as a trade unionist, but as an American. And frankly, when I read the things that George McGovern stands for . . . and I find out that he’s become an apologist for the communist world, I just . . .”

De fato, Meany estava alinhado com as opiniões da maioria dos *blue-collar*s americanos sobre a Guerra do Vietnã e a anistia aos desertores, particularmente em estados como a Califórnia, em que a indústria da defesa tinha um papel preponderante.

Já Barkan não escondia seu ressentimento com o descaso dos *McGovernites* com o movimento sindical. Houve um episódio, entretanto, no qual Barkan se sentiu traído por McGovern, e que talvez possa explicar seu rancor e sentimento de vingança. Em 1966, a derrubada da provisão 14-B do Taft-Hartley Act iria a votação, mas era obstruída por uma manobra parlamentar (“*filibuster*”) dos republicanos. Al Barkan, à época, recebeu a garantia de McGovern de que iria votar contra a *filibuster*; o que, no fim das contas, não fez.<sup>58</sup> McGovern tinha um histórico excelente nas medidas consideradas de interesse do movimento sindical; sempre que falava a plateias de operários, conseguia despertar sua simpatia, falando da sua intimidade com os problemas dos trabalhadores e sua tese de doutorado, sobre os mineiros; mas os chefões do movimento sindical à época não aceitavam McGovern de jeito nenhum.

É verdade que o movimento sindical americano é bastante plural. Houve dissidências. A mais célebre foi o apoio de Leonard Woodcock, da UAW (*United Auto Workers*), a McGovern.<sup>59</sup> Em sua maioria, eram sindicatos industriais, de serviços e de funcionários públicos. Dos *teamsters* (sindicato de caminhoneiros) famosos por seu conservadorismo (apoiaram Nixon em 1972) aos filiados do UAW, havia uma boa distância, e a maior parte dos sindicalizados nos EUA está em algum lugar no meio desta escala. De toda forma, o estrago na campanha de McGovern certamente foi feito. Meany e Barkan atingiram seu objetivo.

\*\*\*

Os voluntários da campanha de McGovern trabalharam até o fim. Pode-se dizer, no entanto, que ao longo da campanha o exército de *grassroots militants* mostrou suas limitações para uma campanha de forte apelo midiático e menos dependente de estruturas regionais de campanha do que as primárias. Para agravar a situação, Richard Nixon era um presidente tentando a reeleição, o que o tornava menos exposto às vicissitudes de uma campanha eleitoral. Bastava ir ao jardim da Casa Branca, assinar uma lei e voltar para dentro para ter

---

<sup>58</sup> White, p. 212-213.

<sup>59</sup> Miroff, p. 186.

mídia garantida. No caso de Nixon, as viagens à URSS, à China e as medidas de expansão monetária e controle de preços tiveram efeito positivo na sua candidatura. A fatura das táticas eleitoreiras sempre chega depois da eleição, como os brasileiros sabem muito bem.

Já o candidato desafiante está muito mais exposto à cobrança da mídia, e não está revestido da mesma autoridade que seu adversário (Carter também sentiria o peso dessa desvantagem em 1976). Nesta época, os debates ainda não tinham o caráter semi-oficial que têm hoje, e foi fácil para Nixon se recusar a participar de qualquer um deles.

À medida que o tempo passava, o afeto e entusiasmo da militância pelo seu candidato conviviam com o desespero e a desilusão. Como podia um candidato tão sincero e transparente como McGovern concorrer contra Richard Nixon e ainda levar a pecha de oportunista e mentiroso? Esta era apenas uma das perplexidades dos apoiadores de McGovern. Nem mesmo as primeiras revelações do escândalo de Watergate em outubro (que ainda não implicavam Nixon diretamente) foram capazes de mudar o resultado das eleições. À medida que ia se aproximando do fim da campanha, McGovern foi adotando um tom mais agressivo em seus discursos. Os temas morais, como a corrupção, começaram a sobressair em relação aos temas sociais básicos, os chamados *bread-and-butter issues*.<sup>60</sup> Para muitos, McGovern falava como um moralista, um pastor dando sermão ao rebanho de pecadores que era o povo americano. Entretanto, 1972 não era um ano de temas morais. A indignação com a corrupção governamental ainda não havia chegado ao seu limite, e a maior parte dos americanos parecia considerar usuários de maconha, desertores do exército e homossexuais mais imorais do que os asseclas de Nixon.

Quatro anos depois, quando Watergate já havia se revelado em toda sua podridão, e Nixon já não ocupava mais a Casa Branca, a história foi um pouco diferente. Mas aí, o Partido Democrata já não era mais o mesmo, e tampouco o candidato.

### 2.1.3.1 Uma radiografia do resultado

O resultado das urnas mandou uma mensagem inequívoca: 47.167.319 de americanos (60,7% dos eleitores) concordavam que Richard Nixon era a melhor escolha para ser presidente dos EUA; apenas 29.168.509 (37,5% dos eleitores) pensavam isto de George McGovern. No colégio eleitoral, a derrota parecia ainda mais devastadora, a conta era ainda

---

<sup>60</sup> A estratégia de campanha de McGovern de um retorno aos temas econômicos de interesse da classe trabalhadora está expressa num memorando de Ted Van Dyk à direção da campanha reproduzido em White, *op. cit.*, p. 217.

mais cruel: tendo levado apenas Massachusetts e Washington, D.C., McGovern terminou com 17 votos, contra os 521 de Nixon.

A rejeição a McGovern era expressa. A famosa pesquisa de boca de urna da rede de televisão CBS<sup>61</sup> apontou um padrão que era conhecido de todos os pesquisadores: a deserção de McGovern por boa parte dos eleitores que se identificavam como Democratas: 37% deles votaram em Richard Nixon.

Esta rejeição precisa ser compreendida à luz não apenas da incompatibilidade das “novas” bandeiras dos *McGovernites*, mas também se levando em consideração um esforço ativo da candidatura republicana de conquistar eleitores tradicionais do Partido Democrata. Nixon pode ter muitos defeitos, mas sua perspicácia política é proverbial. Ele foi capaz de perceber a falta de representatividade do Partido Democrata em relação a certos elementos do operariado americano (*blue-collar*), com ideias mais conservadoras a respeito de temas sociais e econômicos, e principalmente em relação à política externa, que costuma ser um carro-chefe das campanhas republicanas. A escolha de McGovern como candidato e a transmissão ao vivo da confusão da Convenção Democrata em Miami Beach deram a Nixon, ainda em julho, a certeza de que seria eleito. Bastaria fazer a campanha no tom correto. Quando o comitê de plataforma do Partido Republicano discutia a inclusão de frases hostis ao movimento sindical, Nixon usou sua mão de ferro e emplacou o seguinte trecho na plataforma: “os sindicatos da nação por promover o bem-estar não apenas dos seus membros, mas também de todo nosso sistema de livre empresa”.<sup>62</sup> Como resultado, 55% dos *blue-collar voters* escolheram Nixon, contra apenas 41% em 1968. As famílias de sindicalizados votaram em Nixon na proporção de 51% (em 1972) contra 34% (em 1968).

Talvez o quadro possa ser temperado se colocado em perspectiva histórica: John Kennedy atraiu 66% dos sindicalizados que votaram em 1960; Johnson, 80%; já Humphrey, mesmo com um bom histórico em relação a medidas de proteção ao trabalhador, levou apenas 51% dos votos.<sup>63</sup> Talvez o problema não fosse tanto (ou não apenas) com McGovern, mas com a dificuldade do Partido Democrata de responder aos apelos populistas de Nixon do *law and order* e a posição de McGovern a respeito do *forced busing*.<sup>64</sup> A votação de McGovern,

---

<sup>61</sup> Estes resultados estão em White, p. 343-349.

<sup>62</sup> *Idem, Ibidem*, p. 240. No original: “the nation’s labor unions for advancing the well-being not only of their members but also of our entire free enterprise system”.

<sup>63</sup> *Idem, Ibidem*, p. 190.

<sup>64</sup> O *forced busing*, um dos temas mais polêmicos de várias eleições nos anos 60 e 70, era o envio de crianças de uma determinada vizinhança para estudar em escolas de vizinhanças próximas, com o intuito de produzir a integração racial nas escolas.

entretanto, foi maior nos lugares onde a força sindical dominante o apoiava, como em Michigan (por influência do UAW).

Outro grupo tradicionalmente democrata que Nixon conseguiu capturar foi os chamados *white ethnics*: descendentes de imigrantes italianos, poloneses, irlandeses. Já vimos como esses grupos não se sentiam representados na reforma do Partido Democrata. O ressentimento e o medo do dia a dia de convivência com vizinhanças negras, na disputa por espaços e empregos, eram o componente mais importante na rejeição às políticas ativas de integração racial como o *forced busing*. Como resultado, a Divisão de Pesquisas do Partido Republicano acusou o seguinte movimento na comparação 1968-1972: entre ítalo-americanos, Nixon foi de 22% para 51%; entre poloneses-americanos, de 12% para 30%; entre hispano-americanos, de 18% para 31%.

Cabe lembrar ainda, em relação aos *white ethnics*, que eles são compostos, em sua maior parte, de católicos. E a identidade religiosa também foi levada em consideração na escolha dos americanos. Segundo o *CBS News Election Survey*, Católicos, 53% contra 36% quatro anos antes. Em 1968, Nixon teve apenas um terço dos votos de Rhode Island, o estado mais católico da União. Em 1972, venceu. Providence County, em 1968, deu 70% dos votos a Humphrey; em 1972, Nixon venceu. O padrão se repete através dos condados mais católicos dos EUA. Em 1972, emerge definitivamente uma identidade moral e religiosa que se torna mais importante na ponderação do voto que as antigas fidelidades do Pacto do *New Deal* dos católicos (em especial os *white ethnics*) com os democratas.

Já uma pesquisa da NBC indica 37% dos judeus votando em Nixon em 1972, contra 18% em 1968. Apesar de eleitores tradicionais do Partido Democrata, eles tendem a preferir os candidatos mais linha-dura em matéria de política externa, especialmente no que toca à questão do Oriente Médio. McGovern era acusado de não se preocupar o suficiente com a segurança de Israel, inclusive tendo se pronunciado contra a venda de caças Phantom ao Estado judeu, enquanto era parlamentar. O candidato democrata preferido dos judeus, em particular os de Nova York, era “Scoop” Jackson. Como vimos, apesar de sua inflexão ao centro, o Partido Democrata estava progressivamente incorporando a bandeira antiguerra como algo constitutivo de sua cultura política (ainda que se possam discutir as intervenções militares dos governos Carter e, posteriormente, Clinton; cultura política e prática governamental são duas coisas diferentes), e o ambiente estava ficando difícil para linhas-duras como Jackson. Isto alienou parte dos eleitores judeus que se preocupava mais com política externa do que com temas sociais americanos. Carter também sofreria bastante com

acusações de leniência em relação às ameaças a Israel, e pagaria o preço eleitoral correspondente.

Das “minorias” favorecidas por McGovern na reforma do partido, apenas os negros permaneceram fiéis a ele: 13% do voto dos afro-americanos em 1968 contra 14% em 1972. Mulheres votaram em Nixon num placar de 62% a 38%. Os estrategistas da campanha de McGovern esperavam melhores resultados entre as mulheres; aparentemente, subestimaram o fato de que muitas mulheres não se identificavam, à época, com as bandeiras do movimento feminista, em particular com a legalização do aborto.

Havia apenas duas notas de consolo ao Partido Democrata: o admirável desempenho de McGovern em áreas universitárias e o fato de que o voto em Nixon não se refletiu nos votos para os cargos legislativos: com altos índices de votação cruzada para o Executivo e o Legislativo, os candidatos republicanos ao Senado que obtiveram resultados acima de Nixon em seus estados, em geral, eram republicanos considerados liberais. Os Republicanos conseguiram tomar apenas 12 cadeiras dos Democratas, e no Senado os Democratas levaram mais dois lugares.

O excelente desempenho dos candidatos democratas ao legislativo em comparação com o desastre da eleição presidencial não pode ser entendido sem levar em consideração o apoio da máquina e do dinheiro do AFL-CIO aos candidatos considerados favoráveis ao movimento sindical. No nível local, o Partido Democrata recebeu o apoio que lhe foi negado na eleição presidencial.

Por fim, um último dado da *CBS News Election Survey*, um tanto quanto surpreendente: 75% dos votos do Sul para Wallace em 1968 foram para Nixon em 1972; já nos estados do Norte, esta proporção é quase de 50%-50%. Isto indica que, apesar de a estratégia de Nixon de se dirigir aos operários temerosos da integração racial ter boa adesão, por outro lado, há uma série de eleitores de Wallace que votam com base em outras questões que não a raça, p. ex. o *forced busing*. Wallace tinha um apelo *anti-establishment* que McGovern foi capaz de capturar, e Carter também (de maneira ainda mais eficiente, já que Carter não era vítima do preconceito anti-intelectual, anti-elite que parte dos eleitores de Wallace devotava a McGovern); pelo visto, o fato de ambos pertencerem ao mesmo partido talvez significasse alguma coisa. De modo que as teses que dão conta de uma diminuição da importância dos partidos devem ser relativizadas, ainda que de forma alguma descartadas. Além disso, os eleitores de Wallace são um mistério em sua heterogeneidade, a ser adequadamente interpretado.

## 2.2.4 Depois da derrota

Nos últimos dias da eleição, com a derrota desenhada, as forças anti-McGovern já se articulavam para retomar o controle do partido. E a primeira vítima já estava escolhida: Jean Westwood, chefe indicada por McGovern para dirigir o Comitê Nacional nos anos seguintes. A posição de chefe do DNC (*Democratic National Committee*) era a mais importante da burocracia partidária, já que quase todas as decisões partidárias passavam pela sua mesa. O DNC tinha um valor estratégico ainda maior porque a Convenção de 1972 havia decidido por uma revisão das reformas de 1972, a ser realizada no ano de 1974, bem como a criação de uma *charter*, uma espécie de estatuto para o partido. Quem controlasse o DNC, controlaria este processo.

Duas figuras se empenharam especialmente em impulsionar o movimento anti-Westwood: “Scoop” Jackson e Al Barkan. O jornal *The New York Times* afirma inclusive que a ajuda financeira do AFL-CIO a alguns candidatos a cargos legislativos estaria condicionada à participação no movimento para depor Westwood.<sup>65</sup> De início, Westwood reagiu às investidas, negando sua saída. Mas, à medida que diversos figurões do partido (Tip O’Neill, futuro chefe da maioria democrata na Câmara; Edmund Muskie; O’Brien, antecessor de Westwood) foram expressando a opinião de que Westwood deveria sair, sua situação foi ficando insustentável. Muitos dos políticos que pediam a saída de Westwood tinham interesse em ocupar seu cargo, como candidatos de compromisso, capazes de reunificar o partido. Mesmo McGovern, de seu exílio nas Ilhas Virgens, declarou que apoiaria Westwood se ela quisesse permanecer no cargo, mas que ele não considerava isto aconselhável.<sup>66</sup>

Ainda em novembro, um candidato despontaria como favorito: Robert Strauss, ex-tesoureiro do partido.

Sócio de uma firma de advocacia bem-sucedida em Dallas, Strauss trabalhara durante um tempo para John Connally, democrata conservador que governou o estado do Texas de 1963 a 1969. À época da eleição, John Connally era Secretário do Tesouro de Nixon, e dirigiu o comitê de campanha *Democrats for Nixon*. Apesar de suas ligações umbilicais com Connally, Strauss afastou-se de seu ex-mentor neste momento (que ingressaria no Partido Republicano em 1973). Strauss é essencialmente um pragmático e negociador: evita embates

---

<sup>65</sup> *The New York Times*. Christopher Lydon, Doing What They Do Best – Squabbling. 19 nov. 1972, p. E3, seção The Week in Review.

<sup>66</sup> *The New York Times*. Christopher Lydon. McGovern Opposes Dismissing Chairman, But Not Resignation. 21 nov. 1972. p22.

diretos e é especialista em costurar coalizões. Na época da campanha contra Westwood, Strauss era o candidato preferido de George Meany, Al Barkan e dos elementos mais conservadores do partido.

Além da clivagem ideológica, havia uma razão geográfica, regional, nos apoios a Strauss: praticamente todos os governadores e figuras de primeiro escalão do Sul estavam ao seu lado. Enquanto Strauss fingia apoiar uma solução intermediária para o impasse (como a candidatura de George Mitchell, político local do Maine e aliado de Muskie), mobilizava os bastidores do partido em favor de sua candidatura. Strauss disse apoiar Mitchell “100%” se houvesse consenso em torno dele, mas era preciso esperar para ver “o que os governadores queriam”.<sup>67</sup> Strauss se referia à reunião dos governadores do partido, na primeira semana de dezembro, na qual seria escolhido o candidato apoiado por eles para a presidência do DNC.

E assim foi: em 3 de dezembro, apesar de uma visita-surpresa de Westwood, o Encontro Nacional de Governadores Democratas escolheu Strauss por 18 a 8, a despeito da oposição ruidosa dos governadores do Norte-Nordeste do país. Entre os eleitores de Strauss, estava o governador Jimmy Carter, da Geórgia, junto com diversos outros governadores do Sul do país. O apoio dos governadores era especialmente importante por conta da recente ampliação do DNC, que havia incorporado mais votantes dos partidos estaduais, em geral sob controle dos governadores.<sup>68</sup> Três dias depois, viria o apoio do prefeito de Chicago, Richard J. Daley. Westwood já admitia sair para dar lugar a qualquer um, menos a Strauss, visto como inimigo pelas forças pró-McGovern.

De nada adiantou a tentativa dos *McGovernites* de fazer uma transição controlada para um dos candidatos de compromisso: Strauss foi escolhido novo *chairman* do DNC por 106 ½ votos, contra 71 ¼ de Mitchell e 26 para Charles Manatt, empresário e chairman do Comitê Democrata da Califórnia. Sargent Shriver ainda tentou articular uma candidatura que reunisse os grupos contrários a Strauss, mas Mitchell não abriu mão de sua candidatura, que se mostrava a mais forte no campo anti-Strauss. O milionário texano contou, além dos sulistas e do movimento sindical ligado à direção do AFL-CIO, com o apoio do *establishment* partidário de Illinois (Daley) e Connecticut, de modo a constituir sua apertada maioria.<sup>69</sup> Havia também a expectativa de que Strauss, uma vez no DNC, assumiria as dívidas das

---

<sup>67</sup> *Idem, Ibidem*. Já no dia seguinte, Strauss removiu seu apoio de Mitchell, que estava cuidadosamente condicionado a um consenso que ele sabia não existir. Ver também *The New York Times*, Christopher Lydon. Strauss Feels His Image Hurts His Chances to Head Democrats. 22 nov. 1972, p. 14.

<sup>68</sup> Para uma cobertura completa do encontro, v. *The New York Times*, Christopher Lydon. Governors Back Westwood Rival. 4 dez. 1972. p. 12.

<sup>69</sup> *The New York Times*. Christopher Lydon. Strauss Elected Democrats' Head and Vows Unity. 10 dez. 1972, p. 1.

campanhas e dos partidos estaduais, de modo que Strauss ainda recebeu alguns votos interesseiros por conta disso.<sup>70</sup>

A despeito de declarações conciliadoras, ao que tudo indicava, a vitória de Strauss apenas reforçava a linha divisória que assolava o Partido Democrata. A configuração das forças pró-Strauss tornava mais provável uma “caça às bruxas” do que uma conciliação. Mas não foi bem isso que ocorreu.

Já no dia seguinte, Strauss anunciou que manteria os nomes elencados por Westwood para a comissão de revisão da reforma de 1974. Acrescentaria apenas um nome: Jean Westwood. Além disso, enquanto Meany, aliado de primeira hora, exigia a saída de Leonard Woodcock, dirigente liberal do UAW, da comissão, Strauss insistia em chamá-la de *Woodcock Commission* e pediu pessoalmente a Woodcock que ele ficasse. Logo depois, Strauss encontraria com os líderes nacionais do *New Democratic Coalition*, uma organização liberal do Partido Democrata.<sup>71</sup> Já em março de 1973, Strauss fez algo que estava pendente há meses: nomeou 25 novos delegados do DNC para vagas que haviam sido criadas no ano anterior. Para a comissão, nomeou dez sindicalistas, dos quais oito haviam se recusado a apoiar McGovern. Por outro lado, nomeou oito afro-americanos, dois hispano-americanos; escolheu como vice-presidentes, entre outros, Louis Martin, chefe da divisão de minorias do partido, e Robert Allan, presidente do *Young Democrats*, bem como o Senador Harold Hughes, do Iowa, que fora um dos aliados da reforma de McGovern.<sup>72</sup> Sobre a comissão, Strauss falou: “O Partido Democrata está junto novamente”. Westwood assentiu: “uma lista de integrantes que todos podemos aceitar”.<sup>73</sup>

A esta altura, já estava claro qual era o estilo Strauss de governar: cortejar ambos os lados, de acordo com a correlação de forças e a missão histórica que havia recebido. Qual seja, a de cicatrizar as feridas do partido. Para isto, Strauss não poderia desprezar o apoio dos liberais, que tinham vindo para ficar. Um novo arranjo teria de incluí-los, ao mesmo tempo que eles teriam de aceitar uma moderação no movimento de reformas partidárias. O partido preparava-se para uma revisão das regras de 1972, que seriam incorporadas a um novo estatuto, que seria discutido e referendado pela primeira *midterm convention* democrata, em dezembro de 1974. A data original seria antes das eleições parlamentares de 1974, mas o

<sup>70</sup> O principal “abacaxi” era a campanha de Humphrey para a presidência em 1972, na qual ele perdeu a indicação para McGovern. V. *The New York Times*, Christopher Lydon, *Renewed Strife of the Democrats*. 12 dez. 1972, p. 25.

<sup>71</sup> *The New York Times*, Christopher Lydon, *Combative Democratic Chairman: Robert Schwarz Strauss*. 11 dez. 1972, p. 28. Carta de Marvin L. Madeson, vice-chairman do *New Democratic Coalition*, para o *The New York Times*. 17 dez. 1972, p. E 10, seção *The Week in Review*.

<sup>72</sup> *The New York Times*. *Democrats Give Labor Key Posts*. 23 mar. 1973, p. 16.

<sup>73</sup> *The New York Times*. *Democrats Accept 25-member slate*. 24 mar. 1973, p. 16.

temor de que uma confusão semelhante à de 1972 pudesse prejudicar as candidaturas fez com que o partido optasse por realizá-la depois que os democratas capitalizassem Watergate e a crise em novembro. Foi decidido ainda que a *midterm convention* trataria apenas da promulgação do estatuto, sem se envolver em qualquer assunto de política nacional.

Na segunda semana de abril de 1973, foi inaugurada a *Party Charter Commission* (Comissão para Estatuto do Partido), cuja função seria formular um texto a ser submetido ao DNC em dezembro de 1974. Esta comissão, por sua vez, destacou em setembro um painel para fazer o rascunho da reforma. Constituída por uma maioria favorável às reformas de 1972, o painel ficou conhecido como *Mikulski Commission*, por ser liderada pela ativista democrata Barbara Mikulski, de Baltimore. Os elementos mais conservadores presentes na comissão tentaram a todo custo barrar sua formação, sem sucesso. Em meio a uma polêmica jurídica em relação à autonomia da comissão em relação ao DNC, Strauss fez uma visita à comissão no dia seguinte a sua nomeação, e declarou no seu estilo conciliador que havia pelo menos “85%” de concordância entre os presentes na sala.<sup>74</sup>

A comissão Mikulski, por sua vez, parecia também disposta a ceder na tentativa de chegar a um texto comum: em outubro de 1973, a comissão aprovou por unanimidade a inclusão de um trecho que proibisse expressamente a aplicação de qualquer forma de cotas para seleção de delegados. Em seu lugar, seria inscrito um trecho que defendesse a aplicação de ações afirmativas (“*affirmative actions*”) para estimular a participação de grupos minoritários ou subrepresentados (quais sejam, mulheres, jovens, afro-americanos, *native americans*). O ônus da prova, em caso de questionamento, caberia às delegações estaduais, mas a quantidade de integrantes não seria mais o parâmetro de avaliação, e sim os esforços empregados para promover uma participação equânime. Outras mudanças seriam o direito dos partidos estaduais a nomear 25% dos seus delegados, o fim das *winner-takes-it-all primaries*, a exigência de que um determinado candidato à presidência obtivesse ao menos 10% dos votos num determinado nível para poder levar delegados ao nível seguinte (*precinct-district-state-nation*), a proporcionalidade dessa representação, bem como a participação garantida de governadores e membros do Congresso na Convenção Nacional. Decidiu-se, ainda, que o relatório aprovado teria de ser revisto antes da *midterm convention*. Em março de 1974, o DNC aprovou o novo texto, realizando apenas duas mudanças: a primeira foi a elevação do percentual exigido para levar delegados ao nível seguinte, de 10% para 15%; a outra mudança foi a inclusão, por Strauss, de mais oito integrantes na Comissão Mikulski, contra a vontade

---

<sup>74</sup> *The New York Times*, Christopher Lydon, Strauss Disputes Rift Over Reform. 23 set. 1973, p. 25 GN.

da chefe da comissão. Sua resistência foi em vão, mas a indicação dos novos nomes não provocou polêmica. A presidência da comissão expandida passou a Robert Wagner, ex-prefeito de Nova York.

Enquanto isso, havia um grupo insatisfeito com a forma com que Strauss estava conduzindo o delicado processo de revisão da reforma e criação de um estatuto: o AFL-CIO, com destaque para as figuras de Meany e Barkan. O presidente do COPE acreditava que Strauss estava interessado demais em cortejar a “*New Politics*”, que as mudanças propostas pela Comissão Mikulski não vedavam a possibilidade de cotas, e que se armava para 1976 uma catástrofe semelhante a Miami Beach-1972. Barkan providenciava inclusive a criação de um *labor caucus* dentro do partido. Um correligionário de Strauss declara ao *The New York Times*, por sua vez, que Barkan é inflexível (“*inflexible*”) e agressivo (“*agressive*”). Já estava claro, desde a formação da *Party Charter Commission*, que a escolha dos delegados para 1976 seria o tema político predominante em 1974. Segundo um funcionário do partido:

Barkan e seu pessoal pensam que se eles puderem ganhar a seleção de delegados poderão controlar a convenção. Bem, eles estão errados. Não teremos uma convenção controlada em 1976; jamais será controlada novamente.<sup>75</sup>

A hegemonia de Barkan, Meany e o AFL-CIO já era decadente, entretanto. Mesmo entre sindicatos filiados à federação, a tendência era se identificarem como líderes da categoria, e não como subordinados ao AFL-CIO. Muitos dirigentes sindicais estavam alinhados às reformas: além de Leonard Woodcock, do UAW, a facção pró-reforma era liderada por Joseph Beirne, presidente da *Communications Workers of America*, e Floyd Smith, presidente da *International Association of Machinists*. A agressividade de Barkan em relação a Strauss e a qualquer tentativa de temporização apenas contribuía para isolá-lo ainda mais. Em julho de 1974, Strauss fez uma requisição de encontro com Meany, que nunca foi respondida. O novo presidente do DNC reconhecia seu débito político com Barkan, mas afirmou certa vez sobre o assédio: “nobody owns my soul”. A fatura estava cara demais, abusiva. Strauss sentia que Barkan o tomara por um títere da AFL-CIO, e certamente também

---

<sup>75</sup> *The New York Times*. Philip Shabecoff. Labor Still Split With Democrats. 22 out. 1973. p. 6. No original: “Barkan and his people think that if they can win the delegate selection they can control the convention. Well, they are wrong. It won’t be a controlled convention in 1976; it will never be controlled again”. “What labor still has to learn is what they really must do is go out and broaden their political base on a precinct-by-precinct basis around the country. It’s not enough anymore to make deals with the party leadership”. “O que o movimento sindical tem que aprender é que o que eles realmente têm de fazer é sair por aí e ampliar sua base política zona por zona pelo país. Não é mais suficiente fazer acordos com a liderança do partido”.

farejava seu isolamento crescente. Apesar disto, Barkan não deixara de colocar dinheiro, muito dinheiro na campanha dos candidatos democratas ao Congresso em 1974, inclusive candidatos associados à insurgência de 1972, como Bill Clinton, no Arkansas, e a feminista Patrícia Schroeder, do Colorado.<sup>76</sup>

Contudo, no zigue-zague de Strauss, era hora de virar novamente à direita. Uma semana antes do encerramento das atividades do *Party Charter Commission*, Strauss encorajou 11 membros da comissão que não poderiam estar presentes ao seu encerramento a abdicarem em nome de nomes de sua confiança. Esta substituição foi feita com solicitação por carta ao Comitê-Executivo do DNC. Os reformistas da comissão tentaram sabotar a votação das substituições por falta de quórum, mas Strauss conseguiu levar todos os apoiadores à comissão, de modo que houve quórum e as substituições foram aprovadas por unanimidade.<sup>77</sup>

No dia 17 de agosto, a nova comissão fez algumas mudanças nas reformas anteriormente propostas: a *midterm convention* foi tornada opcional, convocada à discricção da liderança do partido; o conselho judicial criado para solucionar as disputas do partido não poderia mais decidir sobre questões de credenciais para a Convenção Nacional. À noite, os delegados liberais reuniram-se para decidir o que fazer. Os afro-americanos combinaram que se houvesse uma tentativa de mudar o artigo 10, sobre as ações afirmativas, eles se retirariam da comissão. No dia 18, no momento em que a Sra. Doris Hardesty de Maryland sugeriu o retorno das *winner-takes-it-all primaries*, dezenas de delegados escandalizados retiraram-se da reunião. Com falta de quórum, 8 dos 12 artigos foram deixados como estavam para análise da *midterm convention* em Kansas City, em dezembro.<sup>78</sup>

Mas o contra-ataque liberal estava por vir: no fim de setembro, uma reunião de doadores de campanha liberais, antigos apoiadores de Muskie e McGovern, decidiu que tentaria uma reunião com Strauss na semana seguinte. Entre os participantes, Morris Dees, arrecadador (*fundraiser*) que trabalhava para McGovern e seria um dos que migraram para a campanha de Carter em 1976.

Os liberais conseguiram um encontro privado no dia 30 de setembro. Tom Wicker, num artigo para o *The New York Times*, avalia que ela foi uma demonstração de força dos liberais do partido. Os participantes saíram dela declarando que a maior conquista foi dar aos liberais do partido um novo senso de coesão, de identidade. Ela reuniu quatro grupos que não costumam estar em contato: doadores e *fundraisers*, como Harold Willens, Stanley

---

<sup>76</sup> *The New York Times*. Christopher Lydon, Labor Once Again Key Democratic Fund Source. 18 jul. 1974. p. 24.

<sup>77</sup> *The New York Times*. Strauss Defeats Reform Group, Tightens Grip on Party's Panel. 16 ago. 1974. p. 14.

<sup>78</sup> *The New York Times*. Dissidents Leave Democrats' Unit. 19 ago. 1974. p. 11.

Sheinbaum, Miles Rubin e Stewart Mott; organizadores e estrategistas jovens, muitos apoiadores de Kennedy e McCarthy em 1968, bem como McGovern em 1972, como Gene Pokorny e Alan Baron (chefe do *Democratic Planning Group*, uma ONG que monitora a política democrata em favor dos liberais); liberais tradicionais, como Basil Patterson, de Nova York, o ex-governador Terry Sanford, da Carolina do Norte; Joseph Rauh e Leon Shull da ADA (*Americans for a Democratic Action*); por fim, alguns sindicatos não-ligados a Barkan: *Machinists*, UAW, *County and Municipal Workers*, *Communications Workers* e *Graphic Arts Union*. Depois dela, Baron estava tentando organizar duas pessoas em cada estado, com o fim de mobilizar os sindicatos anti-Barkan, mulheres, negros e chicanos para Kansas City em dezembro.<sup>79</sup> As duas questões mais palpitantes em relação ao estatuto do partido, neste momento, são as ações afirmativas e a proibição da *unit rule*.

A importância desta reunião não pode ser subestimada: ela foi crucial para reorganizar e unir os liberais do partido, num momento em que estavam claramente na defensiva; a participação de integrantes de peso do movimento sindical contribuiu para isolar os elementos mais conservadores deste grupo dentro do partido. A participação de importantes financiadores de campanha certamente foi levada em consideração por Robert Strauss. O *chairman* do DNC não poderia fechar aos olhos aos liberais, e teria de trabalhar naquilo que ele era especialista, isto é, uma solução de consenso.

No final de semana anterior, houve reuniões preliminares na tentativa de “polir” o texto a ser apresentado na *midterm convention*. Desta reunião, restaram apenas algumas questões que não encontraram consenso: além das ações afirmativas, alguns sindicatos quiseram incluir uma resolução sobre a crise econômica e uma proposta de reforma tributária. A princípio, os dirigentes do partido haviam resolvido que a convenção trataria apenas de temas concernentes à reforma e ao estatuto. No entanto, alguns integrantes do partido mobilizavam-se para “furar” esta barreira. A terceira polêmica que restaria a ser resolvida consistia num artigo que regularia e restringiria o uso, participação e a época da realização das primárias pela estrutura nacional do partido.

No mais, ambos os lados saíram cantando vitória. Integrantes do movimento conservador *Coalition for a Democratic Majority* afirmaram que conseguiram evitar a “europeização” do partido (isto é, a centralização excessiva e as cotas); Alan Baron, chefe do liberal *Democratic Planning Group*, e os liberais comemoravam o apoio de figuras importantes do partido às ações afirmativas. A maioria dos democratas já se perguntava se a

---

<sup>79</sup> *The New York Times*. Tom Wicker. In *The Nation: Democrats' Dilemma*. 08 out. 1974. p. 41.

*midterm convention* não seria, afinal, um grande desperdício de dinheiro (o DNC gastaria um milhão de dólares, enquanto os comitês estaduais gastariam mais dois milhões), além de não cumprir com a função original de mobilização constante do partido: a dificuldade em mobilizar militantes de base em nível local fora do período eleitoral fez da *midterm convention* um evento de semiprofissionais do partido. Jerry Wurf, presidente da *American Federation of State, County and Municipal Employees* (AFSCME), chamou Barkan de inconsequente (“*irresponsible*”), e acha que o compromisso em torno das ações afirmativas é um sinal de que talvez a época das disputas internas tenha chegado ao fim. Alguns pré-candidatos a 1976 já faziam campanha. A bomba havia sido desarmada.<sup>80</sup>

O resultado da Convenção de 1974 foi o melhor possível: o estatuto do partido foi aprovado por todas as facções. Endossado por Jackson e Wallace, o projeto final foi defendido no solo da convenção por Morris Udall, deputado do Arizona, e Jimmy Carter, governador da Georgia (ambos pré-candidatos a presidência em 1976). Mayor Daley mandou Cecil Partee, um Senador Estadual de Illinois e membro da sua “máquina” para defender o compromisso em torno do estatuto no púlpito. Depois disso, Daley e Leonard Woodcock se saudaram. O trecho das ações afirmativas permaneceu, mas também a proibição expressa de cotas. As delegações estaduais e os cáucuses teriam o ônus da prova no que se referia a acusações de não-cumprimento das ações afirmativas. A realização ou não das *midterm conventions* ficaria a cargo do DNC. Um conselho judicial ficaria encarregado de solucionar as disputas intrapartidárias. A unit rule e o *winner-takes-it-all* estavam banidos. Todos os eventos partidários seriam abertos à participação da população, e o voto secreto estava proibido. Não poderia haver voto por procuração na Convenção Nacional, mas seria permitido em outros eventos relacionados ao dia a dia do partido. A resolução sobre a crise econômica e a reforma tributária, proposta por Jerry Wurf, foi aprovada com apoio geral.

A figura de maior destaque na Convenção foi Robert Strauss, praticamente uma unanimidade. O chairman do DNC conseguira uma proeza inimaginável: conduzir uma Convenção do Partido Democrata em que todos saíram contentes com o resultado. Ou melhor, quase todos: apenas a facção do movimento sindical ligada à direção do AFL-CIO, com destaque para Meany e Barkan, terminaram isoladas e insatisfeitas com o resultado. A esta altura, Strauss era considerado por eles um traidor.

Em fevereiro de 1975, se confirmaria a separação oficial do AFL-CIO da direção do Partido. Os membros que decidissem ficar passariam a falar em nome de seus próprios

---

<sup>80</sup> Para os fatos, v. The New York Times. Christopher Lydon. Democrats Face Dispute Over Three Issues at Parley. 03 dez. 1974. p. 82.

sindicatos, e não mais em nome da federação. Passou-se a especular que Meany retornaria à política do partido às vésperas da convenção, de modo a colocar seu peso (e dinheiro) em prol do candidato mais favorável a seus interesses. Ou então que o objetivo de Meany seria apoiar Rockefeller como vice-presidente na chapa de Gerald Ford. Um democrata ligado à ala mais poderosa do movimento sindical sentenciou: “the latest sign of institutional senility, a real sad thing”.<sup>81</sup> Não se sabia bem quem perderia mais com a ruptura: o AFL-CIO ou o Partido Democrata. De qualquer forma, era pouco provável que o AFL-CIO deixasse de fazer doações aos candidatos democratas nas corridas para o legislativo. O que se sabia era que o Partido Democrata, sem Meany e Barkan, teria um diálogo mais suave com o movimento sindical, já que os dirigentes que permaneceram eram mais afins às bandeiras liberais que o partido passara a defender. Um nova coalizão democrata parecia emergir, e o Partido estava finalmente preparado para a reconciliação.

## 2.2 CONCLUSÃO

O legado da candidatura de McGovern para os movimentos sociais dentro do partido é controverso. Por um lado, os movimentos considerados mais radicais até então (o movimento feminista e o movimento gay) sofreram derrotas no que se refere à inclusão de suas bandeiras na plataforma do partido. A partir de então, criou-se uma certa prevenção em relação a candidaturas consideradas “de esquerda” ou mais radicais, marcadas com o signo da derrota certa. Consolidou-se uma percepção da dualidade idealismo x pragmatismo que empurrou o Partido Democrata para o centro. De fato, as insurgências seguintes dentro do partido nunca mais alcançariam o patamar que os *McGovernites* conseguiram em 1972.

Por outro lado, as lutas de 1972 aceleraram a organização desses movimentos sociais dentro do partido, já que tiveram que se organizar em torno de suas bandeiras comuns. A reforma partidária facilitou a formação de *caucuses* nacionais, ligados a causas específicas. Apesar das sérias dificuldades organizacionais enfrentadas nesta primeira experiência,<sup>82</sup> e a derrota de McGovern em novembro, certamente restava um legado positivo: não seria mais possível fazer campanha ignorando grupos que outrora não participavam das escolhas partidárias. Ao mesmo tempo, a incorporação desses grupos pelas estruturas partidárias

<sup>81</sup> *The New York Times*. R. W. Apple, Jr. Meany and Labor’s Role in 1976. 21 fev. 1975. p. 8. Trad. livre: “O último sinal de senilidade institucional, realmente triste”.

<sup>82</sup> V. Pressman, Sullivan, *op. cit.*, p. 550-552. A organização da campanha de McGovern não via com bons olhos a proliferação de *caucuses* fortes, e desestimulava seus jovens *McGovernites* a participar do *Youth Caucus*.

conformou-lhes as estratégias de ação e os assimilou definitivamente aos canais tradicionais de participação. Os *hippies*, *yippies*, feministas e adeptos do amor livre aos poucos aprendiam a fazer *lobby* e *advocacy* por suas bandeiras, trabalhando junto com lideranças do partido e da administração.

Deste modo, pode-se dizer que a sorte dos movimentos sociais, considerados coletivamente, foi melhor que a dos movimentos de insurgência de políticos considerados à esquerda ou marginais dentro do partido; posto que, se por um lado o Partido Democrata aceitou grupos considerados *red flag issues* há apenas cinco anos, companhias de campanha indesejáveis, por outro, nunca mais uma insurgência foi capaz de capturar uma nomeação. Nas palavras de Frank Mankiewicz: “Nós sempre estivemos sujeitos a esta pressão do pessoal das causas. Nós reagimos a cada ameaça das mulheres, ou militantes, ou grupos estudantis. Se eu pudesse fazer de novo, eu aprenderia a hora de mandá-los para o inferno”.<sup>83</sup>

Todavia, mesmo no que se refere aos políticos profissionais e militantes identificados mais ao partido que a uma causa, a derrota deixou experiências que enriqueceram as trajetórias de figuras importantes do partido: líderes como Bill Clinton, Gary Hart, e estrategistas como Bob Shrum e John Podesta fizeram seu *début* partidário na campanha de McGovern. As derrotas políticas deixam não apenas lições, mas também “calejam” os atores e os permite fazer contatos que podem ser retomados em outras circunstâncias no futuro.

Jimmy Carter pode ser considerado uma surpresa, uma *blitzkrieg* engenhosa pela nomeação, mas dificilmente uma insurgência. A candidatura McGovern tornara-se um fantasma a assombrar a esquerda do Partido Democrata.

A campanha de McGovern tornou-se um paradigma para a tão falada crise de identidade do Partido Democrata nos anos que se seguiram. Apesar de ter mantido, por vinte anos, a maioria no Congresso, além de um número muito maior de ativistas que o Partido Republicano, estava ficando claro que o “dilema” democrata consistia em como vencer eleições num país em que suas opiniões políticas, forjadas na luta pelos direitos civis e contra a Guerra do Vietnã, estavam se tornando claramente minoritárias, inclusive entre grupos que outrora eram dados como apoio certo ao partido, como os descendentes de imigrantes e operários das grandes cidades.

Já uma parte mais radical dos democratas tradicionais, em grande parte apoiadores de “Scoop” Jackson, formou o grupo chamado *Coalition for a Democratic Majority* (CDM).

---

<sup>83</sup> White, *op. cit.*, p. 44. No original: “We were always subject to this pressure from the cause people. We reacted to every threat from women, or militants, or college groups. If I had to it all over again, I’d learn when to tell them to go to hell”.

Pregando o retorno às raízes do partido que haviam sido abandonadas, o grupo era especialmente ativo no que se referia ao retorno à política da Guerra Fria: colocava-se contrário tanto ao pacifismo dos *McGovernites* quanto à política de *détente* com a União Soviética e a aproximação da China realizadas por Kissinger e Nixon. Quando se consolidou o conhecimento público sobre o escândalo de Watergate, o governo do Vietnã do Sul desmoronou e, finalmente, Carter conquistou a presidência, o grupo sentiu-se isolado dentro do próprio Partido Democrata, apesar de dizer-se representante de uma tradição democrata. Alguns de seus membros foram engrossar as fileiras do neoconservadorismo e de Ronald Reagan.<sup>84</sup>

As eleições de 1974 foram uma prévia dos efeitos potenciais de Watergate (e o subsequente perdão de Nixon por Ford) e a crise econômica em 1976: com a renúncia recente de Nixon, os Democratas conquistaram 49 assentos na Câmara e 4 no Senado. A despeito disso, os impactos da conjuntura desfavorável aos republicanos é controverso: enquanto o senso comum atribui a esses eventos um papel preponderante nas eleições ocorridas na metade do mandato presidencial, há um debate na ciência política americana a respeito da influência de Watergate e da crise nos resultados de 1974, reproduzido num artigo de Eric Uslaner e Margaret Conway publicado na *American Political Science Review*.<sup>85</sup> Pesquisas feitas até então com a prestigiosa pesquisa de 1974 do *Center of Political Studies*<sup>86</sup> indicavam influência quase nula de Watergate e a crise no resultado. Uslaner e Conway, alternativamente, conduziram sua pesquisa em cima do Painel de 1972-1974, que compara os resultados de cada ano. Assim, puderam construir um modelo mais refinado, com base em pesquisas anteriores, que indicam os seguintes fatos:

- a) A influência de Watergate e da crise econômica foi sentida entre os eleitores que os autores, baseados em V. O. Key, chamam de *switchers*, isto é, aqueles que tendem a oscilar mais entre os candidatos, em contraponto aos *standpatters*;
- b) O “preço” de Watergate e da crise recaiu de maneira mais forte sobre os candidatos republicanos mais conservadores, além daqueles mais

<sup>84</sup> Miroff, p. 264-265.

<sup>85</sup> V. M. Margaret Conway; Eric M. Uslaner. The Responsible Congressional Electorate: Watergate, the Economy, and Vote Choice in 1974. *The American Political Science Review*, vol. 79, n. 3 (Set. 1985), p. 788-803.

<sup>86</sup> A pesquisa realizada pelo CPS, conhecida como NES/CPS American National Election Studies é um questionário extenso e cuidadoso, com perguntas sobre intenção de votos, vários temas eleitorais, políticos e sociais, de modo a registrar a influência desses temas nos resultados das eleições americanas. É utilizado como matéria-prima por muitos estudos de ciência política.

associados à figura do ex-presidente Nixon; republicanos considerados moderados tiveram melhor desempenho;

- c) Uslaner e Conway formulam um modelo de decisões estratégicas de doadores e potenciais candidatos que leva a crer que, numa conjuntura desfavorável como 1974, os melhores candidatos tendem a se lançar pelo Partido Democrata, e os doadores tendem a escolher os candidatos democratas como um melhor investimento; de fato, a quantidade de recursos para os candidatos democratas em relação aos republicanos foi maior de 1974 em comparação com 1972; o maior volume de recursos tende a favorecer candidatos desafiantes, já que pesquisas indicam que a quantidade de recursos é mais importante para alguém que está fora de um cargo público, e portanto não possuía cobertura midiática garantida e microfones oficiais à disposição.

A pesquisa possui implicações muito relevantes para o debate da identificação partidária. De qualquer modo, para os nossos fins, basta constatar que os eleitores independentes ou cujas identificações partidárias estão mais ligadas a conjunturas de curto prazo mostraram-se mais vulneráveis à interferência de Watergate e da crise. Como o número desses eleitores aumenta a cada ano nos EUA,<sup>87</sup> o voto estava cada vez mais influenciado por esse tipo de conjuntura.

A despeito do crescimento do movimento neoconservador, personificado na insurgência republicana de Ronald Reagan, não era possível prever seu triunfo posterior na política americana; o que se imaginava como uma nova coalizão republicana era o projeto de Richard Nixon de criar uma nova maioria declaradamente inspirada no livro *The Real Majority*, de Ben Wattenberg e Richard Scammon, democratas moderados à época (Wattenberg acabaria no movimento neoconservador algum tempo depois). Neste livro, os autores desenvolvem a tese de que os republicanos estavam mais ligados ao humor do eleitorado americano em relação aos temas sociais (crime, drogas, moral), enquanto os democratas seriam dominantes no que se chamaria de temas econômicos (seguridade social, emprego etc.). O partido que levasse isso em consideração na formulação da sua estratégia, fazendo incursões convincentes no campo de vantagem do adversário, teria mais chances de conquistar a maioria do eleitorado. E este projeto havia fracassado nas mãos de Nixon, não

---

<sup>87</sup> V. o debate no livro de Martin P. Wattenberg, *The Decline of American Political Parties 1952-1996*. Cambridge, London: Harvard University Press, 1998. Retornaremos ao tema adiante.

tanto pela impropriedade do raciocínio, mas por outras fragilidades do projeto nixoniano de poder. Ao que tudo indicava em 1974, os democratas teriam sua chance de emplacar um novo projeto de sociedade e de política em 1976.

Já a criação de um estatuto para o partido, em 1974, tinha a função original de centralizar e nacionalizar a estrutura partidária. O Senador Donald Fraser, de Minnesota, que havia substituído McGovern na primeira Comissão de Reforma, idealizara um estatuto que previsse reuniões frequentes, e a solicitação constante dos membros do partido a interferir nos processos decisórios. O documento final tinha pouco a ver com isto, e o tema da centralização não interessou muito a nenhuma das facções. De qualquer forma, alguns artigos do estatuto contribuíram, sim, para a unificação de procedimentos e a nacionalização de identidades e disputas. Deram uma forma institucional e um regime de funcionamento ao partido no momento em que sua política se dava crescentemente num nível nacional. Os elementos ligados à reforma de 1974 também podem ser lidos de maneira semelhante: a comparação com a reforma da *McGovern-Fraser Commission* poderia indicar um retrocesso em questões como integração racial e democratização dos processos de decisão intrapartidários. No entanto, faz-se necessário analisar a *Party Charter Commission* não apenas numa comparação desfavorável com as reformas de 1972, mas sim à possibilidade de um acordo entre as partes sobre o qual pudesse ser construído um novo consenso, para que os democratas enfrentassem unidos a candidatura de Gerald Ford em 1976.

### 3. A CAMPANHA DE 1976

#### 3.1 COMO INICIAR UMA CAMPANHA PRESIDENCIAL

Em 1972, Jimmy Carter havia sido um dos participantes do movimento ABM (*Anybody But McGovern*), menos por incompatibilidade ideológica e mais por acreditar que McGovern não poderia vencer as eleições em novembro. Durante a Convenção de 1972, fez um discurso reiterando seu apoio a “Scoop” Jackson. Contudo, longe dos holofotes, mandou dois de seus assessores de então, Hamilton Jordan (que seria coordenador da campanha de 1976) e Jerry Rafshoon (que seria seu assessor de mídia e imagem), conversarem com Pat Caddell, então *pollster* de McGovern, para convencê-lo da conveniência de escolher um sulista para vice-presidente. Esse sulista, obviamente, seria Carter. Em menos de dez minutos, Caddell os despachou educadamente.<sup>88</sup> Os dois passaram o resto da convenção pensando: por que não Carter concorrer à presidência em 1976?

Em 4 de novembro de 1972, a derrota da candidatura McGovern ainda nem havia se consumado, e os amigos de Carter confabulavam sobre a possibilidade de que ele concorresse às eleições seguintes; Jordan, então, produziu um memorando com a estratégia básica dos passos que Carter deveria tomar nos quatro anos seguintes para ser candidato a presidente em 1976. Nele, Jordan afirmava que as primárias de New Hampshire e Florida deveriam ser prioridade, pois dariam mídia a Carter e produziriam no eleitorado a sensação de que a candidatura era para valer; falava sobre a necessidade de Carter vencer em pelo menos um ou dois estados industrializados do Norte/Nordeste/Meio-Oeste; sobre o desgaste dos senadores do partido, depois de tantas candidaturas fracassadas nas últimas primárias; e apontava para um dos temas sobre os quais Carter tentaria capitalizar sua experiência como governador, o sentimento de desconfiança e o desejo de descentralização em relação a Washington:

Eu esperaria que nós pudéssemos relacionar os avanços do seu governo com o tema de que governos estaduais revitalizados são a chave para resolver muitos dos problemas deste país hoje, como demonstrado na Georgia pelo Gov. Jimmy Carter. O impulso para seu esforço de cobertura da mídia deveria ser que o governo estadual está funcionando na Georgia e resolvendo os problemas no que se refere a atender as necessidades dos cidadãos comuns.<sup>89</sup>

<sup>88</sup> Martin Schram, *Running for President 1976: The Carter Campaign*. New York: Stein and Day, p. 50-51; Jules Witcover, *Marathon: The Pursuit of the Presidency, 1972-1976*. New York: Viking Press, 1977. p. 106-107.

<sup>89</sup> Memorando de Jordan a Carter, 4 nov. 1972. *Apud* Schram, *op. cit.*, p. 55. Trad. Livre: “I would hope that we could relate the accomplishments of your administration to the theme that revitalized state government is the

Existe um ponto que merece destaque no memorando de Jordan: as relações com a mídia. Para adquirir notoriedade, Carter precisaria gerar mídia positiva a seu favor, que repercutisse as imagens que Carter gostaria de transmitir ao público: um governador moderno, eficiente, representante de um *New South*, no qual a discriminação racial fosse coisa do passado. Isto seria favorecido pelo fato de que muitos colunistas e repórteres que trabalham na “*eastern liberal news establishment*” (a expressão é de Jordan) seriam sulistas de nascimento, apegados à tradição de sua região de origem, e deste modo estariam mais ou menos inconscientemente suscetíveis à ideia de um presidente do Sul.

Em outro memorando da mesma época, desta vez de Rafshoon, delineia-se um timing, ano a ano, da imagem que Carter deveria transmitir ao público, esforçando-se para aparecer na mídia:

Eu vejo as fases de publicidade da seguinte forma:

Fase I 1973: Projeção do histórico e do conhecimento de Carter

Fase II 1974: Carter como um líder do Partido Democrata e alguém envolvido em tentar recompor sua unidade.

Fase III 1975: Carter como um pensador de peso, líder do partido (denotado nas fases um e dois) com algumas ideias para dirigir o país e viajando por ele falando sobre elas e quem deve ter ambições presidenciais.

Fase IV 1976: Carter – um candidato presidencial.<sup>90</sup>

A partir deste memorando de Rafshoon, Jordan traçou um cronograma de atividades e de encontros com pessoas específicas para os quatro anos seguintes.

A estratégia das primárias também já era esboçada no memorando de Jordan, e consistia no seguinte:

1. Demonstrar nas primeiras primárias sua força como candidato. Isto significa uma forte aparição surpresa em New Hampshire e uma vitória na Florida.
2. Estabelecer que você não é um candidato regional vencendo primárias iniciais em estados medianos fora do sul, como Rhode Island e Wisconsin.

---

key to solving many of the problems in this country today as has been demonstrated in Georgia by Gov. Jimmy Carter. The thrust of your national press effort should be that state government is working in Georgia and is solving the problems in meeting the needs of ordinary citizens”.

<sup>90</sup> Schram, *op. cit.*, p. 52. No original: “I see the publicity phases as follows:

Phase I 1973: Projection of the Carter record and knowledge.

Phase II 1974: Carter as a leader in the Democratic Party and someone involved in bringing it back.

Phase III 1975: Carter as a heavyweight thinker, leader in the party (denote in Phases One and Two) who has some ideas for running the country and is going around the country talking about them and who may have presidential ambitions.

Phase IV 1976: Carter – a presidential candidate”.

3. Escolher um dos grandes estados industriais, tradicionalmente democratas, que tenham uma primária cedo na qual se possa confrontar todos os grandes oponentes e estabelece-se como um grande concorrente. Pennsylvania e Ohio seriam possibilidades.
4. Demonstrar consistência em todas as primárias que entrar.<sup>91</sup>

Mas não eram só os amigos de Carter que o queriam candidato em 1976: o próprio Carter também desejava muito ser presidente, e começou a trabalhar para isso antes da derrota de McGovern. Todos os atos políticos de Carter dali em diante têm de ser intepretados à luz desta estratégia traçada nas últimas semanas de 1972.

A partir de então, Carter passou a circular pelo país, sempre dando entrevistas e procurando aparecer em eventos, fazer amizade com pessoas importantes, coisas que qualquer político pragmático e tarimbado procura fazer, especialmente se pretende ser candidato a presidente. Uma oportunidade, em especial, surgiu em 5 de março de 1973.

Robert Strauss, recém-empossado *chairman* do DNC, foi a Atlanta participar de um evento e fazer um discurso. Foi convidado pelo então Governador Jimmy Carter para um jantar na residência oficial com ele próprio e Charlie Kirbo, advogado de Atlanta, velho amigo e confidente de Carter. Durante a conversa, surgiu a ideia de que Carter fosse *chairman* do comitê de campanha democrata para o Congresso, em 1974. Carter, à época, já não seria mais governador. Strauss, como a maioria dos integrantes do partido, não via grande vantagem em assumir este posto. Mas a Carter ele interessava muito: o cargo de *chairman* da campanha para o Congresso parecia feito sob medida para as pretensões de um político procurando projeção nacional dentro do partido, e bastante necessitado de fazer contatos e adquirir influência.

E assim foi: depois de deixar o governo da Georgia, Carter dedicou-se a organizar as campanhas do Partido Democrata para o Congresso. Com toda pessoa que Carter conversasse (e ele não deixava passar uma oportunidade de se apresentar), Jody Powell (seu assessor de imprensa) ou Hamilton Jordan iria atrás, com papel e caneta na mão, anotando nome e telefone de todos. Esta lista de pessoas influentes dentro do partido valia ouro numa eleição presidencial. Em Washington, Carter trabalhou, entre outros, com Bill Dodds, diretor político do UAW, e com Mike Miller, diretor político do *Communications Workers*. Era importante

---

<sup>91</sup> Witcover, *op. cit.*, p. 114. No original: “1. Demonstrate in the first primaries your strength as a candidate. This means a strong surprise showing in New Hampshire and a victory in Florida.  
2. Establish that you are not a regional candidate by winning early primaries in medium-sized states outside the south, such as Rhode Island and Wisconsin.  
3. Select in of the large industrial and traditionally Democratic states which has an early primary to confront all major opponents and establish yourself as a major contender. Pennsylvania and Ohio would be possibilities.  
4. Demonstrate consistent strength in all primaries entered.”

fazer contato com pessoas ligadas ao movimento sindical, já que eles seriam tão necessários à vitória de qualquer candidato democrata; Carter não era conhecido como um político pró-sindicatos; e estes sindicalistas, em especial, pertenciam a uma corrente mais independente em relação ao AFL-CIO, como vimos no capítulo anterior.<sup>92</sup>

Em 12 de dezembro de 1974, coroando um ano de muito trabalho, em que, de acordo com o memorando de Rafshoon, Carter procurara se projetar como um político de expressão nacional do Partido Democrata, Carter anunciou, num discurso para 2.000 pessoas em Atlanta, que seria candidato a presidente.

\*\*\*

A estratégia de Carter, como vimos, era começar cedo, muito cedo, baseado no exemplo de McGovern. Mais precisamente, em janeiro de 1975. Carter não perdia um evento sequer: festas beneficentes, quermesses, palestras em pequenas salas com mais lugares vazios que cheios, todos ficavam gratos e impressionados que um ex-governador, que declarava intenções presidenciais, se importasse tanto com seus eventos. Com isso, tornavam-se voluntários dispostos a participar do esforço “porta a porta” de que a campanha de Carter necessitaria. De acordo com os cálculos de seu *staff*, ainda em junho de 1975, Carter teria viajado mais de 50.000 milhas, visitado 37 estados, feito 200 discursos, aparecido em 93 programas de entrevista em rádio e TV, e com isso formado uma lista de 25 mil potenciais contribuintes (sem contar as listas de mala direta que ele comprou). Em dezembro de 1975, Carter já tinha viajado para 43 estados e estabelecido 16 escritórios de campanha.<sup>93</sup>

Carter, entretanto, tinha um problema: sua popularidade. Virtualmente desconhecido do público americano, recebia constantemente 1% dos votos em todas as pesquisas em que era incluído. Isto tinha uma outra implicação, para as finanças da campanha: as doações não estavam entrando no ritmo necessário, e Hamilton Jordan Frank Moore (assessor de Carter que já havia assumido, anteriormente, o lugar de Jordan provisoriamente) e Jody Powell aceitaram trabalhar sem receber até o fim do ano. Carter precisava arrecadar US\$ 5.000 em vinte estados para se qualificar a receber fundos federais, de acordo com a versão em vigor do *Federal Election Campaign Act*. Carter só conseguiu fazê-lo em setembro de 1975. Com os

---

<sup>92</sup> Schram, *op. cit.*, p. 61-62; Witcover, *op. cit.*, p. 117-118.

<sup>93</sup> Betty Glad, *In Search of the Great White House*. New York, London: W. W. Norton & Company, 1980. p. 233.

recursos federais, Carter ganhou finalmente a atenção da mídia nacional, que começou a publicar perfis de Carter e a mencionar o candidato.

A situação financeira de Carter melhoraria ainda mais com a contratação de Morris Dees, arrecadador de fundos (“*fundraiser*”) de George McGovern em 1972 e que trabalhava até então como assessor de “Scoop” Jackson. Dees aprofundou o trabalho que já vinha sendo feito com a lista de doadores da campanha para o congresso em 1974, e enviou aos doadores em dezembro uma carta em que solicitava que dobrassem a doação anterior à campanha. Caso aceitassem o “desafio”, solicitava-se mais todo mês.<sup>94</sup> A carta que solicitava fundos adicionais apresentava Carter como o candidato que poderia bater George Wallace, e, depois disso, assegurar sua nomeação. Com esta tática, Carter arrecadou US\$ 225.000 dólares na primeira leva, e US\$ 1 milhão ao longo de toda a campanha. Bem fornida de recursos, a campanha poderia entrar com tudo no ano de 1976.

Agora que estavam todos olhando, era a hora de um golpe de astúcia: em Iowa, o Partido Democrata estadual realizaria um jantar para arrecadar fundos, no *Jefferson-Jackson Day*. Tim Kraft, recebendo a informação de que jornais locais fariam uma pesquisa de opinião com os 4.000 presentes, trabalhou duro para mobilizar todos os apoiadores de Carter e fazê-los comparecer ao jantar, para dizer quem era o seu candidato. Dos quatro mil presentes, mil votaram: Carter, 23,6%; Humphrey, 12,4%; Bayh, 10,4%; Shriver, 5%; Udall, 7,1%; Harris, 5,6%; Jackson, 5,2%.

R. W. Apple, repórter do *The New York Times*, publicou a história afirmando que ela significava que Carter possuía “a surprising but solid lead”.<sup>95</sup> Dada a influência do jornal, logo a história foi republicada por outros veículos de grande circulação.

O mesmo golpe de mídia foi planejado para a convenção estadual na Florida, em novembro. Phil Wise, coordenador da campanha no estado, soube que haveria uma pesquisa semelhante no evento; então, mobilizou a lista de eleitores pró-Carter que tinha em mãos para que comparecessem em peso ao evento. O próprio Carter estava lá, assim como Milton Shapp, governador da Pennsylvania e também pré-candidato. Carter apareceu nas intenções de voto com 67%, com mais de dez vezes o número de votos de Shapp, o segundo colocado.<sup>96</sup>

O trabalho estava feito. Apesar de Carter, na virada do ano, não aparecer com mais do que 5% nas intenções de voto, a candidatura estava lançada a nível nacional. Analistas já

<sup>94</sup> Christopher Lydon, Ex-Aide to Jackson Becomes Carter Fund-Raiser. *The New York Times*, 15 dez. 1975, p. 40.

<sup>95</sup> Trad. livre: “Uma liderança surpreendente, porém sólida”.

<sup>96</sup> Para a história das duas pesquisas, v. Glad, *op. cit.*, p. 235-236. Para a pesquisa de Iowa e sua influência no resultado do caucus, em janeiro, Schram, *op. cit.*, p. 16-17.

tratavam como plausível a escolha do ex-governador da Georgia para concorrer à presidência pelo Partido Democrata, a despeito de seu parco desempenho nas pesquisas feitas com amostras mais abrangentes. Os frutos seriam colhidos em breve.

Dois artigos em dezembro de 1975, em especial, vinham na linha exata que a campanha de Carter precisava: o primeiro, publicado no dia 1º pela *Time*, intitulava-se “Suddenly he is no longer Jimmy Who?”<sup>97</sup>. O segundo era um perfil publicado no *The New York Times* por Patrick Anderson, e era o segundo de uma série que cobriria todos os candidatos do campo democrata que circulavam então pedindo votos. O artigo era claramente simpático a Carter, e expressava o bom juízo que Anderson tinha feito do candidato da Georgia: afável, fala mansa, ao mesmo tempo aferrado a suas opiniões, apreciador de Bob Dylan, Dylan Thomas, William Faulkner e Reinhold Niebuhr. O artigo seria peça fundamental para apresentar Carter aos liberais da Costa Leste, e Anderson acabaria, mais tarde, sendo redator de discursos para a campanha de Carter.<sup>98</sup>

Enquanto Carter passara boa parte do ano de 1975 viajando pelo país e também pelo exterior nas atividades da Comissão Trilateral,<sup>99</sup> da qual fazia parte desde que era governador da Georgia, seus rivais liberais estavam se enfrentando dentro de casa. Eram seis: Morris Udall (deputado pelo Arizona), Birch Bayh (senador por Indiana), Sargent Shriver, Fred Harris (senador por Oklahoma), Terry Sanford (ex-governador da Carolina do Norte e reitor de Duke) e Milton Shapp (governador da Pennsylvania). Todos eles ocupavam dentro do partido um nicho que não era o de Carter, e gastariam muito esforço e dinheiro tentando se destacar dos outros competidores para iniciar 1976 como “o” candidato liberal. A disputa logo se concentrou em Bayh e Udall, com alguma vantagem para o segundo. No entanto, a decisão definitiva ficaria a cargo dos eleitores democratas, que expressariam sua opinião nas primárias do ano seguinte.

Na banda conservadora do partido, estavam George Wallace, com seu próprio eleitorado, e “Scoop” Jackson, mais próximo do centro em relação a Wallace. Jackson, um *Cold War Liberal*, possuía um ativismo proeminente em relação à política externa. A maior parte dos linhas-duras do partido se agrupava em torno dele. No entanto, o Vietnã não seria mais o assunto predominante em 1976; e se, por um lado, isto tirava um pouco da premência

---

<sup>97</sup> “De repente ele não é mais o Jimmy Quem?”.

<sup>98</sup> Glad, op. cit., p. 236; sobre as impressões de Anderson a respeito de Carter, v. o livro de Anderson sobre sua participação na campanha: *Electing Jimmy Carter: The Campaign of 1976*. Baton Rouge, London: Louisiana State University Press, 1994.

<sup>99</sup> A Comissão Trilateral é um *think tank* criado por David Rockefeller em 1973, para promover o diálogo entre as três principais regiões do mundo desenvolvido: EUA, Europa e Japão. Seus membros tinham formações diversas, mas o foco dos debates da Trilateral era economia e política externa.

da candidatura de Jackson, por outro, tornava mais fácil a contemporização dentro do Partido Democrata, outrora dividido pelo tema da guerra. A campanha de Jackson era bem financiada e havia começado cedo. Apesar de Al Barkan e George Meany terem se desligado de Jackson no momento em que este aceitou o compromisso do estatuto de 1974, o Senador por Washington ainda tinha aliados importantes no movimento sindical e nas estruturas tradicionais do partido. A candidatura Jackson, entretanto, não parecia empolgar muita gente. Sua esperança era que em 1976, com resultados favoráveis nos primeiros *caucuses* e primárias, pudesse atrair grupos tradicionalmente avessos a sua candidatura. E havia, por fim, Lloyd Bentsen, Senador pelo estado do Texas, que havia arrecadado uma boa quantia de dinheiro em 1974-1975, mas não havia conseguido obter reconhecimento nacional e uma estrutura nacional de campanha. Especulava-se que, na realidade, ele estivesse fazendo uma campanha que o permitisse chegar à vice-presidência, em especial no caso de um impasse na convenção, no qual ele pudesse barganhar uma boa oportunidade em troca de seus delegados.

E havia Carter, em algum lugar entre a esquerda e a direita do partido, desafiando definições tradicionais e tentativas de enquadramento ideológico. Até então, não se sabia nem qual era seu posicionamento no espectro democrata; Carter era visto mais como um político regional, representante do chamado *New South*.

### 3.2 “E FOI DADA A PARTIDA...”

É comum a comparação do processo eleitoral americano (e em qualquer outra democracia) com uma corrida de automóveis, ou de cavalos. A própria expressão “corrida presidencial” diz muito da forma como encaramos a escolha do Presidente da República. Os primeiros momentos são o “arranque” da campanha; é preciso “largar cedo, mas sem queimar a largada”; “a decisão vai ser no *photochart*”; “Fulano passou Beltrano”; na linguagem iconográfica, a metáfora da corrida é um prato cheio para os chargistas. Nos EUA, há uma expressão que define bem a cobertura da mídia que possui enfoque mais no desempenho do que nos temas debatidos: “*horse-race journalism*”. Esta forma de jornalismo se alimenta de um material que é produzido com mais frequência nos anos eleitorais: as pesquisas de opinião.

Instrumento ambíguo de aferição da vontade popular, são as pesquisas de opinião. Elas mesmas, por si sós, suscitam questões metodológicas que exigem um conhecimento técnico avançado de estatística e ciência política. Para além disto, há que se considerar que seu impacto na opinião pública é mediado pelos jornais em papel e em ondas eletromagnéticas;

isto é, normalmente o que chega à população é **uma interpretação** da pesquisa, que raramente vem acompanhada de explicações ou ressalvas metodológicas.

C. Anthony Broh, num artigo para a *Public Opinion Quarterly*,<sup>100</sup> faz uma análise da cobertura do *The New York Times* nas eleições de 1976 para refletir sobre o tema, de maneira geral. Embora o autor considere o *horse-race journalism* uma forma de despertar o interesse do público no processo democrático, além de evitar a escolha precoce da mídia por um candidato (há interesse em fomentar a disputa), Broh admite que há uma série de distorções na cobertura *horse-race* e no uso das pesquisas de opinião: tentativas de previsão, uma preferência por noticiar a diferença entre os candidatos em vez das porcentagens reais, a comparação de pesquisas com metodologias muito distintas, ênfase em grupos segmentados da população, desconsideração da margem de erro, a influência excessiva de eventos aparentemente sem importância que são magnificados pela mídia etc.

No caso das primárias, em especial, é possível medir, progressivamente ao longo do calendário, a preferência da população de maneira fidedigna; entretanto, a mídia sedenta por dar informações sobre a corrida e criar expectativa numa época em que não há muito o que ser reportado dá importância desproporcional, por exemplo, ao *caucus* de Iowa e às primárias de New Hampshire, que possuem relevância quase nula no que concerne ao número de delegados. Como vimos, McGovern soube aproveitar isto em 1972; Carter fará o mesmo em 1976. A forma como ele direcionou o resultado das pesquisas locais no *Jefferson-Jackson Day* de Iowa e na reunião da Florida são indicativos de que os estrategistas de Carter sabiam jogar com as novas regras do sistema eleitoral, uma mistura intrincada de datas e eventos cujos resultados poderiam influenciar todas as etapas seguintes.

Essa questão do *horse-race journalism* e das pesquisas de opinião pública têm relevância teórico-metodológica para nossa pesquisa na medida em que também estamos trabalhando com pesquisas de opinião. Elas não podem ser ignoradas, pois constituem um aspecto cada vez mais influente da corrida presidencial; por outro lado, é preciso vê-las menos como um retrato fiel do público e mais como uma interpretação sobre a composição e vontade do eleitorado. As pesquisas que utilizamos para analisar os resultados, a *CBS News Election Survey* e a do NES/CPS, são pesquisas feitas com um grande universo (no caso da primeira) ou realizadas com um rigor metodológico, acadêmico, acima daquele empregado nas pesquisas dos grandes institutos (no caso da segunda).

---

<sup>100</sup> C. Anthony Broh, *Horse-Race Journalism: Reporting the Polls in the 1976 Presidential Election*. *Public Opinion Quarterly*, vol.44, 1980, p. 514-529.

Deste modo, procuraremos um equilíbrio entre uma análise dos temas e discursos da eleição, participação de atores sociais e influência da mídia na trajetória dos candidatos. A escolha por um formato que acompanhasse o desempenho progressivo dos candidatos tanto quanto os temas da disputa foi feita porque não seria possível entender a escolha de Carter para presidente sem considerar a evolução da conjuntura ao longo dos meses.

### 3.3 A ESCOLHA DO CANDIDATO DEMOCRATA

#### 3.3.1 Primeira Fase: Todos contra todos

##### 3.3.1.1 Iowa

Logo no início do processo eleitoral americano, temos um bom exemplo do que queremos dizer com a forma como a cobertura molda o desempenho, cria eventos. O *caucus* de Iowa começa em *caucuses* em cada vizinhança, mas termina num *caucus* estadual. E, no dia 19 de janeiro, aconteceram apenas os primeiros *caucuses*. Apenas 10% dos democratas saíram para votar. E o resultado foi o seguinte: delegados descomprometidos (*uncommitted*), 37%; Carter, 27%; Bayh, 13%; Harris, 10%; Udall, 5%; Shriver, 3%; Jackson, 1%. Analisando os números, era óbvio que Carter tinha tido o melhor desempenho. O longo tempo que ele permaneceu “trabalhando” Iowa e a famosa pesquisa do *Jefferson-Jackson Day* certamente contribuíram muito para isto. Entretanto, era um tanto quanto forçado designar Carter “winner”, até porque a contabilidade final de delegados ainda não havia sido determinada (isto só aconteceria com o *caucus* estadual). No entanto, foi isso que a mídia fez: designou Carter o vencedor. O Miami Herald disse que Carter era “the man to beat”, isto é, o homem a ser vencido; o ex-governador deu entrevista para todos os grandes órgãos de imprensa de Nova York, onde havia passado a “noite da vitória”. Os meios de comunicação já estavam sedentos para adiantar a seus consumidores os primeiros resultados eleitorais do ano. E, fazendo isso, tornaram mais legítima a candidatura de Carter.

Entretanto, um outro tema se sobressaiu no *caucus* de Iowa e seria um dos temas mais recorrentes da campanha: o aborto. Desde a decisão da Suprema Corte conhecida como *Roe vs. Wade*, que legalizou a prática do aborto nos EUA, os conservadores, em especial os de matriz religiosa, vinham se mobilizando para tentar restringir a prática de abortos. A meta deles era conseguir emplacar uma emenda constitucional proibindo o procedimento. E já em Iowa se colocaram no encalço dos candidatos, procurando obter um compromisso de alguns

deles com a emenda anti-aborto. Nenhum deles se comprometeria; Carter e Shriver (este último católico), entretanto, expressavam opinião pessoal contrária ao aborto, isto é, não defendiam sua proibição, mas nas suas consciências condenavam o procedimento. A posição de Carter e Shriver era basicamente a mesma. Entretanto, criou-se um mal-entendido que se repetiria outras vezes ao longo do processo eleitoral, no qual Carter andava no fio da navalha com a opinião pública, em função de suas ambiguidades.

O jornal *Catholic Mirror*, de Des Moines, reproduziu a seguinte citação de Carter: “No active government should ever contribute to abortions. We should do all we can to minimize abortions and to favor a national statute that would restrict the practice of abortion in our country”.<sup>101</sup> A expressão “national statute”, aplicada ao tema, significava normalmente uma emenda constitucional. Questionado por jornalistas, posteriormente, Carter negaria ter sido a favor de um “national statute”. Entretanto, lideranças católicas já distribuíam nas missas panfletos comparando as posições de Carter e Shriver, recomendando enfaticamente o voto no primeiro. Quando Don O’Brien, gerente da campanha de Shriver no estado, procurou o Monsenhor Frank Brady, para esclarecer que não havia diferença na posição de ambos os candidatos, Brady pesquisou sobre a atuação de Carter no governo da Georgia, e descobriu que ele havia se oposto a uma emenda na constituição de seu estado banindo o aborto. Quando Brady foi à mídia de Iowa destacar as supostas incoerências de Carter, já era tarde.<sup>102</sup>

### 3.3.1.2 New Hampshire

Em New Hampshire, a organização capilar de Carter também se reverteu em votos. No início de janeiro, Carter enviou a New Hampshire 90 georgianos (chamados de *Peanut Brigade*) para reforçar a campanha que já vinha sendo feita no estado. Cada um deles recebeu uma lista de nomes de democratas do estado, e então saíram às ruas gélidas para bater de porta em porta. Num estado pequeno como New Hampshire, este tipo de estratégia funciona bem. Mas o que funcionou melhor ainda a favor de Carter foi a escolha de Wallace e Jackson de não concorrer. A “centro-direita” do partido seria toda de Carter, enquanto os candidatos liberais todos se enfrentariam entre si. Resultado: Carter, 29%; Udall, 24%; Bayh, 16%; Harris, 11%; Shriver, 8,7%.

<sup>101</sup> Trad. livre: “Nenhum governo ativo deveria jamais contribuir com abortos. Nós deveríamos fazer tudo o que podemos para minimizar os abortos e defender um estatuto nacional que restrinja a prática do aborto no nosso país”.

<sup>102</sup> Witcover, *op. cit.*, p. 206-207; Adam Clymer, *The Nation*, Jimmy Carter’s Candor. 07 fev. 1976. vol. 222, n. 5. Curiosamente, o tema que beneficiaria Carter em janeiro seria uma pedra no seu sapato no outono, como veremos mais adiante.

A vitória de Carter deu origem a mais cobertura positiva da mídia; no entanto, é também certo que New Hampshire não produzia mais o mesmo efeito; posto que o então deputado estadual de Massachusetts, Barney Frank, fizera uma campanha bem-sucedida para que seu estado antecipasse suas primárias, de modo a “desinflar” New Hampshire. Os dois estados são vizinhos, e New Hampshire não tem sequer uma estação de TV própria: a programação assistida por lá vinha então de Boston. Esta antecipação tinha o efeito de criar uma grande *New England Primary*.<sup>103</sup> Deste modo, Massachusetts também seria levada em consideração na tentativa de demonstração inicial de forças.

### 3.3.1.3 Massachusetts

E em Massachusetts, Carter não obteve o mesmo resultado. Dada a importância do conflito com Wallace na Florida, na semana seguinte, Carter deixou para aparecer em Massachusetts na última semana, confiando nos anúncios de TV que havia comprado. Chegou, entretanto, a tempo de participar de um debate, em Boston, organizado pela *League of Women Voters*. Durante este debate, Carter foi perguntado se, caso fosse eleito, sua já alardeada proposta de reforma tributária incluiria o fim da isenção para gastos com hipotecas. Carter disse, sem esclarecer seu ponto de vista, que sim, que esta era uma isenção com a qual ele gostaria de terminar. E ficou por isso mesmo. Ou melhor, Carter achou que tinha ficado por isso mesmo. Porque, na verdade, seus adversários, em particular Bayh e Jackson, se apressaram em denunciar o impacto que a medida teria sobre as finanças das famílias de classe média.

Era necessário que Carter se explicasse a respeito. Desta vez, Carter, talvez por excesso de confiança, não adotaria sua tradicional estratégia de contemporizar, procurar um meio-termo nas nuances de cada palavra, de modo a agradar a todos, a fazer todos os seus ouvintes acreditarem que Carter estivesse se dirigindo a ele. Em vez disso, o georgiano saiu-se com este comentário “à la Nixon”: “[Os ataques] não me prejudicam, mas temo que possam prejudicar o país”.<sup>104</sup> E pôs-se a uma litania contra a baixaria na política, acreditando convencer os ouvintes de que se tratava de um “golpe baixo”.

Carter enganou-se: os ataques eram baseados numa declaração concreta que ele dera publicamente, não eram um “cheap shot”; e sim, as críticas o prejudicariam bastante.

<sup>103</sup> Gordon L. Weil, *The Nation*, The First “New England Primary”, 14 fev. 1976, vol. 222, n. 6.

<sup>104</sup> No original: “[the attacks] won’t hurt me, but I’m afraid it might hurt the country”.

Outro fator foi determinante para o resultado em Massachusetts: o tempo. Caía uma tempestade de neve no estado no dia das primárias. Quando o tempo está ruim, apenas os eleitores mais fiéis tendem a sair. E, em Massachusetts, a maior parte dos votos de Carter consistia no que os especialistas chamam de “soft vote”. Os eleitores de Carter simplesmente não se importavam tanto com a sorte do candidato a ponto de sair numa tempestade de neve. Jackson, 23%; Udall, 18%; Wallace, 17%; Carter, 14%.

A votação de Jackson pode ser compreendida como fruto de seu esforço duro de campanha em Massachusetts. Jackson procurou se mostrar como um tradicional *New Dealer*, alguém que personificava a melhor tradição do Partido Democrata. A Guerra do Vietnã não era mais um tema palpitante, e Jackson poderia se apresentar como algo mais que um falcão da Guerra Fria. Carter também sofreu críticas de Bayh sobre sua posição no mínimo ambígua em relação à revogação da seção 14-B do Taft-Hartley Act<sup>105</sup>, uma das bandeiras mais caras ao movimento sindical na época. No debate de Boston, Carter reiterou sua posição com a declaração de que ele não iria liderar o movimento de revogação da 14-B, e que ele não considerava que o assunto fizesse muita diferença. A postura de Carter o prejudicou com os operários urbanos (“*white collar*”) de Massachusetts.

Na verdade, o tema da revogação da 14-B já havia aparecido em New Hampshire. Três semanas antes, David Broder, repórter do *The Washington Post*, publicara uma correspondência de Carter para o *Right-To-Work Committee*, um grupo de defesa de interesse (“*advocacy*”) em favor da manutenção da 14-B. Na carta, de 1971, Carter afirmava: “Eu afirmei durante minha campanha [para governador da Georgia, em 1970] que eu não era a favor de revogar a lei de direito ao trabalho, e é uma posição que ainda mantenho”.<sup>106</sup> Já na campanha de 1975-1976, segundo Broder, Carter disse o seguinte: “Minha posição agora é a mesma de 1970, quando eu estava concorrendo para governador. Eu avisei aos representantes dos trabalhadores da Georgia que a qualquer momento em que a revogação da lei de direito ao trabalho fosse aprovada pela legislatura, eu assinaria. Esta tem sido minha posição desde 1970. Eu faria o mesmo como presidente”.<sup>107</sup> Aos líderes sindicais, Carter teria dito: “Eu penso que a maior responsabilidade na revogação da 14-B é do movimento de trabalhadores, e

<sup>105</sup> A seção 14-B do *Taft-Hartley Act* permite que os estados estabeleçam as leis de direito a trabalhar (*right-to-work laws*). São leis que garantem a não-obrigatoriedade de vinculação a um sindicato para que alguém trabalhe num determinado local.

<sup>106</sup> No original: “I stated during my campaign [for Georgia governor in 1970] that I was not in favor of doing away with the right-to-work law, and that is a position I still maintain”.

<sup>107</sup> No original: “My position now is the same as in 1970, when I was running for governor. I told the labor representatives from Georgia that any time the repeal of the right-to-work law could be passed by the legislature, then I would sign it. That has always been my position since 1970. I would do the same as President”.

quando vocês virem que podem aprovar isto, eu cooperarei. [...] Ficaria contente em ver a 14-B, a lei de direito ao trabalho, revogada, mas penso que a maior responsabilidade está em vocês”.<sup>108</sup> Demoraria, entretanto, mais de um mês até que Jackson, em Massachusetts, trouxesse as contradições de Carter à baila. Udall, Bayh, Harris, Shriver, Jackson, todos eles defendiam a revogação da seção 14-B. Carter seria cobrado por Jackson por essa falta de apoio ao movimento sindical; o episódio continha em germe aquilo que parecia ser uma das forças de Carter, mas que ao longo da campanha se tornaria uma das maiores fragilidades: a imagem de que Carter dizia uma coisa para cada interlocutor, a de que era *flip-flop on issues*, isto é, oscilante e ambíguo em temas polêmicos. Como vimos, Carter também jogou em Iowa com a questão do aborto. Esta imagem perseguiria o candidato ao longo de toda a campanha; quando concorresse sozinho com Ford, entretanto, o nível de cobrança não permitiria que ele continuasse caminhando na corda-bamba, se equilibrando de acordo com seus interlocutores.

A revogação da seção 14-B do *Taft-Hartley Act* não era o único tema no qual Carter destoava de seus rivais até então: defendia o pleno emprego, uma bandeira clássica do Partido Democrata; mas, ao contrário de seus adversários, era relutante em empregar o setor público para gerar esses empregos.<sup>109</sup> Esta diferença de Carter para os outros candidatos era algo que também passaria despercebido por um bom tempo.

A derrota em Massachusetts expunha as primeiras vulnerabilidades da campanha de Carter; e também tornaria ainda mais importante a vitória contra Wallace na Florida. Carter havia aprendido com McGovern como surpreender os “figurões” do partido, mas tomou pelo menos uma decisão diferente de McGovern: decidiu, como Muskie em 1972, concorrer em todos os estados, nem que fosse para passar apenas algumas horas entre uma escala e outra do avião da campanha. Ao fim e ao cabo, a estratégia de Carter acabaria dando certo, mas com a derrota em Massachusetts o pessimismo se tornou a nota dominante na cúpula de campanha de Carter. Uma semana depois, entretanto, Carter voltaria a colher os frutos de sua estratégia arrojada de campanha.

#### 3.3.1.4 Florida

A campanha de Carter fez seu planejamento inicial prevendo que, se batesse Wallace na Florida, o caminho estaria aberto para que ele coletasse facilmente a maioria dos delegados do Sul. A identidade sulista seria uma força suficientemente capaz de levar as pessoas às

<sup>108</sup> Witcover, *op. cit.*, p. 235-236. No original: “I think that the major responsibility for repeal of 14-B rests with labor, and when you see if you can get it passed, I’ll cooperate [...] I would be glad to see 14-B, the right-to-work law repealed, but I think the major responsibility ought to fall on you”.

<sup>109</sup> *Idem, Ibidem*, p. 235.

urnas para votar nele nas primárias, sem outro candidato que ocupasse este nicho. Os *caucuses* do Mississippi já tinham sido vencidos por Wallace (44% contra 13% de Carter), mas ainda havia muitas batalhas no Sul, e o resultado na Florida seria essencial para determinar o que viria depois.

O trabalho de Carter na Florida se tornara ainda mais fácil pelo fato de muito georgianos viverem na região chamada de *panhandle*, ao norte do estado, com fortes conexões com a Georgia. Os candidatos liberais, por sua vez, não participariam seriamente das primárias por lá. De modo que Carter seria o candidato mais palatável para um grupo de liberais que ainda estivesse indeciso em quem votar. Para reforçar ainda mais a aliança de georgianos e liberais simpáticos a Carter, o *Citizens Action Program* – CAP, braço político do UAW, apoiou Carter na Florida, e apenas na Florida, com a intenção de derrubar precocemente as chances de Wallace em Michigan.<sup>110</sup>

Já em novembro de 1972, a campanha de Carter planejava ocupar um nicho que era de Wallace. Vejamos, por exemplo, o já referido memorando de Hamilton Jordan para Carter:

Na minha opinião, um esforço nacional sério por George Wallace em 1976 poderia ocupar o espaço de sua candidatura. Esperemos que ele não concorra à presidência em 1976 e sua candidatura seja um esforço para englobar e expandir o eleitorado de Wallace e a filosofia populista sendo uma alternativa mais qualificada e responsável que George Wallace.<sup>111</sup>

A intenção original de Jordan era cortejar Wallace para receber seu apoio, já que presumidamente ele não concorreria. Presunção errada. Uma vez que Wallace decidira concorrer, Carter precisaria batê-lo, mas sem alienar seus eleitores; pois, no futuro, poderia precisar de seu apoio para conquistar a nomeação na Convenção.

Após a derrota em Massachusetts, entretanto, Carter decidiu adotar uma estratégia mais agressiva. Muito tempo depois, Jordan disse: “He [Carter] was off-balance after Massachusetts”, isto é, ele estaria fora de prumo, destemperado. Carter decidiu que era hora de atacar Jackson e Wallace. E o fez através de um dos assuntos mais palpitantes da agenda política dos anos 70: o chamado *forced busing*, que consistia no envio de crianças para estudar em escolas de vizinhanças com composições étnicas diferentes. O *forced busing* criava tanta controvérsia nos anos 70 por ser uma medida que colocava a integração racial acima de critérios como a conveniência de as crianças estudarem perto de casa, por exemplo.

<sup>110</sup> Glad, *op. cit.*, p.232.

<sup>111</sup> Witcover, *op. cit.*, p. 110-111. No original: “In my opinion, a serious national effort by George Wallace in 1976 would pre-empt your candidacy. Hopefully he will not run for president in 1976 [previsão errada] and your candidacy should be an effort to encompass and expand on the Wallace constituency and populist philosophy by being a better qualified and more responsible alternative to George Wallace”.

Alguns opositores do *forced busing* eram a favor da integração racial; outros eram racistas empedernidos; e muitos outros não eram expressamente racistas, mas temiam a convivência de seus filhos com crianças de outras “vizinhanças” perigosas (o que implicava dizer, de outras raças). Tratava-se, portanto, de um assunto complexo, com nuances apesar da polarização aparente. No entanto, foi um tema muito explorado em campanhas políticas. E, em Massachusetts, a vitória relativa de Jackson e Wallace devia-se em grande medida à rejeição aos habitantes do estado em relação ao *busing issue*.

Carter, a rigor, também era contrário ao *forced busing*. No entanto, na sua postura conciliadora, não pretendia fazer disso um assunto de campanha, já que considerava que a apelação constante ao tema tinha implicações racistas. Numa conferência de imprensa em Orlando, Carter disse que perdeu para Jackson em Massachusetts porque ele teria feito uma campanha racista. No *Boston Globe*, Jackson publicara um anúncio que dizia com letras grandes: “I AM AGAINST BUSING”. Carter ainda disse:

Não sou a favor do envio obrigatório de crianças, mas fazer minha campanha com base no antibusing é contrário a minha natureza básica. Se eu tiver que vencer apelando para um tema basicamente negativo, emocional com conotações racistas, eu não planejo fazer isto. Não quero vencer este tipo de corrida.<sup>112</sup>

Carter não queria que as pessoas pensassem que ele estava acusando Jackson de racismo: “Eu não disse que o Senador Jackson era racista. Eu não disse que não era, mas não acho que ele seja racista, acho que ele explorou um tema com conotações racistas”.<sup>113</sup> Mais adiante:

O Senador Jackson fez uma campanha centrada no tema do busing . . . um tema emocional . . . que possui conotações raciais ou racistas. Fazer uma campanha nessas bases . . . que já criaram desarmonia, e às vezes até derramamento de sangue, é para mim a abordagem errada da política. Eu não faria isto. Mas o Senador Jackson fez. É legal. Não penso que ele seja racista. Penso que ele reconheceu um tema emocional e capitalizou sobre ele.<sup>114</sup>

---

<sup>112</sup> *Idem, Ibidem*, p. 257. No original: “I’m not in favor of mandatory busing, but to run my campaign on an antibusing issue is contrary to my basic nature. If I have to win by appealing to a basically negative, emotional issue which has connotations of racism, I don’t intend to do it, myself. I don’t want to win that kind of race”.

<sup>113</sup> Trad. livre: “I didn’t say Senator Jackson was a racist. I didn’t say he wasn’t, but I don’t think he is a racist, he exploited an issue that has racist connotations”.

<sup>114</sup> *Idem, Ibidem; Schram, op. cit.*, p. 76. No original: “Senator Jackson ran a campaign centered around the busing issue . . . an emotional issue . . . one that has racial or racist connotations. To build a campaign on an issue . . . that has already created disharmony, and sometimes even bloodshed, is to me the wrong approach to politics. I wouldn’t do it. But Senator Jackson did. It’s legal. I don’t think he is a racist. I think he recognized an emotional issue and capitalized on it”.

A tática de Carter tinha muito de caso pensado, e mirava num determinado grupo de eleitores: os negros da Florida. Carter tivera um ótimo desempenho entre os negros em Massachusetts, e achou que poderia repetir o resultado num estado sulista, em que os negros, graças aos esforços de registro de eleitores desde o *Voting Rights Act*, tinham um peso eleitoral crescente. Atacando Wallace e Jackson em temas raciais, poderia aparecer aos eleitores negros como uma alternativa. Nisto, não teria concorrência, já que os liberais do norte, acreditando que Wallace seria imbatível na Florida, não quiseram nem tentar esboçar uma campanha por lá. De modo que os eleitores cosmopolitas das cidades, migrantes do norte em busca de sol, e toda a sorte de simpatizantes do liberalismo não tiveram dificuldade para escolher entre Carter, Jackson e Wallace: 34%, 31%, 24%, respectivamente, numa vitória apertada. Alguns eleitores tradicionais de Wallace também se sentiram impelidos a votar em Carter, por considerarem que seu candidato original não teria chance de ganhar. Carter sabia disso, e procurou se oferecer aos *wallaceites* como a alternativa anti-*establishment* capaz de chegar à Casa Branca.

Alguns militantes liberais do sul trabalhavam desde cedo por Carter no estado. No dia 11 de março, alguns dias depois das primárias da Florida, foi publicada no *The New York Times* uma matéria sobre o duelo de Carter e Jackson pela nomeação. Entrevista dois dirigentes da campanha de Carter no estado: Mike Abrams, 28 anos, migrante de Flushing, NY; e Sergio Bendixen, nascido no Peru e migrado cedo para os EUA, então com 26 anos. Ambos eram McGovernites em 1972, e ocuparam postos na máquina partidária desde então. Abrams disse “Para nós no sul, Jimmy Carter é uma forma de voltarmos ao núcleo do Partido Democrata. Ele tem apoio aqui dos jovens, negros, os sindicatos liberais, subúrbios de classe média”.<sup>115</sup> Já Bendixen se ressentia da forma como os liberais do norte estavam tratando Carter: “Miami não é ‘o sul’, mas estamos começando a nos sentirmos como o Sul, a forma como os liberais do Norte estão tratando Carter. Eles não entendem o quanto custa ser progressista e efetivo no Partido Democrata no Sul. Eles dizem que Jimmy Carter não atende a suas expectativas. O que eles realmente estão dizendo é que não há vaga para progressistas sulistas no partido deles”.<sup>116</sup> Para ambos, os méritos de Carter em dar combate a Wallace não eram devidamente reconhecidos, muito menos o mérito de Carter ser uma alternativa viável a

<sup>115</sup> No original: “For us in the South, Jimmy Carter is a way to get back into the mainstream of the Democratic Party. He gets support here from young people, blacks, the liberal unions, middle-class suburbs”.

<sup>116</sup> No original: “Miami is not ‘the South’, but we’re beginning to feel like the South, the way liberals in the North are treating Carter. They don’t understand what it takes to be progressive and effective in the Democratic Party in the South. They say Jimmy Carter doesn’t meet their standards. What they’re really saying is that there’s no room for Southern progressives in their party”.

Jackson, um outro perigo por suas posições conservadoras.<sup>117</sup> Assim como Abrams e Bendixen, outros trabalhadores da *grassroots campaign* de 1972 estavam a favor de Carter; e, assim como outros liberais do sul, também estavam escolhendo seu candidato com base em critérios regionais. Na verdade, sua escolha indicava que a divisão regional dos EUA influenciava também o campo liberal. No dia seguinte, a militante feminista Pat Derian, integrante do Liberal Democratic Party do Mississippi, declarou ao mesmo jornal: “Eu acho chocante e vergonhoso. Tem a ver com o preconceito contra o Sul. Ele não é um membro do Clube Liberal da Costa Leste. Eles não têm amarras sobre ele”.<sup>118</sup> Charles Morgan Jr., diretor do escritório de Washington da American Civil Liberties Union (e nascido no Alabama), deu ao jornal sua verdadeira razão para os liberais do norte não gostarem de Carter: “they don’t have hooks on him”, algo como “eles não tem cabresto nele”.<sup>119</sup>

De qualquer forma, a tarefa que a campanha de Carter se auto-incumbira na Florida foi realizada: Wallace estava virtualmente fora. A esta altura, já tinham desistido da campanha: Shapp, Bentsen, Sanford e Bayh, de modo que os adversários adiante pareciam ser Udall e Jackson (além de Harris e Shriver, que insistiam na corrida, mas não eram candidatos ameaçadores).

### 3.3.1.5 Illinois

As primárias de Illinois, no dia 16 de março, são um excelente exemplo de como as habilidades de Carter contribuíram para reunificar o partido. Em Chicago, o já mencionado “Mayor Daley” conduzia uma luta para reconquistar a liderança da delegação de seu estado, já que em 1972 ele não tinha conseguido sequer uma credencial para a Convenção. Daley havia escolhido apoiar Adlai Stevenson III, filho do candidato a presidente em 1952 e 1956. Stevenson concorreria como *favorite son* de Daley: apesar de não desejar ativamente a presidência, ele poderia conseguir alguma posição interessante no processo de barganha de delegados na Convenção, quem sabe até a vice-presidência. O adversário de Daley no estado era Jim Wall, chefe da delegação de McGovern em 1972. Wall foi procurado por vários candidatos, mas não havia fechado com nenhum deles. Considerando o clima de conflagração, é possível que os demais candidatos tenham desistido de se dedicar seriamente a Illinois, já que Daley provavelmente dominaria o território a ser disputado. Menos Carter. Procurado

<sup>117</sup> Anthony Lewis, Carter Vs. Jackson?. *The New York Times*, 11 mar. 1976, p. 37.

<sup>118</sup> No original: “I think it’s shocking and shameful. It has to do with the bias against the South. He’s not a member of the Eastern Liberal Club. They don’t have any lines into him.”

<sup>119</sup> Roy Reed, Liberals’ ‘Stop Carter’ Moves Anger Southerners. *The New York Times*, 12 mar. 1976, p. 17.

pelo ex-governador da Georgia, Wall aceitou ser coordenador da campanha de Carter no estado; Carter então procurou Daley, com quem tinha bom trânsito: ambos haviam estado juntos na Convenção de 1974, e Carter eventualmente fazia elogios públicos ao prefeito de Chicago. Falavam-se quase semanalmente ao telefone. O acordo era o seguinte: Carter não concorreria nos principais distritos de Chicago, mas poderia fazer incursões nos subúrbios. Em troca, a promessa de que Wall-Carter apoiariam Daley como chefe da delegação. Acordo selado, Carter conseguiu apaziguar uma disputa estadual, reconhecido por ambos os lados, e pôde levar alguns delegados consigo. Resultado: Carter 48%, Wallace 28%, Shriver 16%, Harris 8%. Na contagem de delegados, Carter conseguiu 55, contra 85 de Stevenson, o que era um desempenho extraordinário, considerando que Carter não tivera candidatos a delegados em muitos distritos. “A campanha dele é de respeito”, disse Daley.<sup>120</sup>

### 3.3.1.6 Carolina do Norte

As primárias da Carolina do Norte, 7 dias depois, selariam de vez o destino de Wallace, com uma derrota para Carter de 54% a 35%. De nada adiantou a acusação de Wallace de que Carter seria “a warmed-over McGovern”, isto é, um McGovern requentado. As primárias da Carolina do Norte também ficariam marcadas como a primeira vez em que se debateu publicamente a religiosidade de Carter, a partir de uma entrevista de sua irmã, Ruth Carter Stapleton, à imprensa. O candidato evitava utilizar o tema na campanha. Entretanto, posteriormente, um artigo de Richard Reeves na *New York Magazine* argumentava que o sucesso político de Carter se devia a uma carência espiritual, de liderança espiritual, que o candidato da Georgia estaria suprimindo. A partir de então, a mídia passou a se interessar pelas experiências religiosas de Carter, perguntando-o frequentemente sobre o tema. Embora não quisesse usar o tema politicamente, Carter falava naturalmente sobre suas experiências religiosas, inclusive sobre o momento de sua conversão, após a derrota nas eleições para governador da Georgia, em 1966, na qual Carter perdeu para o segregacionista Lester Maddox.

A religiosidade de Carter certamente operava para os dois lados: se, por um lado, o ajudava imensamente a conseguir votos no chamado *Bible Belt*, votos que certamente teriam ido para o Partido Republicano (dada a reconfiguração das identidades no campo político norte-americano), por outro, havia se transformado no que Hamilton Jordan chamou certa vez de “weirdo factor”: havia entre muitos liberais o temor de que Carter fosse um

---

<sup>120</sup> Schram, *op. cit.*, p. 86-91; Glad, *op. cit.*, p. 245-246.

fundamentalista querendo se passar por “moderninho”. As citações de Paul Tillich, Kierkegaard e Reinhold Niebuhr ao longo de sua obra escrita sugeriam uma fé raciocinada, palatável ao gosto da *intelligentsia* liberal. Esta impressão era reforçada pelos posicionamentos moderados de Carter em relação a temas morais caros aos religiosos, como o aborto. No entanto, a desconfiança laica em relação a Carter permaneceria um problema ao longo de todo o processo eleitoral, dada a vivacidade da sua experiência religiosa (como costuma ser com os *born-again christians* em geral). E, além dos liberais, judeus e alguns católicos também ficavam mal-impressionados com a religiosidade de Carter, já que existia animosidade entre batistas mais fanáticos do Sul em relação a judeus e católicos. Sempre que possível, Carter procurava frisar a ideia de que os batistas eram a favor da separação entre Estado e religião. No entanto, a própria menção ao tema durante a campanha criava suspeitas de que Carter tivesse a intenção de misturar as coisas. Nenhuma dessas impressões poderia ser desfeita, e caberia a Carter manejar essas imagens com destreza de modo a conseguir triunfar na aritmética dos votos.

### 3.3.2 Segunda fase: Todos contra Carter

Com a vitória na Carolina do Norte, encerra-se a primeira etapa das primárias. A partir de então, se iniciaria o esforço de “todos contra Carter”. Com a diferença de que, com Wallace precocemente aniquilado, os prospectos apontavam uma vitória fácil de Carter. De nada adiantou que Jackson, Strauss e Humphrey telefonassem para Wallace insistindo que ele permanecesse, certamente para que Carter não levasse a nomeação com facilidade. Os desafios ao domínio de Carter viriam de outras bandas. Nos últimos dias das primárias de Illinois, o governador da Califórnia, Jerry Brown, anunciou que iniciaria sua campanha em breve para candidato a presidente em 1976.

O calendário para Carter executar a estratégia de ganhar precocemente as primárias era o seguinte: evitar um vexame em 6 de abril, Nova York, considerada terra de Jackson; vencer bem em Wisconsin, no mesmo dia, para eliminar Udall; e então consolidar sua posição nas primárias da Pennsylvania, no dia 27, e posteriormente em Indiana. Deste modo, a nomeação estaria assegurada. Segundo Caddell, Carter precisaria de uma vitória na primeira rodada de votação na Convenção; do contrário, tudo estaria perdido, já que ele não era popular entre os chefes do partido.<sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> Glad, *op. cit.*, p. 247.

### 3.3.2.1 Nova York e Wisconsin

E assim Carter foi fazer campanha em Nova York: pouco à vontade na Big Apple, o ex-governador procurou fazer uma campanha caracterizada como *underdog*, isto é, “correndo por fora”. Procurou não alimentar expectativas; criticou o sistema de votação no estado (que não trazia os nomes dos candidatos nas cédulas, apenas dos delegados), alegando que ele favorecia os *local bosses*; Jackson realmente tinha por trás de si a estrutura do partido em Nova York, o apoio das figuras mais importantes (isto garantia que os delegados mais conhecidos se comprometessem com ele, o que no sistema de cédulas de Nova York era essencial); e tinha o apoio natural dos judeus, dos sindicatos mais conservadores (como o da construção civil) e também dos católicos, que como já vimos tinham alguma dificuldade em aceitar Carter.

Havia algo que preocupava a coordenação da campanha de Jackson, entretanto: a língua grande de seu candidato. O Senador por Seattle, enquanto fazia sua campanha em Nova York, propalava uma previsão para o dia 6: *landslide, landslide, landslide*, ou seja, que ganharia “de lavada”. Fazia isto a contragosto de seus assessores. Como vimos, o desempenho de um candidato era avaliado não em função do resultado total, mas das expectativas que o bureau de sua campanha fixasse publicamente e nas conversas com os repórteres. Algo inesperado aconteceu no dia 6, e não foi uma vitória-surpresa de Carter: foi um desempenho extraordinário de Morris Udall: Jackson 38%, Udall 25%, Carter 13%, e 24% *uncommitted*, isto é, desligados de qualquer candidato.

O desempenho surpreendente de Udall deveu-se, em grande medida, ao fato de que os liberais de Nova York decidiram descarregar seus votos no deputado pelo Arizona, que tinha recebido o apoio do pessoal de Bayh, que já havia saído da disputa, bem como o endosso da ADA (*Americans for a Democratic Action*) e da *New Democratic Coalition*, que deixara de apoiar Bayh por uma pequena margem de votos no seu encontro, em dezembro.<sup>122</sup> Houve ainda uma mudança que prejudicou bastante a estratégia de Jackson: faltando três semanas para a votação, a legislatura do estado mudou as regras relativas às cédulas e permitiu que os nomes dos candidatos a presidente viessem associados aos delegados. Jackson, então, já havia gasto US\$ 50 mil apenas num sistema de cartões de computador, enviados aos eleitores cadastrados em sua campanha, que os ensinava em que delegados votar para escolherem

---

<sup>122</sup> Maurice Carroll, Democratic Coalition Assesses its Failure to Unite on Candidate. *The New York Times*, 8 dez. 1975, p. 26.

Jackson. O dinheiro havia sido “jogado fora”, graças à decisão de última hora. Subitamente, Jackson teve de mudar sua estratégia de campanha, e pagar por anúncios de TV e rádio no estado, posto que o desempenho a partir de então dependeria muito mais de “vender” os candidatos na mídia do que de explorar as idiossincrasias do processo eleitoral. Por esta régua também a campanha de Jackson foi considerada um fracasso, já que ela gastou um volume desproporcional de recursos no estado, em relação ao resultado final: no total, Jackson havia gasto US\$ 891 mil em Nova York; Carter, US\$ 293 mil; Udall, US\$ 139 mil.<sup>123</sup> Agora, restava a Jackson, sem recursos, enfrentar Carter num duelo final na Pennsylvania.

Mais um fator contribuíra para que a vitória de Jackson em Nova York fosse ofuscada: os resultados de Wisconsin, no mesmo dia. Por lá, Udall vinha trabalhando desde 1975 para assegurar uma vitória tranquila, com a ajuda em particular dos jovens estudantes de Madison e com os operários de Milwaukee. Carter, entretanto, vinha com seu *momentum* em alta, e havia despachado para lá Phil Wise, coordenador da campanha na Florida, que imediatamente entrou em contato com Gene Pokorny, coordenador da campanha de McGovern nas primárias em Wisconsin em 1972, que havia sido um grande sucesso. O elo entre os dois era Pat Caddell, então trabalhando na campanha de Carter, e a função do contato era coletar informações para um esforço de última hora em prol de Carter. Três semanas antes, uma pesquisa da campanha de Udall indicava que Carter liderava com 34%; Jackson, 24%; Udall, 17%; Wallace, 15%. O resultado, uma ducha de água fria nos esforços de Udall, parecia uma indicação segura de que era o fim da linha para o deputado liberal do Arizona.

Outra pesquisa realizada por Peter Hart, que trabalhava para Udall, entretanto, faltando dez dias para a votação, apontava um resultado muito diferente: Udall vinha subindo rápido, e já marcava 30% contra 34% de Carter. Agora poderia ser, finalmente, a chance de Udall conseguir sua primeira vitória. Era hora de investir pesado para uma ultrapassagem na última hora. John Marttila, assessor de TV de Udall, ligou para a coordenação de campanha, então em Nova York, solicitando a liberação de US\$ 25 mil dólares para anúncios de TV de última hora. O chefe da campanha e irmão de Udall, Stewart, negou estes gastos de última hora: sua função na campanha, acima de tudo, era podar gastos desnecessários que pudessem endividar o candidato muitos anos depois de 1976. Marttila, desesperado depois de bater boca com Stewart, foi a Nova York conversar pessoalmente com Morris, que reviu a decisão do irmão e aceitou pagar pelos anúncios. No entanto, já era tarde: quando a campanha de Udall ligou para as emissoras de Wisconsin, os horários já estavam todos vendidos para outras pessoas. Em

---

<sup>123</sup> Schram, *op. cit.*, p. 109-110.

comparação com os US\$ 140 mil gastos na campanha sem esperanças em Nova York, e mais os US\$ 180 mil gastos na primária seguinte, na Pennsylvania, os US\$ 25 mil para os anúncios de TV eram uma bagatela, que poderiam ter feito toda a diferença. Mas o planejamento e a organização da campanha de Udall eram seu ponto fraco, responsável pelo fato de que, apesar de ser o candidato mais forte no campo liberal, não foi capaz de vencer uma primária sequer.<sup>124</sup>

O resultado final em Wisconsin foi apertado: Carter, 37%; Udall, 36%. A diferença foi de menos de 5.000 votos. Se Harris, que permanecera nas cédulas, tivesse declarado apoio a Udall (coisa que ele se recusara a fazer), talvez Udall pudesse ter vencido e se acreditado como um competidor na Pennsylvania. Mas isto não ocorreu.

Para piorar a situação de Udall, a apuração em Wisconsin mostrara Udall na frente o tempo todo, e Carter diminuindo a vantagem ao longo da madrugada. Isto se devia ao fato de que os votos das cidades e da área universitária eram apurados antes dos votos nas zonas rurais, majoritariamente de Carter. A maioria dos jornais e redes de TV de Wisconsin dera precipitadamente vitória a Udall. Carter então teve uma ideia: solicitou a seus assessores que comprassem um exemplar do jornal *Milwaukee Sentinel*, que vinha com a manchete: “Carter Upset by Udall”. Com ele, tirou uma foto que imitava uma outra foto, muito famosa, em que Harry Truman segurava em 1948 um exemplar do *Chicago Tribune* que dizia: “Dewey Defeats Truman”. A cobertura do dia seguinte foi toda para Carter, considerado o vencedor do dia anterior, a despeito de ter perdido de longe uma das primárias (Nova York), e de ter praticamente empatado na segunda (Wisconsin). A mídia, implicitamente, já tinha seu candidato democrata a presidente em 1976. Mas, para Carter, ainda faltava eliminar Jackson de vez na Pennsylvania.

### 3.3.2.2 Uma digressão: a legislação de financiamento de campanhas

E todos os fatores pareciam favorecer Carter. Em janeiro de 1976, a Suprema Corte tomou uma decisão sobre financiamento das campanhas cujos efeitos seriam sentidos ao longo de todo o primeiro semestre. Em 1974, foram feitas emendas ao *Federal Election Campaign Act* (FECA), que regulamentava o financiamento das eleições nos EUA. Originalmente, o FECA exigia que se revelassem os contribuintes de campanha para os comitês dos candidatos e também para os *Political Action Committees* (PACs), que eram

---

<sup>124</sup> Para a história da campanha de Udall em Wisconsin e suas dificuldades financeiras, v. Schram, *op. cit.*, p. 112-115; Witcover, *op. cit.*, p. 274-280.

organizações criadas por cidadãos ou instituições com o intuito de doar ou realizar ações de campanha para os candidatos. As emendas de 1974 foram uma verdadeira revolução na política americana, pois impunham uma série de medidas que intentavam conter a influência de contribuintes ricos no resultado das eleições.

As medidas tinham basicamente os seguintes efeitos:

- a) Impunham limites de contribuição para os comitês eleitorais e PACs;
- b) Criavam o financiamento público de campanhas, no qual a ajuda ia chegando aos poucos, à medida que as campanhas iam preenchendo requisitos de arrecadação privada;
- c) Limitavam o uso de recursos individuais dos candidatos;
- d) Estabeleciam as normas para nomeação da *Federal Election Commission* (FEC), que fiscalizaria a aplicação da lei.

O FECA foi objeto de algumas tentativas de minar sua eficácia a partir de 1974. Mas a contestação mais contundente à nova regulamentação foi uma ação que chegou à Suprema Corte movida por James L. Buckley, Senador pelo estado de Nova York, Gene McCarthy, candidato democrata à nomeação em 1968, e outros, *versus* Francis Valeo, Secretário do Senado e membro *ex-officio* da FEC.

Em janeiro de 1976, então, a Suprema Corte emitiu sua decisão sobre o caso afirmando a inconstitucionalidade de partes do FECA; criou-se o que se chamou na época de *loophole*, uma brecha na legislação que enfraquecia suas disposições e permitia que ela fosse burlada. Ficou decidido que qualquer limitação de valores era inconstitucional, pois feriria a liberdade de expressão garantida pela Constituição. Implicitamente, a Suprema Corte igualava volume de dinheiro a livre expressão, o que não era uma visão distante da realidade política americana. De qualquer forma, os limites de doação e gastos permaneceriam para aqueles que aceitassem o financiamento público da campanha. No entanto, PACs considerados independentes dos candidatos poderiam gastar qualquer volume de recursos; para isto, os comitês de campanha não poderiam ter qualquer prerrogativa sobre os gastos dos PACs, nem sequer manter relações institucionais com eles. Na prática, a distinção entre PACs vinculados a campanhas e aqueles considerados independentes era muito difícil e criava uma enorme brecha para o financiamento das campanhas pelo *big money*, dificultando muito a investigação de irregularidades. Também ficou liberado o uso pessoal das fortunas dos candidatos nas campanhas. Permaneceram de pé todas as provisões relativas à transparência e registro do uso de recursos. Também foi contestada a forma das nomeações dos membros da

FEC: originalmente, eram o Secretário do Senado e da Câmara (*House of Representatives*), mais dois indicados pelo presidente, dois pelo *Speaker* do Senado, dois pelos *Speaker* da Câmara, tendo os seis últimos poder de voto. A forma de seleção foi considerada inconstitucional, em contradição com o artigo II, seção 2ª, cláusula 2ª da Constituição. Enquanto não fosse dada nova redação à forma de escolha dos membros, os repasses às campanhas ficariam congelados.<sup>125</sup>

O último cheque antes da restrição caiu nas campanhas democratas no fim de março, pouco antes de Nova York/Wisconsin. A partir de então, as campanhas passaram a enfrentar carência de recursos. A campanha de Carter tinha gasto bastante até então, mas conseguira se manter de pé antecipando o dinheiro com empréstimos bancários, nos quais deu como garantia a verba pública assegurada pela lei; Udall, por conta da decisão da Suprema Corte, ficaria sem dinheiro para seus anúncios de TV em Wisconsin. E Jackson, tendo gasto um aporte gigantesco de recursos em Nova York, enfrentava forte carência na Pennsylvania. Carter, bem, a campanha de Carter também precisava dos repasses estatais; mas, além de conseguir antecipar o dinheiro dando os fundos públicos como garantia, o candidato se beneficiou da regulamentação de *Buckley v. Valeo* sobre o uso de fortunas pessoais: Carter pôde contrair empréstimos no *Fulton National Bank* e no *Citizens Southern National Bank*, empenhando suas posses (excluindo sua fazenda, que já estava empenhada em outro empréstimo) e os recursos futuros dos repasses, totalizando US\$ 775 mil. Com um adendo de US\$ 300 mil levantado por Morris Dees (é muito mais fácil levantar dinheiro quando se lidera uma corrida), o cofre abarrotado da campanha de Carter contrastava com a dureza nos comitês de Jackson e Udall.

Para reforçar sua vantagem na Pennsylvania, Carter enviou Tim Kraft, o seu “mago” de organização das bases, junto com os cem integrantes da *Peanut Brigade* que já havia operado em New Hampshire, para fazer o esforço de porta a porta, convocação dos eleitores para votar, para ajudar na campanha etc.

### 3.3.2.3 Pennsylvania

Mas as primárias da Pennsylvania, a despeito da existência de uma *grassroots operation* a favor de Carter, são na verdade um exemplo de como disputas locais entre chefes

---

<sup>125</sup> O texto da decisão está em: *Buckley v. Valeo*. Legal Information Institute, Cornell University Law School. Disponível em: [http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC\\_CR\\_0424\\_0001\\_ZS.html](http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC_CR_0424_0001_ZS.html). Acessado em: 18 dez. 2011. Para interpretação do resultado, utilizamos, além das crônicas, o seguinte artigo: Maurice DeG. Ford, *The Court Clips Election Reform*. *The Nation*. 28 fev. 1976. vol. 222, n. 8.

democratas interagem com questões nacionais e ainda podem decidir uma disputa. Já estava previsto, pela estratégia de campanha de Jackson, que ele teria de obter um bom resultado na Pennsylvania. O objetivo de Jackson era vencer nos estados industriais do nordeste, meio-oeste (até então, Massachusetts, Nova York e Pennsylvania), fazendo-se valer de seu bom histórico com o movimento sindical, especialmente o de corte mais conservador. A ausência de Humphrey da disputa, candidato favorito dos sindicalistas do AFL-CIO, aumentava suas chances (na verdade, Humphrey era o candidato favorito de quase todas as correntes do partido, mas ele havia optado por esperar uma convenção em *deadlock*, isto é, uma situação de impasse, credenciando-se como candidato de compromisso). Com bom trânsito também entre os líderes e a máquina do partido, Jackson tinha o apoio do prefeito Frank Rizzo, da Philadelphia, um *boss* extemporâneo do mesmo calibre de Mayor Daley, ainda mais detestado pelos liberais de seu estado. Até mesmo Peter Camiel, líder do Partido Democrata na Philadelphia, inimigo de Rizzo, havia se alinhado a Jackson. Mas Pete Flaherty, prefeito de Pittsburgh e bastante influente na parte ocidental do estado, foi procurado por Carter e apoiou-o entusiasticamente. Rizzo e Flaherty vinham se digladiando pelo controle do partido no estado. Carter obteve ainda o apoio de Joe Biden, então Senador por Delaware (o apoio contava porque a Pennsylvania então não tinha senador democrata) e de Joseph Clark, ex-senador pelo estado e uma espécie de *elder statesman* do liberalismo da Pennsylvania.

A ausência de Humphrey da disputa, que aparentemente beneficiava Jackson, começou a fazer-lhe mal, entretanto. Jackson começou a sofrer na Pennsylvania da síndrome de *stalking horse*: muitos integrantes do movimento sindical decidiram votar em Jackson apenas como uma forma de depositar seus votos num candidato do mesmo campo que Humphrey, que fosse anti-Carter. A esperança deles era de que, uma vez que Humphrey decidisse entrar na disputa, os delegados eleitos migrariam para seu candidato predileto, e que Jackson estava apenas “esquentando a cadeira” para o Senador de Minnesota. Paralelamente a isso, o fervor pela candidatura de Jackson começou a esfriar, a despeito de Carter ter sido vaiado num encontro do AFL-CIO no estado (em grande medida, pela sua posição *anti-labor* no tema da seção 14-B, então já revogada). O argumento de que era preciso votar em Jackson para beneficiar Humphrey, que nem estava nas cédulas, não parecia fazer muito sentido diante do quadro objetivo, e algumas lideranças passaram mesmo a se inclinar para Carter. Nas palavras de James Tate, ex-prefeito da Philadelphia e apoiador de Humphrey em 1972: “Estou apenas cumprindo alguns compromissos que eu assumi [...] Mas estou envolvido apenas num nível superficial. Estou impressionado com Carter. Eu os teria ajudado se eles tivessem me

pedido”<sup>126</sup> A campanha de Jackson já produzia desertores, e o fraco entusiasmo do movimento sindical não foi capaz de colocar sua máquina de campanha nas ruas.

Resultado: Carter, 37%; Jackson, 25%; Udall, 19%. Carter foi especialmente bem entre os negros do estado, no que a oposição de Rizzo fez muito bem a ele. Nem mesmo o apoio do *anti-busing* Biden, ou uma gafe cometida nos últimos dias de Nova York/Wisconsin, iriam prejudicá-lo entre os eleitores negros, que permaneceram fiéis a Carter em todas as votações das quais ele participava.

### 3.3.2.4 A “gafe”: o *ethnic purity affair*

A gafe era bastante indicativa das ambiguidades de Carter, e da maneira um tanto quanto nebulosa com que o candidato empregava a linguagem como forma de apelar a seus eleitores. No dia 2 de abril, Carter foi entrevistado por Sam Roberts, chefe do *The New York Daily News*. Quando perguntado sobre a iniciativa dos programas de habitação de misturar pessoas de diferentes condições socioeconômicas e étnicas, Carter respondeu: “Não vejo nada de errado com manter a pureza étnica. Eu não forçaria uma integração racial de uma vizinhança por ação governamental. Mas eu não permitiria discriminação contra uma família que se mudasse para a vizinhança”.<sup>127</sup> Previsivelmente, a primeira parte da declaração chamaria muito mais a atenção do que a segunda. Em especial, a expressão “pureza étnica”.

No dia 4, Ed Rabel, correspondente da CBS, retornou ao assunto: “What did you mean by [o que você queria dizer com] ethnic purity?”. Carter respondeu: “Não tenho nada contra uma comunidade que é feita de poloneses, tchecoslovacos, franco-canadenses, ou negros que estão tentando manter a pureza étnica da sua comunidade. É uma inclinação natural por parte das pessoas. . . Entretanto, eu nunca endossei nenhum tipo de discriminação contra, digamos, uma família negra ou outra família que se mudasse para uma vizinhança. Mas eu não penso que o governo deveria deliberadamente romper uma comunidade etnicamente orientada injetando nela um membro de outra raça. Para mim, isto é contrário ao interesse da comunidade”<sup>128</sup> Enquanto Carter fazia campanha em Indiana, as perguntas persistiram. E

<sup>126</sup> Steve Neal, The Ward Heeler’s Primary, *The Nation*. 24 abr. 1976, vol. 222, n. 16. No original: “I’m just going along with some commitments I’ve made [...] But I’m only involved in a very superficial way. I’m impressed with Carter. I would have helped them if they had asked me”.

<sup>127</sup> No original: “I see nothing wrong with ethnic purity being maintained. I would not force a racial integration of a neighborhood by government action. But I would not permit discrimination against a family moving into the neighborhood”.

<sup>128</sup> No original: “I have nothing against a community that’s made up of people who are Polish, Czechslovakians, French-Canadians, or blacks who are trying to maintain the ethnic purity of their neighborhood. This is a natural inclination on the part of people. . . I’ve never, though, condoned any sort of discrimination against, say, a black family or other family from moving into that neighborhood. But I don’t think government ought to

Carter continuava produzindo declarações com expressões como “black intrusion” e “ethnic purity” e “injecting”. Greg Schneiders, assessor pessoal de Carter, escreveu-lhe um memorando afirmando que suas posições eram aceitáveis, mas a linguagem na qual ele estava expressando-as poderia criar problemas. Carter disse a ele que não tinha a intenção de ofender, mas não voltou atrás e nem pediu desculpas publicamente. Charlie Kirbo, amigo e conselheiro pessoal de Carter, solicitou a ele que voltasse atrás, sem sucesso. Até que Andrew Young, principal liderança do movimento negro a apoiá-lo, ao lado de Martin Luther King, Sr., declarou publicamente: “Isto não quer dizer que ele seja racista. Quer dizer que ele cometeu uma falha terrível da qual ele tem de se recuperar. Eu acho que é uma frase horrível. Não penso que ele tenha entendido o quão carregada ela está de conotações hitlerianas”.<sup>129</sup> No dia seguinte, Carter pediu desculpas. Perguntado por um jornalista sobre que iniciativa do governo poderia mudar a configuração racial de uma dada vizinhança, Carter não soube dizer. O jornalista então perguntou se Carter estaria se referindo a um espantalho, isto é, discutindo algo que realmente não existia.: “Você estava falando de uma ameaça fantasma, algo que não existe?”, Carter respondeu: “Sim, você está certo”.<sup>130</sup>

Seus críticos especularam que a relutância de Carter em voltar atrás era uma forma de cortejar os eleitores de Wallace. Poderia também ser teimosia, ou simplesmente Carter era portador de ambiguidades que faziam parte da mentalidade da maior parte dos eleitores americanos: ao mesmo tempo que eram a favor da integração racial, alimentavam visões contraditórias sobre as formas de realizar esta integração, além, obviamente, de uma aversão muito forte a qualquer tentativa de fazê-lo através de cotas ou ações afirmativas mais contundentes. Talvez um pouco de tudo isso. Mas o fato é que situações como essas nunca o prejudicaram diretamente com os eleitores negros. Mas contribuíram, sim, para alimentar a imagem de que Carter era opaco nos temas principais da campanha, ambíguo, não tomava partido de nada. Queria ser o candidato de todos, mas no fundo era o candidato de si próprio. A despeito de a posição de Carter no “*ethnic purity affair*” ter sido clara (e descuidada), posta em perspectiva ela parecia contradizer o histórico que Carter alardeava em termos de direitos civis. Muitos pensaram: afinal, quem é Carter? Um governador parceiro dos negros da Georgia ou um supremacista preconceituoso tentando se passar por moderno? Este tipo de questionamento se somava a outro, que já vinha sendo apontado pelas pesquisas de opinião,

---

deliberately break down an ethnically oriented community deliberately by injecting into it a member of another race. To me, this is contrary to the best interests of the community.”

<sup>129</sup> No original: “This doesn’t mean he’s a racist. It means he made a terrible blunder that he’s got to recover from. I just think it’s an awful phrase. I don’t think he understood how loaded it is with Hitlerian connotations”.

<sup>130</sup> Para o “*ethnic purity affair*”, v. Schram, *op. cit.*, p. 120-124; Glad, *op. cit.*, p. 293-295.

de que Carter era *wishy-washy, flip-flop, fuzzy on issues* (oscilante, escorregadio, propositadamente confuso). Num certo sentido, era o que tornava a candidatura Carter palatável a tantos; mas, quando o candidato começasse a ser cobrado como “o” candidato democrata à presidência, ele quase perderia a eleição por isso.

### 3.3.3 “Pilotando a locomotiva”

Mas, até a Pennsylvania, tudo havia saído como planejado. Agora, caberia à campanha de Carter dirigir seu próprio sucesso até a Convenção, em julho (como McGovern, quatro anos antes). Nem mesmo a presença de Humphrey como eminência parda era capaz de ameaçar a candidatura de Carter, já bastante consolidada no colégio de delegados democratas. Os “medalhões” do Partido Democrata, sentindo o odor da vitória, começaram a embarcar antes que o trem saísse da estação. Imediatamente antes, Bayh endossou Carter como o candidato a presidente democrata. Logo depois do resultado, líderes partidários, sindicalistas, prefeitos, governadores congressistas, todos ligavam para Carter acertando seu apoio ao candidato. Mesmo Robert Strauss, que até então se mostrara reticente a apoiar Carter, preferia Jackson e estimulou Wallace a permanecer apesar das derrotas. Sua opinião havia mudado: “Agora estou convencido de que nós teremos nosso esforço mais unido desde 1964 em novembro deste ano. Carter não provocará os antagonismos que George McGovern provocou em 1972”.<sup>131</sup> Strauss começou até mesmo a fazer contatos com figuras proeminentes com o intuito de “estimulá-las” a endossar Carter. Como disse a ele, num telefonema, um dirigente sindical do AFL-CIO: “Você não precisa me vendê-lo. Estou preparado para achar nele virtudes que nem a mãe dele reconheceria”.<sup>132</sup>

Apenas duas pedras no caminho de Carter: Frank Church e Jerry Brown, que já haviam anunciado suas candidaturas tardias à nomeação.

#### 3.3.3.1 Interlúdio: o affair Shrum

Em meados de abril, a campanha de Carter decidiu que deveria fazer algo a respeito da pecha de escorregadio e deliberadamente ambíguo. Para tanto, contrataram Robert Shrum, que já havia trabalhado como redator de discursos para o ex-prefeito de Nova York e

<sup>131</sup> No original: “I am now convinced that we will have our most united effort since 1964 this November. Carter will not cause the kinds of antagonisms that George McGovern did in 1972”.

<sup>132</sup> R. W. Apple, Jr. Democrats Begin to Close Ranks for Carter Drive. *The New York Times*. 4 mai. 1976. p. 1. No original: “You don’t need to sell me. I’m prepared to find virtues in him that even his mother wouldn’t recognize”.

candidato democrata a nomeação em 1972, John Lindsay; para Edmund Muskie; e também para George McGovern. Shrum era respeitado e conhecido dentro do partido, e sua contratação significaria não apenas uma escrita qualificada, mas também uma forma de fazer a ponte com elementos liberais do partido. Shrum aceitou o convite e começou a trabalhar com Carter e seus assessores no dia 19 de abril.

Nove dias depois, a bomba: depois de se consultar com amigos, Shrum dirigiu-se a Pat Caddell e avisou que estava saindo da campanha. Caddell ouviu as motivações de Shrum. Ao cabo, pediu que ele ao menos saísse calado, não fizesse escândalo. Shrum concordou. Mas reviu seu compromisso. Achou que todos precisavam saber. E publicou uma carta aberta para a imprensa explicando suas razões.

Shrum decidira sair porque Carter manipulava deliberadamente suas posições. Listou vários de exemplos em que Carter dizia uma coisa publicamente, e em privado outra; sobre os cortes na defesa, com os quais havia se comprometido, privadamente a campanha falava sobre a necessidade de aumento dos gastos. Em relação a um plano de proteção aos mineradores contra doenças pulmonares, Carter o considerou “muito radical”: “It would offend the operators. And why should I do this for Arnold Miller [presidente do United Mine Workers] if he won’t come and endorse me? . . . I don’t think the benefits should be automatic. They chose to be miners”<sup>133</sup>. Enquanto preparavam o programa econômico da campanha de Carter, o candidato solicitou que o programa não o comprometesse demais (“don’t commit me too much”). Shrum ainda dizia, de maneira devastadora:

Você diz que quer manter suas opções em aberto. Com razão, isto é compreensível. Mas as eleições são a única opção que as pessoas têm depois de refletir cuidadosamente no que eu tenho visto e ouvido aqui, não sei o que você faria como presidente.

Eu compartilho a percepção de que medidas simples não vão resolver nossos problemas; mas parece a mim que sua estratégia para lidar com os temas de campanha não é uma resposta a essa complexidade, mas uma tentativa de disfarçar suas verdadeiras posições. Não tenho certeza no que você acredita além de você mesmo.<sup>134</sup>

<sup>133</sup> Schram, *op. cit.*, p. 135. Trad. livre: “Isto ofenderia os operadores. E por que eu deveria fazer isso por Arnold Miller se ele não vier me apoiar? . . . não acho que os benefícios devam ser automáticos. Eles escolheram ser mineiros”.

<sup>134</sup> *Idem, Ibidem*, p. 136. No original: “You say you wish to keep your options open. Within reason that’s understandable. But an election is the only option that people have. After carefully reflecting on what I have seen and heard here, I do not know what you would do as President.

I share the perception that simple measures will not answer our problems; but it seems to me that your issues strategy is not a response to that complexity, but an attempt to conceal your true positions. I am not sure what you truly believe in other than yourself”.

Carter desmentiu à imprensa as acusações de Shrum, e Jody Powell, seu secretário de imprensa e assessor da campanha, afirmou que Shrum nem sequer estava na folha de pagamento da campanha (o que, formalmente, era verdade).

Shrum deu entrevista para alguns jornais, inclusive o *The New York Times*. O tratamento dado ao tema, contudo, parecia o de um conflito dentro das hostes liberais, e não de algo que atentasse contra a integridade do candidato. Carter, como candidato das primárias, ainda não parecia receber a cobrança de um candidato a presidente, assim como no “ethnic purity affair”. Em alguns dias, o assunto se dissipou, mas entre alguns liberais ficou a percepção de que algo não ia bem com a escolha do partido para novembro. Após o incidente, a campanha de Carter contratou Patrick Anderson como novo redator; Anderson era o autor do artigo para a *The New York Times Magazine* sobre Carter, *Peanut Farmer for President* (“Fazendeiro de amendoins para Presidente”), considerado o *début* de Carter entre os liberais da Costa Leste.

### 3.3.3.2 Os novos desafiantes

Na dinâmica das primárias, um desafio tardio ao líder da corrida só pode ser bem sucedido se for capaz de agrupar todos os descontentes do partido em torno de um só candidato. E havia muitos descontentes com Carter: liberais do partido, membros do movimento sindical ligados ao AFL-CIO, políticos muito ligados ao *establishment* que viam na retórica anti-Washington de Carter um perigo, além de uma forma de petulância.

Havia um candidato que até o fim de abril representara bem o sentimento anti-Carter: Hubert H. Humphrey. O Senador por Minnesota vinha desde 1975 fazendo o papel de eminência parda da corrida, sempre ameaçando fazer campanha. No dia 29 de abril, dois dias depois de a Pennsylvania em massa votar por Carter, Humphrey fez um anúncio ao público, com lágrimas nos olhos, que não participaria da corrida em 1976. Mas mantinha-se disposto a assumir qualquer papel que o partido quisesse lhe atribuir. Isto significava o seguinte: Humphrey não faria campanha, mas aceitaria de bom grado ser candidato caso houvesse um impasse entre as forças pró e contra Carter. O sistema de escolha do candidato do Partido Democrata, como já vimos, dependia cada vez menos deste processo de negociação, e a vontade das urnas democratas era cada vez mais imperiosa. Mas Humphrey poderia oferecer algum perigo a Carter, pelo fato de que era o candidato preferido de todas as correntes, inclusive aquelas que apoiavam Carter. Se Humphrey tivesse se lançado candidato desde o

início, talvez Carter não passasse de um candidato regional, disputando votos com Wallace. Mas agora, com Humphrey querendo entrar tão tarde na disputa, o quadro era outro.

Havia ainda outros dois desafiantes: Jerry Brown, Governador da Califórnia, e Frank Church, Senador por Idaho. Enquanto Brown, jovem e considerado um galã para os padrões da política americana, personificava a face mais liberal e moderna da *New Politics* californiana, Church era um candidato da melhor estirpe liberal, ao estilo de Morris Udall. Havia um problema, entretanto: Udall ainda não havia desistido formalmente da disputa, e continuava fazendo campanha. De modo que uma insurgência contra Carter precisava se unificar em torno de um candidato, e havia três (quatro, se incluirmos Humphrey). Church e Udall concorreriam entre si pelo apoio dos liberais insatisfeitos com Carter. A estratégia de Church era conseguir os votos dos estados do Oeste, inclusive a Califórnia. A candidatura de Brown fez os planos de Church desmoronarem. O campo estava novamente superpovoado, e ainda por cima estariam todos à espera de Hubert Humphrey. A desistência de Jackson dificultava ainda mais as coisas para os adversários de Carter, pois o Senador por Washington, considerado o mais conservador ao lado de Carter, poderia dividir votos com ele.

Enquanto os novos candidatos organizavam suas campanhas tardias, Carter teria todo o início de maio para coletar delegados nas primárias do Sul vencendo com porcentagens largas: Texas, Georgia (além da primária de Indiana)... apenas no Alabama Carter não venceu, mas conquistou um respeitável segundo lugar que lhe garantiu alguns delegados no estado de George Wallace, vencedor da disputa por lá (51% a 27%). Na primeira semana de maio, Carter já conquistara mais 258 delegados.<sup>135</sup>

Em 11 de maio, em Nebraska, um susto: uma semana antes, uma pesquisa de Pat Caddell indicava que Carter estava com um pouco menos de 30% dos votos, à frente de Kennedy, Humphrey, Church e os outros candidatos (no Nebraska, as cédulas trazem o nome de todos os candidatos mencionados numa dada corrida presidencial, desde o início). A campanha decidiu que Nebraska não era tão importante a ponto de justificar uma nova visita ao estado. Os estrategistas de Carter, entretanto, não contavam que na última semana os votos liberais mencionados na pesquisa de opinião pudessem migrar para o candidato visto como mais factível, que realmente estivesse na corrida, o que no Brasil chamamos de *voto útil*. Resultado: Church 39%, Carter 38%.

Já em Maryland, no mesmo dia, Brown foi a surpresa. Carter e Brown tinham algumas coisas em comum: governadores relativamente jovens, promissores, bem avaliados em seus

---

<sup>135</sup> Schram, *op. cit.*, p. 138.

estados, com um discurso de racionalização administrativa. No entanto, havia uma diferença importante, entre outras: Brown jogava o jogo do *establishment* muito mais à vontade que Carter. E foi o que ele fez neste estado: com o apoio do governador Marvin Mandel, Brown foi recebido por multidões efusivas aonde quer que fosse. Brown foi capaz de capturar o apoio dos grupos tradicionais do partido, muitos deles esperando pela entrada de Humphrey na disputa. Já Carter, em visita ao estado, repetiu sua promessa de reduzir de 1.800 para 200 as agências federais, e de aplicar a técnica de orçamento conhecida como *zero-based budget* (em que as despesas são todas estipuladas a partir do zero, todas elas são revistas e não se parte de despesas pré-fixadas). Essas tradicionais promessas de Carter eram um “escorregão” monumental num estado com alto percentual de funcionários públicos na população e com o domínio de uma máquina partidária tradicional. Brown foi rápido ao se aproveitar da derrapada de Carter e atacou seu oponente, afirmando que: 1) Carter, quando governador da Georgia, não havia reduzido o número de funcionários públicos; pelo contrário, este número teria aumentado; 2) A promessa de Carter de reduzir drasticamente as despesas do orçamento eram “a form of consumer fraud in the political arena”,<sup>136</sup> e que faziam parecer que era fácil reduzir as despesas, o que não era verdade. Brown era ele próprio conhecido pelo seu estilo conservador de gestão, de contenção de despesas. No entanto, em lugares como Maryland, ele preferia enfatizar o fato de que preferia usar uma Plymouth do que a *limousine* oficial, que não aceitava presentes de lobistas, dava o mesmo aumento para zeladores e juizes, e outras idiosincrasias, do que propriamente explorar a contenção de gastos públicos em todos os seus impactos sobre o funcionalismo.

Carter pagou caro pela sua derrapada em Maryland: Brown 48%, Carter 37%. Venceu em quase todos os distritos do estado; obteve 70% dos votos dos eleitores entre 18-25 anos de idade. Quase alcançou Carter entre os eleitores negros.<sup>137</sup> Na verdade, Brown não teve tempo hábil para submeter nomes de delegados, de modo que seus 48% foram uma mera expressão de vontade do eleitorado, sem efeitos sobre a escolha do candidato. O que, matematicamente, era um consolo para Carter; mas, do ponto de vista simbólico, era terrível, pois mostrava o quanto os eleitores democratas estavam dispostos a buscar alternativas a sua candidatura. Para piorar, um memorando de Pat Caddell<sup>138</sup> mostrava que a rejeição de Carter saíra de 20% e já ultrapassara a casa dos 30%, em especial nos estados do Oeste. Os resultados, em Maryland como em todos os outros estados, dificilmente tirariam a nomeação de Carter. Com o fim das

---

<sup>136</sup> Glad, *op. cit.*, p. 254-255.

<sup>137</sup> Witcover, *op. cit.*, p. 336-337.

<sup>138</sup> Schram, *op. cit.*, p. 146.

primárias *winner-takes-it-all*, derrotas como as que Carter sofreria ao longo de maio e início de junho garantiriam com folgas o número mínimo de delegados. O problema era que essas derrotas traziam um significado bastante negativo no que se referia à aceitação de Carter dentro do partido. À medida que ele se tornava mais conhecido, e forças poderosas se articulavam contra ele, os eleitores não se mostravam mais tão propensos a votar em alguém que eles sequer conheciam. Mesmo depois de ouvirem Carter falar, ficava a sensação de que não conheciam adequadamente seus posicionamentos. Mais uma vez, a etiqueta do *fuzzy on issues*.

Em Michigan, Carter conquistou uma vitória daquelas com sabor de derrota. Com apoio da UAW e de Henry Ford, em Detroit, Carter ficou a apenas 2.000 votos de diferença de Udall, num resultado até então inesperado. Por lá, Udall finalmente havia decidido bater forte em seu adversário, e foi justamente na imagem de *fuzzy on issues*: um panfleto enviado pelo correio pela campanha de Udall tinha uma lista de temas, e perguntava onde Carter se situava em cada um deles; num anúncio de TV, um locutor lia frases conflitantes de Carter sobre um determinado tema enquanto eram mostrados dois *cartoons* de rosto de Carter sorrindo um para o outro, sugerindo a pecha de duas caras. Carter decidiu bater de volta: Coleman Young, prefeito negro de Atlanta e parte da campanha de Carter, afirmou num discurso a ministros negros que enquanto Carter lutava para deixar os negros entrarem em sua Igreja, Udall pertencia a uma (mórmon) que não os deixaria entrar nem pela porta de trás (na verdade, Udall havia deixado de frequentar regularmente a Igreja fazia tempo, justamente pelos posicionamentos mórmons em matéria racial). Parecia que, quando Carter enfrentava candidatos liberais no “mano a mano”, especialmente sob pressão dos adversários, seu desempenho era sofrível.

Nem tudo era catastrófico do lado de Carter, entretanto: ele vencera Udall em Connecticut por uma pequena margem. Posteriores derrotas em Idaho, Nevada e Oregon foram compensadas por vitórias em Arkansas, Tennessee e Kentucky, já esperadas em função da sua *southern strategy* (estratégia sulista). Ao perder Rhode Island e Montana, Carter levou na mesma noite South Dakota. E assim foi a campanha de Carter até 1º de junho: perdendo em alguns lugares, ganhando em outros (principalmente no sul), com a matemática assegurando sua nomeação, mas um sentimento de insegurança crescente. Havia, ainda, um grande ponto de interrogação pela frente, no dia 8 de junho: Califórnia, Ohio e Nova Jersey, totalizando 540 delegados.

Concretamente, o que Carter conseguisse na Califórnia (280 delegados) era lucro: a popularidade de Brown como governador era recorde, e as pesquisas indicavam que isto se

reverteria em votos. De modo que tudo o que Carter e os outros competidores poderiam fazer era tentar descolar alguns delegados da fatia atribuída à proporção de votos.

Em Nova Jersey (108 delegados), a previsão também não era boa: um estado dominado por uma máquina partidária do melhor estilo *old democrat*, Brown e seu pai, o ex-governador Pat Brown estavam fazendo campanha por lá, com apoio dos líderes do partido.

Ohio (152 delegados) era o estado que Carter deveria mirar, para “sair bem na foto”, com pelo menos uma vitória na noite de 8 de junho. Com muitos imigrantes do sul e uma populosa área rural, e grandes cidades industriais com uma classe operária numerosa, a composição do eleitorado de lá parecia ideal para uma boa votação de Carter.

Na Califórnia, Carter procurou aparecer em vários eventos com ampla cobertura noticiosa, bem ao estilo midiático da *New Politics* à Califórnia. Tentando refutar a noção de que era *soft on issues*, sua agenda refletiu bem suas preocupações: foi a um estacionamento de caminhões falar sobre emprego; a um hospital para tratar de saúde pública; a um encontro com aposentados para falar sobre a terceira idade; a uma escola para tratar de educação;<sup>139</sup> encerrou sua viagem no Martin Luther King, Jr. Hospital, em Los Angeles, falando sobre relações raciais. Lá, Carter fez um de seus discursos mais memoráveis.

Na verdade, a parte mais famosa do discurso de Los Angeles havia sido escrita para outra ocasião: um discurso de Carter cinco dias antes, na Convenção do AFL-CIO, em Ohio. Seu novo redator, Patrick Anderson, entrara no lugar de Bob Shrum com a missão de mostrar Carter como alguém que encarava de frente os assuntos mais importantes para o povo americano, mas ao mesmo tempo com uma mensagem mais abrangente de conciliação, de união, que exigia às vezes que Carter fosse vago e priorizasse temas abrangentes como liderança, moralização etc. E Anderson rascunhara num táxi uma litania que enumerava diversos temas da eleição numa perspectiva de futuro promissor. Cada frase se iniciava com as palavras “I see an America”...

E Carter apresentou a primeira versão do discurso que ficaria conhecido como “I see an America”, no evento do AFL-CIO em Cincinnati. No início, entretanto, Anderson colocara diatribes bastante agressivas contra os adversários de Carter, como:

Nós estamos vendo esta campanha completar seu ciclo agora, de “Jimmy Quem?” a “Detenham Carter!”. As pessoas que me ignoravam agora estão se opondo a mim, mas a minha campanha ainda é a mesma de um ano atrás,

---

<sup>139</sup> *Idem, Ibidem*, p. 176-180.

quando eu viajava sozinho e falava em salas de estar e salões de encontros em Iowa e Florida e New Hampshire e todos os outros estados<sup>140</sup>

Mais adiante, Anderson procurara enfatizar que Carter abordava de frente os temas da campanha, ao contrário do que se dizia:

Eu me dirigi ao povo com as minhas posições em cada tema fundamental que desafia esta nação – reforma tributária, saúde, reforma do sistema de bem-estar social, meio ambiente, empregos, reorganização governamental, honestidade no governo – e estado após estado as pessoas apoiaram minhas posições através de seus votos<sup>141</sup>

Logo depois, retornou ao tema dos seus adversários, no tom *anti-establishment*, *anti-Washington* que caracterizava sua campanha:

Meus críticos não querem deter Carter. Querem deter as reformas com as quais estou comprometido. Eles querem deter o povo deste país de recuperar o controle sobre o governo. Eles querem preservar o status quo, querem preservar a política de costume, manter a todo custo seu poder político falido, entrincheirado e irresponsável<sup>142</sup>

E então o discurso se encerrava com a longa lista de “I see an America”.

O discurso foi ovacionado pela plateia e elogiado entre os repórteres, que parabenizavam Anderson ostensivamente. No entanto, na coletiva de imprensa, o tema havia sido os ataques agressivos de Carter contra seus adversários. Os repórteres perguntavam: mas quem seriam esses adversários que ele não nomeava no discurso? Carter se saiu com uma resposta diplomática: referia-se, em grande medida, aos Republicanos, como Ford e Reagan. Foi então perguntado se estava se referindo especificamente a Brown e Church. O candidato respondeu que não atribuía a Jerry Brown e Frank Church o mesmo tipo de motivação, afirmando que ambos eram “homens muito bons e candidatos muito valorosos. Negou também que se referisse a Kennedy ou Humphrey. Quando perguntado sobre Udall, não

---

<sup>140</sup> Jimmy Carter, *A Government as Good as Its People*. New York, Simon and Schuster, 1977. p. 103. No original: “We have seen this campaign come full circle now, from “Jimmy Who?” to “Stop Carter!”. The people who ignored me then are opposing me now, but mine is still the same campaign it was a year ago when I traveled alone and spoke in living rooms and meeting halls in Iowa and Florida and New Hampshire and every other state.”.

<sup>141</sup> *Idem, Ibidem*. No original: “I have gone to the people with my positions on every basic issue facing this nation – tax reform, health, welfare reform, the environment, jobs, government reorganization, honesty in government – and in state after state the people have endorsed my positions with their votes”.

<sup>142</sup> *Idem, Ibidem*. No original: “My critics don’t want to stop Carter. They want to stop the reforms I am committed to. They want to stop the people of this country from regaining control of their government, They want to preserve the status quo, to preserve politics as usual, to maintain at all costs their own entrenched, unresponsive, bankrupt, irresponsible political power.”.

ouviu, ou fingiu não ouvir. Mas depois declarou que se referia ao “*general establishment*”,<sup>143</sup> essa massa indistinta que era seu inimigo número um. De qualquer forma, o impacto do discurso já estava perdido por conta da pauta negativa.

Carter, no dia seguinte, fizera outro discurso num comício para o AFL-CIO, no qual repetia quase que *ipsis litteris* o trecho “I see an America”. O tom era bem mais ameno do que o discurso do dia anterior: nele, Carter fazia uma retratação do que havia dito:

Nossa campanha não tem sido perfeita. Em retrospecto, mais tempo deveria ter sido dedicado a este ou aquele estado, ou este ou aquele tema. Às vezes, no calor do combate político, palavras duras são ditas ou o tom das declarações é alto demais.<sup>144</sup>

Na entrevista coletiva, Carter foi perguntado se, com a palavra “overstatements”, admitia que tinha ido longe demais nas críticas aos adversários. O mais notável é que Carter não admitiu. Inclusive, quando perguntado se considerava injustos anúncios que Udall estava veiculando em Ohio, ele disse que sim. A tentativa de Anderson de bancar arrependimento e humildade tinha ido por água abaixo, assim como a boa repercussão do trecho “I see an America”.

Apenas no dia 1º de junho, no evento do Martin Luther King, Jr. Hospital, o “I see an America” de Anderson poderia ser contemplado em todo seu esplendor. Nas ocasiões anteriores, Carter fizera seu discurso tradicional, em que se apresentava como um *outsider*, às vezes prometia nunca contar uma mentira ao povo americano, e outras coisas que os analistas da cobertura às vezes consideravam simplórias (mas que na verdade funcionavam muito bem com as pessoas comuns). Praticamente interrompera seus discursos para tirar do bolso e ler a litania, como se para deixar patente que não era espontâneo, que não era de sua autoria. Agora, não. O tema do discurso (igualdade racial) seria uma excelente oportunidade para falar sobre um novo país “busy being born”, na citação de Bob Dylan, também contida no discurso. Combinava perfeitamente com o “I have a dream”, de King, que também seria recuperado.

Carter inicia o discurso, claro, falando de Martin Luther King, Jr.:

Martin Luther King, Jr. era a consciência de sua geração.  
Ele era o médico de uma sociedade doente.  
Ele era o profeta de uma América nova e melhor.

<sup>143</sup> Charles Mohr, Carter Assails Opponents Who Seek to Block Drive. *The New York Times*, 28 mai. 1976. p. 12.

<sup>144</sup> Carter, *op. cit.*, p. 107. No original: “Our campaign has not been perfect. In retrospect, more time might have been given to this state or to that issue. Sometimes, in the heat of political combat, harsh words are spoken or overstatements made”.

Ele era sulista, um homem negro, que na sua vida tão curta esteve com presidentes e reis e foi homenageado no mundo todo, mas que nunca esqueceu das pessoas pobres, dos oprimidos, que eram seus irmãos e irmãs, e dos quais ele pegava sua força.

Ele era o homem, mais do que qualquer um de sua geração, que olhou para a grande muralha da segregação e disse que ela poderia ser destruída pelo poder do amor.<sup>145</sup>

Desde o início fica sugerida a associação entre Carter e King, através das expressões “new and better America” (um dos temas preferidos de Carter é essa “New America”, cansada dos escândalos e da corrupção), “never forgot the poor people, the oppressed people” (lembra as diatribes “populistas” de Carter em favor dos pobres e dos oprimidos), “power of love” (Carter fala várias vezes ao longo da campanha sobre a importância de um governo ter compaixão e amor).

Há algo mais que uniria Carter e Luther King: o contexto em que cresceram:

Às vezes penso que um sulista da minha geração pode entender mais plenamente o sentido e o impacto da vida de Martin Luther King.

Ele e eu crescemos no mesmo Sul, ele filho de um clérigo, eu de um fazendeiro. Nós dois conhecíamos, de lados opostos, o muro invisível da segregação racial.<sup>146</sup>

Carter então se põe a falar das experiências de segregação da sua infância, da relação com os amigos negros, de como sua mãe Lillian ignorava as linhas cruéis da discriminação e chamava os negros para sua casa. Estas histórias já estavam contadas, à época, no livro que Carter escreveu para ser lido durante a campanha, *Why not the Best?*.

“A mudança foi lenta e dolorosa. Depois que a Suprema Corte banuiu a segregação nas escolas, o tipo errado de políticos levantou resistência raivosa”<sup>147</sup>: no original de Anderson, era uma referência direta a Wallace, que Carter reformulou. Uma de suas ambivalências clássicas: Carter queria o apoio de Wallace e precisava dos votos que tradicionalmente iam

---

<sup>145</sup> No original: “Martin Luther King, Jr., was the conscience of his generation.

He was a doctor of a sick society.

He was a prophet of a new and better America.

He was a Southerner, a black man, who in his too short life stood with presidents and kings and was honored around the world, but who never forgot the poor people, the oppressed people, who were his brothers and sisters and from whom he drew his strength.

He was the man, more than any other of his generation, who gazed upon the great wall of segregation and saw that it could be destroyed by the power of love”.

<sup>146</sup> No original: “I sometimes think that a Southerner of my generation can most fully understand the meaning and the impact of Martin Luther King’s life.

He and I grew up in the same South, he the son of a clergyman, I the son of a farmer. We both knew, from opposite sides, the invisible wall of racial segregation”.

<sup>147</sup> No original: “The change was slow and painful. After the Supreme Court outlawed school segregation, the wrong kind of politicians stirred up angry resistance”

para seu adversário do Alabama; mas, por outro lado, queria mostrar-se como a face moderna, anti-segregação do sul. Não mencionar o nome de Wallace era uma forma de evitar atritos com simpatizantes do candidato; enquanto a menção, num ambiente de militantes dos direitos civis, claramente remetia à cena de Wallace postando-se na porta da Universidade do Alabama para impedir alunos negros de entrarem, em 1963, quando era governador.

Menciona então Rosa Parks, o movimento de desobediência civil, Kennedy, King (retomando o famoso “I have a dream”), Johnson, Robert Kennedy.

Nós perdemos Martin Luther King.  
 Nós perdemos Robert Kennedy.  
 Nós perdemos a eleição naquele ano para o homem que governou sem amor ou alegria, ao homem que prometeu lei e ordem e nos deu crime e opressão.  
 Mas o sonho permanece.<sup>148</sup>

Menciona também Andrew Young, seu apoiador. Afirma que por toda a América, homens e mulheres negros levavam o sonho para a política. Que, quando ele era governador, nomeou negros para cargos nunca antes ocupados por eles. E então se apresenta com clareza como portador deste “sonho”:

Eu me coloco diante de vocês como candidato a presidente, um homem cuja vida foi estimulada, como a de vocês, pelo sonho de Martin Luther King. Quando eu comecei minha campanha à presidência, havia aqueles que diziam que eu fracassaria, porque sou do sul. Mas eu acreditei que eles estavam errados. Eu pensei que o sul estava mudando e a América estava mudando. Eu pensei que o sonho estava se concretizando.<sup>149</sup>

Encaminhando-se para o fim, Carter retoma o tema dos pequenos e pobres contra os ricos e poderosos, o tema do “sonho” de King, e encerra com o “sonho” que vê diante de seus olhos:

Os poucos que são ricos e poderosos ainda tomam as decisões, e os muitos que são pobres e fracos têm de sofrer as consequências. Se aqueles no poder cometem erros, não são eles ou suas famílias que perdem seus trabalhos ou

<sup>148</sup> No original: “We lost Martin Luther King.

We lost Robert Kennedy.

We lost the election that year to men who governed without love or laughter, to men who promised law and order and gave us crime and oppression.

But the dream lived on”.

<sup>149</sup> No original: “I stand before you a candidate for President, a man whose life has been lifted, as yours have been, by the dream of Martin Luther King.

When I started to run for President, there were those who said I would fail, because I am from the South.

But I thought they were wrong. I thought the South was changing and America was changing. I thought the dream was taking hold”.

vão para a seguridade social, ou ficam sem tratamento médico ou vão pra cadeia.

Nós ainda temos pobreza no meio da abundância.

Nós ainda temos muito que percorrer. Nós temos de dar nosso governo de volta para nosso povo. O caminho não será fácil.

Mas ainda temos o sonho, o sonho de Martin Luther King e seu sonho e meu sonho. A América que almejamos ainda está lá, em algum lugar na nossa frente, esperando que a achemos.

Eu vejo uma América não apenas na beira de um novo século, mas na alvorada de uma nova era de governo honesto, compassivo, responsável.

Eu vejo um governo americano que deixou de lado os escândalos e corrupção e cinismo oficial e finalmente se tornou tão decente quanto nosso povo.

Eu vejo uma América com um sistema fiscal que não rouba dos pobres para dar aos ricos.

Eu vejo uma América com um trabalho para cada homem e mulher que possam trabalhar, e um padrão decente de vida para aqueles que não podem.

Eu vejo uma América na qual minhas crianças, suas crianças e todas as crianças recebam uma educação que não fique atrás de nenhuma outra no mundo.

Eu vejo um governo Americano que não espiona ou assedia seus cidadãos, mas respeita sua dignidade e sua privacidade e seu direito a ser deixado só.

Eu vejo uma política externa americana que é firme e consistente e generosa, e que é mais uma vez um farol para as esperanças do mundo.

Eu vejo um presidente americano que não governo com vetos e negativismo, mas com vigor e visão e liderança afirmativa, um presidente que não está isolado do nosso povo, mas sente sua dor e divide seus sonhos e tira sua força dele.

Eu vejo uma América na qual o sonho de Martin Luther King é nosso sonho nacional.

Eu vejo uma América se mexendo novamente, unida, suas feridas curadas, de cabeça erguida, uma nação diversa e com vitalidade, entrando no seu terceiro século com confiança e competência e compaixão, uma América que revitaliza a majestade de sua Constituição e a decência simples de seu povo.

Esta é a América que eu vejo e com a qual estou comprometido enquanto concorro à presidência.

Eu peço a ajuda de vocês.

Vocês sempre terão a minha<sup>150</sup>

---

<sup>150</sup> No original: "The few who are rich and powerful still make the decisions, and the many who are poor and weak must suffer the consequences. If those in power make mistakes, it is not they or their families who lose their jobs or go on welfare or lack medical care or go to jail.

We still have poverty in the midst of plenty.

We still have far to go. We must give our government back to our people. The road will not be easy.

But we still have the dream, Martin Luther King's dream and your dream and my dream. The America we long for is still out there, somewhere ahead of us, waiting for us to find her.

I see an America poised not only at the brink of a new century but at the dawn of a new era of honest, compassionate, responsive government.

I see an American government that has turned away from scandals and corruption and official cynicism and finally become as decent as our people.

I see an America with a tax system that does not steal from the poor and give to the rich.

I see an America with a job for every man and woman who can work, and a decent standard of living for those who cannot.

I see an America in which my child and your child and every child receives an education second to none in the world.

A imagem de Carter, no sol poente, cabelos ao vento, discursando para uma plateia de ativistas de direitos civis, ganhou espaço em alguns telejornais da noite. Uma outra versão foi gravada para passar na noite de domingo, dia 6, véspera das primárias de Ohio, California e Nova Jersey.<sup>151</sup>

O discurso original talvez parecesse deslocado de um contexto de campanha exaustiva, agressiva, às vezes até mesquinha. Mas o fato é que Anderson conseguira criar uma síntese do idealismo de Jimmy Carter, desprovida das características que os espectadores poderiam considerar simplórias, mais adequadas a um professor de escola dominical. Carter soara como um estadista, e a recepção na mídia, no dia seguinte, seria excelente. Os temas principais da campanha estavam lá, no discurso, em especial na litania: honestidade, reforma tributária, emprego, educação, confiança nas instituições, política externa, integração racial, união. Da forma que Carter preferia: sem ter que esmiuçar, dar detalhes, apenas inspirar. O Novo Sul, tolerante e integrado, estava lá, assim como o apelo populista. O discurso funcionara como uma boa síntese do que a campanha de Carter teria de melhor. Entretanto, ainda faltava muito pela frente, e o apelo do discurso no Martin Luther King, Jr., Hospital, em Los Angeles, se perderia num mar de eventos, acusações, entrevistas e pesquisas até novembro. Ou não: talvez, para os telespectadores do telejornal da noite, especialmente aqueles interessados na causa dos direitos civis, algo do discurso tenha ficado. Para a História, certamente ficou.

\*\*\*

Em Nova Jersey, não havia muito que Carter pudesse fazer, a não ser confiar sua sorte aos familiares que foram fazer campanha lá e ao *party boss* de Essex County, Newark, Harry

---

I see an American government that does not spy on its citizens or harass its citizens, but respects your dignity and your privacy and your right to be let alone.

I see an American foreign policy that is firm and consistent and generous, and that once again is a beacon for the hopes of the world.

I see an American President who does not govern by vetoes and negativism, but with vigor and vision and affirmative leadership, a President who is not isolated from our people but feels their pain and shares their dreams and takes his strength from them.

I see an America in which Martin Luther King's dream is our national dream.

I see an America on the move again, united, its wounds healed, its head high, a diverse and vital nation, moving into its third century with confidence and competence and compassion, an America that lives up to the majesty of its Constitution and the simple decency of its people.

This is the America that I see and that I am committed to as I run for President.

I ask your help.

You will always have mine".

<sup>151</sup> Anderson conta, em seu livro sobre sua participação na campanha, sua visão do discurso. p. 27-33. A íntegra do texto está no apêndice do livro, e pode também ser encontrada em Carter, *op. cit.*, p. 109, sob o título de "The Power of Love".

Lerner. O chefe do partido no estado, James Dugan, lideraria uma grande delegação de delegados não-vinculados (*uncommitted*), à espera da candidatura de Humphrey durante a Convenção, caso Carter não conseguisse vencer na primeira ou segunda rodada de votações. Foi procurado por Jerry Brown, que causou muito boa impressão. Após negociações intensas no aeroporto de Las Vegas, ambos firmaram o seguinte acordo: Brown faria campanha para os delegados de Dugan, que permaneceriam *uncommitted*; e receberia em troca o apoio deles, ao menos nas primeiras rodadas de votação. Um resultado possível disso seria uma chapa Humphrey-Brown à presidência. Brown, entretanto, se recusara a ser *stalking horse* de Humphrey. De modo que, para todos os efeitos, os delegados seriam apresentados aos eleitores como representantes de Brown e Humphrey ao mesmo tempo. Coisas da velha política democrata. Nova Jersey, um populoso estado industrial, com pequeno território e sem rede de TV própria (servida ao sul pelas TVs da Philadelphia, e ao norte pelas de Nova York), era um lugar propício à sobrevivência dos *party bosses* como forma de fazer campanha.<sup>152</sup>

Mas era em Ohio que o destino da campanha seria decidido. Frank Church poderia ter tido um bom desempenho, mas sua campanha enfrentava problemas eventuais difíceis de superar numa reta final (o candidato passou vários dias internado com uma infecção no ouvido e na garganta; teve de abandonar a campanha nos últimos dias porque uma barragem havia estourado em Idaho e ele teve de voltar para casa; seu avião foi atingido por um caminhão de bagagens). Apesar disso tudo, Church a todo momento mantinha a animação, para insatisfação de Udall, cuja campanha se ressentia muito de que Church decidira concorrer com ele em Ohio, dividindo os votos liberais. Melhor para Carter, que fez uma campanha pesada no estado, sabendo que precisava conquistar muitos delegados para convencer os não-comprometidos que restavam e assegurar de vez sua nomeação.

Resultados da noite de 8 de junho: Califórnia, Brown 59% (204 delegados), Carter 20,5% (67), Church 7% (7). Nova Jersey, Humphrey/Brown 42% (83 delegados), Carter 28% (25); Ohio, Carter 52% (126 delegados), Udall 21%, Church 14%. Carter havia conseguido 218 dos 540 delegados. Na mesma noite, ligou para Church, Udall e Wallace, e todos indicaram a ele que o consideravam vencedor.<sup>153</sup> De madrugada, enquanto a festa lotou as ruas da pequena cidade de Plains, Georgia, Carter telefonava para Wallace, e conseguira dele o compromisso de que ele liberaria seus 171 delegados, e indicaria a eles que votassem em Carter. De manhã, antes que Wallace fizesse o anúncio de sua desistência e apoio a Carter, o vencedor ligou para Daley (coisa que Carter fazia pelo menos a cada dez dias) pedindo que

---

<sup>152</sup> Schram, *op. cit.*, p. 184-188.

<sup>153</sup> Glad, *op. cit.*, p. 258-259.

ele também fizesse o anúncio no mesmo dia. Após insistência do candidato, Daley aceitou, e isto colocava mais 86 delegados na conta de Carter. Por fim, conseguiu de Jackson o compromisso de que ele discutiria o assunto com seus 248 delegados, mas que anunciaria logo à imprensa que ambos tiveram conversas favoráveis. Então, para não parecer muito *establishment* com todos esses apoios, Carter colocou sua tradicional calça jeans e jaqueta, e foi falar com a imprensa.<sup>154</sup>

### 3.3.4 A Convenção

Tendo Jimmy Carter alcançado o mínimo necessário de delegados para ser nomeado, e considerando ainda a vontade enorme de todos os democratas de se unir e vencer as eleições em 1976, não era de se esperar que houvesse tumulto na Convenção que teria lugar em julho, no Madison Square Garden, Nova York. Os preparativos indicavam que seria uma cerimônia de consagração do candidato e reconciliação das correntes do partido que vinham se digladiando havia anos. E assim foi. A vitória precoce de Carter permitiu que ele desse as cartas em tudo que concernisse a sua candidatura: por exemplo, na redação da plataforma de campanha. O único motivo de suspense era a escolha de Carter para companheiro de chapa.

E mesmo nisso Carter tinha muita margem de manobra: não precisaria, ao menos matematicamente falando, agradar a nenhuma corrente do partido. Precisaria pensar, sim, em atrair correntes do partido ou parcelas do eleitorado que estivessem parcialmente alienadas. Foi formulada uma lista inicial de nomes ilustres do partido, que Carter e Charlie Kirbo, após consultar um conjunto de americanos notáveis, reduziram depois para sete nomes (foram cortados todos os prefeitos e governadores, já que Carter precisaria de alguém com experiência em Washington). Todos os candidatos responderam questionários sobre temas pessoais, incluindo sobre possíveis problemas de saúde, numa tentativa de evitar a repetição do fracasso do Caso Eagleton em 1972.

Carter então realizou entrevistas em Plains, Georgia, com os três finalistas: Edmund Muskie (que sequer estava na lista de sete nomes, mas foi novamente incluído em parte para agradá-lo), John Glenn, ex-astronauta e Senador por Ohio, e Walter Mondale, Senador por Minnesota. Carter ficou muito bem impressionado por Mondale: esperava um homem liberal demais para seu gosto, mas perceberam durante as conversas que combinavam numa série de temas, inclusive política externa, que era uma das incumbências que Carter planejava destinar

---

<sup>154</sup> Schram, *op. cit.*, p. 1-5.

ao vice-presidente, até então uma figura pouco mais que decorativa (exceto, obviamente, no caso de morte ou renúncia do presidente). Havia outras opções: Frank Church poderia lhe trazer os votos no Oeste que ele não tinha, mas Carter ficou irritado com o *lobby* acintoso que estava sendo feito por ele nos bastidores; cogitou Jackson, mas achou que a chapa ficaria conservadora demais; cogitou Stevenson, o candidato de Daley, mas ele não tinha apelo suficiente, seu tempo de glória já havia passado e ele tinha delegados por ser “o homem de Daley”; cogitou Glenn, mas o histórico de ex-militar de ambos fazia a chapa parecer muito conservadora, e não havia “química” entre os dois.<sup>155</sup>

Muskie era a figura preferida dos chefes do partido, inclusive Bob Strauss. Católico de descendência polonesa, ele também poderia ajudar bastante a atrair um grupo de eleitores que parecia não simpatizar com Carter de jeito nenhum. Numa conversa com Pete Rodino, veterano na Câmara dos Deputados por Nova Jersey, Carter foi aconselhado a não se preocupar em escolher um católico para a chapa, necessariamente. Rodino, descendente de italianos e também católico, afirmou que faria campanha para Carter e que haveria outras maneiras até mais eficazes de atrair os votos dos descendentes de europeus (“*white ethnics*”).<sup>156</sup> Carter então optou por Mondale, que tornaria a chapa balanceada e seria capaz de atrair os liberais que ainda não estivessem convictos do compromisso de Carter com seus programas e bandeiras. Segundo Robert Moe, assessor de campanha de Mondale, “Historicamente, o candidato a presidente é nomeado por que ele tem apoio desses grupos, e aí então ele escolhe um candidato a vice para ir além deles; mas aqui foi o contrário”.<sup>157</sup>

Nesta Convenção, o foco do poder era o vigésimo-primeiro andar do Americana Hotel, onde estavam as suítes dos dirigentes da campanha de Carter. Só se podia acessar o andar depois de passar por uma revista do serviço secreto. Na suíte de Carter, uma linha de telefone que somente uma dúzia de pessoas (incluindo Bob Strauss) tinha o número. O resto teria de falar com um assessor de Carter, que passaria as mensagens para a coordenação da campanha através de Pat Caddell ou Greg Schneiders. Pouquíssimas eram as mensagens que chegavam a Carter, muito ocupado em receber uma verdadeira peregrinação de líderes do partido, inclusive delegações dos *caucuses* de mulheres, negros, hispano-americanos etc. Todos eles com algum pedido, que se mantivesse um determinado quadro do DNC no posto ou se nomeasse alguém, que fosse feita uma menção no discurso de nomeação, ou qualquer outro

<sup>155</sup> A partir de Schram, *op. cit.*, p. 200-211; Glad, *op. cit.*, p. 271-272.

<sup>156</sup> Schram, *op. cit.*, p. 208.

<sup>157</sup> Glad, *op. cit.*, p. 378. Trad. livre: “Historically, the presidential candidate has been nominated because he’s had support of those constituencies, and then he has picked a vice-presidential candidate to reach beyond; but this was the reverse”.

pedido que beneficiasse seu próprio grupo de interesse, da velha ou da nova política. Aos representantes do *black caucus*, que solicitaram a manutenção de Basil Patterson como vice-presidente do DNC e maior esforço na implementação de ações afirmativas, Carter prometeu que excederia suas expectativas nas nomeações administrativas, e pediu na hora recomendações de nomes. Com o *women's caucus*, a negociação foi um pouco mais delicada: elas queriam a implementação de cotas de 50% para mulheres na Convenção de 1980. Saíram de lá com esta reivindicação negada, mas em troca teriam um compromisso pessoal de Carter com a igualdade nas convenções seguintes, a defesa da ERA (*Equal Rights Amendment*) por parte do candidato e a nomeação de mulheres para postos-chave do seu governo. A delegação, formada por veteranas do movimento como Bella Abzug, Jane Patterson, Pat Derian e outras, saiu extremamente satisfeita do encontro.<sup>158</sup> Carter também teve de aparar arestas em relação ao AFL-CIO, se comprometendo com diversas reivindicações do grupo, inclusive a retirada de um membro do sindicato dos maquinistas da Convenção como “representante do movimento” (o referido sindicato era adversário do AFL-CIO). Em troca, recebeu a promessa de apoio total durante a Convenção e nas eleições de novembro.<sup>159</sup> Na verdade, este apoio viria de qualquer forma ao candidato democrata, qualquer que fosse (excetuando-se Wallace) posto que Ford vetara, em 1975, duas medidas que favoreceriam sindicatos: a obrigação de que uma percentagem de 20 a 30% do petróleo importado fosse levado em navios americanos; e uma lei sobre o direito de piquetes, que interessavam respectivamente ao sindicato do setor naval e ao da construção civil.<sup>160</sup> De toda forma, Carter precisava não apenas da máquina dos sindicatos, mas também de seu entusiasmo na campanha, e era fundamental agradecer ao AFL-CIO. Cabe ainda lembrar que o apoio do AFL-CIO significava que parte do dinheiro não entraria como despesas de campanha na FEC, desde que a propaganda não fosse caracterizada como pró-Carter.<sup>161</sup>

Por outro lado, estes mesmos grupos cederam diante do pragmatismo: Carter solicitou ao comitê de plataforma que não a transformasse numa “árvore de Natal” (isto é, numa lista de objetos de desejo). Carter enfatizou especialmente que o partido não deveria fazer

<sup>158</sup> Depois, a aprovação destes compromissos pelo *women's caucus* foi difícil. Muitas militantes feministas achavam que era possível pressionar por um compromisso mais explícito. Mas algumas ativistas resolveram dar o voto de confiança e no final aprovaram uma resolução endossando a posição de Carter. v. Linda Charlton, *Militants Lose in Battle to 'Require' Equal Role*. *The New York Times*, 14 jul. 1976. p. 18.

<sup>159</sup> Schram, *op. cit.*, p. 207-210; Glad, *op. cit.*, p. 273-274.

<sup>160</sup> A. H. Raskin, *Labor Has Picked Its Man – Any Democrat*. *The New York Times*, 11 jan. 1976, p. E4, Seção The Week In Review.

<sup>161</sup> Para o poder dos sindicatos no financiamento das campanhas, e os efeitos da nova legislação eleitoral sobre ele, v. Damon Stetson, *Labor Power in the Elections*. *The New York Times*, 18 jan. 1976, p. 109, Seção Business and Finance.

promessas que não pudessem ser cumpridas, apontando para o problema do financiamento dos programas. Disse até mesmo que uma plataforma deveria ser escrita com o mesmo senso de responsabilidade que um orçamento.<sup>162</sup> Deste modo, sob a batuta conciliadora de Carter e Stuart Eizenstat, assessor do candidato para temas específicos, sulistas concordaram em não mencionar o tema do *busing*; negros concordaram com uma plataforma limitada em termos de bem-estar social (*welfare*); ativistas antiguerra, a despeito de terem uma resolução aprovada, concordaram com a defesa, na plataforma, de um perdão (não anistia, diferença que Carter fazia questão de salientar) concedido para aqueles que tivessem violado a lei de recrutamento, mas não que tivessem desertado no *front* (Sam Brown, um dos ativistas, afirmou que valia a pena fazer concessões em nome de um bem maior: “Você tem que ceder um pouco para ter controle sobre a presidência”, enquanto Eizenstat louvou a concessão como um exemplo: “uma clara mensagem para o país de que os democratas estão preparados para se unir de um jeito que nós não estivemos unidos por um longo tempo”)<sup>163</sup>; foram feitas declarações vagas (com exceção do compromisso expresso de reduzir o desemprego para 3% em quatro anos) na plataforma sobre sistema de saúde, reforma tributária e pleno emprego, com o consentimento dos ativistas sindicais, que foram aprovados por unanimidade; temas muito sensíveis, como descriminalização do uso de maconha e direitos dos homossexuais, ficaram de fora. Nada disso provocou muita polêmica. O periódico *The Nation* declarou num editorial crítico de 3 de julho que

Glóbulos apelando para todas as facções foram incluídos na mistura, mas o misturador mecânico de Carter bateu-os todos na mesma consistência suave. Há tão pouca especificidade que nem vale a pena comentar os compromissos específicos. Há algo para praticamente todos os grupos de interesse, mas expresso numa linguagem tão distante de paixão que alguém pode se perguntar sobre a intensidade do compromisso do partido com questões tais como pleno emprego ou o fim da segregação racial.<sup>164</sup>

Carter não teve dificuldade em dirigir uma Convenção ávida por acatar seu pragmatismo em troca de conciliação e vitória. Durante a Convenção, no comitê de regras,

---

<sup>162</sup> Charles Mohr, Carter Warns Democrats on Promises in Platform. *The New York Times*, 4 jun. 1976. p. 45, Seção New Jersey Pages.

<sup>163</sup> Witcover, *op. cit.*, p. 357; David E. Rosenbaum, Democrats Adopt a Platform Aimed At Uniting Party. *The New York Times*, 16 jun. 1976. p. 81, Seção The Week In Review. No original: “a clear message to the country that the Democrats are prepared to unite in a way that we have not been united in a long time”.

<sup>164</sup> *The Nation*, editorial, “Jimmy Built”. 3 jul. 1976. vol. 223, n. 1. No original: “Globules appealing to all factions were fed into the mixture but Carter’s mechanical blender beat them all to the same smooth consistency. There is so little specificity that it’s hardly worth commenting on the individual planks. There is something for almost every interest group, but expressed in language so far from passion that one wonders about the intensity of the party’s commitment to such questions as full employment or an end to racial segregation”.

Jean Westwood e outros três delegados apresentaram um requerimento da minoria (*minority plank*) propondo que, caso 300 delegados de dez estados diferentes apresentassem uma contestação a algum ponto da plataforma ou de qualquer outro aspecto organizacional da Convenção, a contestação seria levada a voto. Carter, preocupado com o fato de que a iniciativa poderia levantar debates indesejados que perturbassem o caminho da comissão, deu a indicação à delegação da Geórgia, que pôs seus 50 votos contra o requerimento. O resultado geral da votação foi de 1.957 contra, 735 a favor. Não haveria espaço para dissenso, e a Convenção seria mesmo um rito de unificação. A partir daí, foi uma festa: Humphrey foi ovacionado pela Convenção; George McGovern, o protagonista mais importante do “racha” de quatro anos antes, declarou em seu discurso:

Oito anos atrás, alguns democratas tinham dúvidas sobre Hubert Humphrey. E eles nos deram os quatro anos de guerra e perturbações domésticas. Quatro anos atrás, alguns democratas tinham dúvidas sobre mim – e nós tivemos Nixon de novo. Repetir este tipo de tolice seria inconcebível. Então vamos nos unir em torno de nosso candidato e remover os republicanos da Casa Branca<sup>165</sup>

McGovern, aliás, demitira durante as primárias dois de seus assessores, inclusive Alan Baron, por tentarem articular um movimento anti-Carter, pró-Humphrey. Na primeira rodada de votação, quatro nomes foram levados à escolha da Convenção: Carter, Brown, Udall e Ellen McCormack, a candidata anti-aborto. Udall liberou seus delegados para votar em Carter, e disse: “Jimmy Carter é um bom homem que será um presidente forte”.<sup>166</sup>

Na noite de quinta-feira, já escolhido candidato do Partido Democrata à presidência, Carter apresentou seu discurso de nomeação. O discurso, redigido por Patrick Anderson, teve na verdade várias versões, das quais muitas pessoas do *staff* de Carter participaram. Várias expressões, frases e linhas tinham autoria distinta, mas Anderson ficara encarregado de arredondá-las, dar-lhes unidade reescrevendo-o, e sempre submetendo o texto ao crivo de Carter. O candidato, segundo Anderson, admitidamente tinha dificuldades em aceitar ler um discurso feito por alguém. Carter procurava sempre inserir trechos que fossem de sua autoria, modificando as versões iniciais. O resultado deste trabalho a muitas mãos, no final, parece muito com a imagem que Carter procura apresentar de si mesmo: alguém conectado com os interesses do povo, em oposição aos desígnios de uma elite econômica e política que age

<sup>165</sup> Witcover, *op. cit.*, p. 366. No original: “Eight years ago, some Democrats had doubts about Hubert Humphrey. And they gave us Nixon’s four years of war and domestic strife. Four years ago, some Democrats had doubts about me – and we got Nixon again. To repeat that sort of folly would be unconscionable. So let us unite around our candidate and retire the Republicans from the White House.”.

<sup>166</sup> *Idem, Ibidem*, p. 367. No original: “Jimmy Carter is a good man who will make a strong president”.

apenas em seu próprio benefício. Um candidato comprometido em devolver o governo de seu país a seu próprio povo, para que este governo seja “as good as its people” (tão bom quanto seu povo).

Por exemplo: havia uma série de pedaços do texto considerados “populistas”, os quais Carter foi aconselhado a reformular. Por exemplo: “Pessoas demais tiveram de sofrer nas mãos de uma elite política e econômica que tomou as decisões e nunca tiveram de responder pelos erros ou sofrer com injustiça”.<sup>167</sup> Alguns membros do *staff* consideraram o trecho agressivo demais, até um pouco paranoico no seu anti-elitismo. Mas Carter fez questão que ele permanecesse. Logo adiante, “Quando as escolas públicas são inferiores ou perigosas, suas crianças vão para escolas particulares exclusivas”.<sup>168</sup> “Exclusive private schools” (“escolas particulares exclusivas”) seria substituído por “elsewhere” (“outro lugar”), mas Carter também manteve este trecho. Também era na mesma toada populista o trecho que fala de “Alianças profanas, autoperpetuadoras foram formadas entre o dinheiro e a política, e o cidadão comum foi mantido à distância”,<sup>169</sup> acrescentado pelo próprio Carter. De Carter (modificado por Anderson) também era talvez o trecho mais famoso do discurso: “I see no reason why big-shot crooks should go free and the poor ones go to jail” (“não vejo razão para que grandes picaretas fiquem livres, enquanto os pobres vão para a cadeia”), cuja versão original era “big-shot crooks should go to country clubs” (“grandes picaretas deveriam ir para os country clubs”); Anderson considerou excessivamente hostil e Carter aceitou a mudança. As partes do discurso que tratam da impunidade parecem uma referência mais ou menos velada ao perdão de Ford a Nixon. No entanto, Carter recusou colocar uma linha que a maioria dos assessores se sentira tentado a incluir: “The man who pardoned Richard Nixon cannot give this nation the political and moral leadership it must have in the next four years” (“O homem que perdoou Richard Nixon [Ford] não pode dar a esta nação a liderança moral e política de que ela necessita nos próximos quatro anos”). Na sua concepção, o discurso precisava representar muito mais sua proposta de união, sua “agenda positiva”, do que uma política de ataques, de golpes baixos; era justamente isto que estava sendo francamente rejeitado pelo povo americano em 1976.

O texto inclui ainda uma versão menor do “I see an America”, que virou “We can have an America”, aparentemente mais pragmático e menos desgastado; bem como a citação

<sup>167</sup> No original: “Too many have had to suffer at the hands of a political and economic elite who have shaped decisions and never had to account for mistakes or to suffer from injustice”.

<sup>168</sup> No original: “When the public schools are inferior or torn by strife, their children [os filhos da elite] go to exclusive private schools”.

<sup>169</sup> No original: “unholy, self-perpetuating alliances have been formed between money and politics, and the average citizen has been held at arm’s length”.

de costume aos presidentes democratas: Roosevelt-Truman-Kennedy-Johnson. Chama especialmente a atenção a qualificação que Carter faz de Truman, “a common man could be an uncommon leader” (“um homem comum pode ser um líder incomum”), o que é claramente uma identificação de Carter com seu ex-presidente predileto.

Havia ainda diversos trechos falando sobre o fim do segredo na administração, devolver o governo ao povo, sobre o bom caráter do povo americano, um decaimento moral da nação, falta de metas e valores... todos repercutindo o que Carter, Anderson e outros estabeleceram como “o” tema de 1976. Havia ainda menções breves a temas importantes da campanha: reforma tributária, integração racial, reforma do sistema de saúde. O discurso também louvava os imigrantes pela contribuição que deram ao país (acréscimo de Anderson, Caddell, Stuart Eizenstat e Adam Walinsky, advogado que havia trabalhado com Robert Kennedy).<sup>170</sup>

Mas havia algo mais que era “puro Carter”, e que passara relativamente despercebido. Era esse “algo” que deixava ansiosos alguns liberais mais tradicionais, ou então os mais radicais. Tratava-se de trechos como: “to release our civil servants from bureaucratic chaos, to provide tough management” (“liberar nossos servidores do caos burocrático, promover uma gestão rigorosa”); ou ainda: “As a governor, I had to deal each day with the complicated and confused and overlapping and wasteful federal government bureaucracy. As President, I want you to help me evolve an efficient, economical, purposeful, and manageable government for our nation” (“Como governador, tive de lidar todos os dias com a burocracia complicada, confusa, redundante e ineficiente. Como presidente, quero que vocês me ajudem a desenvolver uma burocracia eficiente, econômica, gerível e com propósito”). Há mesmo um parágrafo inteiro que é bastante revelador dos temores liberais em relação a Carter:

Como um engenheiro, planejador, homem de negócios, eu vejo claramente o valor para a nossa nação de um forte sistema de livre empresa baseado em produtividade crescente e salários adequados. Nós, democratas, acreditamos que a competição é melhor que a regulação, e nós planejamos combinar fortes salvaguardas ao consumidor com mínima intrusão do governo no nosso sistema de livre empresa.<sup>171</sup>

<sup>170</sup> Para o relato do longo processo de redação do discurso, v. Anderson, *op. cit.*, p. 44-63. A íntegra do texto está em Carter, *op. cit.*, p. 125-134.

<sup>171</sup> No original: “As an engineer, a planner, a businessman, I see clearly the value to our nation of a strong system of free enterprise based on increased productivity and adequate wages. We Democrats believe that competition is better than regulation, and we intend to combine strong safeguards for consumers with minimal intrusion of government in our free economic system”.

Frases como essas não eram contrárias às tendências populistas de Carter; pelo contrário, eram parte desta cultura política, que se desenvolveu no sul, especialmente na área rural, ao longo de dois séculos, em grande medida como resistência ao poder central. Estas diatribes contra a “bureaucratic mess” (“bagunça burocrática”) de Washington iam perfeitamente de encontro à ânsia de parcelas expressivas da população por descentralização, desregulamentação, direitos dos estados em oposição a um governo central forte e outros *topoi* que já circulavam fazia tempo na política do sul do país, e que agora pareciam expressar o estado de espírito de grandes parcelas do eleitorado. O temor dos liberais tradicionais era que este tipo de retórica estava muito próxima de um outro ex-governador, Ronald Reagan, pré-candidato republicano da Califórnia que lutava duro contra Gerald Ford pela indicação de seu partido. Na verdade, as palavras de Carter apelavam mais aos eleitores de Wallace que aos de Reagan, e a todos os independentes que estavam cansados da burocracia opressora de Washington e queriam alguém que fosse capaz de racionalizar o Estado. A proposta de Carter era oferecer um governo “compassionate and efficient” ao mesmo tempo, e esta racionalização administrativa imbuída de boas intenções parecia ressoar bem entre grande parte dos eleitores.

Logo a seguir ao trecho que trata do “strong system of free enterprise” (“forte sistema de livre empresa”), Carter aborda aquilo que será um dos principais temas de seu governo, e uma das chaves de leitura deste trabalho: a oposição entre inflação e desemprego. No discurso de Carter, assim como no resto da campanha, este tema aparecia sem tensão alguma entre os dois termos: para derrubar a inflação, seria necessário crescimento econômico, que gerasse empregos e equilibrasse o orçamento. Esta era a cadeia de raciocínio, muito simples na retórica política. “We simply cannot check inflation by keeping people out of work” (“Simplesmente não podemos controlar a inflação mantendo as pessoas sem trabalhar”), diz Carter no seu discurso. Esta formulação para o problema está plenamente de acordo, aliás, com a abordagem da plataforma de campanha. À medida que seu mandato evoluiu, as iniciativas para produzir crescimento econômico funcionam parcialmente, e são capazes de manter o desemprego relativamente baixo; entretanto, não foram capazes de derrubar a inflação. Progressivamente, imbuído de sua crença num orçamento equilibrado, na necessidade de cortar gastos e tornar o Estado “eficiente”, Carter privilegiará a inflação como problema número 1, ao contrário de seus correligionários, que defenderiam medidas pouco ortodoxas (porém longe de serem inéditas nos EUA) para controle da inflação, como o controle de preços e salários (Carter defenderia, também em consonância com a plataforma, a

possibilidade de um controle e acompanhamento de preços e salários *com comprometimento voluntário* por parte de empresas e sindicatos).

Mas, na oposição, em 1976, não havia ainda qualquer tensão entre as duas partes da equação, inflação e desemprego. Bastava colocar o país para crescer e se matariam dois coelhos com uma única cajadada. Esta posição é endossada pelo partido por conta do seguinte trecho da plataforma democrata:

O Governo Ford e seus assessores econômicos têm errado consistentemente sobre as fontes e curas da inflação que tem assolado nossa nação e nosso povo. Lutar com a inflação limitando a produção e aumentando o desemprego não fez nada para controlá-la. Com o nível atual de capacidade utilizada, nós podemos aumentar a produção e o emprego sem ativar a inflação<sup>172</sup>

De modo que, partindo do princípio de que capacidade ociosa permite aumento do consumo sem inflação, o partido foi ao encontro da formulação genérica de Carter.

No entanto, precisamos resistir à tentação de ler o discurso de Carter à luz dos quatro anos seguintes, ainda que seja um exercício interessante. Algumas das tensões fundamentais que permeariam o mandato de Jimmy Carter estavam em estágio de incubação durante a campanha, e apenas eventualmente provocavam faíscas, em especial entre “zelotas” liberais. Todavia, a maneira que o problema estava formulado foi suficientemente convincente para unir o partido em torno de uma única bandeira, sem colocá-la à prova da realidade.

Depois, um discurso de Mondale, que falava bastante sobre união. E para o *grand finale*, Bob Strauss planejou a seguinte cena: Carter, Udall, Jackson, Wallace, Abraham Beame, prefeito de Nova York, Humphrey, Shriver, Moon Landrieu e mais dezenas de integrantes do segundo e terceiro escalões do partido, e até sua mulher, Helen Strauss, todos subiram ao palanque para a bênção de Martin Luther King, Sr., ao final da qual todos cantaram a famosa canção, símbolo da luta pelos direitos civis, “We Shall Overcome”. Estava terminada a cerimônia de reconciliação, mas apenas o tempo poderia dizer se ela havia sido efetiva.

#### 3.3.4.1 Digressão: nota sobre o “populista” Jimmy Carter

---

<sup>172</sup> No original: “The Ford Administration and its economic advisors have been consistently wrong about the sources and cures of the inflation that has plagued our nation and our people. Fighting inflation by curtailing production and increasing unemployment has done nothing to restrain it. With the current level of capacity utilization, we can increase production and employment without rekindling inflation.”

Alguns dias depois, em 22 de agosto, Jimmy Carter compareceu a um encontro no Beverly Wilshire Hotel, em Los Angeles. A recepção havia sido organizada por Warren Beatty, para arrecadar fundos e reunir estrelas em torno do candidato. Lá estavam, entre outros, Sidney Poitier, Paul Simon, Diana Ross, Faye Dunaway, Hugh Hefner e Robert Altman. Carter sempre resistiu a encontrar artistas, estrelas, pois temia que isso pudesse prejudicar sua candidatura entre os conservadores do sul. Mais do que isso: Carter nutria certo desprezo e sentimento de superioridade sobre eles. Quando Billy Vander Heuven, *co-chairman* em Nova York, organizou um encontro com Jackie Onassis, Carter declarou: “Eu não vejo nenhum ponto nisto. Vou convidá-la para a Casa Branca quando eu for presidente”.<sup>173</sup>

Entretanto, em agosto, Carter aceitou encontrar-se com as estrelas dispostas a apoiá-lo. Segundo Anderson, que estava com Carter nesta ocasião, o candidato já ficou um pouco irritado com a apresentação feita por Beatty: os atores não desejariam nada de Carter, apenas que nacionalizasse as companhias de petróleo, libertasse todos os prisioneiros políticos, e várias outras causas de esquerda. Nas declarações iniciais, Carter afirmou, sério, que estas não eram suas prioridades, e que esperava que sua presença no evento encerrassem as críticas que ele era excessivamente moralista.

Mas, já na sessão de perguntas e respostas, o tom começou a mudar. Carroll O'Connor perguntou como Carter poderia criticar um estadista como Kissinger. James Caan perguntou se Carter visitaria o pequeno time de seu filho. Carter foi perguntado pelo ator Tony Randall se estaria disposto a apoiar a fundação de uma ópera ou teatro nacional. Carter admitiu que ninguém havia feito esta pergunta até então. A resposta de Randall foi: “You’ve never met with people of this level” (“Você nunca encontrou com pessoas deste nível”). Causticamente, Carter respondeu: “That’s why I’m the nominee” (“É por isso que fui nomeado”). Mais para o fim, entretanto, foi elevando o tom, e terminou o evento com um sermão exemplar do seu populismo e de sua concepção sobre o interesse público:

Se cometermos um erro, as chances são de que não iremos realmente para a prisão, e se não gostamos do sistema público de ensino, colocamos nossos filhos em escolas particulares. Mas a maioria esmagadora do povo americano é tocada diretamente e pessoalmente quando o governo é mal gerido ou insensível ou indiferente ou despreocupado sobre esse tipo de problemas.

Quando a estrutura tributária é modificada, o que o Congresso faz quase todo ano, você pode ter certeza que os poderosos que são bem organizado, que têm bons advogados, que têm lobistas em Washington, não serão enganados.

---

<sup>173</sup> Anderson, *op. cit.*, p. 37-38.

Mas há milhões de pessoas neste país que são enganadas, e elas são as mesmas que não podem arcar com esses benefícios. Então há um monte de carências.

Nós tomamos transporte como dado. Nós podemos sair e ir a qualquer lugar com nosso Chevrolet ou nosso Buick ou nosso Cadillac ou nosso Rolls-Royce. Muita gente não tem automóvel. Eu posso ir a uma milha da minha casa, eu posso ir duzentas jardas da minha casa, e as pessoas quando são muito pobres e ficam doentes é quase impossível conseguir um médico.<sup>174</sup>

Anderson nota acertadamente que, quando Carter diz “we”, ele está se referindo não a si próprio, mas aos atores como parte da elite norte-americana. Afinal, Carter já havia mencionado várias vezes o fato de que Amy estudava na pequena escola pública de Plains, por exemplo, o que o excluía do rol daqueles que “colocam seus filhos em escolas particulares”.

Carter falou ainda que, em seu condado, as mulheres não tinham acesso a um médico, um farmacêutico, nenhum atendimento de saúde. Na Georgia, por exemplo, as mulheres pobres, majoritariamente negras, teriam 20 vezes mais casos de câncer cervical do que as mulheres brancas de condados urbanos.

A partir daí entrou na segunda parte de seu discurso: os *lobbies* e interesses particulares:

É preciso que ocupantes de cargos públicos – presidentes, governadores, congressistas e outros – ultrapassem os lobistas e grupos de interesse e nosso próprio círculo de amigos sortudos, e tentar entender aqueles que são dependentes do governo para ter uma vida decente. É isto que espero fazer. Quando as pessoas se organizam, há quase que uma separação inerente deste tipo de pessoa que acabei de descrever. Os médicos realmente se preocupam com seus pacientes, mas quando os médicos se organizam e contratam um lobista, o lobista não dá a mínima para os pacientes.<sup>175</sup>

<sup>174</sup> Carter, *op. cit.*, p. 135-136. No original: “If we make a mistake, the chances are we won’t actually go to prison, and if we don’t like the public school system, we put our kids in private schools. But the overwhelming majority of the American people are touched directly and personally when government is ill-managed or insensitive or callous or unconcerned about those kinds of problems.

When the tax structure is modified, which Congress does almost every year, you can rest assured that powerful people who are well organized, who have good lawyers, who have lobbyists in Washington, don’t get cheated. But there are millions of people in this country who do get cheated, and they are the very ones who can’t afford it. So there are a multitude of needs.

We take transportation for granted. We can go out and get in our Chevrolet or our Buick or our Cadillac or our Rolls-Royce and go anywhere we want to. A lot of people don’t have automobiles. I can go a mile from my house, I can go two hundred yards from my house, and people are there who are very poor, and when they get sick it’s almost impossible for them to get a doctor”.

<sup>175</sup> *Idem, Ibidem*, p. 136. No original: “There’s a need for public officials – Presidents, governors, congressmen and others – to bypass the lobbyists and the special-interest groups and our own circle of friends who are very fortunate, and try to understand those who are dependent on government to give them a decent life. That is what I hope to do.

When people organize, there’s an almost built-in separation from the kind of people I’ve just been describing. Doctors really care about their patients, but when doctors organize and hire a lobbyist, the lobbyist doesn’t give a damn about their patients”.

Carter dá exatamente o mesmo exemplo para professores e advogados. Quando categorias essenciais, bem-intencionadas, se constituem em grupo de pressão, não há mais preocupação com aqueles que realmente precisam deles, e é papel do homem público trabalhar para que o interesse do povo prevaleça, administrando essas pressões.

O candidato encerra sua fala metaforicamente apontando o dedo para seus ouvintes:

Então estou dizendo que servidores públicos, como eu e Jerry Brown e outros, têm uma responsabilidade especial para ir além dos figurões, incluindo vocês e pessoas como vocês, e como eu era, e fazer um esforço concertado para entender pessoas que são pobres, negras, falam uma língua estrangeira, não possuem boa escolaridade, são inarticuladas, são tímidas, que têm algum problema monumental, e ao mesmo tempo dirigir o governo de uma forma competente – bem-organizada, eficiente, gerível – de modo que esses serviços que são tão necessários possam ser prestados.<sup>176</sup>

Carter, que havia ido à recepção para mostrar que não era um moralista, foi justamente isto: um moralista, o que é justamente seu apelo entre conservadores pobres do sul, eleitores anti-*establishment*, anti-Wall Street, anti-Washington, anti-mídia liberal da Costa Leste, anti-Hollywood e tudo o mais que lembre, mesmo que vagamente, uma ideia de elite, seja ela política, econômica ou cultural.<sup>177</sup>

#### 3.3.4.2 Os dias seguintes

Durante a convenção, Carter solicitou a todos os membros do DNC que permanecessem em seus cargos. Criou (com 50% de mulheres), um comitê do partido para se reunir quinzenalmente e assessorá-lo em relação ao andamento da campanha. A despeito de o financiamento público de campanha e os PACs terem esvaziado os partidos de sua importância nas eleições, o partido ainda poderia fazer campanha, especialmente pelos candidatos locais (deputados, senadores, governadores) e registrar eleitores.<sup>178</sup> Considerando que muitos potenciais eleitores do Partido Democrata ainda não estavam registrados para votar, este esforço aparentemente secundário poderia fazer diferença.

<sup>176</sup> *Idem, Ibidem*, p. 137. No original: “So I say public servants, like me and Jerry Brown and others, have a special responsibility to bypass the big shots, including you and people like you, and like I was [destaque para o tempo verbal; Carter era um big shot, mas não é mais a partir do momento que ocupa um cargo público e trabalha pelo bem comum], and to make a concerted effort to understand people who are poor, black, speak a foreign language, who are not well educated, who are inarticulate, who are timid, who have some monumental problem, and at the same time to run the government in a competent way – well-organized, efficient, manageable – so that those services which are so badly needed can be delivered”.

<sup>177</sup> Para um relato e uma interpretação do encontro com os artistas em Los Angeles, v. Anderson, p. 88-94.

<sup>178</sup> Glad, *op. cit.*, p. 376.

O *staff* de campanha de Carter era uma mistura de homens de confiança da Georgia (Jordan, Powell, Kirbo e muitos outros) e ativistas e profissionais ligados ao partido, de dezesseis *staffs* diferentes, inclusive alguns *McGovernites* (Caddell; Pokorny; Joseph Duffey, ex-líder do ADA) e pessoas ligadas a Kennedy (Gerard Doherty, coordenador em Nova York; Milton Gwartzman, redator de discursos). Até porque Kennedy e McGovern foram dos quadros do partido que foram menos hostis a Carter. McGovern inclusive aceitou apoiar Carter antes mesmo do fim das primárias, tendo demitido Alan Baron, então seu assessor, quando ele tentou articular um movimento pró-Humphrey, stop-Carter.<sup>179</sup>

As pesquisas de julho e início de agosto, olhadas superficialmente, eram promissoras: Carter, 66%; Ford, 27%. Carter, 68%, Reagan, 26% (Harris); uma pesquisa Gallup de 1º de agosto oferece números semelhantes. Na campanha de Carter, todos estavam bastante confiantes; menos Pat Caddell, o especialista em pesquisas. Por baixo desses números genéricos, Caddell observava algumas tendências perturbadoras registradas por sua empresa, a *Cambridge Survey Research*. As três mais preocupantes: grandes grupos de eleitores afirmavam-se como “not very enthusiastic” ou “not enthusiastic at all”, em particular os liberais no norte, os conservadores no sul, judeus e católicos. A tendência de desestímulo eleitoral também existia no campo de Ford, recém-escolhido candidato republicano após uma batalha dura contra Reagan. No entanto, havia a possibilidade de que o apoio de Carter se esfumasse rapidamente, mesmo descontando o fato de que Ford subiria nas pesquisas após a Convenção Republicana, o que já se sabia que aconteceria. E o principal defeito de Carter, de acordo com os eleitores: “vague, two-faced, too political” etc. Em agosto, numa sessão de entrevistas qualitativas, os eleitores estavam desertando de Carter no meio da entrevista: na conclusão, já não estavam certos de quem seria seu candidato. Segundo Caddell, “That is frightening. That is the classic example of a soft vote” (“Isto é assustador. É o exemplo classic de um voto “leve”).<sup>180</sup>

### 3.4 A CAMPANHA

#### 3.4.1 A cobertura da mídia sobre Jimmy Carter

---

<sup>179</sup> *Idem, Ibidem*, p. 376-377.

<sup>180</sup> Schram, *op. cit.*, p. 219-221; “The Unenthusiastic Carter Vote”: Memorando da Cambridge Survey Research para a campanha de Jimmy Carter. In: *Idem, Ibidem*.

No dia 3 de agosto, Carter resolveu cumprir uma promessa que tinha feito ao povo de New Hampshire: foi até lá e realizou seu primeiro comício. O tema: a família americana. O discurso que Anderson escreveu para ele era bem na linha que Carter precisava: inspirador, positivo, apelando fortemente para valores (daqueles discursos de darem arrepios nos conservadores). Mas, antes de começar, Carter resolveu lançar alguns ataques contra seus adversários: bateu no que ele chamava de Governo Nixon-Ford e o acusou de governar “with vetoes, and not vision. . . scandal, and not stability . . . rhetoric and not reason” (“com vetos, e não visão . . . escândalo, e não estabilidade . . . retórica, e não razão”). Depois, num evento para arrecadar fundos, avisou a todos que os Republicanos estavam preparando “an almost unprecedented, vicious, personal attack against me” (“um ataque sem precedentes, vicioso, pessoal contra mim”). Foi o suficiente para que a mensagem sobre a família americana se perdesse. A cobertura da mídia deu ênfase apenas aos ataques que Carter desferira aos republicanos. O mesmo tipo de coisa acontecera no discurso “I see an America”, que só recebeu o destaque merecido na terceira tentativa, ficando oculto por ataques e críticas feitos por Carter. Este tipo de cobertura incomodava a campanha de Carter, mas enquanto a direção da campanha reclamava da cobertura, os repórteres alegavam que a culpa era do próprio candidato, que acabava eclipsando seus discursos com declarações bombásticas e desnecessárias.

Na verdade, a relação de Carter com a imprensa sempre foi ambígua, para dizer o mínimo. E, tirando algumas exceções, não havia, pelo menos até setembro, nenhum motivo para isso: a imagem de campanha *outsider*, a simpatia e o carisma de Carter, as histórias de vida da bucólica Plains... e, principalmente, a proclamação de Carter como líder antecipado da corrida dentro do Partido Democrata, tão importante para qualificá-lo como um candidato nacional. Mas Carter demonstrava irritação toda vez que um repórter se mostrava mais incisivo ao interpelá-lo, em particular no que se referia ao seu posicionamento sobre um determinado tema. Implicitamente, estava a etiqueta do “*fuzzy on issues*”.

Mesmo alguns temas potencialmente explosivos não receberam maior atenção da imprensa: o caso Shrum, o caso da “pureza étnica”. As denúncias de adversários (p. ex., a de Brown em Maryland, a do ativista negro e político democrata Julian Bond durante o caso da “pureza étnica”) de que seu histórico como governador não batia com suas promessas, e de que elas eram inconsistentes, raramente foram investigadas. Era frequente que Carter ligasse para os jornais e redes de TV reclamando da cobertura que recebia: quando Jules Witcover, repórter do *The Washington Post*, o questionou sobre a reforma administrativa que ele realizou no governo da Georgia, Carter fez chegar uma queixa a Katharine Graham que não

gostava do tom da cobertura do seu jornal, e fez a notícia da queixa chegar aos outros membros da imprensa. Em outra ocasião, admoestou as redes de TV CBS e ABC por terem noticiado a mudança de uma família negra cuja casa, perto da de Carter em Plains, havia sido depredada. Ainda por cima, ligou para a rede NBC parabenizando-a por não ter veiculado reportagem sobre o tema, o que causou desconforto na direção das três redes.<sup>181</sup>

A relação de Carter com a mídia só tendia a piorar com o início do período eleitoral, no qual ele seria mais ativamente cobrado por suas posições. Aliás, durante todo seu mandato, Carter viveu às turras com a mídia.

### 3.4.2 De novo, aborto e católicos

A nota mais séria e mais representativa para o mês de agosto havia sido o malfadado encontro com os bispos em Iowa. Novamente Iowa, novamente a questão do aborto. A campanha de Carter sentia que precisava urgentemente desanuviar as relações com a Igreja Católica, para o bem do seu desempenho entre eleitores católicos. A relação de Carter com os católicos passava pela questão do aborto, mas não poderia se resumir a isto. Na verdade, pesquisas à época indicavam que a maioria dos católicos americanos apoiava a decisão *Roe v. Wade*, na qual a Suprema Corte descriminalizara o aborto em 1973. Numa tentativa de deixar o tema para trás, Carter decidiu agendar um encontro com bispos católicos em Iowa. Ele inicia o encontro afirmando que, embora fosse contrário a uma emenda constitucional banindo o aborto, também era pessoalmente contrário à prática, e que o governo não deveria fazer nada que encorajasse sua realização. Criticou a própria plataforma de campanha do Partido Democrata, que, segundo ele, desestimulava aqueles que quisessem lutar por uma emenda antiaborto, e que por outro lado não colocaria nenhum obstáculo a que outras pessoas se movessem nesse sentido. Então, afirmou que tinha a esperança de construir com eles uma “intimate, personal relationship”, a formação de uma agenda positiva, de pontos nos quais eles todos concordassem: bem-estar social, habitação etc. Após sua preleção conciliadora, o Arcebispo Joseph L. Bernardin, de Cincinnati, leu uma declaração na qual afirmava que os bispos só discutiriam outros temas após obterem de Carter uma posição clara sobre o aborto. Após isso, Carter foi questionado se seria contrário a **qualquer** emenda constitucional contra o aborto. Como resposta, Carter afirmou que não poderia endossar uma proposta de emenda sem conhecer a redação da mesma. O encontro terminou neste impasse. Enquanto Carter tirava fotos com os bispos, Bernardin dava entrevistas do lado de fora se dizendo

---

<sup>181</sup> Para estas histórias, v. Glad, *op. cit.*, p. 301-302.

“desapontado” com o posicionamento de Carter, mas que ele havia dito que endossaria alguma forma de emenda, dependendo de como fosse redigida. Carter depois teve de desmentir as declarações do bispo. As manchetes do dia seguinte iam em duas linhas, nenhuma delas favorável a Carter: 1. A declaração do Arcebispo de que estava “desapontado” com Carter; 2. Como os posicionamentos de Carter sobre o tema ainda seriam nebulosos, confusos (*fuzzy*).<sup>182</sup> Ou seja, no mesmo estado em que Carter, sete meses antes, vencera as primárias como o candidato antiaborto, agora enfrentava problemas por uma postura supostamente liberal sobre o mesmo tema. O status de candidato e a cobrança decorrente fizeram a imagem de Carter num tema ir de um extremo a outro. Carter enfrentaria outras situações constrangedoras diante de autoridades católicas ao longo da campanha e protestos de grupos pró-vida.

### 3.4.3 Estratégia de Carter para o outono

Hamilton Jordan, num memorando de campanha de junho, estabelecendo qual deveria ser a estratégia após a convenção: “Porque sua ascensão este ano foi tão rápida e dramática, eu não acredito que sua imagem esteja plenamente consolidada ou tenha bastante profundidade. Eu acredito que ainda há tempo para que as impressões erradas sejam corrigidas e seus pontos positivos sejam expandidos”.<sup>183</sup> Para as semanas seguintes à Convenção (final de julho e o mês de agosto), a estratégia é ficar em casa com a família para restaurar a imagem de outsider, enquanto recebia a visita de especialistas e políticos.<sup>184</sup> Na realidade, a campanha de Carter parecia pouco preocupada em se preparar para enfrentar Ford antes de setembro. Em Plains, Carter se comportava de maneira excessivamente presidencial, se encontrando com potenciais secretários de governo e discutindo as políticas a serem adotadas num governo que sequer estava eleito.

Outro ponto estabelecido no memorando de junho era que Carter deveria ter uma estratégia para manter o sul como sua fortaleza de votos, porém tomar o cuidado de não ser percebido como tendo uma *southern strategy*: “O orgulho regional sulista pode ser usado com grande vantagem sem que necessariamente alienemos eleitores potencialmente anti-

---

<sup>182</sup> Schram, *op. cit.*, p. 225-226.

<sup>183</sup> No original: “Because your rise politically this year was so rapid and dramatic, I do not believe that your image is fully developed or has much depth. I believe that there is still time for wrong impressions to be corrected and certain strengths to be magnified”.

<sup>184</sup> *Idem, Ibidem*, p. 240.

sulistas”<sup>185</sup> Isto é, era importante que Carter não fosse percebido como tendo uma Southern Strategy, ainda que Carter devesse fazer campanha neles. Isso forçaria Ford a desperdiçar forças inutilmente por lá, uma vez que os estados do sul mais os tradicionalmente democratas somavam 50% dos votos necessários para Carter vencer. Dois a quatro estados industrializados do norte seriam suficientes para Carter conseguir os 270 votos necessários.

Deste modo, a estratégia de Carter era manter o sul solidamente a seu favor, conquistando alguns estados da Costa Leste e do Meio-Oeste. Assim, já teria votos suficientes no Colégio Eleitoral. O Oeste não poderia ser um ponto de ancoragem da estratégia do candidato, pois já se havia revelado hostil durante as primárias e as pesquisas indicavam que Carter tinha dificuldade de penetrar massivamente nos estados ocidentais. Se fosse possível levar a Califórnia, a vitória em novembro estaria assegurada. Se não fosse possível, Carter se preparava para vencer sem ela.

#### **3.4.4 A imagem dos concorrentes**

Algumas semanas antes da Convenção Republicana, os estrategistas de Ford mandaram-lhe um memorando com a estratégia para a campanha. Nele, duas coisas chamam a atenção: a estratégia de Ford para conquistar a vitória nos estados, e a incomum franqueza com que tratavam o tema da imagem dos candidatos, franca e sem subterfúgios, ainda que estivessem tratando da visão que o povo americano tinha dos candidatos, e não da visão dos autores sobre eles. No memorando, Carter é percebido como religioso, ético, conservador, democrata tradicional, apóia os valores tradicionais, mas sem extremismo. Alguns eleitores, entretanto, se colocariam a questão de se ele seria perigoso, tanto pelo desconhecimento do eleitorado sobre suas verdadeiras posições como pelo fato de ele ser um fanático em potencial. O ponto negativo fica por conta da falta de experiência, além da imagem irrevogável de *fuzzy on issues*, bem como o desconhecimento do eleitor em relação a ele. Já Ford era percebido pela maioria dos eleitores como honesto, mas sem competência, fraco do ponto de vista hierárquico, marionete de Henry Kissinger, indeciso em momentos cruciais. Na campanha de Ford, o objetivo era enfatizar o desconhecimento de Carter em contraposição da segurança do já conhecido, Gerald Ford. Fazer os liberais independentes acreditarem que Carter poderia ser um fanático, e principalmente fazer os conservadores acreditarem que Carter era um populista perigoso disfarçado sob o manto dos valores tradicionais. Ou seja,

---

<sup>185</sup> *Idem, Ibidem*, p. 244-245. No original: “Southern regional pride can be used to great advantage without unnecessarily alienating potential anti-Southern voters”.

estimular dúvidas sobre um candidato que ninguém conhecia, e cujos posicionamentos não inspiravam confiança. Além disso, a campanha de Ford pretendia mostrar Carter como um homem ambicioso, arrogante, capaz de fazer qualquer coisa para atingir seus objetivos. No sul, entretanto, a estratégia tinha de se focar exclusivamente nos temas da campanha, pois qualquer ataque pessoal poderia ser percebido como preconceito regional e estimular uma onda de orgulho sulista.

A campanha de Ford, ao contrário da de Carter, identificou alvos de oportunidade, inclusive no sul, os chamados *swing states*: Kentucky, Tennessee, Texas, Maryland etc. A campanha de Carter via esses estados como inclinados a sua candidatura, e bastaria manter este efeito através da estratégia sulista. Mas Ford não se intimidaria, até porque precisava vencer alguns estados aparentemente propensos a votar em Carter. Nas grandes cidades, em particular no Norte/Costa Leste, a campanha de Ford identificou sua base tradicional entre eleitores *white collar* e *upper blue collar* (isto é, empregados com alta qualificação e situação financeira, tanto no setor industrial como de serviços), bem como os católicos, importantes nos estados industriais.<sup>186</sup>

A despeito das diferenças nas estratégias regionais de cada um, ficava claro na leitura dos dois memorandos que os principais campos de batalha, para ambos, seriam: Nova York, Nova Jersey, Pennsylvania, Ohio, Illinois, Michigan, California.

Outra coisa que foi possível notar através dos memorandos era que a campanha democrata não parecia preocupada com duas coisas: 1. Como traduzir os temas para o público; 2. Com a imagem de Ford, que não recebeu um quarto da atenção que a imagem de Carter recebeu dos estrategistas de Ford.

### 3.5 O INÍCIO DA CAMPANHA

O primeiro dia de campanha de Carter é bastante revelador. Carter menciona frequentemente Harry Truman como seu presidente democrata predileto. No entanto, a liturgia das campanhas democratas já está estabelecida. E as campanhas sempre começam na casa em que Franklin D. Roosevelt morreu, em Warm Springs, Georgia. 6 de setembro, dia do trabalho nos EUA. Com a comitiva, Graham Jackson, acordeonista negro de que Roosevelt gostava tanto. A intenção era óbvia: sinalizar uma continuidade e um tributo à tradição do New Deal democrata. No discurso, um paralelo com Roosevelt:

---

<sup>186</sup> O memorando da campanha de Ford está em *Idem, Ibidem*, p. 251-268.

Seu adversário em 1932 era um candidato à reeleição, um homem decente e bem-intencionado que acreditava sinceramente que não havia nada que nosso governo pudesse ou devesse fazer para atacar os terríveis males econômicos e sociais de nosso país; ele estava liderando um Partido Republicano que carecia da força e visão para nos tirar daqueles dias escuros.<sup>187</sup>

Além disso, estavam entre as palavras de Carter dois temas predominantes na campanha democrata: liderança e economia: “Sob Johnson e Kennedy, a inflação era 2% . . . infelizmente, sob esta administração republicana a inflação tem média de mais de 6%”.<sup>188</sup> Mencionou John Kennedy, como uma lufada de ar fresco e de ousadia num ano de ideias velhas e sem inspiração (um paralelo com 1960), citou Truman algumas vezes para falar de liderança e opôs os interesses privados (*special interests*) ao interesse do povo, operação que ele fazia diversas vezes em seus discursos, um dos *topoi* mais frequentes: “É óbvio também que nosso governo está interessado nos interesses privados agora, mas quando ele se interessa pelo povo, toda a nação prospera”; e mais adiante: “Como candidato, nada devo aos interesses privados. Tudo devo ao povo”. Ovationado, Carter se retira e Jackson toca “Happy Days Are Here Again”.<sup>189</sup> Aqui, a tradição democrata encontrava muito bem com a formação populista de Carter.

Ao longo do mês de setembro, Carter procurou fazer pesada campanha nos *swinging states* com grande população de operários e católicos do nordeste: Nova York, Pennsylvania, Illinois. Não adiantou muito: Carter continuava caindo nesse grupo, a despeito do fato de que o aborto não era o tema predominante entre a massa dos fiéis. Houve também casos em que as escolhas nos estados não foram muito felizes: por exemplo, Carter passou o tempo todo colado com Daley em sua campanha em Chicago, e também com Michael Howlett, candidato impopular de Daley ao governo de Illinois. Isto, segundo um memorando de Pat Caddell, acabou prejudicando Carter nos subúrbios de Illinois e entre os independentes, e desmentindo sua imagem de *anti-establishment*.<sup>190</sup>

Para piorar, uma novidade ruim e uma gafe: a novidade ruim era que Eugene McCarthy decidira se lançar candidato independente, e certamente roubaria votos de Carter,

<sup>187</sup> No original: “His opponent in 1932 was an incumbent president, a decent and well-intentioned man who sincerely believed that there was nothing our government could or should do to attack the terrible economic and social ills of our nation; he was leading a Republican Party which lacked the strength and vision to bring us out of those dark days”.

<sup>188</sup> No original: “Under Johnson and Kennedy, the inflation rate was 2%. . . Unfortunately, under this Republican administration the inflation rate has averaged more than 6%”.

<sup>189</sup> *Idem, Ibidem*, p. 272-274; Carter, *op. cit.*, p. 161-165. No original: “It’s also obvious that our government is concerned about special interests now, but when it was concerned about the people the whole nation prospered”. “As a political candidate I owe special interests nothing. I owe the people everything”.

<sup>190</sup> Memorando de Pat Caddell a Jimmy Carter. In: Schram, *op. cit.*, p. 282-284.

em especial no nordeste, onde a estratégia de Jordan previa que possivelmente as eleições seriam decididas. E a gafe foi a seguinte: durante uma entrevista para a *Associated Press* sobre reforma tributária no dia 17 de setembro, tema sobre o qual Carter havia sido bastante cobrado nas primárias e com o qual ele não se saiu bem (lembramos da história da dedução das hipotecas no imposto de renda, por exemplo), Carter afirmou que aumentaria a carga sobre os rendimentos mais altos e diminuiria a carga sobre os rendimentos mais baixos. O repórter então perguntou: o que você pensa ser “rendimentos mais altos”? Carter respondeu o seguinte: “Eu não sei. Eu pegaria o nível médio de renda e qualquer coisa acima disso seria alto, e qualquer coisa abaixo seria baixo”.<sup>191</sup> O repórter então o informa de que o rendimento médio de uma família americana em 1976 era de US\$ 12 mil dólares, e que, digamos, US\$ 15 mil dificilmente poderia ser considerado “rendimentos mais altos”. Carter, então, admite: “Eu entendo. Eu não posso responder a esta pergunta porque eu não me aprofundei nela. Eu não sei como escrever o código tributário agora em termos específicos. Não é possível fazer isto em plena campanha. Mas me comprometo a fazer isto e eu já falei com os líderes do Congresso sobre esta necessidade e chegamos a um acordo entre eles. Agora, quanto a te dizer especificamente qual seria o código tributário, não há modo de fazê-lo”.<sup>192</sup> O repórter então replica: “Você está dizendo que você gostaria que os eleitores o fizessem presidente e você não está apto a dizer qual seria o impacto desta grande mudança da qual você fala. Como você responderia a isto?”.<sup>193</sup> E Carter finaliza: “It hasn’t created a problem for me as far as I have been able to detect” (“não tem criado problema para mim ao menos que eu pudesse perceber”). Para piorar, a AP cometera um erro na transcrição da entrevista. As palavras “and middle income” foram removidas da seguinte frase de Carter: “reduce the income tax on the lower-income and middle-income taxpayers”, dando a impressão de que Carter incluiria a classe média no arrocho. A errata emitida pela AP logo depois não impediu que os Republicanos utilizassem a versão originalmente publicada.<sup>194</sup> E Carter estava muito enganado ao dizer que aquilo não o havia prejudicado: era exatamente esse tipo de evento que

---

<sup>191</sup> No original: “I don’t know. I would take the mean or median level of income and anything above that would be higher and anything below would be lower”.

<sup>192</sup> No original: “I understand. I can’t answer that question because I haven’t gone into it. I don’t know how to write the tax code now in specific terms. It is just not possible to do that on a campaign trail. But I am committed to do it and I have already talked to congressional leaders in the House and the Senate about the need and have found an agreement among them. As far as telling you specifically what the tax code would be, there is no way I can do that”.

<sup>193</sup> No original: “You are saying that you would like voters to make you President and you are not able to say what the impact might be of this very major change you are talking about. How would you respond to that?”

<sup>194</sup> *Idem, Ibidem*, p. 284-286.

contribuía para a impressão de inconsistência e nebulosidade nos temas por parte do candidato.

E quando parecia que o mês de setembro já tinha dado sua cota de surpresas negativas, o pior estava por vir.

Primeiro, o debate com Gerald Ford. O candidato republicano passara todo o mês de setembro residente na Casa Branca. A estratégia era Ford devolver a maior parte do dinheiro à Comissão Eleitoral e posar de preocupado com seus afazeres presidenciais, tentando, nas poucas semanas de campanha, reformular sua imagem, transmitindo liderança, firmeza e capacidade. Enfim, Ford e seus estrategistas (entre eles Dick Cheney, que seria vice-presidente de George W. Bush muito tempo depois) queriam que o candidato parecesse presidencial nas suas atitudes e compromissos públicos. Ford se disporia, entretanto, a debater com Carter publicamente os temas de interesse da nação.

Foram agendados três debates para Ford e Carter: o primeiro deles, no dia 23 de setembro, em Philadelphia, seria sobre temas de política interna. Seria o primeiro debate presidencial desde 1960, televisionado nacionalmente. Ford pretendia que o debate fosse a alavanca para sua estratégia de correr atrás de Carter, revelando suas inconsistências e mostrando-se capaz e competente a tratar dos temas de que Carter sistematicamente fugia. Carter, por sua vez, aproveitaria os debates para esclarecer suas posições sobre temas importantes e tentar conquistar os eleitores em estados e grupos cruciais para sua estratégia.

A despeito de Carter estar propenso a mostrar o quanto dominava os temas de interesse geral, todos sabiam que o debate era avaliado mais em termos de estilo e performance. Consistência nos posicionamentos era apenas um dos quesitos levados em consideração pelo público, e o famoso debate entre Nixon e Kennedy em 1960 ainda estava na memória de todos. Kennedy, com seu aspecto sedutor, esteve tranquilo o tempo todo, enquanto Nixon transpirava copiosamente e demonstrava nervosismo no seu comportamento diante das câmeras. Pesquisas realizadas com ouvintes de rádio deram a vitória do debate a Nixon; pesquisas com telespectadores deram a vitória maciçamente a Kennedy. Na época, a TV já era o veículo predominante nas campanhas presidenciais. Em 1976, mais ainda, obviamente.

De modo que ambos prepararam-se para a disputa. Ford mais do que Carter, é verdade, já que, ao contrário do candidato democrata, permitiu-se ser inquirido pelos seus assessores sobre possíveis temas.<sup>195</sup> Por outro lado, Carter debateria um conjunto de temas

---

<sup>195</sup> Witcover, *op. cit.*, p. 573.

que deveria favorecê-lo, uma vez que a economia ia mal, com inflação e desemprego em alta. Entretanto, Carter mostrou-se nervoso e inseguro no início do debate. Enquanto ele defendia o uso de verbas do governo para gerar empregos em campos que houvesse margem para isso, e o uso de receitas adicionais criadas com a geração de emprego para novos programas sociais, Ford enfatizou que a prioridade do governo deveria ser a diminuição brusca de impostos, e preconizou um corte de US\$ 28 bilhões, 75% dos quais relativos à pessoa física. Carter respondeu firme, insinuando que Ford mudava oportunisticamente sua posição, uma vez que até então a estrutura tributária dos EUA era uma desgraça. No entanto, traindo seu nervosismo, referiu-se durante a resposta à “Great Depression of the 1940s”.

Carter, ao final do debate, vinha melhorando sua performance, especialmente quando falou de reforma administrativa, dizendo que Washington era dominada por uma “bureaucratic mess”. Este tipo de discurso agradava o público. Para azar de Carter, no seu auge, um corte de luz interrompeu o debate por 25 minutos. Quando a energia foi restabelecida, os candidatos fizeram suas considerações finais.

O chefe de pesquisas eleitorais de Ford, Robert Teeter, montou um grupo de avaliação com eleitores munidos de reostatos, com os quais avaliavam a intensidade que o debate tendia para Ford ou Carter. Ford dominou a maior parte do debate, e Carter se destacou apenas enquanto comentava a “bureaucratic mess” e em algumas frases sobre reforma tributária. As pesquisas de opinião realizadas no dia seguinte apontavam vitória de Ford. Já a pesquisa *CBS-The New York Times* apontou que 37% dos entrevistados deram vitória a Ford, contra 24% de Carter.<sup>196</sup>

Mas o pior do mês de setembro não foi o debate, nem a entrada de McCarthy na disputa. Foi a emissão de um *press release* para a mídia de uma entrevista de Carter para a revista *Playboy*, a ser publicada em novembro. Meses antes, Carter iniciara uma série de encontros com o repórter *free-lancer* Robert Scheer, que resultaria na publicação de uma entrevista na revista *Playboy*. Os assessores de Carter acharam que seria uma boa oportunidade de aproximá-lo de eleitores liberais, propensos a votar em Carter, porém receosos de suas crenças religiosas. O resultado foi uma entrevista de dez páginas, interessante, transparente, na qual Jimmy Carter revela com franqueza seus posicionamentos sobre uma série de temas morais. Por exemplo:

Cometer adultério, de acordo com a Bíblia em que eu acredito, é pecado. Para nós, odiar um ao outro, ter intercurso sexual fora do casamento, se engajar em atividades homossexuais, roubar, mentir, tudo isso são pecados.

<sup>196</sup> Schram, *op. cit.*, p. 298-299; Glad, *op. cit.*, p. 385-386.

Mas Jesus nos ensina também a não julgar os outros. Nós não assumimos o papel de juízes e dizemos a outro ser humano, ‘Você está condenado porque cometeu pecados’. Todos os cristãos, todos nós, temos consciência de que somos pecadores e que o julgamento parte de Deus, e não de outro ser humano.<sup>197</sup>

Ou ainda:

Como governador da Georgia, eu tentei mudar a ênfase da aplicação da lei distanciando-a dos crimes sem vítimas. Nós diminuimos as penalidades para o uso de maconha. Nós tiramos o alcoolismo da lista de crimes, e por aí vai. Crimes sem vítimas, na minha opinião, deveriam ter prioridade muito baixa em termos de aplicar as leis dos códigos.<sup>198</sup>

Num momento de franqueza, tratou do tema da homossexualidade:

O tema da homossexualidade sempre me deixa nervoso. É obviamente um dos temas mais importantes em San Francisco. Eu não tenho, você sabe, nenhum conhecimento pessoal em relação à homossexualidade, e eu acho que sendo um batista, isto contribuiu para um sentimento de incômodo. [...] Lá em Plains, nós temos homossexuais na nossa comunidade, na nossa igreja. Nunca houve nenhum tipo de discriminação; algum constrangimento, mas nada de animosidade, nem assédio. Mas entrar numa discussão pública sobre política e como isso conflita com a moralidade é uma nova experiência para mim [...].<sup>199</sup>

Para convencer sobre a compatibilidade entre a presidência e sua identidade religiosa, deu o exemplo de Truman, que também era batista. E, quando perguntado sobre a indicação de juízes para a Suprema Corte, impacientou-se:

Acho que nós estamos estendendo demais essa conversa. Se você tiver outra pergunta... olhe, eu vou tentar expressão minha visão. Não se trata de condenação, nem de perseguição. Eu fui governador por quatro anos. Qualquer um pode vir e olhar meu histórico. Eu não andava por aí arrombando as portas das pessoas para ver se elas estavam fornicando. Isso é ridículo.<sup>200</sup>

<sup>197</sup> No original: “Committing adultery, according to the Bible which I believe in, is a sin. For us to hate one another, for us to have sexual intercourse outside marriage, for us to engage in homosexual activities, for us to steal, for us to lie, all these are sins. But Jesus teaches us not to judge other people. We don’t assume the role of judge and say to another human being, ‘You’re condemned because you commit sins.’ All Christians, all of us, acknowledge that we are sinful and the judgement comes from God, not from another human being”.

<sup>198</sup> No original: “As Governor of Georgia, I tried to shift the emphasis of law enforcement away from victimless crimes, We lessened the penalties on the use of marijuana. We removed alcoholism as a crime, and so forth. Victimless crimes, in my opinion, should have a very low priority in terms of enforcing the laws on the books”.

<sup>199</sup> No original: “The issue of homosexuality always makes me nervous. It’s obviously one of the major issues in San Francisco. I don’t have any, you know, personal knowledge about homosexuality, and I guess being a Baptist, that would contribute to a sense of being uneasy. [...] At home, in Plains, we’ve had homosexuals in our community, our church. There’s never been any sort of discrimination; some embarrassment, but no animosity, no harassment. But to inject in into a public discussion on politics and how it conflicts with morality is a new experience for me. [...]”.

<sup>200</sup> No original: “I think we’ve pursued this conversation long enough. If you have another question. . . Look, I’ll try to express my views. It’s not a matter of condemnation, it’s not a matter of persecution. I’ve been a

E falou-se ainda de muitos outros temas de matéria política.

O escândalo, entretanto, estava nas últimas páginas. Quando se despediam no último encontro, Scheer perguntou se Carter achava que a entrevista contribuiria para desfazer mal-entendidos sobre ele. Enquanto Carter dava sua resposta, Scheer fez sinal de que estava gravando. Carter assentiu. Nela, Carter falou sobre a separação entre Estado e Igreja para os Batistas, sobre a estrutura democrática das igrejas de sua denominação, sobre orgulho e humildade. Mas também disse coisas como:

Eu tento não cometer um pecado deliberado. Eu reconheço que vou fazer isso de qualquer maneira, porque sou humano e tentado. E Cristo estabeleceu padrões quase impossíveis para nós. Cristo disse, ‘Eu vos digo que qualquer um que olhe para uma mulher com luxúria já cometeu adultério em seu coração’. Eu já olhei para várias mulheres com luxúria. Eu já cometi adultério em meu coração muitas vezes, isto é algo que Deus reconhece que vou fazer – e eu o fiz – e Deus me perdoa por isto. Mas isto não significa que eu condene alguém que não apenas olha para uma mulher com luxúria, mas que deixa sua esposa e se amasia com alguém fora do casamento. Cristo disse, não se considere melhor que ninguém porque um cara transa [a expressão original é mais chula que isto] com um monte de mulheres enquanto o outro é leal a sua esposa<sup>201</sup>

E para encerrar a entrevista com chave de ouro, Carter invoca o nome de dois ex-presidentes:

Eu não injeto essas crenças nas minhas respostas para suas perguntas seculares. Mas eu não acho que eu teria a mesma forma de pensar que Nixon ou Johnson – mentindo, trapaceando e distorcendo a verdade. Não levando em consideração minha esperança por minha força de caráter, eu acho que minhas crenças religiosas impediriam que isto acontecesse comigo. Eu tenho essa confiança. Espero que seja justificável.<sup>202</sup>

Antes do final de setembro, a margem de Carter de dez pontos nas pesquisas havia caído para um empate absoluto. Ao longo da campanha, Carter conseguiria progressivamente

governor for four years. Anybody can come and look at my record. I didn't run around breaking down people's doors to see if they're fornicating. This is something that's ridiculous”.

<sup>201</sup> No original: “I try not to commit a deliberate sin. I recognize that I'm going to do it anyhow, because I'm human and I'm tempted. And Christ set some almost impossible standards for us. Christ said, ‘I tell you that anyone who looks on a woman with lust has in his heart already committed adultery’. I've looked on a lot of women with lust. I've committed adultery in my heart many times, This is something that God recognizes I will do – and I have done it – and God forgives me for it. But that doesn't mean that I condemn someone who not only looks on a woman with lust but who leaves his wife and shacks up with somebody out of wedlock. Christ says, Don't consider yourself better than someone else because one guy screws a whole bunch of women while the other guy is loyal to his wife.”

<sup>202</sup> As citações estão em Witcover, *op. cit.*, p. 561-566; Schram, *op. cit.*, p. 300-304. No original: “I don't inject these beliefs in my answers to your secular questions. But I don't think I would ever take on the same frame of mind that Nixon or Johnson did – lying, cheating and distorting the truth. Not taking into consideration my hope for my strength of character, I think that my religious beliefs alone would prevent that from happening to me. I have that confidence. I hope it's justified”

minimizar o estrago da entrevista na campanha. Aos liberais, Carter aparecia como um conservador tentando bancar, desajeitadamente, o moderninho em matéria de costumes. Carter conhecia Hunter S. Thompson, notório *gonzo journalist* e usuário de drogas, bem como era amigo da banda de *southern rock* *The Allman Brothers*, que fez questão de defender quando eles estiveram metidos com problemas com a polícia. Boa parte do *staff* de campanha de Carter tinha costumes não tão pios como o de seu candidato, mas ele nunca pareceu se importar com isso. No entanto, parece que o próprio fato de esta condescendência de Carter derivar de uma leitura da Bíblia incomodava os liberais. Aos conservadores, obviamente incomodava a própria ideia de que Carter desse uma entrevista para a *Playboy* discutindo suas convicções religiosas. A admissão de “adultério mental” também incomodou aos mais hipócritas. O palavreado de Carter (como “screw a bunch of women”) também repercutiu muito mal. As mulheres, em particular, tinham motivos para se sentirem ofendidas com a entrevista.

Entretanto, o primeiro problema, mais imediato, era aplacar o humor dos democratas texanos por ter dito que Johnson era mentiroso como Nixon. Ao pousar no aeroporto de Houston, pediu desculpas publicamente, porém dando a entender que a revista havia manipulado suas declarações. Ele esclareceu que “misleading” se referia a Johnson, enquanto “lying and cheating” referia-se a Nixon. Com isto, Carter apenas piorava a situação. A despeito de boas aparições públicas no Texas, só interessava à mídia o fato de que o candidato que prometera nunca mentir negava o conteúdo do que dissera, e que estava gravado numa fita. A cobertura do caso fora o pivô de uma briga entre Jody Powell e os repórteres que acompanhavam a comitiva no *Peanut One*, avião da campanha.<sup>203</sup> Powell reverberou a principal queixa da campanha de Carter no momento: a diferença de tratamento entre ele e Ford, que seria muito menos cobrado que o candidato democrata. Ameaçou ainda tornar a campanha de Carter mais fechada para a imprensa.

Para tentar desanuviar o clima com a imprensa, Carter e Powell decidiram realizar um encontro no mesmo dia com alguns repórteres de jornais. Foram convidados para subir a um quarto de hotel em San Diego, onde a comitiva estava pernoitando depois de chegar do Texas. Lá, havia Jody Powell, Greg Schneiders e uma mesa com cerveja gelada. Pouco tempo depois, Carter entrou no recinto, e sentou-se. Começou a falar sobre os recentes problemas de relacionamento, e que queria conversar com os repórteres sobre isto, mas “em *off*”. Os repórteres se entreolharam, constrangidos, mas acabaram aceitando. Então Carter continuou

---

<sup>203</sup> Schram, *op. cit.*, p. 307.

falando dos problemas de relacionamento durante a cobertura, mas que, apesar de tudo, todos estavam juntos na campanha, e que ele estava certo de que os repórteres só queriam o melhor para o país. Por isso, Carter queria deles conselhos para melhorar a relação dele e de seu *staff* com a imprensa. Um repórter respondeu que ele poderia explicar a Carter o que havia visto e ouvido para escrever sua reportagem, mas que não era papel dele dar conselhos a Carter. O candidato assentiu. Os repórteres então confrontaram Carter com citações do que ele havia dito em Houston, e Carter redarguiu que ele não tinha tido qualquer intenção de enganar os texanos. Reclamando do enfoque da cobertura, Carter ouviu dos jornalistas que isto era em grande parte culpa dele, pois suas declarações impensadas frequentemente roubavam o lugar de sua agenda positiva. Powell então novamente ameaçou fechar o acesso da imprensa à campanha. Alguns repórteres disseram que Carter deveria fazer o que achasse melhor para sua campanha, e que eles trabalhariam do jeito que achassem melhor. O encontro foi num tom cordial, mas depois disso o acesso a Carter diminuiu consideravelmente.<sup>204</sup>

A única notícia que beneficiou Carter no fim do mês consistiu numa declaração do Secretário de Agricultura de Ford, Earl Butz, que Carter fazia questão de anunciar que seria o primeiro demitido se ele vencesse as eleições. Butz cometera uma ofensa racial extremamente vulgar, dizendo que havia apenas três coisas de que os negros gostavam: “uma [palavra chula para vagina], sapatos frouxos e um lugar quente para [palavra chula para defecar]”.<sup>205</sup> A demora de Ford em demitir Butz beneficiou Carter entre os eleitores negros. Se bem que, de qualquer forma, esses já eram fiéis ao candidato.

### 3.6 A INDEFINIÇÃO

Jimmy Carter teria de esperar até 6 de outubro pelo segundo debate, em San Francisco, para que sua sorte na campanha virasse um pouco. Ele seria sobre política externa, tema que tradicionalmente favoreceria os republicanos. Mas, no dia do debate, o público americano viu em Carter uma postura diferente da tradição democrata: “Nosso país não é mais forte [como era]. Nós não somos mais respeitados. Nós apenas seremos fortes lá for a se formos fortes em casa. E quando eu for presidente, nós seremos não apenas fortes nessas áreas, mas também na

---

<sup>204</sup> Schram descreve o encontro nas páginas 310-311; ele era um dos jornalistas presentes; o encontro também está descrito em Glad, *op. cit.*, p. 386-387.

<sup>205</sup> No original: “tight pussy, loose shoes, and a warm place to shit”.

defesa”.<sup>206</sup> Mais adiante: “Nós nos tornamos temerosos de competir com a União Soviética em bases iguais. Nós falamos de détente. A União Soviética sabe o que eles querem com détente, e eles estão conseguindo”.<sup>207</sup> Em troca, Ford sugeriu que Carter estivesse indicando ser simpático a um governo comunista na Itália. Carter negou. Ford então afirmou que Carter havia preconizado inicialmente um corte de US\$ 15 bilhões na defesa no início da campanha, meta que foi caindo até chegar em US\$ 5-7 bilhões (o que era verdade; quando questionado sobre isso, Carter alegou que foi preciso rever os números para que se tornassem mais factíveis). Carter acusou Ford de politizar a formulação da política externa americana, ao mandar embora o secretário de defesa, James Schlesinger, para agradar a direita de seu partido durante as primárias do Texas. Mas foi numa pergunta sobre a presença da União Soviética na Europa Oriental que o debate foi decidido. Ford defendeu o estilo de negociação de seu governo com a URSS. No fim de sua resposta, o Presidente cometeu possivelmente seu erro mais grosseiro em toda a campanha:

Agora, o que foi obtido pelo Acordo de Helsinki? Número um, nós temos um acordo em que eles nos notificam e nós os notificamos de quaisquer manobras militares que serão realizadas. Eles fizeram isto em todos os casos. Não há dominação soviética da Europa Oriental, e nunca haverá sob o Governo Ford.<sup>208</sup>

Questionado pelo jornalista incrédulo em relação a sua declaração, Ford insistiu:

Eu não acredito, Sr. Frankel, que os iugoslavos se considerem dominados pela União Soviética. Eu não acredito que os romenos se considerem dominados pela União Soviética. Eu não acredito que os poloneses se considerem dominados pela União Soviética. Cada um desses países é independente, autônomo. Eles têm sua própria integridade territorial e os Estados Unidos não admitem que estes países estão sob domínio da União Soviética. A respeito disso, eu visitei Polônia, Iugoslávia e Romênia para certificar que os povos desses países entendem que o Presidente dos Estados Unidos e o povo dos Estados Unidos estão dedicados a sua independência, autonomia e liberdade.<sup>209</sup>

---

<sup>206</sup> No original: “Our country is not strong anymore. We are not respected anymore. We can only be strong overseas if we are strong at home. And when I become President, I will not only be strong in those areas, but also in defense”.

<sup>207</sup> No original: “We have become fearful to compete with the Soviet Union on an equal basis. We talk about détente. The Soviet Union knows what they want in détente, and they have been getting it”.

<sup>208</sup> No original: “Now, what has been accomplished by the Helsinki agreement? Number one, we have an agreement where they notify us and we notify them of any military maneuvers that are to be undertaken. They have done it in both cases where they have done so. There is no Soviet domination of Eastern Europe, and there never will be under the Ford Administration”.

<sup>209</sup> No original: “I don’t believe, Mr. Frankel [Max Frankel, do The New York Times], that the Yugoslavians consider themselves dominated by the Soviet Union. I don’t believe the Rumanians consider themselves dominated by the Soviet Union. I don’t believe that the Poles consider themselves dominated by the Soviet Union. Each of those countries is independent, autonomous. It has its own territorial integrity and the United

Carter não perdoou: “Eu gostaria de ver o Sr. Ford convencer os polaco-americanos e os tcheco-americanos e os húngaro-americanos deste país de que esses países não vivem sob domínio e supervisão da União Soviética atrás da Cortina de Ferro”.<sup>210</sup>

Objetivamente, a resposta de Ford tinha consistência: o governo dos EUA não poderia reconhecer oficialmente a Europa Oriental como zona de influência soviética, a despeito de alguns funcionários do governo à época defenderem esta ideia. O que não significava dizer que a Europa Oriental não estivesse sob domínio soviético. Ford, entretanto, foi elevando o tom de sua resposta, citando países não-alinhados à URSS (como Romênia e Iugoslávia) junto a países que efetivamente estavam sob o jugo da URSS (como a Polônia). Para azar de Ford, eram justamente os países com maior comunidade nas grandes cidades americanas. A gafe foi um verdadeiro presente para a campanha de Carter, até então carente de boas notícias: vinha num campo em que os republicanos eram tradicionalmente fortes (política externa), reforçava a percepção de despreparo de Ford e ainda por cima atingia em cheio um grupo étnico estrategicamente muito importante para a vitória em novembro e que até então estivera refratário a Carter. Mas houve um atraso entre a falha de Ford e o impacto na opinião pública, que certamente dependeu do destaque e a interpretação dados pela mídia ao acontecimento. Nas palavras de Robert Teeter:

Nas pesquisas que fizemos a partir do último minuto do segundo debate, entre as 11 da noite e uma da manhã, a pergunta de quem fez um melhor trabalho no debate veio com Ford 44, Carter 43. . . Entre as 5 e a meia-noite do dia seguinte, foi Ford 17, Carter 62. Notícias do debates representaram o presidente como inclinado a errar, desastrado inepto, exatamente o que passamos seis ou sete semanas tentando desfazer<sup>211</sup>

Por insistência de seus assessores, Ford fez um pronunciamento para admitir o erro e pedir desculpas, dois dias depois. Mas a teimosia não era apenas um defeito de Carter: Ford fez sua retratação da seguinte forma: “Foi alegado por alguns que eu não fui tão preciso

---

States does not concede that those countries are under the domination of the Soviet Union. As a matter of fact, I visited Poland, Yugoslavia and Rumania to make certain that the people of those countries understand that the President of the United States and the people of the United States are dedicated to their independence, their autonomy and their freedom”.

<sup>210</sup> No original: “I would like to see Mr. Ford convince the Polish-Americans and Czech-Americans and Hungarian-Americans in this country that those countries don’t live under the domination and supervision of the Soviet Union behind the Iron Curtain”.

<sup>211</sup> Glad, *op. cit.*, p. 391. No original: “In the polling we did starting in the last minute of the second debate, between 11:00 and 1:00 that night, the question of who a better job in the debate came out Ford 44 percent, Carter 43. . . Between 5:00 and midnight the day after, it was Ford 17, Carter 62. Reports of the debate had reemphasized the president as a mistake-prone, inept bumbler, exactly what we had spent six or seven weeks trying to get away from.”

quando deveria no outro dia. Mas deixem-me explicar o que eu realmente queria dizer. Eu estive na Polônia um ano atrás e eu tive a oportunidade de falar com vários cidadãos poloneses e acreditem em mim, eles são pessoas fortes. Eles não acreditam que serão sempre dominados, se é que são, pela União Soviética”.<sup>212</sup> O tema continuaria perseguindo Ford ao longo de toda a semana, até que finalmente ele optara por uma retratação, afirmando que não se expressara bem. Depois disso, se encontrou com representantes de comunidades de descendentes de europeus orientais para desanuviar. Mas o estrago já estava feito.

Para piorar, Gerald Ford estava à época sendo investigado pelo procurador encarregado do escândalo de Watergate por mau uso dos fundos de campanha durante o período em que esteve no Congresso. Foi inocentado em nota à imprensa no dia 14, mas até então teve de arcar com ataques a sua reputação. Ford sofria também uma investigação pelo pagamento de despesas de viagens para diversão por parte de lobistas. Carter o atacou, até o momento em que, em 1º de outubro, a *Associated Press* publicou uma história sobre suas próprias viagens enquanto estava no governo da Geórgia. Questionado, Carter afirmou que suas viagens para tratar de assuntos do interesse do povo da Geórgia não poderiam ser comparadas com as realizadas por Ford, que sequer revelara os detalhes de suas viagens. Além disso, “I could have gone every weekend if I had wanted to” (“Eu poderia ter ido todo fim de semana, se quisesse”). De qualquer forma, não aceitaria novamente o pagamento de viagens deste tipo, qualquer que fosse a finalidade, como presidente ou governador, porque “standards have been raised on things like this since Watergate” (“os padrões foram elevados nessas coisas desde Watergate”).<sup>213</sup>

A gafe no debate sobre política externa e a investigação por mau uso de verbas eleitorais e pagamento de despesas por lobistas foram suficientes para que Carter mantivesse sua margem de 3-6 pontos percentuais na pesquisa do período, com oscilações de tendência de pesquisa para pesquisa.<sup>214</sup>

No dia 16 de outubro, entretanto, um memorando de Caddell para a campanha de Carter apontava uma nova tendência de queda. Foi a primeira vez em que se mostrou uma tendência assustadora para a campanha, que em qualquer cenário significaria derrota certa: se no oeste a situação era reconhecidamente catastrófica, o sul já não estava mais seguro de que votaria em Carter. Em alguns estados, como Carolina do Sul, Mississippi e Kentucky, a

<sup>212</sup> Schram, *op. cit.*, p. 321. No original: “It has been alleged by some that I was not as precise as I should have been the other day. But let me explain what I really meant. I was in Poland a year ago and I had the opportunity to talk with a number of citizens of Poland and believe me, they are strong people. They don’t believe that they are going to be forever dominated, if they are, by the Soviet Union”.

<sup>213</sup> Glad, *op. cit.*, p. 388-389.

<sup>214</sup> Schram, *op. cit.*, p. 324-325.

margem de Carter diminuía. Em Oklahoma, Virginia e Louisiana, Carter já estava atrás de Ford. No Texas, Carter poderia liderar por cinco pontos de vantagem, caso o comparecimento às urnas de negros e *chicanos* fosse normal. Considerando que poucos (18%, contra uma taxa normal de 24%) pretendiam ir às urnas, Carter mostrava um declínio naquele estado. Foi percebido um número alarmante de “deserções” tanto entre eleitores conservadores como liberais. A situação era realmente preocupante. Algo precisava ser feito. O memorando de Caddell sugeria que a campanha deveria retornar aos temas anteriores ao segundo debate, tratando dos famosos *issues*, e não de insinuações pessoais sobre o caráter do Presidente Ford.<sup>215</sup> A população tinha a percepção dele como um homem honesto: caracterizá-lo como parte de Watergate, um homem investigado pela justiça, tinha o efeito oposto ao pretendido.

Outra medida a ser tomada era recuperar o sul a qualquer custo. Era preciso reforçar o apelo ao orgulho sulista, mesmo ao custo de alienar eleitores mais liberais no nordeste. Como neste comercial, escrito por Gerald Rafshoon, assessor de Carter para a mídia:

Locutor: Em 2 de novembro, o sul está sendo readmitido na União. Se isto soa estranho, talvez um sulista possa entender. Só um sulista pode entender anos de grosserias, piadas anti-sulistas e comparações injustas. Só um sulista pode entender o que significa ser um saco de pancadas político. Pois então, apenas um sulista pode entender o que Jimmy Carter como presidente pode significar. É deste jeito: 2 de novembro é o dia mais importante na história da nossa região. Você vai deixar isto passar sem ter sua voz? Você vai deixar os políticos de Washington manter um dos seus longe da Casa Branca? Não se este homem puder ajudar.

Carter: Nós amamos nosso país. Nós amamos nosso governo. Nós não temos expectativas egoístas do governo, nós só queremos ser tratados com justiça. E queremos o direito de tomar nossas próprias decisões.

Locutor: O sul sempre foi a consciência da América – talvez eles comecem a nos ouvir agora. Vote em Jimmy Carter em 2 de novembro.<sup>216</sup>

A tendência de queda, entretanto, não cedia até o terceiro debate, no dia 22 de outubro. Seria realizado em Boston, pela *League of Women Voters*. E este seria o alvo do debate: as

<sup>215</sup> Memorando de Pat Caddell à campanha de Carter, In: Schram, *op. cit.*, p. 329-330.

<sup>216</sup> Schram, *op. cit.*, p. 332. No original: “Locutor: On November 2, the South is being readmitted to the Union. If that sounds strange, maybe a southerner can understand. Only a southerner can understand years of coarse, anti-southern jokes and unfair comparison. Only a southerner can understand what it means to be a political whipping-boy. But, then only a southerner can understand what Jimmy Carter as President can mean. It’s like this: November 2 is the most important day in our region’s history. Are you going to let it pass without having your say? Are you going to let the Washington politicians keep one of our own out of the White House? Not if this man can help it.

Carter: We love our country. We love our government. We don’t want anything selfish out of government, we just want to be treated fairly. And we want a right to make our own decisions.

Locutor: The South has always been the conscience of America – maybe they’ll start listening to us now. Vote for Jimmy Carter on November 2”.

mulheres, que avaliavam tão mal a candidatura de Carter. Em especial, aquelas que não trabalhavam e as católicas. Ao contrário dos homens, a maioria das mulheres não confiava no ex-governador da Georgia para ser presidente; consideravam-no um risco até mesmo na gestão da economia, que era decididamente o ponto fraco do Governo Ford.<sup>217</sup> O desempenho de Carter no debate decisivo seria voltado para elas: nada de ataques pessoais a Ford; nada de “Nixon-Ford Administration”; seria “President Ford” em vez de “Mr. Ford”; concentrar os ataques em Bob Dole, vice de Ford e avaliado por todos os grupos de maneira muito inferior a Walter Mondale, vice de Carter; e, antes de tudo, um *mea culpa* convincente em relação à entrevista para a *Playboy*, que o havia prejudicado tanto com as mulheres.

E Carter fez tudo isso na noite do debate. A primeira pergunta, do editorialista Robert Maynard, do *The Washington Post*, foi sobre o baixo nível da campanha até então, com menção à entrevista de Carter à *Playboy*. Após algumas palavras sobre a quebra de confiança das pessoas no governo, Watergate, Cambodja, Vietnã etc., o candidato se pôs a falar da sua gafe: “Em retrospecto, olhando em perspectiva, eu não teria dado aquela entrevista. . . se eu decidir discutir minhas crenças mais profundas e condenações e pecados, usarei outro fórum que não a *Playboy*. Vou lhes dizer, estou fazendo o melhor que posso para sair desta”.<sup>218</sup> E então prometeu não publicar, nos últimos dez dias de campanha, qualquer anúncio em referência ao caráter de Ford. “Eu espero que nós possamos deixar esses assuntos nos próximos 10 dias sobre personalidades e erros do passado – ambos cometemos alguns erros – e falar sobre desemprego, inflação, habitação, educação, impostos, organização do governo, rechaçando os segredos e as coisas que são cruciais para o povo americano”.<sup>219</sup>

Em certo momento, Ford foi perguntado sobre suposta tentativa de obstruir as investigações de Watergate. Em resposta, o Presidente negou todas as acusações, e falou de como ele fora exaustivamente investigado, e de como nada havia sido provado contra ele. O mediador então passou a palavra a Carter, para a réplica. Para espanto de todos, Carter respondeu: “I don’t have any response” (“não tenho resposta”). Movimento ousado, mas que poderia ser facilmente interpretado pelas donas de casa como um gesto cavalheiro, grandioso, de poupar um adversário que estava sofrendo acusações injustas. De qualquer modo, as pesquisas indicavam que a maior parte da população não acreditaria em ataques pessoais. E

<sup>217</sup> Memorando de Pat Caddell à Campanha de Carter, 20 de outubro de 1976. In: *Idem, Ibidem*, p. 333-335.

<sup>218</sup> No original: “In retrospect, from hindsight, I would not have given that interview. . . if I should ever decide in the future to discuss my deep beliefs and condemnation and sinfulness, I will use another forum besides *Playboy*. I will say this, I am doing the best I can to get away of that”.

<sup>219</sup> No original: “I hope that we can leave those issues in these next 10 days about personalities and mistakes of the past – we have both made some mistakes – and talk about unemployment, inflation, housing, education, taxation, government organization, stripping away of secrecy and the things that are crucial to the American people”.

assim foi: durante todo o debate, Carter foi cauteloso, e só não poupou críticas a Bob Dole, o saco de pancadas da candidatura adversária.

De modo geral, as pesquisas não foram capazes de apontar um vencedor para o debate. O instituto Gallup apontou vitória de Carter por 32% a 27%, enquanto 20% consideravam que houvera um empate. Mas, para a campanha de Carter, o objetivo havia sido atingido. Agora restava apenas manter o tom até o dia 2 de novembro, quando os americanos fariam valer sua vontade através das urnas.<sup>220</sup>

Infelizmente, isto não foi possível. Já no dia 31, um telegrama da UPI (*United Press International*) chega com uma história às redações de todo o país. No domingo antes da eleição, o Rev. Clennon King de Albany, Georgia, e outros três negros, tiveram sua entrada barrada na igreja que Carter costuma frequentar, em Plains. O Rev. Bruce Edwards, encarregado dos serviços religiosos, levou o tema para apreciação dos diáconos da igreja, que se recusaram a admiti-los no domingo, com base numa resolução de 1965 que proibia a entrada de “niggers” (ou “negroes”, há controvérsia) e “civil rights agitators”. No dia do culto, as portas da igreja estavam fechadas: os membros preferiram não officiar cultos a receber visitantes negros na igreja.

Carter, interpelado sobre o assunto após um comício em Fort Worth, Texas, foi ríspido com os jornalistas. Quando um repórter se dirigiu a Powell, a resposta veio como uma pedrada: “Fuck you!”. Powell pediu desculpas logo depois, mas estava patente o nervosismo de Carter e seus assessores com esta surpresa de última hora. De madrugada, Carter e Powell articularam com Andrew Young uma resposta para o dia seguinte. Young aconselhou Carter a não renunciar a sua própria igreja. No dia seguinte, Carter deu uma conferência de imprensa, na qual proferiu as seguintes palavras, apoiadas pela credibilidade de Young dentro do movimento negro: “Não posso renunciar [ou desistir da, trad. alternativa] à raça humana porque há discriminação; não posso renunciar como cidadão americano porque ainda há discriminação; e não pretendo renunciar a minha própria igreja porque há discriminação. Eu acho que a melhor abordagem é permanecer na igreja e tentar mudar as atitudes que abomino. Agora, se fosse um clube social, eu sairia. . . mas não é minha igreja, é a igreja de Deus”.<sup>221</sup>

Enquanto Carter dava a entrevista, a viúva de Martin Luther King, Jr., Coretta, viajava para Los Angeles para um concerto de apoio a Carter. Neste ínterim, ela dera uma entrevista

---

<sup>220</sup> Glad, *op. cit.*, p. 392.

<sup>221</sup> No original: “I can’t resign from the human race because there’s discrimination; I can’t resign as an American citizen because there’s still discrimination; and I don’t intend to resign from my own church because there’s discrimination. I think my best approach is to stay within the church and to try to change the attitudes which I abhor. Now if it was a country club, I would quit. . . but this is not my church, it’s God’s church”.

sobre a situação de Carter. A declaração de Coretta foi entregue aos assessores de Carter, com pedido de comentários. Nela, Coretta dizia o seguinte:

Eu acho que quando se trata de uma questão de consciência . . . do que é certo, e dado o tipo de liderança moral criativa que Jimmy Carter tem dado nesta campanha. . . que Jimmy Carter, tendo em mente este tipo de liderança moral deveria renunciar à igreja se eles não aceitam membros negros.<sup>222</sup>

A despeito das palavras de Coretta, ela e muitos outros ativistas reafirmaram seu apoio a Carter: Martin Luther King, Sr., Jesse Jackson, Andrew Young. O irmão de Clennon King, C. B. King, denunciou o próprio, afirmando que ele era “emotionally and mentally disturbed”. No mesmo dia, a campanha de Carter descobriu que, minutos depois que a nota foi emitida pela imprensa, o *President Ford Committee* enviou telegramas a 400 ministros religiosos negros afirmando que, se Carter não influenciava nem mesmo as opiniões de sua própria igreja, quanto mais do Congresso dos EUA. O fato de os 400 telegramas já estarem prontos para envio sugeriam algo que já se suspeitava, isto é, que a ação havia sido orquestrada. Isto contribuiu para diluir o impacto da notícia nos telejornais noturnos, e pouco se falou do posicionamento dos membros da igreja de Carter.<sup>223</sup>

No último dia de campanha, após um comício em Michigan, Carter e seu *staff* foram dormir em empate técnico em todas as pesquisas. E apreensivos. Exaustos. Ninguém poderia prever quem seria o escolhido pelo povo no dia 2 de novembro.

### 3.7 O RESULTADO

Jimmy Carter foi declarado vencedor pela maioria das agências e notícias e televisões apenas a partir das duas da manhã, depois de muita expectativa. Em alguns estados, a disputa foi voto a voto. Carter terminou com 297 delegados no Colégio Eleitoral, contra 241 de Ford. Se tivesse perdido Nova York, teria perdido a eleição. Ou então, se tivesse perdido a Pennsylvania, teria empatado. Em Ohio, que significava 25 delegados (e ambas as campanhas sabiam que Ohio seria um estado importante no resultado final), Carter venceu por uma diferença de 11.000 votos, 50,1% a 49,9% (considerando a porcentagem referente aos votos apenas dos dois principais partidos). No resultado final, Carter ficou com 50,1% dos votos,

---

<sup>222</sup> Schram, *op. cit.*, p. 349. No original: “I think when it comes to a matter of conscience . . . on what is right, and given the kind of creative moral leadership that Jimmy Carter has been giving in this campaign . . . that Jimmy Carter, in mind of that kind of moral leadership should resign from the church if they do not accept black members”.

<sup>223</sup> Glad, *op. cit.*, p. 396-398.

contra 48,0% de Ford. Carter levou 23 estados e mais o District of Columbia, e Ford levou 27. Se a votação apertada sugere uma disputa intensa, a porcentagem de comparecimento aponta na direção oposta: apenas 54,4% votaram, a proporção mais baixa desde 1948.

O mapa da eleição de 1976 foi bastante diferente dos anos anteriores: Carter, pela primeira vez em muitos anos, recolocou o sul na conta dos democratas. Desde 1944, quando Roosevelt conquistou todos os estados do sul, um presidente democrata não tinha um desempenho tão bom. Carter perdeu apenas o estado de Maryland para Ford (podemos incluir também Oklahoma). Com isto, rompeu uma tendência de migração dos votos do sul para *dixiecrats* (como Strom Thurmond, em 1948), George Wallace (como candidato independente, em 1968) e republicanos (como Goldwater e Nixon). Na verdade, isto só foi possível com a formação de uma nova coalizão no sul: brancos e negros pobres, especialmente de áreas rurais, votaram maciçamente em Carter. Considerando que era esta a meta do movimento populista da década de 1880, unir brancos e negros pobres em torno de um interesse comum, é no mínimo curioso que Carter tenha conseguido esta proeza, de acordo com os mapas eleitorais. Apenas nas áreas urbanas Carter perdeu substancialmente, e isto não foi o suficiente para lhe tomar mais de um estado no sul.

Muito se falou, após a eleição de Jimmy Carter, sobre o surgimento de uma nova coalizão democrata, em particular na política do sul. Falou-se ainda da capacidade do país de assimilar um presidente sulista, e, obviamente, da capacidade do sul de eleger um democrata interessado na integração racial. Parecia um quadro animador. No entanto, estas especulações pressupunham a fundação de um novo projeto político, com potencial de continuidade e sustentação eleitoral, coisa que, hoje, sabemos que não aconteceu. Glad nota ainda que, a despeito de ter vencido em 11 dos 13 estados do sul (se incluirmos Oklahoma), Carter recebeu apenas 53,7% dos votos, contra 65,6% de Truman em 1948 (mesmo concorrendo contra Thurmond).<sup>224</sup>

No Norte, surge um padrão parecido, ainda que com suas idiossincrasias: a derrota de Carter em várias cidades foi compensada pelo voto das zonas rurais, que foram para ele em peso. Mais o voto dos negros (a *CBS Election Survey* aponta 83% no total nacional para Carter; já a pesquisa do National Election Studies, academicamente a mais respeitada, dá uma porcentagem de 95% dos negros para Carter), foi o suficiente para diminuir a força de Ford nas cidades, especialmente entre pessoas de renda média e alta. A coalizão voto rural dos

---

<sup>224</sup> *Idem, Ibidem*, p. 400.

brancos mais negros do campo e dos subúrbios foi suficiente para dar a Carter a vitória em estados cruciais, como Ohio e Pennsylvania.

Deve-se dizer ainda que Carter foi especialmente mal entre os católicos (54%, quando a média democrata é de 58%), enquanto sua pontuação com protestantes foi 7% maior que o costume (46% para uma média de 39%). Talvez isto tenha prejudicado seu desempenho em estados como Illinois, em que Carter perdeu a despeito do (ou talvez até em parte pelo) apoio de Mayor Daley e outras figuras do *establishment*. Nem mesmo o bom desempenho de Carter entre os eleitores sindicalizados (68%) foi capaz de garantir sua vitória em Illinois (aliás, tampouco garantiu sua vitória em Michigan). Outra hipótese, esta aventada pelo cientista político Gerald M. Pomper,<sup>225</sup> dá conta do fato de que algumas grandes cidades do meio-oeste sofreram redução populacional (e eleitoral), enquanto os subúrbios e pequenas cidades cresceram. Enquanto esta tendência, de maneira geral, favoreceria Carter, por outro lado, diminui a importância e o alcance de máquinas como a de Daley em Chicago.

Na Pennsylvania, entretanto, Carter saiu-se muito bem com o apoio de Frank Rizzo, que durante as primárias havia apoiado Jackson (Rizzo recebeu o reconhecimento de Carter pelo telefone por ter “entregue” os votos que havia prometido). De modo que cada resultado, em cada estado, conta uma história diferente.

Carter, ao contrário do esperado, obteve bom resultado entre os judeus: 64%, de acordo com *CBS Election Survey*. Foi capaz ainda de assegurar os votos dos eleitores tradicionais do partido, que haviam sido afastados em 1972: 77% dos autodeclarados democratas, contra 58% de McGovern; 59% dos operários, contra 39% de McGovern. Mesmo com os católicos, um ponto fraco da sua candidatura, Carter conseguiu trazê-los de volta ao partido, se compararmos com McGovern: 55% a 40%.<sup>226</sup> E, como já dissemos, Carter obteve ainda 68% dos votos dos eleitores sindicalizados, o melhor resultado desde Johnson (melhor inclusive que Humphrey, em 1968).<sup>227</sup>

No que se refere ao eleitorado feminino, parece que Carter conseguiu, até o fim da eleição, diminuir a desconfiança que havia em relação a ele: as porcentagens são praticamente idênticas para homens e mulheres, 52% para Carter e 48% a Ford. Talvez a estratégia do terceiro debate, aliado à gafe de Ford sobre a Europa Oriental, tenham quebrado um pouco a insegurança das mulheres em relação à capacidade de Carter.

---

<sup>225</sup> Gerald Pomper, *The Presidential Election*, In: *The Election of 1976: Facts and Interpretations*. New York: David McKay Company, 1977. p. 64-65.

<sup>226</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 61-62.

<sup>227</sup> Glad, *op. cit.*, p. 401.

E houve ainda a candidatura McCarthy: em alguns estados vencidos pelos republicanos, a votação do ex-Senador por Minnesota foi maior do que a margem de Ford sobre Carter. McCarthy esteve nas cédulas de 28 estados. Se estivesse na cédula em Nova York (ele travou uma batalha jurídica para que isto acontecesse), talvez pudesse ter mudado a história da corrida presidencial. Como não conseguiu, apenas roubou alguns votos de Carter no Colégio Eleitoral, que acabaram indo para Ford.

Schram reverbera ainda a leitura que dirigentes de ambas as campanhas fizeram em relação às tendências das pesquisas: com Carter liderando com 30, 35 pontos de vantagem, nos meses de agosto e setembro, a eleição teria passado a ser um referendo sobre Carter. À medida que o intervalo entre ambos foi se fechando, nos últimos dias, os eleitores talvez tenham percebido que Ford realmente poderia ganhar, e aí então eles teriam se perguntado se realmente queriam mais quatro anos com ele na Casa Branca. De modo que a eleição teria se iniciado como um referendo sobre um desafiante, e terminado como um referendo sobre o presidente. Segundo uma pesquisa *CBS/The New York Times*, seis em cada dez pessoas que decidiram seus candidatos nos últimos dias optaram por Carter, o que parece reforçar esta tendência de oscilação.<sup>228</sup> Já outra pesquisa, da rede de TV ABC e repercutida pela revista *Newsweek*,<sup>229</sup> Carter conquistou 53% dos votos daqueles que decidiram na última semana, e 60% daqueles que decidiram no dia da eleição, reforçando a noção de que os últimos a decidir optaram por Carter. Este dado pode se aliar a um outro, para extrairmos uma outra conclusão: 52% do eleitorado identificava-se como “soft” ou “undecided”, em meados de outubro, de acordo com uma pesquisa Yankelovich, para a revista *Time*.<sup>230</sup> Deste modo, muitos eleitores decidiram de última hora, sem muita convicção da escolha que fizeram. Nenhum dos dois candidatos era capaz de empolgar o conjunto dos eleitores, e o baixo comparecimento às urnas é um terceiro índice que aponta para esta direção.

Gostaríamos ainda de retomar a seguinte noção, também notada por Glad<sup>231</sup>: com alta votação entre negros e minorias étnicas de maneira geral, Carter deve sua vitória em parte à estrutura do partido e do DNC. Apesar do apoio um pouco reticente de alguns “medalhões” do partido, o esforço de cadastramento e de incentivo dos eleitores a votarem, que era a principal incumbência do partido numa eleição tão personalizada, centrada no comitê de campanha, pode ter sido decisiva em vários estados com votação apertada. Principalmente a partir do momento em que o intervalo começou a se fechar, apoiadores

---

<sup>228</sup> Schram, *op. cit.*, p. 366-367.

<sup>229</sup> *Newsweek*, 15 nov. 1976, *apud* Pomper, *op. cit.*, p. 72.

<sup>230</sup> Glad, *op. cit.*, p. 403-404.

<sup>231</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 401.

tradicionais do partido foram às ruas para fazer campanha e garantir um grande comparecimento às urnas para Carter. Barbara Jordan, Coretta Scott King, Jesse Jackson, Richard Hatcher e outros ativistas de direitos civis organizaram as campanhas “Operation Big Vote” e “Wake Up, Black America”. O AFL-CIO mobilizou desde maio seu banco de dados de 12 milhões de membros, dando listas para sindicatos afiliados locais, para que eles fossem contatados e “alistados” no esforço de campanha. À medida que os resultados das pesquisas foram ficando apertados, o entusiasmo do AFL-CIO por Carter foi pragmaticamente aumentando. A famosa UAW, apoiadora mais entusiasmada de Carter no movimento sindical, fez campanha pesada em estados importantes do meio-oeste, como Ohio e Michigan.

O resultado, segundo Glad, foi que dos 3 milhões de novos eleitores, 2,4 milhões votaram em Carter. Dos eleitores negros de todo o país, 70% compareceram, contra 58% em 1972.

A despeito da participação das bases, não havia muito entusiasmo pelo novo presidente. Segundo Caddell, Carter emergiria das eleições com quatro problemas maiores em termos de percepção do eleitorado: inexperiência, a imagem de *flip-flop on issues*, a imagem de alguém que prometeu demais e não poderia atender às expectativas, e o “risco” que Carter representava como presidente, o que estava atrelado ao seu suposto desconhecimento por parte dos eleitores.

De modo que a força de Carter, como já vimos, seria também sua fragilidade durante as eleições, à medida que o tempo foi passando e as suas fragilidades foram sendo expostas. No dia da eleição, boa parte dos eleitores estava pelo menos indiferente (alguns desiludidos) com as opções que tinham à disposição. Mas, no final das contas, Carter havia atingido seu objetivo: na conta final, obtivera mais votos que Gerald Ford, e tornara-se o novo presidente dos EUA.

### 3.8 GRUPO DE ATLANTA X MILITANTES DEMOCRATAS

Desde o início de outubro, começaram a vazar histórias de conflitos entre as bases da campanha e seus diretores. Na maior parte dos estados, Carter mandou profissionais assalariados de outros estados, pagos pelo seu comitê que não tinham contatos com as bases dos estados nos quais dirigiriam a campanha. Além disso, o acesso ao candidato era seriamente restrito por Jordan e Powell. Havia ainda problemas de coordenação entre o staff da campanha e o DNC. Mark Siegel, diretor-executivo do DNC, afirmara certa vez que a estrutura do partido e a da campanha se entrosavam muito bem “in terms of personal

relationships and operating relationships”. Haveriam, entretanto, problemas entre os operadores de campo de Carter e as bases do partido. No novo estilo de campanha, era preciso mesclar duas organizações distintas, funcionando sob lógicas diferentes, para trabalhar num mesmo sentido, com obediência a uma hierarquia. Fazer uma campanha organizada era um desafio cada vez maior, com a confusão entre estrutura do comitê de campanha e estrutura partidária. No dia 27 de outubro, estes acontecimentos afloraram com a publicação de um anúncio no *Los Angeles Times* por Herbert Hafif, ex-chefe do California State Finance Committee, e ex-co-chefe do Comitê de Gestão da Campanha de Carter durante as primárias. No anúncio, estavam escritas coisas como: “Escondido sob os sorrisos e as piadas fáceis da pequena equipe de Carter, está o fato de que é uma equipe com experiência apenas em fazer campanha sem qualquer objetivo maior, a não ser levar seu homem à presidência”<sup>232</sup> e “‘Velhos garotos’ de 29 anos da Georgia que guardam com ciúme os portões do palácio do poder são mais do que reminiscentes do estilo de Nixon, eles constituem sua substância”. E encerrava assim: “Este presidente imperial que vai prometer qualquer coisa para ser eleito, mas cujas palavras mostram forte contraste com seu histórico e atos”.<sup>233</sup> O anúncio não recebeu muita atenção, mas era sintomático do “fogo amigo” que poderia surgir das tensões entre as duas estruturas organizacionais, e das disputas pelo acesso ao poder.

### 3.9 CARTER E OS TEMAS

A proposta de Carter não era mesmo ser um *issues candidate*. Havia um tema principal da campanha, que nunca poderia ser perdido de vista: a crise de confiança no governo e a necessidade de reunir o país. Em 20 de maio, num discurso no legislativo da California, assistido por uma plateia majoritariamente pró-Brown, Carter proferiu as seguintes palavras:

No primeiro nível nós temos os assuntos tangíveis – desemprego, bem-estar social, impostos – mas em outro nível nós temos o tema intangível do cinismo e apatia que afligem muitos de nossos compatriotas.

Nosso povo passou por muita coisa. Eles foram enganados, lhes mentiram e enrolaram e acoassaram e confundiram e os ignoraram, e eles finalmente já tiveram o suficiente.

<sup>232</sup> No original: “Hidden behind the smiles and loose joking of the small Carter team is the fact that it is a team experienced only in campaigning with no higher goal, save getting their man to the Presidency”.

<sup>233</sup> *Idem, Ibidem*, p. 395-396. No original: “Twenty-nine-year-old ‘old boys’ from Georgia jealously guarding the palace gates of power are more than reminiscent of Nixon’s style, they constitute its substance “”. “this imperial president who will promise anything to get elected but whose words stand stark contrast to his record and actions”.

Eles estão clamando não por um governo que seja liberal ou conservador ou ideologicamente puro, mas apenas honesto e efetivo e compassivo.

Se eu tivesse que resumir em uma palavra sobre o que é esta campanha, a palavra seria “fé”.

O povo americano quer ter fé em seu governo. E é nossa responsabilidade, como homens e mulheres públicos, fazer tudo que está em nosso poder para ajudá-los a reconquistar a fé que eles perderam.

Permitam-me encerrar dizendo a vocês o que eu tenho dito a plateias por toda a América nos últimos dezesseis meses. Tudo que eu quero é a mesma coisa que vocês querem. Ter uma nação com um governo que é bom e honesto e decente e competente e compassivo e tão cheio de amor como o povo americano<sup>234</sup>

Este foi um dos primeiros discursos escritos por Patrick Anderson, redator que entrara no lugar de Bob Shrum, e correspondia exatamente a uma avaliação que Carter, Anderson e a maior parte do seu staff compartilhavam: a candidatura não deveria ser, de maneira nenhuma *issue-oriented*.<sup>235</sup> Os EUA careciam de uma liderança que unisse novamente o povo em torno de um líder que pudesse receber a confiança do povo. Nada melhor que fosse um homem do povo, gente comum, um fazendeiro de amendoins do interior da Geórgia. O discurso de 20 de maio era o sumo de uma estratégia que havia sido empreendida nas primárias e seria repetida na eleição. Quando, eventualmente, apareceu a preocupação de que Carter era nebuloso nos temas de campanha, o candidato começou a se posicionar em temas importantes, em geral diante de plateias específicas, que estivessem de alguma forma relacionadas ao tema a ser discutido. Mesmo assim, Carter procurava se comprometer o menos possível. Caso tivesse de fazê-lo, jogava habilmente com as palavras, sempre procurando um delicado equilíbrio, uma zona confortável na qual ele pudesse satisfazer ambos os lados. Logo depois do discurso no Congresso da Califórnia, Carter participou de um comício em Reno. A partir do momento em que Carter passou a ser questionado, a plateia insistiu que ele se pronunciasse sobre a anistia aos desertores da Guerra do Vietnã. Então, ele se pôs a elogiar os combatentes:

---

<sup>234</sup> Carter, *op. cit.*, p. 102. No original: “I think that the political campaign this year is operating on two levels. On one level we have the tangible issues – unemployment, welfare, taxation – but on another level we have the intangible issue of cynicism and apathy that afflict too many of our fellow Americans. Our people have been through too much. They have been lied to and cheated and tricked and bullied and confused and ignored, and they have finally had enough. They are crying out not for government that is liberal or conservative or ideologically pure, but just honest and effective and compassionate. If I had to sum up in one word what this campaign is all about, the word would be “faith”. The American people want to have faith in their government. And it is our responsibility, as public men and women, to do everything in our power to help them regain the faith that they have lost. Let me close by saying to you what I have said to audiences all over America in the past sixteen months. All I want is the same thing you want. To have a nation with a government that is as good and honest and decent and competent and compassionate and as filled with love as are the American people”.

<sup>235</sup> Anderson, *op. cit.*, p. 23-24.

Eles não tinham dinheiro suficiente para se esconder na universidade então foram ao Vietnã. Eles não queriam ir. Eles não sabiam porque estavam lá. Eles queriam ficar em casa, mas foram. Cerca de 50.000 deles foram mortos. Outros centenas de milhares voltaram, feridos de diferentes formas. Na minha opinião, eles são os heróis mais não-reconhecidos e rejeitados que este país já conheceu.

Sou uma pessoa profundamente moral, eu espero, e eu sei que se alguém tem um profundo compromisso contra a guerra, eles têm um direito a fazer como escolhem. Muitos dos nossos jovens foram para a Suécia ou o Canadá. Eu nunca declararia anistia, uma anistia irrestrita para aqueles que desertaram do nosso governo.<sup>236</sup>

Neste momento, as pessoas contrárias à anistia começaram a aplaudir, mas Carter lhes acenou para que fizessem silêncio.

Esperem, esperem, esperem, esperem... a Guerra está ocorrendo agora no Vietnã – começou cerca de trinta anos atrás. Um monte desses jovens estiveram na Suécia ou Canadá por 15 anos. Eu acho que é hora de encerrar a guerra. Então, na primeira semana que eu estiver no cargo de presidente, vou declarar um perdão para todos os jovens que desertaram. Há uma diferença sutil. Eu não vou enfatizar isto. Para mim, anistia significa que o que você fez era certo e você deve ser parabenizado por isto. Perdão significa que o que você fez, certo ou errado, é perdoado. Então, vou declarar um perdão e esquecer a Guerra do Vietnã e deixar esses jovens voltarem para casa.<sup>237</sup>

Como nota Anderson em seu livro, esta distinção entre anistia e perdão não encontra respaldo no dicionário. Foi uma distinção fictícia, feita pelo próprio candidato, para tentar conciliar duas posições inconciliáveis. O episódio é bastante significativo do que significava realmente a “indefinição” de Carter: não é que ele não abordasse os temas. Mas, quando o fazia, procurava uma posição que contemplasse e unisse todos os lados da história.

Em 24 de agosto, num discurso feito diante da convenção da *American Legion*, uma sociedade de veteranos de guerra americanos, Carter corajosamente repetiu a distinção entre

---

<sup>236</sup> *Idem, Ibidem*, p. 24. Trad. livre: “They didn’t have enough money to hide in college so they went to Vietnam. They didn’t want to go. They didn’t know why they were there. They wanted to stay home but they went. About 50.000 of them were killed. Another hundreds of thousands came back, wounded in different ways. In my opinion they are the greatest unrecognized, unappreciated heroes this country has every known. I am a deeply moral person, I hope, and I know that if someone has a deep commitment against the war, they have a right to do as they choose. Many of our young people went to Sweden or Canada. I could never bring myself to declare amnesty, a blanket amnesty for those who defected from our government”.

<sup>237</sup> *Idem, Ibidem*, p. 24-25. No original: “Wait, wait, wait, wait... The war has been going on now in Vietnam – it started about thirty years ago. A lot of those young people have been in Sweden or Canada for fifteen years. I think it’s time the war was over. So the first week I’m in office as president, I’m going to declare a pardon for all those young people who defected. There is a subtle difference. I’m not going to emphasize it. To me amnesty means that what you did was right and you are to be congratulated for it. Pardon means that what you did, whether it was right or wrong, is forgiven. So I’m going to declare a pardon and forget the Vietnamese war and let those young people come home”.

anistia e perdão, sabendo que seria vaiado pela plateia (a vaia durou 45 segundos). Logo em seguida, justificou de maneira reveladora dos seus intentos:

Mas eu gostaria de verbalizar minha posição para vocês por causa disto: nossa nação ainda está dividida. Há ainda muita raiva, muita divisão, uma ausência de apoio a nossos quadros militares que sobrou do Vietnã. Eu acho que é hora de deixar isto para trás.

Eu sei que não pudemos chegar a um acordo de qual seria o rumo correto para nossa nação em 1966, mas agora podemos concordar, creio eu, em nos unirmos e procurarmos um renascimento do patriotismo do qual todos os cidadãos possam participar. Nós precisamos cicatrizar nossas feridas.<sup>238</sup>

A dubiedade de Carter em relação a alguns temas não era uma forma de covardia política, mas uma busca deliberada por uma formulação que satisfizesse a todos os lados. Tanto que, nos momentos em que julgava necessário tomar posicionamentos claros, Carter o fazia. No mais, quando fosse possível, procurava não se comprometer. Trata-se de um jogo muitas vezes delicado, um jogo diplomático. “I never do anything unintentionally, even if it looks unintentional” (“eu nunca faço algo ‘sem querer’, mesmo que pareça sem ‘querer’”), disse Carter a repórteres certa vez. Em outra circunstância: “I don’t see anything inherently wrong in trying to say things in a such way that I don’t irritate people, as long as I remain consistent with my basic position” (“Não vejo nada intrinsecamente errado em tentar dizer as coisas de um jeito que não irrite as pessoas, desde que eu permaneça consistente com minha posição original”).<sup>239</sup> Se possível, Carter procurava agradar dois lados com uma mesma frase, se utilizando de uma oração auxiliar alternativa em conjunto com uma oração principal. Como neste exemplo: “I do not believe we should withdraw Americans from Korea, *except on a phased basis*” (“Eu não acredito que devêssemos retirar americanos da Coreia, *exceto numa base progressiva*”).<sup>240</sup>

Isto não quer dizer, entretanto, que Carter não tivesse posicionamentos bem definidos em relação aos temas. Na verdade, antes das primárias, Carter e Stuart Eizenstat elaboraram memorandos sobre praticamente todos os temas possíveis na eleição americana. A campanha de Carter se dispunha a expor estes posicionamentos a qualquer um que escrevesse para a Caixa Postal n° 1976, em Atlanta, e frequentemente enviava versões destes memorandos a

<sup>238</sup> Carter, *op. cit.*, p. 152. Trad. livre: “But I want to spell out my position to you because of this: Our nation is still divided. There’s still a lot of hatred, there’s still a lot of division, there’s still an absence of support for our military personnel left over from the Vietnamese War. I think it’s time to get that behind us.

I know that we may not be able to agree what was the right course for our nation to take in 1966, but we can now agree, I believe, to come together and seek a rebirth of patriotism in which all our citizens can join. We must bind up our wounds”.

<sup>239</sup> Glad, *op. cit.*, p. 311.

<sup>240</sup> *Idem, Ibidem*, p. 307.

grupos particulares. Quando se tratava de um exercício de retórica pública, entretanto, o objetivo era inspirar com declarações vagas, que permitissem múltiplas interpretações e acessem símbolos e repertórios de culturas políticas muito distintas entre si. No seu livro *Why not the best?*, Carter escreveu: “dozens of issues are considered during a political campaign, but candidates do not create the issues. They exist in the minds and hearts of our citizens”. O papel do político é assimilar o que o povo pretende, e fornecer a liderança adequada, dando forma a esses pensamentos e, eventualmente, quando necessário, pedagogicamente mostrar ao povo outros caminhos.

Deste modo, no que possivelmente foram os temas mais importantes da campanha de 1976 (a economia, o desemprego, a inflação, reforma tributária), Carter procurou ser tão vago quanto possível, mas tinha uma identificação que de maneira geral se alinhava com a plataforma de seu partido, a quem tinha de apelar. Ao mesmo tempo, sua fala sobre eficiência, importância da iniciativa privada, valores morais, orçamento equilibrado, que faziam parte da sua formação política local na Georgia, apelavam à parte mais conservadora do eleitorado. Nestas incursões, Carter ia, calculadamente, até o ponto de contemplar este novo humor do eleitorado americano, porém sem descaracterizar excessivamente as bandeiras tradicionais de seu partido.

Um populista que tinha excelente trânsito entre os grandes empresários; um defensor do pleno emprego com orçamento equilibrado; um defensor da integração racial que acreditava na pureza étnica das comunidades; um liberal que acreditava nos valores tradicionais da família americana; um defensor da supremacia militar que pregava cortes no orçamento da defesa; foi este Jimmy Carter que, após quase perder, venceu as eleições americanas em 1976. Um político que acreditava ser possível, para um governo, ser ao mesmo tempo eficiente e compassivo. A prática governamental colocaria à prova seus pressupostos, suas crenças e sua imagem.

#### **4. ARTICULAÇÃO POLÍTICA, CONGRESSO E OPINIÃO PÚBLICA NO GOVERNO DE JIMMY CARTER**

Este capítulo se divide em quatro partes: na primeira, esmiuçaremos a formação do gabinete de secretários para o governo de Jimmy Carter e a articulação política do governo, em particular sua atuação no Congresso. Então, nas duas partes seguintes, nos poremos a analisar brevemente a relação do governo com os dois Congressos, o 95º (1977-1979) e o 96º (1979-1981), analisando iniciativas importantes do governo de interesse para nossa análise. Na última parte, à guisa de conclusão, faremos um balanço dos sucessos e fracassos do Governo Carter na aprovação de suas iniciativas legislativas.

A hipótese que orienta este capítulo é a de que a articulação política do governo no Congresso, com acertos, erros e correções de rumo, correspondia a uma visão política defendida pelo presidente; mais do que isso, era coerente com o projeto de Carter de criar uma nova forma de fazer política em Washington. Durante o governo de Jimmy Carter, esteve em curso um redesenho dos mecanismos de articulação e mobilização política por parte da Casa Branca. Algumas dessas iniciativas foram abandonadas ou reformuladas depois de alguns meses, pois não estavam obtendo o resultado esperado. Outras, que estavam funcionando, foram aprimoradas.

A relação da Casa Branca com o Congresso durante o mandato de Carter é frequentemente qualificada como péssima, com acusações de incompetência e incompreensão dos mecanismos de funcionamento da política em Washington (e, como consequência lógica, a acusação de ingenuidade e arrogância nas tentativas de mudar esses mecanismos). No entanto, durante o governo de Jimmy Carter houve conquistas importantes do governo no Congresso, em temas considerados muito difíceis. Contra todas as probabilidades, o governo conseguiu aprovar os Tratados do Canal do Panamá; uma reforma do funcionalismo público; conter abusos em projetos desnecessários de obras públicas que vinham ocorrendo havia décadas; a aprovação da criação de um Departamento de Educação; uma nova política energética para o país, entre outras realizações. O índice de aprovação de projetos de Carter no Congresso era semelhante ao de Lyndon Johnson, considerado um presidente que tinha ótimas relações com o legislativo, e só ficava abaixo de Kennedy (incluindo o período de finalização do mandato por Johnson).<sup>241</sup> Houve certamente derrotas duras para o governo, como a da reforma do sistema de saúde, a primeira tentativa de uma política energética em

---

<sup>241</sup> Charles O. Jones, *The Trusteeship Presidency: Jimmy Carter and the United States Congress*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988. p. 202. A comparação ocorre a partir de Eisenhower.

1977, a aprovação dos acordos SALT II com a União Soviética, entre outras, que produziram uma percepção de inabilidade nas negociações com o Congresso. Embora estas derrotas sejam simbólicas da dificuldade de negociar com o Congresso, elas devem ser contextualizadas de modo a não se imputá-las a uma suposta falta de liderança por parte da Casa Branca e do presidente:

- 1) Carter formulara uma agenda muito ampla e abrangente para os primeiros anos, tratando de temas muito delicados. Embora isto possa ser considerado um erro estratégico importante, é preciso destacar que não houve a decisão de protelar estas medidas para um possível segundo mandato. Isto seria contrário à própria visão que Carter possuía da presidência.
- 2) O Congresso passava por uma inflexão conservadora (já explorada por nós nos capítulos 2 e 3), resultado da mudança das estruturas de financiamento. Esta inflexão abrangia inclusive parlamentares do Partido Democrata que, para além do esforço das lideranças do partido no Congresso, passaram a adotar posicionamentos cada vez mais conservadores nas votações (o caso da influência do *lobby* do ramo da saúde na derrota da reforma proposta pelo governo é exemplar).
- 3) O Congresso, institucionalmente, estava fortalecido em função de uma reforma pela qual passara nos anos anteriores, do que trataremos mais adiante neste capítulo.
- 4) A partir de 1979, a piora do quadro econômico e político externo solapou as condições de governabilidade. O declínio na avaliação de Carter nas pesquisas de opinião pública e a associação de Carter à percepção de “fraqueza” e incapacidade da América fizeram com que os congressistas procurassem cada vez mais se desvincular do presidente.

Deste modo, nosso objetivo é fazer um retrato balanceado, em que os equívocos da administração e do próprio presidente possam ser contextualizados e pesados diante da dificuldade da tarefa que Carter se propôs de mudar a forma pela qual se fazia política em Washington, bem como a valorização dos eventuais sucessos. Tratava-se, a nosso ver, de uma nova arquitetura institucional em experimentação, alternativa à política dos grupos de interesse, à qual não foi dado o direito de continuar em 1980.

#### 4.1 A MONTAGEM DO GABINETE

Como já vimos no capítulo 3, Jimmy Carter fizera uma campanha ao seu estilo “populista”: anti-Washington, dirigida ao povo, falando no interesse público e criticando os *special interests* e os grupos de pressão. Carter via o Congresso como o local onde os grupos de pressão, por excelência, atuavam. O papel do presidente era o de defender o interesse público, o bem comum, a melhor política, dos ataques dos grupos de interesse.

No entanto, não se pode dizer que Carter fosse ingênuo em relação ao funcionamento da máquina pública: quase todos os membros de seu gabinete, em todos os escalões, tinham experiência em Washington ou dentro da máquina partidária. Havia um contraste claro entre o gabinete de secretários e o *staff* da Casa Branca, este sim, inexperiente no dia a dia da capital. Para trabalhar perto de si, Carter levava pessoas de sua confiança, com experiência prévia nas outras campanhas de que participou: Jody Powell tornou-se seu secretário de imprensa; Hamilton Jordan, sem cargo oficial na Casa Branca, assumiu o papel de conselheiro eleitoral do presidente e de articulação política; Jerry Rafshoon, seu assessor de mídia. Outros velhos conhecidos de Carter assumiram outros postos no governo: Bert Lance, amigo de Carter que já trabalhara com ele no governo da Geórgia, assumiu o papel de membro do *Office of Management and Budget* (OMB), responsável pela elaboração do orçamento do governo e pela manutenção da contenção fiscal. Lance era um banqueiro do interior da Geórgia, que se descrevia como um “fiscal conservative”.<sup>242</sup> Sua nomeação para o OMB era um indicativo dos planos que o presidente tinha para a política fiscal.

Além disso, Carter colocou no papel de assessores alguns membros de *think tanks*, importantes, inclusive da Comissão Trilateral, à qual Carter pertencia (como Zbigniew Brzezinski, assessor para segurança nacional, e Michael Blumenthal, Secretário do Tesouro), e também do Brookings Institution (Charles Schultze, chefe do *Council of Economic Advisors*, responsável pelo aconselhamento do presidente em assuntos econômicos). Tanto Blumenthal como Schultze já haviam trabalhado nos governos Kennedy e Johnson.

Joseph Califano, novo secretário do *Health, Education and Welfare Department* (HEW), trabalhara no Departamento de Defesa e como assessor especial do Governo Johnson para assuntos internos; era o melhor exemplo de que Carter procurara sim se cercar, no seu gabinete, de pessoas com experiência em Washington. O papel de Califano no Governo Johnson havia sido de defender a aprovação de diversas medidas da *Great Society* de Johnson

---

<sup>242</sup> Garland Haas, *Jimmy Carter and the Politics of Frustration*. Jefferson: McFarland & Company, 1992. p. 53.

no Congresso; portanto, Califano possuía vasta experiência no governo e iria gerenciar justamente a burocracia de bem-estar social que ele ajudara a criar.

Patrícia Harris, nova secretária do *Housing and Urban Development Department* (HUD), havia sido diretora da IBM e do Chase Manhattan Bank; era quadro famoso do Partido Democrata e participara da campanha de Lyndon Johnson em 1964, além de ter sido embaixadora em Luxemburgo de 1965 a 1967. Militante de direitos civis e filiada ao Partido Democrata, Harris era um sinal ao mesmo tempo para a comunidade de empresários e para os movimentos sociais, uma integrante qualificada para fazer este tipo de interlocução.

Essa experiência anterior em Washington valia ainda mais para os escalões inferiores da administração, funcionários de carreira sobre os quais a Casa Branca tinha pouco controle.<sup>243</sup>

Cabe ressaltar a situação *sui generis* de Stuart Eizenstat, novo diretor do *Domestic Policy Staff* (DPS): assessor de temas sociais durante a campanha de 1976 (*issues advisor*), Eizenstat trabalhara como *junior staff* na Casa Branca, no Governo Johnson. Terminado o Governo Johnson, Eizenstat retornou a Atlanta, onde morava antes, com a intenção de trabalhar para Carl Sanders, governador da Georgia. Um amigo, entretanto, o recomendou que conhecesse Jimmy Carter. Conversando com ele, concluiu que não apenas ele era muito competente, mas que ele seria capaz de fazer pontes entre Atlanta e a Georgia rural, polarização que, na visão de Eizenstat, definia a política do seu estado. Trabalhou como *issues advisor* na campanha de Carter ao governo do estado da Georgia, e depois disso permaneceu em contato com o candidato de tempos em tempos. Em 1974, Carter o chamou para trabalhar no mesmo papel, desta vez no comitê de campanha democrata para o Congresso. Terminada a disputa, Eizenstat sugeriu a Carter que ele concorresse à presidência. Se vencesse uma ou duas primárias, poderia até ser escolhido candidato a vice. Carter então disse que tinha um grupo trabalhando nisso. Apresentou-o a Jordan, Kirbo e Powell. Inserira-se no grupo.

O papel de Eizenstat na campanha era de lidar com os grupos de interesse, em especial os movimentos sociais, que queriam entrar em contato com a campanha e apresentar suas reivindicações. Durante a campanha, o *staff* de Eizenstat elaborou relatórios sobre praticamente todos os possíveis temas da eleição, e enviou esses relatórios a todos os movimentos que quisessem conhecer a posição de Carter sobre o “seu” tema.

Na composição do governo, coube a Eizenstat dirigir o DPS. O DPS era um órgão da administração com funções bastante amplas: avaliar os impactos das políticas do governo nos

---

<sup>243</sup> Entrevista de Stuart Eizenstat ao Miller Center of Public Affairs, University of Virginia, Jimmy Carter Presidential Oral History Project, 29-30 de janeiro de 1982, p. 37.

movimentos sociais; pensar globalmente as articulações políticas do governo; mediar conflitos entre diferentes departamentos, e desses departamentos com o OMB; produzir memorandos que pudessem sintetizar as diferentes visões dentro da administração: memorandos ao presidente, muitas vezes conflitantes, produzidos por agências e departamentos, passavam pelo DPS, onde eram resumidos e acrescidos de um parecer técnico e político de qual a melhor posição a ser tomada pelo presidente. O DPS não tivera sempre essas funções: ele foi crescendo ao longo dos meses, na medida da necessidade do governo; uma vez que a inexistência de um *chief of staff* na Casa Branca e os intensos conflitos dentro da administração faziam com que o processo de tomada de decisão muitas vezes fosse tumultuado, no qual cada um queria mandar o “seu” memorando ao presidente.

Numa entrevista à imprensa, Eizenstat usou a imagem da organização administrativa do governo Carter: os membros do gabinete seriam como eixos de uma roda (*spokes of the wheel*),<sup>244</sup> enquanto Carter seria o centro, ao qual todas as extremidades do círculo se remetiam. A filosofia adotada pelo novo governo era de decisões colegiadas, em que cada departamento produzia suas políticas, e depois as submetia a pequenos grupos de discussão que trabalhavam com o presidente. Frequentemente, Carter instava seus subordinados a agirem com autonomia, com base em critérios técnicos. Caberia a certos órgãos específicos, como o DPS e o *Office of Congressional Liaison* (ocupado por Frank Moore, que desempenhara função semelhante na campanha) o papel de fazer a articulação política. Um assessor de política doméstica declarou numa entrevista para o projeto de história oral do Miller Center of Public Affairs:

Ele tendia a se preocupar muito mais nos dois últimos anos sobre quais seriam as reações públicas e qual seria o impacto político. No início, ele era muito mais, “Só quero saber qual é a melhor política pública e me preocuparei com a articulação política depois. Você me oferece a melhor política pública”. Mais tarde, este tipo de bravata tendeu a desaparecer e ele queria saber o que poderia “passar”, o que poderia ser aprovado, o que este chefe de comitê queria, o que este grupo de interesse queria. Isto em função de se preocupar mais com a reeleição à medida que ela se aproximava..<sup>245</sup>

<sup>244</sup> Eizenstat descrevia assim aos repórteres a estrutura organizacional do novo governo, e a compara ao Governo Kennedy. V. a entrevista de Eizenstat ao Miller Center, p. 19.

<sup>245</sup> Entrevista do Miller Center citada por Erwin C. Hargrove, *Jimmy Carter as President: leadership and the politics of public good*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988. p. 20. No original: “He tended to worry much more in the last couple of years about what the public reaction would be and what the political impact would be. Early on, he was very much, ‘I only want to know what the best policy is and I’ll worry about the politics of it later. You give me the best policy.’ Later on those kinds of bravado statements tended to disappear and he wanted to know what he could pass, what we could get through, what did this committee chairman want, what did this interest group want. That was a function of worrying more about the reelection as we got closer to it”

A despeito da concessão de autonomia aos departamentos, Carter estudava atenciosamente todos os assuntos sobre os quais teria de decidir algo: lia os memorandos com atenção, tinha uma capacidade de leitura e aprendizado fenomenal e discutia sempre de igual para igual com seus interlocutores da área. A formulação colegiada das políticas públicas no Governo Carter não impedia que o presidente colocasse sob escrutínio aspectos minuciosos das decisões que tinha de tomar. Carter chegou a ser acusado, algumas vezes, de participar excessivamente dos assuntos da micropolítica, querer gerenciar projetos num nível de detalhe que acabaria por sobrecarregar o escritório da presidência.

Esta forma de estruturar o governo era, em parte, reflexo das concepções que Carter tinha sobre a política: há o melhor modo de fazer as coisas, cuja formulação caberia aos técnicos e secretários. A missão do homem público é zelar para que as melhores decisões e projetos, isto é, na forma do interesse público, prevalecessem sobre as demandas particulares, lobbies e pressões diversas. Caso isso não fosse possível, e apenas então, o governo deveria negociar com as forças que estivessem obstruindo, fazendo a concessão nos detalhes do plano de acordo com a necessidade, tentando preservar o máximo de seu espírito fundamental, isto é, uma “*second best policy*”.<sup>246</sup> Carter foi frequentemente aconselhado a enviar menos projetos ao Congresso no primeiro ano de governo. Um dos motivos das dificuldades enfrentadas pelo governo na aprovação dos seus projetos seria o grande número de projetos que estariam “engarrafando” os trâmites, e especialmente porque continham medidas polêmicas. As leis enviadas ao Congresso no primeiro ano, em geral, eram extremamente abrangentes, e acabariam, muitas vezes, sendo retalhadas e emendadas nos subcomitês do Congresso. No seu diário, Carter afirma, no dia 28 de janeiro de 1977: “Todos me alertaram para não empreender projetos demais tão cedo no meu governo, mas é quase impossível para mim adiar algo que vejo que precisa ser feito.”<sup>247</sup> Como veremos adiante, a administração pagaria um preço por isso.

Esta forma de fazer política com o legislativo criou, na opinião pública, a percepção de que o governo era incompetente para fazer valer suas posições e aprovar seus projetos, a despeito de a proporção de projetos aprovados no primeiro ano da administração ter sido muito superior à maioria dos presidentes anteriores. Esta abordagem, que seria

---

<sup>246</sup> Erwin C. Hargrove, *Jimmy Carter as President: Leadership and the Politics of Public Good*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988. p. 21.

<sup>247</sup> Apud *Idem, Ibidem*, p. 17. No original: “Everybody has warned me not to take on too many projects so early in the administration, but it’s almost impossible for me to delay something that I see needs to be done”.

progressivamente reformulada nos anos seguintes, derivava ela também da concepção que Carter tinha da política, em especial da relação do presidente com o Congresso.

Num livro sobre a relação de Carter com o Congresso, Charles O. Jones formula o conceito de *Trusteeship Presidency*.

Para o autor, “O Presidente Carter interpretava seu papel representacional como o do *trustee* – um servidor investido de confiança para representar o público ou o interesse nacional, minimizando considerações eleitorais de curto prazo.”. Mais adiante: “Para o *trustee*, o foco tende a estar no interesse nacional em detrimento dos interesses locais. O estilo do *trustee* enfatiza independência sobre instruções estritas. E o método é mais integrativo que segmentado, isto é, favorece abordagens abrangentes em vez de um tratamento tema por tema.”<sup>248</sup>

E, finalmente,

A *trusteeship presidency* carrega consigo presunções a respeito da capacidade congressual de governar. De fato, os interesses paroquiais e a orientação eleitoral dos membros do Congresso, servindo como delegados para seus estados e distritos, definem as responsabilidades do *trustee*. Em 1977, Jimmy Carter era, na sua visão, esta pessoa..<sup>249</sup>

Logo a seguir, o autor cita uma entrevista com o próprio Carter, feita antes de ele ser eleito (mas já em 1976):

O Congresso é inerentemente incapaz de [oferecer] liderança unificada. Esta liderança tem de vir da Casa Branca. . . .  
 . . . O Congresso está procurando por uma liderança forte da Casa Branca para formular grandes propostas abrangentes. . . .  
 . . . Eu quero que eles [membros do Congresso] saibam que nós representamos o mesmo povo. Não há ninguém em nenhum distrito congressual na nação que não seja meu representado se eu me tornar presidente. . . . Quero fazer um bom trabalho para eles.<sup>250</sup>

<sup>248</sup> Charles O. Jones, *The Trusteeship Presidency: Jimmy Carter and the United States Congress*. Baton Rouge, London: Louisiana State University Press, 1988.p. 2-3. No original: “President Carter interpreted his representational role as that of the trustee – an official entrusted to represent the public or national interest, downplaying short-term electoral considerations”; “For the trustee, the focus tends to be on national over local interests. The style of the trustee emphasizes independence over strict instructions. And the method is more integrative than segmental, that is, it favors comprehensive approaches rather than issue-by-issue treatments”.

<sup>249</sup> *Idem, Ibidem*, p. 4. No original: “The trusteeship presidency carries with it assumptions about the congressional capacity to govern. Indeed, the parochial and electoral orientation of members of Congress, serving as delegates for their states and districts, defines the responsibilities of the trustee. [...]. In 1977, Jimmy Carter was, in his view, that somebody”.

<sup>250</sup> *Idem, Ibidem*, p. 5. No original: “Congress is inherently incapable of unified leadership. That leadership has to got to come from the White House. . . .  
 . . . Congress is looking for strong leadership in the White House to make major comprehensive proposals. . . .  
 . . . I want them [members of Congress] to know that we represent the same people. There’s no one in any congressional district in the nation that won’t be my constituent if I become President. . . . I want to do a good job for them.”

A imagem que Carter tinha do Congresso, como o lugar de atuação privilegiado dos *interest groups*, certamente dificultou bastante a relação do presidente com a instituição. Este é um dos temas deste capítulo, e a noção de Jones de *trusteeship presidency* é um insight valioso para compreender os problemas enfrentados por Carter na relação com o Congresso, em especial com os congressistas do Partido Democrata.

De qualquer forma, interessa notar que, tanto na relação com o Congresso como na relação com os secretários do seu governo, Carter se mostrava sempre favorável a uma abordagem abrangente dos problemas (“comprehensive approach”), em vez de uma política incrementalista, conjuntural (“incremental policy”).

Possivelmente, um dos maiores *insights* do livro de Erwin C. Hargrove, cientista político da Vanderbilt University, sobre a presidência de Jimmy Carter é a noção de que o presidente não era meramente um *naïf* político, como alguns fazem crer, tampouco uma pessoa prepotente que fazia questão de impor a seus interlocutores uma visão arrogante do interesse público. O estilo de Carter, que James Sterling Young define como *policy politician*,<sup>251</sup> era o que melhor se adaptava a sua formação pessoal (a formação de engenheiro, que o levava ao escrutínio minucioso e ao estudo detalhado, e a formação religiosa, no que se refere às ideias gerais sobre política e interesse público), bem como ao humor do eleitorado americano e as bandeiras anti-Washington pelas quais Carter concorreu. Exigir e implementar políticas abrangentes e transformações profundas poderia ser produtivo politicamente, capitalizando apoio para suas propostas e mobilizando a opinião pública em torno delas.<sup>252</sup> Um assistente de Carter rememora numa entrevista ao Miller Center:

Nós sempre brincávamos que a pior maneira de convencer o presidente a aderir a sua posição era dizer que ela o ajudaria politicamente, porque [...] ele queria ser um tipo diferente de presidente. Ele foi eleito de alguma forma para ser um tipo diferente de presidente. Ele estava concorrendo contra o tipo de sistema de acordo a portas fechadas e por aí vai. Ele se via acima desse sistema. Ele não gostava da política per se no mesmo sentido que um Humphrey ou Johnson. [...] Não era algo que vinha naturalmente a ele. Ele gostava de tomar uma decisão nos méritos e assinalar a decisão que lhe parecia a melhor direção para o país e isto era uma enorme força e contém um grande aporte de integridade intelectual. Isto era entretanto uma desvantagem às vezes, porque você nem sempre pode simplesmente marcar a decisão correta. [...] Ele parecia gostar às vezes de ir contra a corrente política e fazer o que era certo. Isto foi visto como firmeza e dureza [...] E claro que até certo ponto isto precisava ser admirado..<sup>253</sup>

<sup>251</sup> Prefácio ao livro de Hargrove, op. cit., p. XIX.

<sup>252</sup> Hargrove, op. cit., p. 17-18 e *passim*.

<sup>253</sup> Apud *Idem, Ibidem*, p. 17. No original: “We used to always joke that the worse way to convince the President to go along with your position was to say that this would help you politically, because [...] he wanted to be a

Para o Departamento do Trabalho, Carter decidira nomear Ray Marshall, economista da Universidade do Texas ligado ao movimento sindical. Embora a nomeação tenha desagradado à liderança do AFL-CIO, que preferia o nome de John Thomas Dunlop (ex-secretário do Governo Ford), era ideologicamente equivalente.<sup>254</sup>

A nomeação de Griffin Bell como procurador-geral foi especialmente polêmica. Amigo pessoal de Carter, Bell fora juiz do Circuito de Apelação Judicial dos Estados Unidos (*United States Circuit Court of Appeals*) e era colega de advocacia de Charles Kirbo, talvez a pessoa mais próxima do presidente fora da família Carter. Bell tinha um histórico contestado em matéria de direitos civis, incluindo o pertencimento a três clubes segregados de Atlanta (aos quais ele renunciou quando aceitou trabalhar no governo). Além disso, a nomeação de um amigo para o cargo de procurador-geral contradizia as declarações de Carter durante a campanha sobre a relação de Nixon com o procurador-geral John N. Mitchell, em relação a Watergate. Carter afirmara que era uma desgraça que “O procurador-geral não fosse justo o suficiente, e objetivo o suficiente e não-político o suficiente para perseguir o cumprimento da lei.” Ao ser inquirido por nomear Bell para o cargo, Carter respondeu que a promessa de isenção do procurador-geral não havia sido quebrada, apenas adiada.<sup>255</sup> Um presidente eleito que fez sua campanha com base na moralização de Washington e o abandono das práticas políticas fisiológicas seria fortemente cobrado cada vez que se contradissesse, e isto foi nítido no mandato de Carter, desde o começo. Como veremos, quando seu amigo Bert Lance passar por uma situação ainda mais difícil, Carter será fiel à amizade mais do que à retórica de campanha, embora alegadamente ele esteja também com sua consciência, por acreditar na inocência de Lance. São atitudes como estas, entretanto, que começaram a minar a lua de mel de Carter com a imprensa e a opinião pública, reforçando o cinismo em relação a promessas como nunca mentir ou mudar a política de Washington.

---

different type of President. He was elected somehow to be a different kind of President. He was running against the sort of system of inside deals and so forth. He saw himself above that system. He did not enjoy politics per se in the same sense that a Humphrey or a Johnson did [...] It's not something that came naturally to him. He liked to make a decision on the merits and check the decision box that seemed to him the best direction for the nation to go and that was an enormous strength and has an enormous amount of intellectual integrity. It was also however a liability at times because you can't always simply check the right box [...] He seemed to like sometimes going against the political grain to do what was right. This was viewed as being firm and tough [...] And of course to some extent it was and one had to admire that”.

<sup>254</sup> A nomeação de Marshall é retomada com mais detalhes no Capítulo 5, na parte em que tratamos da relação do governo com o movimento sindical.

<sup>255</sup> Haas, p. 52-53. No original: “the Attorney General was not fair enough and objective enough and nonpolitical enough to pursue the enforcement of the law”.

Carter nomeou ainda alguns políticos de carreira. Cecil Andrus, governador do Idaho e amigo pessoal do presidente, foi escolhido novo secretário do interior. Bob Bergland, deputado por Minnesota e também amigo de Carter, foi escolhido como novo secretário de agricultura. Brock Adams, deputado pelo estado de Washington, foi escolhido novo secretário de transportes.

Além de Patricia Harris, outras duas nomeações de primeiro escalão no gabinete contemplavam simbolicamente mulheres e minorias: Juanita Kreps, professora de economia e vice-presidente de assuntos acadêmicos da Universidade Duke, com carreira em diversas empresas importantes (JC Penney, Western Electric, Eastman Kodak), e membro do corpo diretor da New York Stock Exchange (NYSE), foi escolhida para o Departamento de Comércio. Interessante notar que, assim como Harris, Kreps também possuía vitoriosa carreira na iniciativa privada. Outra nomeação significativa para o movimento pelos direitos civis fora a do militante de Atlanta e aliado de primeira hora Andrew Young, embaixador americano nas Nações Unidas.

#### 4.2 A CONSTRUÇÃO DE COALIZÕES E O “NOVO CONGRESSO”

Se Carter estava disposto a “enquadrar” o Congresso, Capitol Hill também prometia uma postura mais combativa para lidar com o novo presidente. Desde o escândalo de Watergate e a fragilização simbólica do cargo de presidente que o Congresso procurava não se submeter à vontade do Executivo. Gerald Ford, um presidente oriundo diretamente da Câmara de Representantes, sofreu para aprovar projetos de seu interesse, a ponto de seu governo ter ficado conhecido como “veto presidency”, por conta do exercício constante da prerrogativa em relação a projetos aprovados por um Congresso majoritariamente democrata. Embora Carter nominalmente tivesse maioria nas duas casas, suas promessas de mudar as práticas em Washington geraram bastante cautela em relação ao novo presidente.

Além disso, é preciso notar que a composição do Congresso havia mudado bastante ao longo da década; em 1974 e 1976, havia toda uma nova leva de democratas ocupando o lugar de republicanos derrotados por Watergate e substituindo antigas figuras do Congresso que foram se aposentando, desgostosas com a fragmentação da atividade legislativa, a proliferação de comitês e subcomitês, defasagem salarial etc. 126 dos 292 democratas da Câmara haviam sido eleitos de 1974 em diante. Muitos desses deputados se aposentando eram chefes de comitês e subcomitês do Congresso, que tinham a incumbência de analisar os projetos

enviados pelo Executivo.<sup>256</sup> No Senado, embora os comitês não tenham sofrido a mesma renovação, o quadro geral do plenário era o mesmo, com grande número de “aposentadorias” e “rostos novos” da era pós-Watergate. Se, por um lado, estes novatos ainda não haviam deitado raízes com sua rede de clientela (“*patronage*”) e projetos (de lei e de obras públicas) pessoais (“*pet projects*”), também possuíam atuação mais independente e imprevisível, inclusive por conta da importância crescente das estruturas pessoais de campanha em detrimento das estruturas partidárias. Muitos desses novos democratas não se consideravam tributários de Carter em nada: vários alegavam que haviam sido mais votados que o presidente em seus distritos, e que portanto o presidente devia algo a eles, e não o contrário.<sup>257</sup>

Além disso, o Congresso passara nos anos anteriores por uma reforma profunda da sua estrutura, procedimentos e quadros. Entre as mudanças, uma reorganização dos comitês, maior transparência nos procedimentos, a criação do *Congressional Budget Office* (CBO, responsável por fazer análises de política econômica e fiscal para o Congresso) e um aumento do quadro de funcionários em áreas cruciais como o serviço de pesquisa do Congresso (*Congressional Research Service*, CRS), escritório de implementação de programas dos comitês (*General Accounting Office*, GAO), e o escritório de processamento tecnológico (*Office of Technological Assessment*, OTA). Embora possam parecer mudanças meramente organizacionais e burocráticas, não devemos subestimar o aumento do poder do Congresso em processar informações, produzir conteúdo próprio (inclusive avaliação de políticas públicas) e otimização de gestão interna. Estas mudanças fizeram com que o Legislativo dependesse muito menos do material produzido pela Casa Branca e pelos Departamentos.<sup>258</sup> Cabe destacar a proliferação de subcomitês, que “empoderava” um número muito maior de congressistas, e transformava novatos do Congresso em indivíduos capazes de influenciar as discussões de políticas públicas.

Num contexto de enfraquecimento da influência dos partidos no sistema político e um Congresso de postura ativa, Carter necessitava de uma estrutura de negociação e composição de alianças no Congresso e em relação à opinião pública capaz de construir o apoio a seus projetos. Para tal finalidade, Carter tinha disponível o DPS de Eizenstat, responsável pela avaliação política. Não deveria se tratar de um órgão técnico, mas um órgão capaz de produzir análises da relação das políticas públicas com a política dos grupos de interesse. Nas palavras de Eizenstat:

---

<sup>256</sup> Jones, p. 49-51.

<sup>257</sup> Haas, p. 65.

<sup>258</sup> Jones, p. 55-67.

O que você quer no Staff de Política Doméstica na Casa Branca é alguém que possa sintetizar políticas públicas e articulação política. . . . Eu quero alguém que, quando se depara com um tema, levanta bandeiras de alerta. Você sabe, esta agência não vai gostar disto, e seria melhor conversar com eles sobre isso. Ou, este cara no Capitólio não vai gostar disso, ou este grupo de interesse não vai gostar disto. Que entenda os assuntos substantivamente, mas também as implicações políticas deles.<sup>259</sup>

Além do DPS, o *Office of Management and Budget* (OMB), ocupado inicialmente por Bert Lance e depois por seu vice James McIntyre, também tinha a incumbência de negociação política, porém operando no outro lado da balança fiscal, isto é, trabalhando pela preservação do equilíbrio orçamentário. Não era um escritório puramente técnico. Aliás, a saída de Bert Lance nos primeiros meses de governo é considerada uma perda grande na capacidade de articulação política do governo por conta da sua habilidade de negociação. Deste modo, era comum que o OMB e o DPS entrassem em conflito. O pessoal do OMB indicado pelo presidente acreditava que o DPS estava tomado pelos grupos de interesse, segundo um integrante do OMB:

Havia uma política implícita lá [no DPS] e esta era uma política expansionista. Envolver mais o governo nas coisas. O *staff* de política doméstica frequentemente era o defensor dentro da Casa Branca de posições tomadas por vários assistentes e subsecretários e vice-secretários assistentes. Eles não eram apenas representantes de grupos de interesse diretamente, mas também eram lutadores dentro do *establishment* por essas posições. Isto tomou forma . . . durante o processo de formulação do orçamento. Eles viriam e argumentariam sobre seus pontos.<sup>260</sup>

Os conflitos entre o DPS e o OMB por conta da política fiscal serão retomados no capítulo 5.

Além do DPS e do OMB, é necessário citar outros dois escritórios da Casa Branca: o *Office of Congressional Liaison* e o *Office of Public Liaison*.

Dirigido por Jack Moore, o *Office of Congressional Liaison* era o escritório responsável pela relação da Casa Branca com o Congresso. Moore trabalhara anteriormente

---

<sup>259</sup> Entrevista de Eizenstat ao Miller Center, p. 7-8. No original: “What you want on the Domestic Policy staff at the White House is someone who can synthesize politics and policy . . . . I want someone who, when he sees an issue, has red flags going up. You know, this agency is not going to like it, and I’d better talk to them about it. Or, this guy on the Hill is not going to like it or this interest group is not going to like it. Who understands the issues substantively but who also understands the political implications of it”

<sup>260</sup> Jones, p. 91. No original: “There was an implicit policy there [in the DPS] and it was an expansionary policy. Get government more involved in things. The domestic policy staff oftentimes was the advocate within the White House for the positions taken by various assistant and under secretaries and deputy assistant secretaries. They not only were representatives of interest groups directly, but they also were fighters within the establishment of these positions. This took form . . . during the budget process. They would come and argue their points there”.

como *liaison* de Carter com o Congresso da Georgia, no período em que Carter fora governador. Foi escolhido pelo presidente por ser uma pessoa de sua confiança, com um perfil mais gerencial. Considerando a personalidade de Carter, isto poderia ser interpretado como priorizar as negociações com o Congresso. Entretanto, a nomeação de Moore gerou apreensão desde antes da posse. Segundo Dom Bonafede, repórter do *National Journal*,

Vários ocupantes de cargos vinham a Washington precedidos por suas reputações. A chegada de Moore, infelizmente, foi precedida por críticas dois meses e meio antes de ele formalmente se tornar assistente do presidente para relações parlamentares. De acordo com essas visões, ele era insensível às leis não escritas do protocolo que ajudavam a determinar a relação entre os ramos executivo e legislativo do governo. Foi alegado que ele frequentemente não retornava ligações telefônicas, negligenciava pedidos e perdia compromissos com membros do Congresso.<sup>261</sup>

Embora surgissem queixas à atuação de Moore, o presidente o manteve no cargo durante os quatro anos de governo. Como afirma Jones, não retornar ligações não é um fenômeno desconhecido em Washington. Entretanto, quando esta atitude provém de um quadro sem familiaridade com Washington empregado por um presidente considerado indiferente ao Congresso, deixa de ser interpretado como parte do “jogo de prestígio” de Washington e passa a ser entendido dentro do quadro de hostilidade política.

O *Office of Congressional Liaison* tinha lobistas separados para operar na Câmara e no Senado. Na Câmara, os lobistas foram inicialmente liderados por Frederick T. Merrill, Jr., que havia sido coordenador do Democratic Study Group da Câmara de 1969 a 1976; com sua saída prematura, em maio de 1977, assumiu a posição William H. Cable, diretor do Comitê de Administração da Câmara. No Senado, o time de lobistas foi liderado por Dan C. Tate, que fora assistente legislativo do Senador Herman E. Talmadge, Democrata da Georgia, durante sete anos. Em abril de 1977, Bob Thomson, assessor do Senador democrata Lloyd Bentsen em sua campanha nas primárias democratas viria fazer companhia a Tate. As mudanças, de maneira geral, traziam ainda mais experiência ao *lobby* da Casa Branca. As críticas de que o lobby da Casa Branca era feito por pessoas sem experiência aplicava-se apenas ao caso de Moore, que diriria o *Office of Congressional Liaison*.

---

<sup>261</sup> Dom Bonafede, “Carter’s Relationship with Congress – Making a Mountain Out of a ‘Moorehill’”, *National Journal*, 26 de março de 1977, p. 456. Apud Jones, p. 101. No original: “Numerous officials come to Washington preceded by their reputations: Moore’s arrival, unfortunately, was preceded by criticism 2 ½ months before he formally became assistant to the President for congressional relations. According to these reports, he was insensitive to the unwritten laws of protocol that help determine the relationship between the executive and legislative branches. It was alleged that he often failed to return phone calls, neglected requests and missed appointments with members of Congress”.

Além do *Office of Congressional Liaison*, havia também o *Office of Public Liaison*. Enquanto a função do primeiro era estritamente lidar com as relações da Casa Branca com o Congresso, o *Office of Public Liaison* possuía a função de dialogar com a sociedade civil, inclusive os movimentos sociais da coalizão liberal. Até meados de 1978, o cargo foi ocupado por Margaret (Midge) Costanza, militante democrata e feminista, apoiadora de primeira hora de Carter nas eleições. Embora Carter, pessoalmente, apreciasse o trabalho de Costanza, ela caíra em desgraça por seus posicionamentos frequentemente contrários ao governo, mais fiéis aos movimentos com que dialogava do que à Casa Branca. O cargo é então assumido por Anne Wexler, membro da ONG *Common Cause* e também apoiadora de Carter nas eleições (a demissão de Costanza e suas implicações para o movimento feminista serão abordadas mais adiante). Enquanto Costanza dirigia o escritório, ela fez do *Office of Public Liaison* basicamente uma porta aberta para todos os movimentos sociais que quisessem conversar com a Casa Branca. Com a entrada de Wexler, o escritório passou a dirigir seus esforços para a construção de coalizões do Congresso através da mobilização de movimentos sociais e demais entidades (inclusive empresariais) da sociedade civil. Já que Carter não poderia contar mais com o alinhamento automático da coalizão democrata para aprovar seus projetos (por conta do esfacelamento da coalizão que sustentou o New Deal, o realinhamento do sistema partidário americano e as ideias de Carter sobre o interesse público em oposição ao interesse dos políticos em Washington), adotou-se uma estratégia de construir coalizões *ad hoc* para cada tema de interesse do governo no Congresso.<sup>262</sup> O DPS e o *Office of Public Liaison* identificavam possíveis interessados na aprovação de uma medida de interesse do governo e procuravam envolver esses grupos no processo legislativo, desde a formulação dos projetos até sua tramitação no Congresso. Havia, de modo geral, bastante colaboração entre o *Office of Public Liaison* e o *Domestic Policy Staff*.<sup>263</sup>

Além de todos os escritórios supramencionados, havia também os diversos escritórios internos que cada departamento da administração possuía para gerir as relações com o Congresso. Grosso modo, portanto, a construção de coalizões legislativas se dava por cinco canais principais:

1. O *Office of Congressional Liaison*, dirigido por Frank Moore;
2. O *Office of Public Liaison*, especialmente a partir do momento em que Wexler assumiu sua direção;
3. O *Domestic Policy Staff* (DPS) de Eizenstat;

<sup>262</sup> Entrevista de Wexler ao Miller Center, p. 48-50.

<sup>263</sup> Entrevista de Wexler ao Miller Center, p. 52.

4. O *Office of Management and Budget* (OMB) de Bert Lance e posteriormente James McIntyre.
5. Os diversos *liaisons* de cada departamento que faziam a ligação destes com o Congresso.

Nos primeiros meses de governo, todas os escritórios, em particular aqueles ligados à Casa Branca, sofreram com a determinação de contenção de pessoal por parte do presidente. Carter, querendo dar o exemplo em matéria de racionalização administrativa, determinou que o staff da Casa Branca deveria ser reduzido em um terço. Embora fosse um gesto simbólico importante das promessas de eficiência burocrática, trouxe muitas dificuldades ao governo; considerando a quantidade de propostas legislativas e a ansiedade dos parlamentares e grupos de interesse em ter contato com o presidente, logo os canais de contato da Casa Branca com o Legislativo e a sociedade civil se viram saturados, pois não tinham pessoal para lidar com a demanda. Além disso, Carter decidira abolir o cargo de chefe de pessoal (*chief of staff*); Carter queria ter acesso direto ao seu gabinete, e considerava que o cargo de chefe de pessoal trazia memórias tenebrosas do período Nixon, em que o acesso ao presidente era controlado por um pequeno grupo que acabou adquirindo poderes ilimitados. O resultado disso foi que a desorganização administrativa foi agravada, pois seria incumbência do chefe de pessoal organizar a estrutura e a relação entre os distintos departamentos e deles com o escritório. O chefe de pessoal é uma espécie de gerente do governo, e não havia, nos primeiros meses, quem pudesse suprir esta lacuna. Com o tempo, Eizenstat, Bert Carp (seu vice) e o DPS acabariam assumindo esta responsabilidade, até que uma reforma do governo (da qual trataremos adiante) nomearia Hamilton Jordan o novo chefe de pessoal em 1979.

#### 4.3 ESTABELECENDO UM ESTILO DE GOVERNAR (JANEIRO DE 1977 – JANEIRO DE 1979)

##### 4.3.1 O plano energético de 1977

A agenda legislativa dos dois primeiros anos de governo de Jimmy Carter era ambiciosa, para dizer o mínimo. Logo no início do mandato, Carter encarregou James Schlesinger, futuro Secretário de Energia (a secretaria ainda precisaria ser criada, com aprovação do Congresso, mas os trabalhos se iniciaram antes mesmo disto) e seu *staff* de desenhar um plano energético para os EUA, visando particularmente conter a dependência do

petróleo e do gás natural. Deu a Schlesinger o prazo de três meses para aparecer com um plano pronto, que seria a proposta enviada ao Congresso. Sabendo dos interesses poderosíssimos que cercavam o tema, em especial das petrolíferas e da extração de gás natural, Carter determinara a Schlesinger que o projeto seria formulado em sigilo absoluto. Teria um perfil eminentemente tecnocrático, e teria de lidar, entre outros temas sensíveis, com a desregulamentação do comércio de gás natural.

Schlesinger passara a maior parte do tempo, nos primeiros meses, envolvido com a criação do novo Departamento de Energia. Embora tenha solicitado mais tempo para a divulgação do novo plano, Carter negou, pois tinha a intenção de apresentá-lo já em abril. O tema da energia era muito apropriado à filosofia política de Carter: um tema complexo, com muitas implicações técnicas, de compreensão difícil por parte da opinião pública e cercado de interesses particulares. Em 2 de fevereiro de 1977, num dia gélido de um dos invernos mais frios da história americana, Carter se dirigira à população num “fireside chat”. De suéter, com uma lareira acesa ao fundo, Carter falou aos ouvintes sobre a necessidade de enfrentar o problema energético americano. “We must face the fact that the energy shortage is permanent. There is no way we can solve it quickly”.<sup>264</sup> Nas primeiras semanas de governo, o Congresso aprovara sem delongas uma medida emergencial, chamada de *Emergency Natural Gas Act*, que permitia ao presidente alocar o gás natural de acordo com a necessidade em casos de emergência. Durante o inverno, fábricas e prédios públicos estavam fechando por conta de uma crise de desabastecimento de gás. O marco regulatório então vigente estabelecia tetos muito baixos para o preço do comércio interestadual de gás natural, o que desestimulava a venda de estados produtores para estados consumidores. Enquanto o problema da regulação não fosse resolvido, estes poderes de emergência serviriam ao menos para gerenciar crises como a de 1977.

Embora Schlesinger tenha mantido, de modo geral, em segredo o conteúdo geral do plano, teve de se consultar com algumas áreas afetadas diretamente por ele, como o Departamento de Tesouro (no que se referia a taxas); a *Federal Energy Agency* (FEA) e o *Energy Research Development Agency* (antiga comissão de energia atômica) e com o Senador Henry Jackson e o Deputado John Dingell, chefes dos comitês de energia das duas casas.<sup>265</sup> O resultado, divulgado em abril, seria um plano de 113 provisões reunidas num único pacote. Dentre as mais importantes, estavam:

---

<sup>264</sup> Haas, p. 68.

<sup>265</sup> Hargrove, p. 49.

1. Uma taxa de cinco centavos por cada galão de gasolina consumido acima de uma meta nacional, a se iniciar em 1979.
2. Uma taxa extra sobre a venda de carros que não atingissem os padrões de economia de consumo de combustível estabelecidos pelo governo.
3. Uma série de créditos para o uso de energias renováveis e projetos de economia de energia, novos padrões de eficiência para aparelhos e construções etc.
4. Taxação do petróleo cru de modo a elevar os preços ao nível do mercado internacional; o dinheiro arrecadado seria devolvido ao público na forma de créditos fiscais (o objetivo, portanto, era encarecer o petróleo mas sem penalizar a população).
5. Controle federal dos preços do gás natural no comércio intraestadual; estabelecimento de novos patamares para novas extrações de gás; preços mais baratos para residências e mais caros para indústrias.
6. Encorajamento da adoção do carvão pelas indústrias e expansão da produção de urânio enriquecido.
7. Estímulo à instalação de equipamentos de energia solar e o fim do controle do preço da gasolina.

Carter anunciara as medidas num discurso em 18 de abril de 1977. Na introdução, Carter já dá o tom do que irá dizer:

Esta noite eu quero ter uma conversa desagradável com vocês sobre um problema sem precedentes na nossa história. Com a exceção de prevenir a guerra, este é o maior desafio que nosso país enfrentará durante nosso tempo de vida.

A crise energética ainda não nos esmagou, mas o fará se nós não agirmos rapidamente. É um problema que nós não estaremos aptos a resolver nos próximos anos, e é provável que se torne progressivamente pior até o final deste século.

Não devemos ser egoístas ou tímidos se esperamos ter um mundo decente para nossos filhos e netos. Nós simplesmente precisamos balancear nossas demandas por energias com nossos recursos, que diminuem rapidamente. Agindo agora podemos controlar nosso futuro em vez de deixá-lo nos controlar.<sup>266</sup>

---

<sup>266</sup> Jimmy Carter, Address to the Nation on Energy, 18 de abril de 1977. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=7369&st=&st1=>

No original: “Tonight I want to have an unpleasant talk with you about a problem that is unprecedented in our history. With the exception of preventing war, this is the greatest challenge that our country will face during our lifetime.

The energy crisis has not yet overwhelmed us, but it will if we do not act quickly. It's a problem that we will not be able to solve in the next few years, and it's likely to get progressively worse through the rest of this century.

Nele, Carter detalha as principais medidas do plano e cita diversas cifras para comprovar que o futuro dos EUA está em perigo se algo não for feito urgentemente em relação à crise energética. O presidente chega a chamar a questão de “moral equivalent of war”, remetendo ao filósofo americano William James.

Dois dias depois, Carter apresenta o plano numa sessão conjunta do Congresso. É provável que alguns congressistas tenham mesmo se ressentido do fato de o plano ter sido apresentado primeiro à população, e depois aos congressistas.

O desejo do governo era que as medidas fossem analisadas conjuntamente, como um só projeto. Com o apoio do Presidente da Câmara, Tip O’Neill, criou-se uma comissão ad hoc extraordinária para assuntos energéticos, que coordenaria os cinco comitês a quem a reforma tocava diretamente e agilizaria o trabalho, permitindo que a medida tramitasse inteira, sem desmembramentos. Mais importante, a centralização diminuiria a força dos lobbies que se faziam sentir nas comissões e subcomissões. Deste modo, o projeto tramitou pela Câmara quase que intacto. Quando chegou ao Senado, entretanto, não contou com a mesma boa vontade por parte do líder da maioria, Robert Byrd. O projeto teve de tramitar por diversas comissões, na qual foi desmembrado e vítima dos diversos lobbies referentes à área de energia. Por lá, ficaria até o penúltimo dia de funcionamento do Senado, em outubro de 1978. A versão aprovada lembrava pouco o pacote original. A disposição de taxar o petróleo para elevá-lo ao preço internacional, considerada a medida mais importante do pacote por Carter, foi derrubada pelo comitê de finanças do senado. A única taxa que sobreviveu ao crivo do Senado foi a que incidia sobre carros considerados ineficientes, e mesmo assim numa versão mais atenuada. O pacote, na sua versão final, previa, portanto, a desregulamentação dos preços da gasolina, sem a taxação correspondente. O objetivo, com isso, era fomentar a produção com o estímulo do livre mercado. De modo geral, as críticas das empresas sobre o plano original iam no sentido de que a melhor forma de resolver a crise energética americana seria deixar o mercado resolvê-la. Carter, por sua vez, planejava uma transição lenta que impusesse preços de mercado para cercear o consumo, ao mesmo tempo que não permitiria que as empresas permanecessem com todo o lucro. Alguns membros do Congresso, incluindo aí o Senador Ted Kennedy, de Massachusetts, organizações de defesa dos direitos do

consumidor e sindicatos denunciaram o plano e pediram a Carter que o vetasse.<sup>267</sup> O presidente concluiu, entretanto, que mesmo numa versão diluída seria melhor ter algum plano do que nenhum (inclusive porque um veto seria o reconhecimento do fracasso das negociações com o Congresso), e decidiu sancionar o plano como estava. Ficaria, portanto, para o 96º Congresso (1979-1981) um novo plano para lidar com o déficit energético americano.

De modo geral, várias razões podem ser aventadas para o fracasso do plano. Além da forte influência dos lobistas em Washington, podemos aventar também a excessiva ambição do plano de redesenhar o sistema energético norte-americano, elaborado por um departamento ainda inexistente (que ainda não possuía uma estrutura de relação institucional com o Congresso), a portas fechadas, sem participação prévia dos congressistas, sem uma estratégia de mobilização de grupos de interesse (com a posse de Wexler, criou-se uma força-tarefa para lidar com o plano já nos estágios finais de sua tramitação). Deste modo, propor no primeiro ano uma tarefa hercúlea como esta, lidando com tantos temas delicados ao mesmo tempo, sem uma estrutura de relações institucionais com o Legislativo, certamente explica o fracasso do governo em aprovar mudanças mais significativas no setor energético americano.

#### **4.3.2 Reforma do sistema de bem-estar social**

Durante a campanha, Carter prometera realizar uma reforma do sistema de bem-estar social americano, tornando-o mais “pro-work” e “pro-family”.<sup>268</sup> Com isto, ecoava críticas dos conservadores que questionavam a legislação de seguridade social. São críticas que existem desde que legislação de proteção aos mais pobres existem: a de que a ajuda econômica não serviria de incentivo para que os pobres procurassem emprego. Além disso, particularmente um programa do sistema norte-americano irritava os conservadores, e tinha implicações também na “defesa da família”, tema também ecoado na campanha por Carter: era o AFDC (*Aid to Families with Dependent Children*). Este programa consistia numa ajuda a mães solteiras que tivessem filhos para criar, e era estigmatizado como um estímulo à desagregação da família. O dinheiro serviria para manter amantes desempregados e estimular a existência de mães solteiras. Embora Carter não compactuasse com este diagnóstico, via como verdadeiro o fato de que era preciso também ajudar mais a famílias que permanecessem íntegras. De modo geral, os conservadores utilizavam o AFDC como um exemplo das

---

<sup>267</sup> Haas, p. 71.

<sup>268</sup> Hargrove, p. 54.

“welfare queens”, mulheres solteiras que viveriam de fraudar o sistema de bem-estar social americano. Não raro, este tipo de crítica possuía repercussões raciais, dado o número desproporcional de negros dependentes dos programas do governo.

Embora Carter não compartilhasse das críticas que faziam uso de estereótipos raciais, era evidente que o programa possuía distorções. Uma família de Nova York com quatro filhos que estivesse inscrita no AFDC receberia US\$ 430 dólares por mês, enquanto alguém que trabalhasse 40 horas por semana recebendo o salário mínimo teria apenas US\$ 368 dólares, e o pior: ao contrário da família no AFDC, não estaria qualificada para o Medicaid, o plano de assistência de saúde do governo.<sup>269</sup> A promessa de Carter era, portanto, corrigir as distorções e racionalizar aquilo que chamara durante a campanha de “welfare mess”.

No início do governo, Carter encarregara Joseph Califano, secretário do HEW, a produzir uma proposta de um plano abrangente, que redesenhasse o sistema de seguridade social norte-americano. O presidente eleito foi alertado ainda em dezembro de 1976 que uma reforma incrementalista, isto é, que criasse e modificasse programas existentes pontualmente, teria uma probabilidade de sucesso no Congresso muito maior. Carter, entretanto, respondera que insistiria na abordagem abrangente, e que seu objetivo era mandar a reforma do sistema de seguridade social antes da proposta de um seguro de saúde, para dar credenciais “conservadoras” à sua gestão.<sup>270</sup>

Deste modo, Califano foi encarregado de produzir uma proposta conjunta com o Departamento de Trabalho, de Ray Marshall, até o dia 1º de maio. Mais importante, segundo Carter, o plano não deveria custar nenhum centavo a mais do que os programas existentes. Numa reunião de 25 de março, Califano apresentou sua proposta a Carter. O presidente perguntou ao secretário do HEW: “Joe, se você tivesse de começar do zero, este é o tipo de sistema que você criaria?” Califano sacudiu a cabeça negativamente. “Neste caso”, Carter disse, “eu quero que você pegue todo o dinheiro que está sendo gasto em programas de bem-estar social e redesenhe o sistema inteiro usando a mesma quantia”. Já no dia 11 de abril, retornando para apresentar novas propostas, Califano ofereceu três alternativas. Ao final, entretanto, afirmou: “Sr. Presidente, não creio que nenhum desses planos seja realmente adequado a não ser que aumentemos os gastos atuais”. Carter então explodiu: “Você está me

---

<sup>269</sup> James T. Patterson, Jimmy Carter and Welfare Reform. In: Fink, Graham, **The Carter Presidency: policy choices in the Post New Deal Era.** p. 121.

<sup>270</sup> Hargrove, p. 54.

dizendo que não há maneira de melhorar o atual sistema de bem-estar social a não ser que gastemos bilhões de dólares? Neste caso, para o inferno! Estamos perdendo nosso tempo.”<sup>271</sup>

A reforma do sistema de saúde é ilustrativa de como funcionava a abordagem tecnocrática de Carter e também do papel do DPS na mediação de conflitos entre departamentos. Enquanto os analistas do HEW preferiam o fortalecimento dos programas que mantivessem a renda dos que recebiam ajuda do governo, a ênfase dos técnicos do Departamento de Trabalho era em programas que estimulassem as pessoas a procurar emprego. Os economistas do HEW não acreditavam que haveria empregos públicos suficientes para oferecer a quem estivesse desempregado e em condições de trabalhar. Surgiu-se então um impasse nas negociações, que o DPS não conseguira dissipar.<sup>272</sup>

Numa reunião de 26 de abril de 1977, quando o prazo já se tornava exíguo para o HEW, Califano apresentou ao presidente dois planos que procuravam manter o mesmo nível de gastos: um com ênfase na geração de empregos e outro com ênfase nos programas de assistência, como os “food stamps” e auxílios diversos. Carter reafirmou que desejava um plano que contemplasse as duas vertentes, que anunciaria seus princípios em maio, o programa completo em agosto e o projeto de lei em setembro. Também fez questão de dizer que o plano não poderia exceder em custos o sistema então vigente.<sup>273</sup>

Aqui, Hargrove especula que Califano não compreendia bem a forma de Carter de lidar com o *policy-making*. De fato, posteriormente Califano poderia acrescentar programas no valor de um bilhão. O que Carter realmente esperava de Califano era um programa ideal com base técnica que mantivesse os custos, a partir do qual o presidente poderia fazer eventuais concessões e modificações. É um exemplo do que Hargrove quer dizer quando chama Carter de um *policy politician*: não se trata de se aferrar a todo custo a um programa ideal, mas partir de uma base tecnocrática e manter o plano o máximo possível como no original, fazendo as concessões que fossem consideradas necessárias para a aprovação do projeto.<sup>274</sup>

Após diversas tentativas, em meados de maio o HEW e o Departamento de Trabalho chegaram a um acordo, com auxílio de Bert Carp, vice de Eizenstat e o corpo do DPS. Note-se que, a partir desta experiência, o DPS passa a receber cada vez mais atribuições no que se refere à mediação no processo de *policy-making*. Isto era particularmente necessário por conta do desejo de Carter que seu governo fosse um “governo ministerial” (*cabinet government*). Se

---

<sup>271</sup> Patterson, p. 125.

<sup>272</sup> Hargrove, p. 55.

<sup>273</sup> Hargrove, p. 57.

<sup>274</sup> Hargrove, p. 57.

seria dado autonomia aos membros do ministério, por outro lado seria necessário um escritório da Casa Branca para mediar esses conflitos, em especial porque Carter optara por não ter um chefe de pessoal (*chief of staff*).

O programa final, anunciado em agosto, emblematicamente, chamava-se *Program for Better Jobs and Income* (PBJI).<sup>275</sup> Ao mesmo tempo que reduzia o valor de diversos benefícios, os expandia para abranger maior número de pessoas. Também propunha uma unificação do AFDC com os “food stamps” e os pagamentos da seguridade social, num valor único em dinheiro. O programa nunca chegou a ser votado em plenário, e seria sepultado junto com o recesso do 95º Congresso, em 1978. O próprio Carter posteriormente admitiria que não empenhou muito capital político na aprovação da reforma, e que o plano energético era a maior prioridade do governo. O projeto de reforma do sistema de bem-estar social seria vítima, junto com outros projetos do primeiro biênio, da saturação da agenda legislativa com muitos projetos considerados prioritários e complexos demais para serem tratados ao mesmo tempo. Além disso, o projeto foi bombardeado por associações como a *American Public Welfare Association*, a *National Association of Social Workers*, o AFL-CIO e a *United States Catholic Conference*, além de políticos liberais. Os benefícios seriam considerados baixos, em média dois terços da quantia necessária para sair da linha de pobreza. Além disso, o plano tampouco oferecia alívio para as cidades e estados, já que trinta e oito estados teriam de suplementar o programa federal para manter os níveis anteriores de ajuda.<sup>276</sup> Isto é, a proposta interessava a poucas organizações da sociedade civil, a poucos congressistas e não possuía organicidade.

### 4.3.3 A saída de Bert Lance do governo

No verão de 1977, Bert Lance estava sendo investigado pelo *Office of the Controller of the Currency* (agência reguladora dos bancos do país) por operações realizadas no National Bank de Calhoun e no Atlanta’s National Bank, ambos na Georgia. Lance estava sendo acusado de emprestar dinheiro a familiares sem garantia adequada, feito operações temerárias e violado normas reguladoras. Embora as acusações parecessem dúbias, membros do Congresso e editoriais de jornal começaram a pedir pela renúncia de Lance, argumentando que ele não teria mais condições de ocupar o OMB. Lance chegou a passar por três dias de interrogatório televisionado numa comissão de investigação do senado em meados de

<sup>275</sup> Programa para Melhores Trabalhos e Salários, na tradução literal.

<sup>276</sup> Patterson, p. 129.

setembro.<sup>277</sup> Nas entrevistas coletivas, não havia espaço para a extensa pauta do governo: o assunto era apenas Bert Lance. Mesmo que fosse inocentado posteriormente (como de fato foi), a cobrança era por conta do alto padrão de moralidade que fora estabelecido por Carter ao chegar à Casa Branca. A resistência de Carter a demitir um amigo tão próximo, que ele tinha convicção de ser inocente, foi interpretado pela imprensa como uma proteção indevida a um “chapa”, que contradizia tudo o que Carter houvera falado sobre moralização do governo e transparência na Casa Branca. De maneira geral, a cobertura do caso Lance é considerado o fim da lua de mel com o governo. Segundo Hamilton Jordan, em entrevista ao Miller Center, o caso Lance teve repercussão forte no governo, a ponto de, segundo ele, paralisar as atividades da Casa Branca por três meses.<sup>278</sup>

Para Carter, a perda de Lance possuía um significado pessoal: “É difícil para mim explicar o quão próximo Bert estava de mim ou o quanto eu dependia dele. Até meus amigos mais próximos da Geórgia nunca entenderam inteiramente a extensão da nossa relação.”. E mais adiante:

Bert estava apto a obter apoio para nossos programas entre os líderes políticos e profissionais do estado. A comunidade de negócios o via como um deles, mas ele também tinha relações boas com o sindicalismo e outros grupos especiais interessados em direitos civis, direito do consumidor e progresso social. Ele tinha essa habilidade nas relações humanas em Washington. De todos os georgianos que eu trouxe para a Casa Branca, ele era o melhor em cimentar laços com os membros-chave do Congresso, e com líderes financeiros e de negócios..<sup>279</sup>

#### 4.3.4 A revisão dos projetos de infraestrutura

Além do “Caso Bert Lance” e do corte de pessoal e reorganização da Casa Branca por Carter, um outro acontecimento de 1977 dificultou muito a relação de Jimmy Carter com o Congresso: o veto a um conjunto de obras de infraestrutura, genericamente conhecido como “water projects” (posto que boa parte deles era de represas e barragens), consideradas por Carter como desnecessárias e ineficazes.

---

<sup>277</sup> Haas, p. 62.

<sup>278</sup> Entrevista de Hamilton Jordan ao Miller Center of Public Affairs, p. 19 e *passim*. V. também Jones, p. 150-153.

<sup>279</sup> Carter, *Keeping Faith*, p. 128. No original: “It is difficult for me to explain how close Bert was to me or how much I depended on him. Even my closest friends in Georgia have never fully understood the extent of our relationship”; “Bert was able to engender support for our programs among the political and professional leaders of the state. The business community looked on him as one of its own, but he also had good relations with labor and other special groups interested in civil rights, consumer affairs, and social progress. He took this skill in human relations to Washington. Of all the Georgians I brought to the White House, he was the best at cementing ties with key members of Congress, and with business and financial leaders”.

Não era segredo em Washington que muitas das obras de infraestrutura propostas por membros do Congresso tornavam-se uma espécie de vitrine para esses candidatos: eles esperavam que a população votasse a seu favor nas eleições como retribuição por ter levado a seu distrito uma obra que gerava empregos e supostamente garantia o bem-estar da população. Estas obras, de modo geral, não passavam por nenhum tipo de auditoria externa sobre a sua validade, nem eram submetidas a critérios rigorosos: de maneira geral, o executivo concedia as verbas, sem analisar os projetos à luz de normas padronizadas. Este fenômeno é muito antigo na política americana, e é chamado comumente de “pork-barrel projects”.

Carter já visava projetos deste tipo havia algum tempo. Como afirma em seu livro de memórias, *Keeping Faith*:

Como governador e durante minha campanha, eu repetidamente enfatizei a necessidade de eliminar o desperdício e os “pork-barrel projects” no governo federal. Algumas pessoas ouviram e compreenderam o que eu estava dizendo. Os membros do Congresso, não. Eles ficaram abismados quando eu me movi para cortar os piores exemplos deste abuso.<sup>280</sup>

Tendo de apresentar seu primeiro orçamento (na realidade uma revisão do orçamento proposto por Gerald Ford) já em fevereiro de 1977, Carter anunciou nele a revisão de 19 desses projetos, que afetavam um total de 17 estados. Mais tarde, aumentou o número para 32 projetos, de 23 estados. Um terço dos democratas do Congresso aproximadamente eram de estados afetados pelos cortes, inclusive vários dos chefes de comitês e subcomitês importantes do Congresso. Ao final, Carter decidira que 18 desses projetos deveriam ser excluídos ou totalmente reformulados.<sup>281</sup> Além disso, Carter desejava estabelecer critérios definitivos para a avaliação desses projetos, além de alocar as verbas totais para um projeto logo no seu início. Até então, as verbas eram concedidas anualmente, o que estimulava desperdícios e elevação de custos durante a obra, e em troca estabelecia uma relação clientelista dos congressistas com o presidente, já que a possibilidade de barganha era anual no antigo sistema.

Instaurou-se, a partir daí, uma disputa entre os deputados interessados e o presidente, ao longo dos dois primeiros anos da gestão de Carter. Embora tenha assinado uma solução de compromisso proposta por Tip O’Neill em 1977, que incluía a sanção de alguns dos projetos sob análise, Carter novamente os vetou no orçamento apresentado em 1978 para o ano

---

<sup>280</sup> Carter, *Keeping Faith*, p. 78. No original: “As governor and during my campaign, I had repeatedly emphasized the need to eliminate waste and pork-barrel projects in the federal government. Some of the people had heard and understood what I was saying. The members of Congress had not. They were amazed when I moved to cut out the worst examples of this abuse”

<sup>281</sup> Jones, p. 144.

seguinte. Numa votação na Câmara em 5 de outubro de 1978, o veto do presidente foi mantido, por uma diferença de 53 votos para atingir os dois terços necessários. Praticamente todos os líderes democratas votaram a favor da derrubada do veto de Carter a esses projetos.<sup>282</sup>

Embora Carter tenha cedido e permitido, em 1977, a inclusão de alguns projetos considerados desnecessários, diversos líderes democratas no Congresso jamais o perdoaram. Consideravam que, afinal de contas, estavam mais próximos que o presidente de seus distritos e conheciam melhor suas necessidades. Além disso, haviam empenhado seu nome para emplacar estes projetos, e agora eles se tornariam uma arma contra eles. Nas palavras de William Cable:

Do lado do Congresso, a maioria desses caras sofreu de alguma agonia pessoal em seus distritos congressuais para iniciar estes projetos. Eu quero dizer, não era uma decisão unânime em seus distritos fazer algumas destas coisas. Eles tiveram de pagar algum preço político para tocar alguns desses projetos. E eu me lembro de Carl Perkins dizendo que era uma coisa pessoal que Yatesville Lake tinha sido parada. Ele dizia, “Você sabe, eles vão passar de carro por lá e vão me culpar por aquele buraco no chão para sempre. Quero dizer: para sempre. Como ele pôde fazer isso comigo?” Ou seja, havia este tipo de coisa pessoal..<sup>283</sup>

Não era de se esperar que um presidente “trustee” fosse sensível a esse tipo de apelo. Entretanto, era este tipo de atitude que atiçava a animosidade dos democratas contra seu próprio presidente. Na avaliação de Bert Lance, a decisão de Carter de reavaliar estes projetos era “the worst political mistake he made, and its effects lasted the rest of his term and doomed any hopes we ever had of developing a good, effective working relationship with Congress”.<sup>284</sup> Carter, entretanto, não se arrepende. Em *Keeping Faith*, refletindo retrospectivamente, lamenta ter assinado um acordo proposto por Tip O’Neill em 1977 que incluía algumas dos projetos considerados desperdício:

---

<sup>282</sup> Haas, p. 76.

<sup>283</sup> Entrevista de Frank Moore ao Miller Center of Public Affairs, p. 157. No original: “From the Congressional side, most of these guys had put up with some personal agony in their own congressional districts in order to start those projects. I mean it wasn’t a unanimous decision in their own districts to do some of these things. They had to pay some political price to get some of these projects going. And I remember Carl Perkins telling that it was a personal thing that Yatesville Lake was stopped. He said, “You know, they’re going to drive by there and blame me for that hole in the ground forever. I mean it: forever. How could he do this to me?” I mean there was that personal kind of thing”.

<sup>284</sup> Bert Lance, “The truth of the matter: my life in and out of politics”, New York, Summit Books, p. 114. Apud Jeffrey K. Stine, *Environmental Policy during the Carter Presidency*, In: *The Carter Presidency: policy choices in the Post-New Deal Era*. p. 185.

A proposta de compromisso deveria ter sido vetada porque, apesar de conter alguns atrativos, ainda incluía itens desperdiçadores que meus apoiadores no Congresso e eu nos opúnhamos. Assinar esta lei certamente não foi o pior erro que já cometi, mas podia ser corretamente interpretada como um sinal de fraqueza da minha parte, e eu me arrependo disso tanto quanto qualquer decisão orçamentária que tomei como presidente.

Depois, no tema, não fui tão tímido. Em outubro de 1978, eu vetei a proposta anual de obras públicas porque incluía alguns dos mesmos projetos de barragens e represas. Foi recompensador prevalecer, ainda que quase todos os líderes democratas tenham se alinhado contra mim, mas a batalha deixou cicatrizes profundas.<sup>285</sup>

#### 4.3.5 Reforma do sistema de saúde norte-americano

Parte da plataforma de campanha e de promessas do candidato Carter em 1976, a criação de um sistema de saúde pública nos EUA era uma bandeira antiga do partido. O Senador Ted Kennedy, democrata de Massachusetts, fizera do tema uma das principais bandeiras de sua carreira política, defendendo a criação imediata de um sistema de atendimento universal. Carter, entretanto, possuía uma solução mais gradual. Considerando que o corte de despesas era uma de suas principais metas, considerava que antes da criação de uma cobertura pública seria necessário reduzir os custos das despesas hospitalares, que haviam crescido duas vezes e meia mais que a inflação nos anos anteriores e prometiam subir ainda mais no futuro.<sup>286</sup> A proposta foi enviada ao Congresso em abril de 1977, mas lá ficou tramitando ao longo de toda a sessão legislativa, passando pelos vários comitês referentes ao tema no Congresso.

O tema da contenção de custos com despesas hospitalares era delicado por dois motivos: além de se tratar de um dos *lobbies* mais bem estruturados de Washington, era um tema que tinha dificuldade de reunir apoio popular, já que a maior parte da opinião pública, inclusive dos trabalhadores sindicalizados, já possuía alguma forma de seguro de saúde: portanto, não sentiam na pele o aumento dos custos, que lhes era repassado apenas indiretamente através dos reajustes dos planos.

Embora o Senado tenha aprovado um plano de compromisso em plenário, atenuado em relação ao plano original, a Câmara derrotou a nova versão do plano no Comitê de

---

<sup>285</sup> Keeping Faith, p. 79. No original: “The compromise bill should have been vetoed because, despite some attractive features, it still included wasteful items which my congressional supporters and I had opposed. Signing this act was certainly not the worst mistake I ever made, but it was accurately interpreted as a sign of weakness on my part, and I regretted it as much as any budget decision I made as President. Later, on the issue, I was not so timid. In October 1978, I vetoed the annual public-works bill because it included some of the same water projects. It was rewarding to prevail even though almost every Democratic leader lined up against me, but the battle left deep scars”.

<sup>286</sup> Jones, p. 163.

Comércio Interestadual e Exterior (*Committee on Interstate and Foreign Commerce*), numa votação apertada por 22 a 21. Ela não chegou a ir a plenário. A derrota do plano no 95º Congresso era talvez o maior ícone da influência dos *lobbies* e dos grupos de interesse em Capitol Hill. Os *lobbies* da reforma da saúde e em outros temas importantes do Governo Carter serão tratados em mais detalhe no capítulo 5, em particular o debate que se instaurou entre Carter e os liberais, liderados por Kennedy, que o culpavam pela não aprovação do plano. Carter, por sua vez, denuncia o boicote de Kennedy a sua iniciativa. Fato é que, embora rivais no assunto, ambos identificavam o *lobby* de organizações da área médica, como a *American Medical Association* (AMA), que doara dinheiro para vários membros do comitê que rejeitou a reforma. Nas palavras de Carter, em suas memórias:

Nunca pude ser bem sucedido neste esforço, que poderia ter economizado ao povo americano mais de US\$ 50 bilhões (!) nos primeiros cinco anos – depois de deixar os hospitais livres para aumentar seus preços 50% mais rápido que a inflação vigente. Na batalha final, o Congresso estava inundado por dinheiro, na forma de contribuições de campanha da associação da indústria de saúde. Como transmitido pelo secretário Califano, a American Medical Association, sozinha (ainda que não fosse diretamente afetada diretamente pela proposta de contenção de gastos hospitalares), contribuiu com uma média de mais de US\$ 8.000 para cada um dos 202 membros da Câmara que votou contra a proposta! Dos 50 membros que aceitaram mais de duas vezes essa quantia, 48 votaram com a indústria de saúde. Eles prevaleceram, e o povo americano perdeu. A luta por um seguro de saúde equitativo foi um dos meus maiores esforços e um dos maiores desapontamentos..<sup>287</sup>

#### 4.3.6 Os tratados do Canal do Panamá

A questão do Canal do Panamá já vinha se arrastando desde o governo Johnson. Em 1964, um grupo de estudantes americanos de um campus da Zona do Canal hasteou uma bandeira americana na área, gesto que resultou num tumulto com dezenas de mortos e feridos. Em 1967, o presidente Lyndon Johnson decidira tomar a providência de renegociar os tratados, de modo a devolver a soberania do Canal para os panamenhos, procurando manter, entretanto, o direito de uso. Pouca gente sabe que os governos de Richard Nixon e Gerald

<sup>287</sup> Carter, *Keeping Faith*, p. 87. No original: “I was never able to succeed in this effort, which would have saved the American people more than \$50 billion (!) in the first five years – after leaving the hospitals free to raise their prices 50 per cent faster than the prevailing inflation rate. In the final showdown, Congress was flooded with money, in the form of campaign contributions from the health industry. As reported by Secretary Califano, the American Medical Association alone (although not affected directly by the hospital-cost containment proposals), contributed an average of more than \$8000 to each of the 202 members of the House of Representatives who voted against the bill! Of the 50 members who accepted more than twice this average amount, 48 voted with the health industry. They prevailed, and the American people lost. The fight for equitable health care was one of my major efforts and one of my great disappointments”.

Ford também eram a favor da renegociação dos termos do tratado, pois do contrário o General Omar Torrijos, presidente do Panamá, sinalizava para a possibilidade de sabotagem ou aproximação com Cuba e a URSS como formas de chantagem. O maior obstáculo era o Congresso: em 1975, mais de um terço dos senadores assinara uma resolução se opondo a qualquer renegociação dos termos do tratado, número suficiente para bloquear a aprovação. Além disso, as pesquisas de opinião pública apontavam que a maioria dos entrevistados se opunha à renegociação. Era um caso típico em que a politização de um tema de política externa impedia a decisão preferida por analistas, inclusive o Secretário de Estado, Cyrus Vance, e o assessor de segurança nacional Zbigniew Brzezinski.

Assim que Carter assumiu a presidência, retomou as negociações com as autoridades panamenhas. Essas negociações resultaram em dois tratados, assinados em 7 de setembro de 1977. A partir de então, começaram as sessões dos comitês do Senado que analisariam o tratado.

Embora o tratado tivesse o apoio de figuras como Gerald Ford e Henry Kissinger, a Nova Direita que conquistava espaços no Partido Republicano transformara o veto aos tratados numa bandeira política. Os Senadores Orrin Hatch, de Utah, Jesse Helms, da Carolina do Norte, Strom Thurmond, da Carolina do Sul, e Robert Dole, do Kansas, assumiram a oposição no Senado. O então candidato à nomeação pelo Partido Republicano em 1976, Ronald Reagan, empreendeu uma campanha pelo país contra o tratado. Organizações conservadoras promoveram campanhas de mala direta enviando cartas denunciando a entrega da soberania e dos interesses dos EUA a um pequeno país da América Central.

Embora seja uma questão de política externa, portanto fora do recorte que adotamos para este trabalho, as negociações do Canal do Panamá merecem uma menção neste capítulo. A Casa Branca organizou uma verdadeira campanha nacional de conscientização, da qual participaram membros de outros governos (Gerald Ford, Henry Kissinger, a ex-primeira-dama Lady Bird Johnson, entre outros), sindicalistas (George Meany e a liderança do AFL-CIO eram a favor dos tratados, assim como o UAW e a maioria dos sindicatos do país), membros de organizações diversas da sociedade civil. Carter entrou em contato pessoalmente com cada um dos Senadores que votariam na questão, em especial aqueles identificados como contrários, porém possivelmente sensíveis aos apelos da Casa Branca.

Como resultado final, em janeiro de 1978, o Senador Robert Byrd, líder dos democratas no Senado, e Howard Baker, líder dos republicanos na mesma casa, endossaram os tratados. Outros senadores que, até a última hora da votação, pareciam decididos a votar contra, foram sensíveis a apelos pessoais do presidente. Os tratados foram aprovados com

apenas um voto acima do necessário, com a ressalva de que os EUA poderiam intervir militarmente na Zona do Canal caso considerassem que a segurança e operação do mesmo estivessem sob risco.

A aprovação dos tratados merece menção por ser talvez o melhor exemplo da política proposta por Carter em ação: um tema difícil, com a opinião pública e a situação inicial no Congresso desfavoráveis, mudado através de uma campanha liderada pela Casa Branca com intensa participação da sociedade civil, com a solução tecnicamente e moralmente mais correta (ao menos de acordo com a percepção do presidente) sendo tomada. A aprovação dos tratados do Canal do Panamá refletia a liderança política de Jimmy Carter no que ela tinha de melhor. Considera-se que o custo político da medida foi alto, posto que alguns senadores que apoiaram a aprovação do tratado foram derrotados em primárias do Partido Republicano ou em eleições gerais em 1978 e 1980. Eram comuns propagandas patrocinadas por PACs conservadores acusando um determinado senador de “ter apoiado a cessão do canal aos panamenhos”. Ronald Reagan também explorou o tema na campanha presidencial, assim como fizera na disputa com Ford em 1976. De qualquer forma, o que precisava ser feito, na ótica do presidente, havia sido feito, e Carter estava disposto a arcar com o custo político disto.<sup>288</sup>

#### **4.3.7 Outras medidas importantes do período**

No período, Carter conduziu um esforço de desregulamentar os setores de transporte aéreo e de caminhões. De modo geral, a desregulamentação do setor aéreo era visto como uma necessidade: os preços estavam em patamares artificialmente altos e a regulação era de uma época em que operar este tipo de transporte era um negócio arriscado e inconstante. Ela só havia sido mantida porque o setor se acomodara com a ausência de concorrência e com as estruturas de regulamentação do governo. Embora as companhias aéreas e mesmo os sindicatos do setor tenham feito pressão contra a desregulamentação, ela passara por ambas as casas do Congresso e foi então ratificada por Carter em 24 de outubro de 1978. Apesar das previsões de que trechos não rentáveis para pequenas cidades seriam fechados e demissões em massa poderiam ocorrer por conta da concorrência, a desregulamentação do setor foi

---

<sup>288</sup> Haas, p. 100-102; Jones, p. 156-160; Hargrove, p. 123-124. Especificamente sobre a batalha legislativa e de opinião pública em torno do canal, há um livro de Adam Clymer sobre o tema, chamado “Drawing the Line at the Big Ditch: The Panama Canal Treaties and the Rise of the Right”. No livro, o autor procura reconstituir a batalha legislativa e pela opinião pública, relacionando o tema à ascensão da Nova Direita nos EUA, a partir da participação da mesma no episódio.

considerada um sucesso. Já a desregulamentação do transporte rodoviário enfrentou oposição tanto da *American Trucking Associations* como do poderoso sindicato de caminhoneiros (os *Teamsters*), e ficaria parada até o ano seguinte, quando o 96º Congresso trataria do tema.<sup>289</sup>

Outra medida difícil, na qual o Governo Carter foi bem sucedido, foi a reforma do funcionalismo público. Seu objetivo básico era estabelecer um sistema mais meritocrático, além de reorganizar as agências do governo. Continha medidas que desagradavam aos sindicatos dos setores públicos, como maior autonomia para chefes demitirem seus empregados, além de descontinuar promoções automáticas.<sup>290</sup> Para aprovar esta medida, a Casa Branca optou por dividi-la em duas: uma parte trataria da reorganização administrativa e a outra trataria da relação do governo com os funcionários. Embora ela tenha enfrentado alguma dificuldade no Senado, sua aprovação foi maciça na votação em plenário, graças a um trabalho minucioso de uma força-tarefa organizada pela Casa Branca, nos moldes daquela criada para a aprovação dos tratados do Canal do Panamá. Aqui, pode-se ver como as iniciativas de sucesso da Casa Branca começavam a gerar um conhecimento acumulado, capaz de produzir resultados em prol de medidas consideradas “do interesse comum” e contrárias a “interesses particulares” ou *lobbies*, no caso de sindicatos de funcionários públicos e associações de veteranos. Ao final, embora bastante emendada, a proposta foi aprovada quase unanimemente, mantendo-se o sentido original.<sup>291</sup>

Além disso, Carter foi capaz de aprovar, no ano de 1977, uma nova lei de salário mínimo (da qual trataremos com mais detalhe no capítulo 5) e um programa habitacional e de revitalização urbana de US\$ 14 bilhões, voltado a cidades que passavam por um processo agudo de degradação e abandono, como Nova York, Chicago e Detroit. A “questão urbana” era crucial em termos de uma estratégia de desenvolvimento para os EUA, e havia muita discussão sobre o que se fazer em relação ao declínio econômico das cidades da Costa Leste.

Carter também tomou decisões difíceis em matéria de defesa nacional; em especial o veto dos bombardeiros B-1 e de um quinto porta-aviões nuclear. No primeiro caso, a Casa Branca enfrentou o *lobby* da indústria de aviões militares em favor da construção de 244 bombardeiros supersônicos, que sairiam ao preço de US\$ 100 milhões cada um.<sup>292</sup> No segundo, enfrentou até mesmo o *lobby* velado do Departamento de Defesa<sup>293</sup> e tomou uma medida extraordinária: vetou a proposta de rubrica para compra de armas do Departamento de

---

<sup>289</sup> Haas, p. 72-73.

<sup>290</sup> Haas, p. 73.

<sup>291</sup> Jones, p. 160-162.

<sup>292</sup> Haas, p. 77.

<sup>293</sup> Entrevista de Anne Wexler ao Miller Center of Public Affairs, p. 54.

Defesa por incluir um porta-aviões nuclear no valor de US\$ 2 bilhões, considerado desnecessário pelo presidente. Cabe destacar aqui que Carter, contrariando promessa de campanha, aumentou sistematicamente a rubrica destinada a defesa em todos os orçamentos. O problema de Carter não era com os gastos militares em si, mas apenas aqueles que ele considerava desnecessários e que desviavam verbas de outros programas militares considerados mais importantes. Por isso, embora as decisões supracitadas tenham recebido aprovação dos liberais, não renderam ao presidente os dividendos que seriam esperados com o movimento pacifista. De toda forma, as decisões de Carter, como já vimos, eram orientadas por uma percepção tecnocrática da melhor decisão, e não por resistência ideológica a aumentos no orçamento de defesa.

Outros projetos não-aprovados de Carter que merecem menção são a reforma das leis trabalhistas (da qual tratamos em detalhe no capítulo 5) e a criação de uma Agência de Proteção ao Consumidor. Este último caso é emblemático do poder dos lobbies no Congresso, inclusive sobre os congressistas democratas. A criação de uma agência que centralizasse a proteção aos consumidores era uma promessa de campanha de Carter. A proposta na Câmara agrupou em torno de si organizações como a *Consumer Federation of America*, a *Public Citizen* de Ralph Nader, *Friends of the Earth* e o *United Auto Workers (UAW)*, o sindicato de trabalhadores da indústria automobilística. Contrários à medida, organizações como Exxon, *Business Roundtable*, General Motors e a Câmara de Comércio dos EUA. Note-se que a *Business Roundtable* e a Câmara de Comércio eram organizações cujo poder estava em franca ascensão, no bojo da Nova Direita e das mudanças das regras de financiamento de campanhas. O presidente da Câmara, Tip O'Neill, fez um apelo dramático aos seus colegas momentos antes da votação: "Não importa o compromisso que você possa ter com o homem de negócios até aqui. Vocês só têm um compromisso, o compromisso com o público, com a pessoa que tem uma família. . . com a dona de casa, com o consumidor."<sup>294</sup> Não adiantou: uma Câmara democrata na proporção de dois para um derrotou a medida, e ela nem foi ao Senado. Embora as organizações de defesa dos direitos do consumidor tenham culpado Carter pela falta de empenho (este tipo de atitude seria comum na maior parte dos casos de derrota dos movimentos sociais), é óbvio que o projeto havia sido derrotado por um Congresso democrata cada vez mais conservador e dependente de apoio de grandes corporações, e não pela Casa Branca. Embora Carter decididamente imprimisse uma orientação "conservadora"

---

<sup>294</sup> Haas, p. 74. No original: "Never mind the commitment that you may have made to a businessman along the line. You have only one commitment, that commitment is to the public, to the person who has a Family . . . to the housewife, to the consumer".

ao seu mandato, o Congresso democrata se esforçara por derrotar as medidas de caráter mais liberal do seu governo, assim como ocorrera com a lei de contenção de despesas hospitalares. Os democratas considerados “liberais” estavam ficando em minoria do Congresso, e análises críticas que responsabilizam exclusivamente o presidente e poupam o Partido Democrata ignoram este fato.

#### 4.3.8 Balanço do biênio e mudanças na relação com o Congresso

O governo levaria algumas lições para o segundo biênio, na relação com o Congresso vindouro. Em primeiro lugar, estava evidente que a formulação de políticas abrangentes precisava ser contrabalançada com uma estrutura de relações com o Congresso mais permanente. Embora o escritório de Wexler tenha ajudado a construir coalizões ad hoc para cada proposta, experiência que seria levada para os anos finais, era preciso que o *Office of Congressional Liaison* desenvolvesse relações mais permanentes com os membros do Congresso, e não apenas quando se tratasse de alguma legislação de interesse. O modelo baseava-se na ideia de que era preciso ter uma pessoa no Congressional Liaison para cada área do governo. Um dos membros da área de relações com o Congresso delineou os defeitos do primeiro modelo adotado pelo Governo Carter:

Eu não acho que a organização do liaison por temas foi uma ideia muito boa. Membros demais simplesmente ficavam fora das delimitações. Você poderia receber um tema para cuidar, e esse tema nunca aparecer durante os dois anos de uma sessão do Congresso. Além disso, com a organização por temas, você não fala com muitos membros até que seja tarde demais. Você não vai falar com o membro menos poderoso do Subcomitê de Energia até que necessite do voto dele, e não é quando você deveria estar falando com ele. Nosso trabalho é servir às necessidades dos membros, segurar suas mãos, atingir seus egos. Nós temos de fazer todo tipo de pequenas coisas com eles que não têm nada a ver com os temas. É como estar no negócio dos *Green Stamps*. Mas temos que dar um monte de selos antes que os membros possam trocá-los.<sup>295</sup>

---

<sup>295</sup> Eric L. Davis, “Legislative Liaison in the Carter Administration”, *Political Science Quarterly*, XCIV, verão de 1979, p. 288-289. Apud Jones, p. 104. No original: “I don’t think that the issue-based organization of the liaison office was a very good idea. Too many members simply fall through the cracks. You might be assigned an issue, and that issue might never come up during the entire two years of a congressional session. Also, with the issue-based system, you don’t get around to talking to many members until it’s too late. You won’t talk to the lowest ranking member of the Energy Subcommittee until you need his vote, and that’s not when we should be talking with him. Our job is to serve the members’ needs, to hold their hands, to stroke their egos. We have to do all kinds of little things with them that have nothing to do with issues. It’s sort of like we’re in the Green Stamps business. But we have to give out a lot of stamps before the members will trade them in”. Os Green Stamps eram selos emitidos primeiramente por uma empresa chamado Sperry & Hutchinson Company (S&H). Os selos eram vendidos para empresas de varejo, que os davam como brinde para os clientes. Os clientes, então, juntavam os selos para trocar por produtos dos catálogos da S&H. Logo o modelo de negócio foi apropriado por outras empresas, que entraram no mercado com sua própria marca de selos.

Esta mudança ocorreu já em maio de 1977, quando William H. Cable foi nomeado lobista do governo para a Câmara, realizando boa parte desse trabalho de estabelecer relações permanentes. O lobby da Casa Branca na Câmara passaria a ser organizado em grupos de delegações estaduais, de modo que cada lobista ficasse com mais ou menos noventa membros. Então, cada lobista se dedicaria a conhecer e estabelecer relações mais profundas e duradouras com os congressistas e seus *staffs*. No Senado, o esquema de lobby por temas foi mantido (ele funcionava melhor no Senado devido ao seu tamanho reduzido). Segundo Frank Moore, chefe do *Office of Congressional Liaison*, o sistema de lobby por temas foi originalmente pensado como uma solução para a falta inicial de pessoal, em função da decisão de Carter de cortar em um terço o *staff* da Casa Branca.<sup>296</sup> À medida em que esta decisão foi sendo revertida, em função das experiências do dia a dia da Casa Branca, foi possível corrigir algumas destas falhas.

Outra mudança significativa foi o estabelecimento das forças-tarefa organizadas pelo *Office of Public Liaison*. Este método, bem-sucedido na campanha a favor do Canal do Panamá e na aprovação da política de assuntos urbanos de Carter, era um modelo de como mobilizar opinião pública e organizações da sociedade civil em prol de uma causa inicialmente minoritária, porém vista como justa e necessária pelo presidente “trustee”, nas palavras de Charles O. Jones. A força-tarefa era composta por membros das agências relevantes, o secretário-assistente da área do governo em questão, membros do *Congressional Liaison*, alguém do *Media Liaison* (encarregado das relações com a mídia), pessoal do DPS, alguém da área de reorganização do staff da Casa Branca a partir de 1979 (escritório ocupado por Alonzo McDonald com a reforma de 1979, de que trataremos adiante) etc. As forças-tarefa já estavam em ação em meados de 1978, embora tenha sido tarde demais para salvar algumas das medidas da primeira sessão legislativa. As forças-tarefa procuravam estabelecer metas, identificar obstáculos, estabelecer a agenda com os grupos de interesse concernentes, a forma de divulgação das medidas legislativas. A partir de então, as medidas retornavam ao governo, em particular ao DPS, e então eram reapresentadas aos grupos interessados da sociedade civil, para que então fossem enviadas ao Congresso.<sup>297</sup> Embora os grupos nem sempre atingissem seus objetivos, era uma forma de fazê-los sentir que estavam participando do processo de *policy-making*, o que se diferenciava substancialmente da forma que os

---

<sup>296</sup> Entrevista de Frank Moore ao Miller Center of Public Affairs, p. 33.

<sup>297</sup> Entrevista de Anne Wexler ao Miller Center, p. 6-14.

projetos para o setor energético e de reforma do sistema de bem-estar social de 1977 foram elaborados, por exemplo.

Outra inovação do Governo Carter na interlocução com os movimentos sociais no processo de elaboração de políticas públicas foi capitaneado pelo DPS, e chamava-se *Presidential Review Memoranda* (PRM). Consistia na organização de contribuições dadas por diversas agências do governo e organizações da sociedade civil, que eram reunidos através de sessões públicas, nos moldes das sessões de comitês do Congresso. Através do PRM, foram abordados temas como o programa de emprego para os jovens, projetos na área de energia solar, extração de minérios e benefícios para veteranos do Vietnã. Essas sessões eram realizadas em várias cidades do país.

Note-se que tanto as forças-tarefa do *Office of Public Liaison* como os PRM do *Domestic Policy Staff* eram formas institucionalizadas de a sociedade civil participar do *policy-making*. É verdade que os comitês e subcomitês do Congresso também realizavam sessões públicas, das quais poderiam participar organizações interessadas nos temas em pauta. No entanto, é compreensível que eventos análogos sejam organizados pela Casa Branca, já que Carter planejava ter uma relação direta com o povo, que passasse por cima do Congresso, nas suas próprias palavras. Instituições como estas abriam canais de diálogo com as organizações da sociedade civil, para além das reuniões habituais com o *staff* dos departamentos ou reuniões de alto nível com o presidente e o vice. Além do mais, uma outra modificação é o fortalecimento do DPS como uma instância de mediação de conflitos dentro do governo. O DPS acabou ocupando, parcialmente, a função de chefe de pessoal (*chief of staff*), que Carter decidira abolir e recriaria apenas em 1979, colocando Hamilton Jordan como titular.

Ainda no início de 1978, o *Washington Post* trataria com sarcasmo do “aprendizado” de Carter na presidência, dando o tom da cobertura jornalística: “O clichê mais cansativo da temporada política é o comentário cordial de que o Presidente Carter aprende rápido. É como dizer que um pitcher no terceiro jogo da World Series está mostrando jeito para aprender as regras do jogo.”<sup>298</sup>

De qualquer modo, as mudanças pelas quais passaram a articulação política da Casa Branca refletem a assimilação das experiências anteriores e a revisão de posturas consideradas equivocadas na condução da pauta legislativa, na capacidade de liderança da Casa Branca

<sup>298</sup> “The Year’s First Lessons”, editorial do *Washington Post* de 13 de janeiro de 1978. *Apud* Jones, p. 153. No original: “The most tiresome cliché of the political season is the hearty comment that President Carter learns quickly. It’s like saying that a pitcher going into the third game of the World Series is showing a knack for picking up the rules of the game”.

sobre o Congresso que Carter acreditava ser sua. Infelizmente, quando os aperfeiçoamentos começaram a surtir efeito, uma série de eventos externos contribuiu para solapar a governabilidade de Jimmy Carter e dificultar em muito sua relação com o Congresso e a opinião pública.

#### 4.4 A CRISE DE LIDERANÇA (1979-1981)

A presidência de Jimmy Carter seria redefinida, a partir de 1979, por uma série de eventos em matéria de política externa, que tiveram repercussões econômicas e políticas graves sobre os EUA. Em janeiro de 1979, uma revolução depôs o regime do Xá Reza Pahlavi, no Irã. Os EUA, tendo apoiado o regime de Pahlavi por muitos anos, eram um dos alvos preferenciais dos jovens manifestantes em Teerã, e o sentimento anti-americano no Irã em 1979 era muito grande. Logo após a revolução, a produção de petróleo no Irã declinou vertiginosamente. O Irã era, à época, o segundo maior exportador de petróleo do mundo, atrás apenas da Arábia Saudita, e um dos grandes fornecedores para os EUA. Como consequência, os EUA sofreram, a partir de fevereiro de 1979, com o desabastecimento de petróleo. A resposta do governo foi anunciar, em abril, um segundo programa energético, cujo cerne consistia em avançar o programa de desregulamentação dos preços da gasolina e do gás para aquecimento doméstico, de modo a fazer o preço se ajustar aos níveis internacionais. A compensação ficaria por conta de uma taxa que incidiria sobre os lucros das empresas petrolíferas, a ser investida em subsídios à compra de óleo por pessoas carentes, financiar um programa de pesquisa de combustíveis sintéticos e melhorias no sistema de transporte urbano. Além disso, Carter solicitou ao Congresso, em fevereiro, poderes para impor um racionamento de gasolina no país. A autorização para o racionamento foi negada ao presidente pela Câmara por 246 a 159, numa derrota humilhante num momento crucial para a administração. Já o plano de desregulamentação continuava a tramitar pelos comitês do Congresso.<sup>299</sup>

Para piorar, o Irã, a Líbia e outros países inimigos dos EUA na Organização dos Países Exportadores de Petróleo iniciaram um boicote em meados de 1979, que tornaria a carestia de combustível ainda maior.

A economia do país, que já vinha sofrendo com a desvalorização do dólar e o aumento da inflação, entraria ao longo do ano de 1979 numa recessão. O quadro conjunto de recessão com altas taxas de inflação seria conhecido como estagflação. Nas ruas, por sua vez, o clima

---

<sup>299</sup> Haas, p. 82-83.

era de cinismo e eventualmente de desespero; era comum entre a população a crença de que a crise do petróleo seria uma invenção das companhias petrolíferas, de modo a justificar aumentos de preços; os postos de gasolina começavam a sofrer com filas quilométricas para abastecer os carros, e frequentemente os postos ficavam sem gasolina nas bombas; a aprovação do presidente caiu de 50% em janeiro para 28% em meados de junho;<sup>300</sup> em 28 de março, um acidente na usina nuclear de Three Mile Island, na Pennsylvania, espalhou radiação no entorno e produziu ampla cobertura da mídia internacional.

No dia 5 de abril, Carter fez um discurso à nação defendendo sua nova política energética. “A crise de energia é real”, afirmou, como que se referindo ao fato de que os americanos ainda não haviam se convencido, mais de dois anos depois de sua posse, de que uma de suas principais preocupações na presidência deveria ser levada a sério. Quando Carter falava sobre os limites enfrentados pelos EUA, como em seu discurso de posse, estava em grande medida se referindo a limites ambientais e energéticos, ao problema do desperdício e do consumismo. A seguir, uma citação emblemática do seu discurso de posse:

Nós aprendemos que “mais” não necessariamente é “melhor”, que até mesmo nossa grande nação tem seus limites reconhecíveis, e que não podemos responder a todas as perguntas nem resolver todos os problemas. Não podemos nos dar ao luxo de resolver tudo, nem podemos nos dar ao luxo de faltar com ousadia ao irmos de encontro ao nosso futuro. Então juntos, num espírito de sacrifício individual pelo bem comum, nós precisamos simplesmente fazer nosso melhor.<sup>301</sup>

Nas palavras de Carter, nos discursos que fez sobre o tema, a necessidade técnica de uma nova política energética se mesclava a admoestações morais sobre os excessos da civilização americana. Carter já havia designado, em seu discurso sobre energia dois anos antes, o problema como o “equivalente moral da guerra”. Infelizmente, apenas 30 milhões de pessoas assistiram seu discurso em 1979, contra 80 milhões em 1977.<sup>302</sup> A capacidade de liderança de Carter era publicamente questionada em editoriais e pesquisas de opinião da época. Após o boicote da OPEP, políticos e periódicos neoconservadores insinuavam a possibilidade de intervenção armada no Oriente Médio. Henry Jackson, Senador pelo estado de Washington, denunciou a OPEP por “uma combinação de ganância e doutrina punitiva”;

---

<sup>300</sup> Haas, p. 83.

<sup>301</sup> No original: “We have learned that “more” is not necessarily “better”, that even our great nation has its recognized limits, and that we can neither answer all questions nor solve all problems. We cannot afford to do everything, nor can we afford to lack boldness as we meet the future. So together, in a spirit of individual sacrifice for the common good, we must simply do our best”.

<sup>302</sup> Kevin Mattson, “What the Heck Are You Up To, Mr. President?": Jimmy Carter, America's “Malaise”, and the Speech that Should Have Changed the Country. New York: Bloomsbury, 2009. p. 21.

Walter Lacqueur, escrevendo na revista *Commentary*, afirmou sobre o Governo Carter: “Sua inabilidade de influenciar eventos no Golfo Pérsico reflete seu status diminuído nos assuntos mundiais”. Havia uma percepção generalizada, em julho de 1979, de que os EUA se encontravam numa situação de decadência econômica, política, militar e para certos críticos conservadores até mesmo cultural. Mais ainda, seu presidente era incapaz de reagir aos eventos que tomavam o país de assalto. As características da personalidade política do presidente que seduziram o país em 1976 eram interpretadas como cinismo e jogos de cena. Surgiu até uma expressão para designar estes gestos supostamente midiáticos: “Rafshooneries”, um trocadilho com o nome de Jerry Rafshoon, assessor de mídia de Carter.

Ainda em abril de 1979, o assessor para pesquisas de Carter, Pat Caddell, tem um insight, após mais um discurso sobre energia de seu patrão. Ele se dá conta de que é preciso uma atitude firme para resgatar a confiança e o interesse da opinião pública nas atitudes e palavras de seu líder. Após uma série de leituras, que incluíram o livro de Christopher Lasch chamado *Cultura do Narcisismo*, Caddell chegou a um diagnóstico de anomia social pela qual passavam os EUA. Os sintomas desta anomia eram muito variados: o cinismo, o desinteresse pela política, a proliferação de teorias da conspiração num mundo cada vez mais hostil e incontrolável por parte dos EUA, o consumismo, o narcisismo, o abandono da política e a proliferação de crenças *new age* que advogavam o autoconhecimento em vez da participação política, até o aumento brusco da taxa de divórcios foi elencado por Caddell como sintoma dessa crise. De qualquer forma, Caddell concluiu que o povo não estava mais interessado em medidas concretas para combater a carência de fontes energéticas e os altos preços da gasolina. A crise era percebida como uma espécie de narrativa apocalíptica, com tons religiosos. O que os americanos estariam esperando era capacidade de liderança, de um presidente que fosse capaz de resgatar um propósito comum para a cidadania americana e o espírito de sacrifício.

Caddell concluiu que, para ter acesso ao presidente, deveria procurar Hamilton Jordan. O assessor do presidente, entretanto, não se interessou pela proposta de Caddell. O *pollster* de Carter, então, concluiu que o melhor a fazer seria procurar Rosalynn, primeira-dama dos EUA. Carter confiava bastante no juízo político de Rosalynn (como, aliás, todo o staff de Carter demonstrava por seus julgamentos um respeito que nada tinha de condescendente; os conselhos de Rosalynn sobre política em geral se revelavam acertados), e Caddell conseguiu, num café da manhã com ela, convencê-la de levar a abordagem ao presidente. Rosalynn o fizera, e Carter pediu a Caddell que preparasse um memorando sistematizando suas ideias. A

partir da leitura deste memorando, Carter passou as semanas seguintes estudando e amadurecendo a ideia.<sup>303</sup>

Nesse meio tempo, em maio, as filas nos postos de gasolina se tornavam maiores. Começaram a aparecer relatos de tumultos com feridos. Muitos postos fecharam por falta de gasolina, e os que permaneciam abertos ficavam com filas ainda maiores. Numa delas, uma mulher grávida foi agredida por acharem que ela estava tentando furar a fila. Na Califórnia, em particular, a situação era muito difícil. Considerando que a Califórnia é o estado com maior PIB da União, as consequências econômicas eram ainda mais graves. As vendas de automóveis, um setor crucial da economia, despencavam. Para piorar, um tumulto tomou conta da cidade de São Francisco por alguns dias, após a absolvição de Dan White, assassino do prefeito George Moscone e do conselheiro Harvey Milk, no ano anterior. O Congresso, ainda em maio, negou ao presidente a autoridade para promover o racionamento de gasolina. Não interessava ao Congresso arriscar-se a desagradar as empresas petrolíferas para ajudar um presidente que era largamente reputado como um “lame duck” a um ano e meio do fim do seu mandato, expressão que poderia ser traduzida como “pato manco”, para designar presidentes considerados sem poder, em geral no interregno entre a eleição presidencial e a posse do novo presidente. Por fim, em vários estados, pululavam movimentos de apoio à candidatura de Ted Kennedy à presidência em 1980, mesmo com as declarações do senador de que não iria concorrer. Secretamente, o vice-presidente, Walter Mondale, considerava-se desprestigiado, alienado das decisões políticas do presidente, e chegou a cogitar sua renúncia.<sup>304</sup>

Em junho, a situação se agravou ainda mais: sindicatos independentes de caminhoneiros promoveram uma greve em vários estados do país. Surgiram vários casos de ataques a motoristas que se recusaram a aderir ao movimento, e era comum que os grevistas fechassem estradas. Os caminhoneiros reivindicavam algumas mudanças na política energética, como por exemplo a revogação de um dispositivo que redirecionava o óleo diesel para os fazendeiros em época de colheita. Eizenstat assumiu a negociação com o movimento, uma vez que Carter estava em algumas viagens para tratar de temas de política externa, como a assinatura do acordo SALT II com a Rússia, em Viena. A política externa era a área em que Carter conseguia mais se destacar, vide os tratados do Canal do Panamá, e ainda o acordo de Camp David, assinado entre Israel e Egito em 1978, considerado resultado da habilidade de negociação pessoal do presidente. Eizenstat conseguira entrar em acordo com os

---

<sup>303</sup> Mattson, op. cit., p. 13-55.

<sup>304</sup> Mattson, p. 82.

caminhoneiros, e no final do mês de junho a greve estava encerrada. De qualquer forma, o desabastecimento já havia alcançado a Costa Leste. Começaram a se verificar atos de vandalismo, e as disputas nas filas de gasolina começaram a ficar mais graves, resultando eventualmente em mortes. As filas eram um símbolo da frustração, do egoísmo em momentos de crise, da sensação de impotência. Ainda assim, mais de 60% das pessoas entrevistadas por pesquisas de opinião pública afirmavam que a falta de combustível era falsa, uma manobra das petrolíferas para ganhar mais dinheiro. Carter, até então, não havia sido bem-sucedido em convencer o povo americano de que uma crise real estava em curso.

Após retornar de uma reunião de cúpula do G7, ocorrida em 28 e 29 de junho, Carter decidira atacar os problemas internos de frente. O *The New York Times* escreveu sobre o retorno do presidente, dizendo que ele estivera “fora de sincronia com os eventos aqui, fingindo em Viena que os mísseis russos são a maior preocupação da nação e, em Tóquio, que declarações mornas de cooperação com aliados vão enfrentar os problemas do petróleo e da estagflação. Em casa é que a ação precisa estar”.<sup>305</sup>

A esta altura, o índice de aprovação de Carter era o menor da história de todos os presidentes, incluindo Richard Nixon no auge de Watergate; Carter enfrentava uma rejeição de 73% dos entrevistados.<sup>306</sup>

Após uma reunião, em 2 de julho, com Jerry Rafshoon, Jordan e Eizenstat, todos concordaram que era necessário um novo pronunciamento sobre energia. Carter solicitou a Eizenstat que elaborasse um novo plano energético e encaminhasse o memorando a Rick Hertzberg, redator-chefe dos discursos de Carter, e Gordon Stewart, da sua equipe, para redigirem o novo discurso. Rafshoon ligou para as emissoras de televisão avisando que o presidente faria um discurso na noite de 5 de julho.

No dia 4 de julho, feriado nos EUA, a notícia se espalhou: o discurso do presidente havia sido cancelado. O *staff* da Casa Branca se reuniu com o presidente em Camp David, no que Eizenstat chamou de a reunião mais amarga da presidência Carter.<sup>307</sup> Presentes na reunião, Carter, Eizenstat, Powell, Jordan, Rafshoon, Caddell e Mondale, além da presença intermitente de Rosalynn Carter. Em debate, a proposta de Caddell de que o presidente fizesse um discurso em tom de jeremiada, abordando o mal-estar nacional e apontando causas morais e espirituais que subjaziam à conjuntura difícil enfrentada pelos EUA. Mondale e Eizenstat

<sup>305</sup> The New York Times, July 1, 1979, seção 4, p. 20E. Apud, Mattson, p. 129. No original: “out of synch with events here, pretending in Vienna that Russian missiles are the nation’s greatest worry and, in Tokyo, that lukewarm pledges of allied cooperation will meet the problems of oil and stagflation. Home is where the action needs to be”.

<sup>306</sup> Mattson, p. 130.

<sup>307</sup> Mattson, p. 133.

reagiram enfurecidos: eles achavam que o presidente deveria elaborar um novo plano mais eficaz no combate à crise energética, e apresentá-lo à população. A tese de Caddell acabou sendo vitoriosa.

Nos dez dias seguintes, Carter permaneceu confinado em Camp David, recebendo líderes políticos, empresários, tecnocratas, religiosos, cidadãos comuns, discutindo os temas presentes no memorando de Caddell e os problemas enfrentados pelo país. A partir daí, se redigiu um discurso, que Carter apresentaria na noite de 15 de julho de 1979, e que se tornaria possivelmente o momento definidor da sua presidência, junto com o sequestro dos reféns na embaixada americana em novembro.

O discurso se dividia em três partes.

Na primeira, Carter faz um balanço dos discursos anteriores, com uma ponta de autocrítica: os objetos até então eram políticas específicas, focadas no “mundo isolado de Washington”. O interesse do governo, até então, teria sido mais nas políticas governamentais e menos nas esperanças, sonhos e visão do futuro do país. Então, Carter menciona o cancelamento do discurso anterior. Ele teria se perguntado por que os EUA não teriam sido capazes de resolver seus problemas. Logo a seguir, ele responde:

Está claro que nossos verdadeiros problemas são muito mais profundos – mais profundos que as filas da gasolina ou cortes de energia, mais profundos até mesmo que inflação ou recessão. E eu percebo mais do que nunca que como presidente eu preciso de sua ajuda. Então, eu decidi busca-la e ouvir as vozes da América.<sup>308</sup>

Então, Carter se põe a citar algumas das coisas que ouviu em Camp David nos dias em que esteve recolhido:

Isto de um governador do sul: “Sr. Presidente, você não está liderando esta nação – você está apenas gerenciando o governo”.

“Você não vê mais as pessoas o suficiente”.

[...]

“Não fale conosco sobre política ou os mecanismos do governo, mas sobre um entendimento de nosso bem comum”.

[...]

Este resumiu várias outras declarações: “Sr. Presidente, nós estamos diante de uma crise moral e espiritual”<sup>309</sup>

<sup>308</sup> Daniel Horowitz, *Jimmy Carter and the Energy Crisis of the 1970s: the “Crisis of Confidence” Speech of July 15, 1979. A Brief History With Documents*. Boston, New York: Bedford/St. Martin’s, 2005. p. 109. No original: “It’s clear that the true problems of our Nation are much deeper – deeper than gasoline lines or energy shortages, deeper even than inflation or recession. And I realize more than ever that as President I need your help. So, I decided to reach out and listen to the voices of America”.

<sup>309</sup> Horowitz, p. 110. No original: “This from a Southern Governor: “Mr. President, you are not leading this Nation – you’re just managing the Government”.

“You don’t see the people enough any more”

E outras citações que, de forma geral, corroboram a ideia geral do discurso, isto é, a de que a presidência precisa oferecer uma liderança em termos de valores, mais do que em termos de políticas públicas. Depois, Carter ainda elenca algumas citações a respeito de política energética.

A segunda parte do discurso é a jeremiada<sup>310</sup> propriamente dita.

[...] Então, eu quero falar com vocês esta noite primeiramente sobre um assunto ainda mais sério que energia ou inflação. Eu quero falar com vocês agora sobre uma ameaça fundamental à democracia americana. Não digo nossas liberdades políticas e civis. Elas perdurarão. E não me refiro à força exterior da América, uma nação que está em paz esta noite em todos os lugares do mundo, com um poder econômico e militar sem paralelo. A ameaça é quase invisível num sentido ordinário. É uma crise de confiança. É uma crise que atinge o próprio coração, alma e espírito da nossa vontade nacional. Nós podemos ver esta crise na dúvida crescente sobre o sentido das nossas próprias vidas e na perda de um sentido de unidade e propósito para nossa própria nação.<sup>311</sup>

Carter então passa a expor sobre a importância da confiança e da fé para a força e a fundação da nação americana, para então entrar na parte mais temida pelos seus assessores: em que aponta o processo de degeneração da civilização americana.

Numa nação que era orgulhosa do trabalho duro, famílias fortes, comunidades sólidas, e nossa fé em Deus, muitos de nós agora tendemos a venerar auto-indulgência e consumo. A identidade humana não é mais definida pelo que alguém faz, mas pelo que alguém possui. Mas nós descobrimos que possuir coisas e consumir coisas não satisfaz nossa necessidade de sentido. Nós aprendemos que empilhar bens materiais não pode preencher o vazio de vidas que não têm confiança ou propósito.

---

[...]

“Don’t talk to us about politics or the mechanics of government, but about an understanding of our common good”

[...]

This kind of summarized a lot of other statements: “Mr. President, we are confronted with a moral and a spiritual crisis”.

<sup>310</sup> As jeremiadas são, originalmente, um formato de sermão muito apreciado pelos puritanos que habitavam os EUA na época colonial. Ela, em geral, contém uma denúncia da corrupção moral da sociedade, uma profecia do seu declínio, mas também contém uma possibilidade de redenção. Sobre a importância do conceito de jeremiada no imaginário norte-americano, v. Sacvan Bercovitch, *The American Jeremiad*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1978.

<sup>311</sup> Horowitz, p. 111. No original: “[...] So, I want to speak to you first tonight about a subject even more serious than energy or inflation. I want to talk to you right now about a fundamental threat to American democracy. I do not mean our political and civil liberties. They will endure. And I do not refer to the outward strength of America, a nation that is at peace tonight everywhere in the world, with unmatched economic power and military might.

The threat is nearly invisible in ordinary ways. It is a crisis of confidence. It is a crisis that strikes at the very heart and soul and spirit of our national will. We can see this crisis in the growing doubt about the meaning of our own lives and in the loss of a unity of purpose for our Nation”.

Os sintomas desta crise do espírito americano estão em todo lugar em volta de nós. Pela primeira vez na história de nosso país, a maioria do nosso povo acredita que os próximos cinco anos serão piores que os cinco anos anteriores. Dois terços do nosso povo nem sequer votam. A produtividade dos trabalhadores americanos está em queda, e a disposição dos americanos de guardar para o futuro cair abaixo de todos os outros povos do mundo ocidental.

Como vocês sabem, há um desrespeito crescente pelo governo e pelas igrejas e escolas, os meios de comunicação e outras instituições. Isto não é uma mensagem de felicidade ou reconfortante, mas é a verdade e é um aviso.<sup>312</sup>

Então, Carter faz uma relação dos eventos que quebraram a confiança do povo americano em seu país: os assassinatos de John e Robert Kennedy, além de Martin Luther King; a derrota no Vietnã; Watergate; inflação e desvalorização do dólar; dependência externa do petróleo. E qual teria sido a postura de “Washington” até então?

Procurando por uma saída desta crise, nosso povo se voltou para o Governo Federal e o encontrou isolado do principal da vida nacional. Washington, D.C., se tornou uma ilha. O espaço entre nossos cidadãos e o governo nunca foi tão grande. As pessoas estão procurando por respostas honestas, não respostas fáceis; liderança clara, não declarações falsas e política como de costume.

O que vocês veem frequentemente em Washington e todo lugar no país é um sistema de governo que parece incapaz de ação. Vocês veem um Congresso torcido e empurrado em todas as direções por centenas de interesses especiais bem-financiados e poderosos. Vocês veem cada posição extrema defendida até o último voto, quase até o último suspiro por um ou outro grupo irredutível. Vocês frequentemente veem uma proposta equilibrada e justa que exige sacrifício, um pequeno sacrifício de cada um, abandonada como um órfão sem apoio nem amigos.

Frequentemente vocês veem paralisia e estagnação e deriva. Vocês não gostam disso, nem eu. O que podemos fazer?

Primeiramente, todos temos de encarar a verdade, e então poderemos mudar nosso curso. Nós simplesmente precisamos ter fé uns nos outros, fé na nossa habilidade de governar a nós mesmos, e fé no futuro desta nação. Restaurar esta fé e esta confiança à América é agora a tarefa mais importante que enfrentamos. É um verdadeiro desafio desta geração de americanos.<sup>313</sup>

---

<sup>312</sup> Horowitz, p. 113. No original: “In a nation that was proud of hard work, strong families, close-knit communities, and our faith in God, too many of us now tend to worship self-indulgence and consumption. Human identity is no longer defined by what one does, but by what one owns. But we’ve discovered that owning things and consuming things does not satisfy our longing for meaning. We’ve learned that piling up material goods cannot fill the emptiness of lives which have no confidence or purpose. The symptoms of this crisis of the American spirit are all around us. For the first time in the history of our country a majority of our people believe that the next 5 years will be worse than the past 5 years. Two-thirds of our people do not even vote. The productivity of American workers is actually dropping, and the willingness of Americans to save for the future has fallen below that of all other people in the Western world.

As you know, there is a growing disrespect for government and for churches and for schools, the news media, and other institutions. This is not a message of happiness or reassurance, but it is the truth and it is a warning”.

<sup>313</sup> Horowitz, p. 114. No original: “Looking for a way out of this crisis, our people have turned to the Federal Government and found it isolated from the mainstream of our Nation’s life. Washington, D.C., has become an

Interessante notar como o trecho acima articula o sentimento de crise de confiança com a crítica de Carter à política de Washington.

Ao final da sua jeremiada, Carter acena para a possibilidade de redenção, reafirmando que os EUA podem recuperar sua confiança, pois são os mesmos americanos que levaram um homem à Lua, que se dedicaram à busca da igualdade e dos direitos humanos, fizeram uma nova sociedade durante a Grande Depressão. Carter aponta uma encruzilhada no destino americano: de um lado, a fragmentação e o egoísmo, uma falsa ideia de liberdade que significa a possibilidade de tirar vantagem dos outros. De outro lado, a verdadeira liberdade que está inscrita na tradição da nação.

Na terceira parte do discurso, Carter apresenta o programa de energia propriamente dito, tal como formulado por Eizenstat. Ele consiste, basicamente, no seguinte: estabelecer cotas de importação de petróleo; investir no desenvolvimento de fontes alternativas de energia; criar um “Energy Mobilization Board”, nos moldes do “War Production Board”, com capacidade e prerrogativas para gerir globalmente o sistema energético norte-americano; taxar as companhias para financiar essas iniciativas; e um programa de conservação de energia que envolva todos os americanos. Cabe notar que este é um programa muito semelhante ao apresentado em outras ocasiões. Havia, desta vez, a esperança de que o discurso de Carter fosse capaz de mobilizar apoio suficiente para fazer estas iniciativas passarem pelo Congresso.

O discurso, portanto, insistia o tempo todo nas palavras “confidence” (confiança) e “faith” (fé). Um dos participantes da sessão de discussão foi o sociólogo americano Robert Bellah<sup>314</sup>, e é impossível não pensar nas suas obras sobre a “religião civil” americana quando lemos este discurso que é uma jeremiada, e também um chamado para restituir o significado original do pacto de cidadania americano.

---

island. The gap between our citizens and our Government has never been so wide. The people are looking for honest answers, not easy answers; clear leadership, not false claims and evasiveness and politics as usual. What you see too often in Washington and elsewhere around the country is a system of government that seems incapable of action. You see a Congress twisted and pulled in every direction by hundreds of well-financed and powerful special interests. You see every extreme position defended to the last vote, almost to the last breath by one unyielding group or another. You often see a balanced and a fair approach that demands sacrifice, a little sacrifice from everyone, abandoned like an orphan without support and without friends. Often you see paralysis and stagnation and drift. You don't like it, and neither do I. What can we do? First of all, we must face the truth, and then we can change our course. We simply must have faith in each other, faith in our ability to govern ourselves, and faith in the future of this Nation. Restoring that faith and that confidence to America is now the most important task we face. It is a true challenge of this generation of Americans”.

<sup>314</sup> Robert Bellah é sociólogo na Universidade da Califórnia em Berkeley, e tem várias obras a respeito do conceito de “religião civil”, a noção de bem comum e da relação entre religião, cultura e evolução humana.

Num memorando de 10 de julho de Jerry Rafshoon para o presidente, ele advertia:

Nós precisamos olhar cuidadosamente para cada afirmativa auto-depreciativa e cada comentário negativo sobre a América. Poderíamos ouvi-las atiradas de volta em nós ad nauseam durante uma campanha, até mesmo no dia seguinte ao discurso. “Jimmy Carter pensa que a América perdeu seu espírito. Bem, eu digo que ele está errado . . . etc . . . etc.” “Depois de três anos no cargo, Jimmy Carter diz que ele falhou ao liderar este país . . . e ele está certo”.<sup>315</sup>

Para entendermos o significado político do discurso, é preciso ter em mente que há duas formas de recepção: a imediata, na qual as pessoas tomam o discurso pelas suas palavras e pelo desempenho, o que inclui tom de voz, expressões faciais etc.; e uma outra, em que o significado do discurso é depurado e eventualmente reinterpretado, à luz do desenrolar dos eventos e do filtro da mídia.

A recepção imediata do discurso foi, de modo geral, muito boa. O âncora da rede de televisão ABC, Frank Reynolds, imediatamente qualificou o discurso de “memorável”. As linhas telefônicas da Casa Branca imediatamente se congestionaram, e 84% dos telefonemas eram de reações positivas ao discurso. O serviço de correio para a Casa Branca ficou congestionado por dias, e 85% das cartas apoiavam o discurso do presidente.<sup>316</sup>

Vejam algumas das cartas, tais como citadas por Mattson em seu livro sobre o discurso e a conjuntura que o cerca: Thomas Winslow, de Malden, Massachusetts, escreveu: “Você é o primeiro político que disse as palavras que eu tenho pensado por anos. Mês passado eu comprei uma bicicleta motorizada para trabalhar. Eu planejo usá-la tanto quanto possível, e assim cortei meu consumo de gasolina em 75%.” Judith Avery de Brookings, Oregon, escreveu: “O povo americano está tão mal-acostumado, tão esbanjador”. William Schriever de Orient, estado de Nova York (que apesar do nome era uma senhora) escreveu: “Para mim é inconcebível que nós americanos deixemos que nosso amor por luxos nos consuma assim como consumimos petróleo”. Uma mulher do Texas escreveu uma nota para o presidente: “Jimmy você é um cristão querido. Você é como um Moisés tentando nos guiar para a

<sup>315</sup> Memorando de Gerald Rafshoon para o presidente. 10 de julho de 1979. Apud Horowitz, p. 101. No original: “We must look carefully at each self-deprecating remark and each negative comment about America. We’d hear them thrown back ad nauseam during a campaign, even on the day after the speech. “Jimmy Carter thinks America has lost its spirit. Well, I say he’s wrong. . . etc . . . etc.” “After three years in office, Jimmy Carter says that he’s failed to lead this country . . . and he’s right”.

<sup>316</sup> Mattson, p. 159.

liberdade. Toda vez que damos de costas a você voltamos a nossos ídolos pagãos (gasolina, dinheiro e coisas materiais).”<sup>317</sup>

A simbologia religiosa do discurso, especialmente em se tratando de um evangélico “renascido” como Carter, não poderia passar despercebida. O recolhimento em Camp David, o retorno para seu povo levando “as palavras de Deus”, as passagens sobre fé, confiança, a tradição de liberdade americana, o discurso claramente havia tocado em ideias religiosas que subjazem à mentalidade de boa parte da opinião pública: a cidade na colina, a jeremiada dos puritanos, a liderança de Moisés etc. No dia seguinte, a popularidade de Carter subiu 11 pontos. Agora sua popularidade, de acordo com uma pesquisa CBS/The New York Times, estava em 37%; enquanto, antes do discurso, 74% dos entrevistados achavam que a crise energética era falsa, depois do discurso este número caiu para 65%. As pessoas pareciam, enfim, dispostas a confiar novamente na liderança de seu presidente.<sup>318</sup>

A reação mais imediata da mídia foi mais variada, e precisa ser dividida em dois tipos: a reação à busca por valores e a performance do presidente; e a crítica aos pontos do seu programa de energia. De modo geral, os grandes veículos de comunicação se dividiram entre a aprovação da “performance” do presidente e o questionamento da sinceridade. Em ambas as abordagens, estava subjacente umas das tensões do discurso: que ele poderia, com o tempo, ser enquadrado como mais uma das *Rafshooneries* da Casa Branca, em vez de gestos espontâneos de um líder que prima pela simplicidade e pela sinceridade. Afinal, outros gestos de Carter, como a dispensa de tocar “Hail to the Chief”<sup>319</sup> em suas aparições, e a opção por carregar suas bagagens ao entrar no helicóptero presidencial, haviam sido reinterpretadas da mesma forma à medida que a visão de Carter sobre a política foi revelando suas fragilidades, e iniciativas importantes do governo começaram a ser derrotadas pela política de Washington, em particular pelo Congresso. Isto poderia acontecer com o discurso também. Além do mais, as pessoas gostaram do discurso de Carter, mas manifestavam alguma confusão: estavam dispostas a ajudar, mas o que poderiam fazer para combater um mal moral tão abstrato, que não poderia sequer ser definido? Para infelicidade de Carter, a mídia logo achou uma palavra para definir o sentimento que o presidente procurara expressar: “*malaise*”. Impressionante como, após seu primeiro uso, por parte do Washington Post, antes mesmo do discurso

<sup>317</sup> Mattson, p. 160-161. No original: “You are the first politician that [sic] has said the words that I have been thinking for years. Last month I purchased a moped to drive to work with. I plan to use it as much as possible, and by doing so I have cut my gas consumption by 75 percent”; “The American people are so spoiled, so wasteful”; “To me it is unconscionable that we Americans let our love of luxurie [sic] consume us as we consume oil”; “Jimmy, you are a dear Christian man. You are like a Moses trying to lead us to freedom. Every time you turn your back we turn to Pagan idols (Gas, money, and material things)”.

<sup>318</sup> Haas, p. 84.

<sup>319</sup> Fanfarra que era tocada protocolarmente quando ocorriam aparições públicas do presidente.

acontecer, ressoou pela imprensa, e acabou sendo apropriada pelos seus adversários, como veremos a seguir.

Quatro dias depois do discurso, Carter resolveu seguir os conselhos de Hamilton Jordan e renovar o gabinete de secretários. Havia muito tempo, o governo vinha sofrendo com vazamentos misteriosos e a deslealdade de alguns secretários, que pareciam estar mais preocupados com as políticas de suas secretarias do que em organizar um trabalho de equipe com os outros membros da administração. Particularmente, Joseph Califano havia contatado membros do Congresso para boicotar medidas da administração que contrariassem medidas que afetavam o HEW com as quais ele não concordasse e havia criticado abertamente a criação do Departamento de Educação. Carter decidiu então mover Patricia Harris para o lugar de Califano, enquanto nomeou o ex-prefeito de Nova Orleans e militante democrata Moon Landrieu para a Secretaria de Habitação (HUD). Michael Blumenthal era visto como ineficaz no Congresso e não se dava bem com diversos membros da administração. Para seu lugar, foi escolhido William Miller, que era recém-nomeado para o Federal Reserve e deu lugar a Paul Volcker. Schlesinger já havia muito tempo manifestava a vontade de sair, pois achava que sua capacidade de negociação com o Congresso se esgotara, e para seu lugar Carter nomeou o vice da Defesa, Charles W. Duncan, Jr. Brock Adams, secretário de transportes, criticara publicamente a atenção inadequada, em sua visão, dada às políticas de transporte público e pesquisas de eficiência energética dos carros, e para seu lugar o presidente nomeou o prefeito de Portland, Oregon, Neil Godschmidt.<sup>320</sup>

Para realizar estas substituições, Hamilton Jordan solicitara a renúncia de todos os membros do gabinete, após responderem a um questionário sobre lealdade ao presidente. Além de Jordan, a decisão era apoiada por Jerry Rafshoon, que achava que uma postura dura na reorganização passaria a imagem de que o presidente finalmente estaria “tomando as rédeas” do governo.

A reorganização do gabinete de secretários era uma medida necessária havia já algum tempo. Carter, afinal de contas, passara dois anos e meio com os mesmos secretários, o que era raro na história americana. No bojo dessas medidas, viria ainda a nomeação de Hamilton Jordan para o cargo oficial de chefe de pessoal da Casa Branca, e de Alonzo McDonald para o cargo de diretor de *staff*. Basicamente, a função de McDonald seria dirigir a reorganização do governo, com procedimentos de gestão que aumentassem a capacidade da Casa Branca de avaliar e cobrar os demais membros do governo.

---

<sup>320</sup> Haas, p. 84-85.

Entretanto, o *timing* da medida era equivocado; e a forma como foi feita, idem. A renúncia coletiva derrubou o valor do dólar no mercado internacional e gerou rumores de que o governo americano havia entrado em colapso. A mídia começou a falar de “expurgos” à moda soviética. A revista *Time* publicou que Carter desfrutou dos aplausos “for a day and then, on the Tuesday morning, he set in motion his astounding purge, undoing much of the good he had done himself”.<sup>321</sup>

No final de julho, novamente 71% dos entrevistados concordavam que o presidente não teria a competência para realizar o seu trabalho.<sup>322</sup>

Em agosto, para piorar a situação, uma investigação iniciada pelo IRS (a Receita Federal americana) levou a uma “batida” na famosa boate Studio 54, em Nova York, que encontrou, entre outras coisas, uma quantidade razoável de droga. Na sua defesa, os diretores da boate acusaram Hamilton Jordan de ter cheirado cocaína no porão do Studio 54 alguns meses antes. Embora nada tenha sido provado contra Jordan, a acusação rendeu matéria-prima para a imprensa num momento de fragilidade do governo, e no qual Jordan, desafeto de muitos em Washington, assumia uma posição estratégica no esforço de reorganização do governo.

Tal era a fragilidade do governo e da imagem do presidente, que um episódio inusitado assumira proporções inimagináveis: em abril, o presidente passava alguns dias de folga na Georgia, e retornou com uma história surpreendente aos seus empregados: seu barco de pesca havia sido atacado por um coelho selvagem que, nadando, teria tentado abordar o barco, sendo afugentado por Carter com muito custo. Alguns meses depois, Jody Powell, secretário de imprensa do presidente, contou o incidente para um jornalista da Associated Press, que decidiu enviar a matéria para publicação. Saiu então, na primeira página do *Washington Post*, cinco dias depois da acusação a Jordan, a seguinte notícia: “Rabbit Attacks President”. A matéria enfatizava, entre outras coisas, que o staff de Carter não acreditara na história (passando a impressão de que o presidente não podia convencer nem seus próprios empregados). Como a Casa Branca se recusara a fornecer uma foto do incidente, o jornal publicara no lugar uma charge em que o bote do presidente era atacado por um coelho de presas afiadas, com a inscrição PAWS, fazendo uma sátira do filme “Tubarão”, que em inglês se chama “Jaws”. A imagem do presidente sendo atacado por um coelho feroz tornou-se um ícone da suposta fraqueza do presidente. Somente um contexto difícil, de fragilidade por que

---

<sup>321</sup> Mattson, p. 168.

<sup>322</sup> Mattson, p. 171.

passava o governo poderia alimentar tanto uma história banal e transformá-la num assunto que renderia dias de deboche à autoridade presidencial.<sup>323</sup>

A popularidade do presidente parecia se acomodar novamente nos níveis anteriores ao discurso, quando de repente acontece um outro evento, definidor, em termos do imaginário coletivo, do que seria a presidência Carter: no Irã, em 4 de novembro de 1979, um grupo de estudantes armados toma a embaixada dos EUA em Teerã, fazendo mais de 60 americanos reféns. O grupo, estimulado pelo Aiatolá Ruhollah Khomeini, então no exílio em Paris, exigia que o governo mandasse de volta o Xá Reza Pahlavi, aceito por Carter em território americano para tratamento médico.

A reação do governo americano foi forte: além de iniciar uma operação de isolamento do Irã com países árabes com os quais mantinha relações, solicitou ao Conselho de Segurança da ONU que condenasse a ação iraniana (a possibilidade de sanções foi postergada por ameaça de veto da URSS), congelou os bens de ativos do governo iraniano nos EUA, ameaçou deportar estudantes iranianos que estivessem ilegalmente nos EUA, estacionou destroieres no Oceano Índico, entre outras medidas, além de declarar um embargo de petróleo ao Irã.

A ação contra a embaixada americana provocou uma onda de patriotismo nos EUA, que incluiu o aumento drástico do apoio ao presidente. Antes da tomada da embaixada, o índice de popularidade do presidente medido pelo instituto Gallup era de 32%; no Natal de 1979, já era de 61%. Como então o Senador Ted Kennedy já havia lançado uma candidatura alternativa à presidência nas primárias democratas, pode-se dizer que os eventos no Irã foram um grande impulso inicial para a candidatura de Carter, e deve ser considerado um fator preponderante nas primeiras vitórias do presidente.

Na verdade, a crise dos reféns no Irã não é o único fator que explica uma série de vitórias iniciais de Carter nas primárias do Partido Democrata em 1980. Outros fatores precisam ser elencados. Entre eles, uma manobra do grupo de Carter no partido que antecipou diversas primárias dos estados do Sul, o uso ativo do presidente de ferramentas tradicionais do sistema político americano, como o oferecimento de “patronage jobs” (empregos por indicação) para aliados recalcitrantes e verbas para prefeitos e governadores que o apoiassem, além das próprias insuficiências e erros da candidatura Kennedy.

No mesmo dia 4 de novembro, Kennedy dera uma entrevista à emissora americana CBS, para o jornalista Roger Mudd. Considerando que Mudd era amigo da família Kennedy,

---

<sup>323</sup> Mattson, p. 191.

talvez o Senador por Massachusetts não esperasse o que vinha pela frente. Durante a entrevista, foi exibido um documentário sobre Kennedy que dava amplo destaque ao incidente de Chappaquidick, e imagens de Kennedy vagando sozinho pelos corredores do Congresso e com as mãos tremendo enquanto fazia uma pergunta num comitê do Congresso. Mudd, durante a entrevista, descreveu Kennedy como teimoso, elíptico e dando a impressão de que não deseja que o público americano o conheça. Nenhuma dessas partes foi editada. Para piorar, a performance de Kennedy foi ruim. Num momento famoso da TV americana, Mudd fez-lhe uma pergunta que deveria ter uma resposta na ponta da língua: “por que você quer ser presidente?” Surpreendentemente, Kennedy tergiversou, gaguejou e balbuciou palavras incoerentes até conseguir formular algumas críticas a Jimmy Carter.<sup>324</sup> Seu desempenho levava o telespectador a pensar se os problemas de saúde da esposa, a possibilidade de uma tentativa de assassinato<sup>325</sup> e a devassa sobre sua vida pessoal, no fundo, não deixariam Kennedy incerto da propriedade de sua candidatura.

Além do mais, a campanha de Kennedy decidiu mirar ao mesmo tempo nas primárias e nas eleições de novembro. Considerando (corretamente) que o grande tema da campanha presidencial de 1980 seria “liderança”, Kennedy decidiu fazer uma campanha em Iowa, o primeiro cáucus (tirando um cáucus sem importância da Florida em dezembro, no qual Carter terminou um pouco à frente de Kennedy), uma campanha que enfatizasse sua capacidade de liderança, em que ele parecesse “presidencial”, deixando de lado certas bandeiras do Partido Democrata que pudessem caracterizá-lo como um “radical”. Kennedy deveria aparecer em eventos mais “leves”, e deveria ser enfatizado seu “estilo de governar” em detrimento de temas legislativos específicos.<sup>326</sup> O resultado foi que a campanha de Kennedy perdeu muito de seu *momentum* em Iowa, e a antiga estratégia, que apelava às bases do partido e denunciava a “traição de seus ideais” pelo presidente, voltou a ser a tônica. Num discurso histórico na Georgetown University, Kennedy retomou o espírito inicial de sua dissensão; e mais, foi além das críticas à política interna do governo, e decidiu quebrar um consenso silencioso de que não se deve criticar um presidente em matéria de política externa num momento de crise. No discurso, Kennedy acusou o governo americano de defender o regime sanguinário do Xá da Pérsia, atribuiu-lhe a culpa pela onda de fundamentalismo no Oriente Médio, e afirmou que a invasão soviética no Afeganistão não representava qualquer ameaça

<sup>324</sup> Timothy Stanley, *Kennedy vs. Carter: The 1980 Battle for the Democratic Party's Soul*. Lawrence: University Press of Kansas, 2010. p. 112-113. Um pequeno documentário de cinco minutos sobre a entrevista (extrato de um documentário maior sobre a vida do senador, na verdade), em particular sobre a fatídica pergunta, está disponível em 07/02/2013 em: <http://www.youtube.com/watch?v=e5TkhNWPspM>

<sup>325</sup> Robert já havia perdido seus irmãos John e Robert em atentados, em 1963 e 1968, respectivamente.

<sup>326</sup> Stanley, p. 116-119.

aos EUA. Na política econômica, Kennedy prometeu usar seu poder para lutar contra as companhias de petróleo e outros elementos do complexo industrial-militar. Prometeu a adoção de poderes de emergência para controlar preços e salários, congelar os preços, implementar legislação igualitária para mulheres e gays, salvar fazendas da falência, e instituir um sistema de saúde pública, eletrizando seus seguidores.<sup>327</sup>

O problema é que o presidente continuava desfrutando de altas taxas de popularidade, e resolvera adotar a chamada “Rose Garden Strategy”: por conta da crise dos reféns, se absteria de participar dos debates da campanha, e permaneceria a maior parte do tempo na Casa Branca, gerindo a crise dos reféns. Esse conjunto de campanha bem organizada, uso das ferramentas poderosas da presidência na distribuição de benesses<sup>328</sup> e o pico de popularidade propiciado pelo apoio patriótico ao presidente foram os responsáveis pelas suas vitórias nas primárias seguintes: New Hampshire, Illinois, Maine. Além disso, a invasão soviética ao Afeganistão foi responsável por um acréscimo extra de popularidade, e o anúncio da chamada Doutrina Carter no Discurso do estado da União, em 1980, que tornava o Oriente Médio uma área de interesse estratégico para os EUA, mostravam novamente um presidente firme, contrariando as imagens anteriores de Carter como um presidente fraco.

O ponto que queremos enfatizar neste processo, entretanto, é que as imagens podem oscilar bruscamente em contextos de crise como este. À medida que o tempo foi passando, e a situação dos reféns não se resolvia, a popularidade de Carter novamente foi caindo, lentamente. Carter sofreu uma dura derrota para Kennedy em Nova York, que pode ser atribuída, além do liberalismo do eleitorado democrata nova-iorquino, a um alto índice de rejeição entre os judeus da cidade, que consideravam a política de Carter para Israel como hostil.<sup>329</sup> Esta vitória despertou o eleitorado de Kennedy para a possibilidade concreta de vitória, à medida que o discurso de Kennedy se tornava mais duro. Para piorar a situação, Carter tentara um lance arriscado para vencer a primária de Wisconsin: no dia da votação, convocara uma coletiva de imprensa na Casa Branca, na qual anunciou que “avanços significativos” haviam sido feitos nas negociações. O resultado foi que Carter conseguiu reverter uma perspectiva de derrota em Wisconsin e venceu com 26% pontos de diferença para Kennedy.<sup>330</sup>

---

<sup>327</sup> Stanley, p. 132-133.

<sup>328</sup> Stanley, p. 119-123.

<sup>329</sup> Haas, p. 139.

<sup>330</sup> Haas, p. 140.

Como, na semana seguinte, a situação dos reféns continuava a mesma, o público deduziu que a coletiva de imprensa se tratava de um golpe de publicidade barato, e todo o cinismo em relação à liderança de Carter retornava, com força redobrada.

Em abril, a chamada “Operação Blue Light”, uma tentativa de resgate militar dos reféns, fracassou quando um helicóptero colidiu com um avião de transporte C-130 em território iraniano. Este é o tipo de evento que mostra como Carter, em muitos momentos, fora vítima simplesmente de má sorte. Estes eventos, entretanto, eram sempre reinterpretados à luz da imagem de falta de liderança do presidente, que já havia sido fixada no imaginário popular. Após este evento, Carter teve de abandonar a chamada “Rose Garden Strategy” e iniciar sua campanha pelo país, até porque a candidatura Kennedy, embora em nenhum momento parecesse ameaçar a nomeação de Carter, vinha conquistando muitos delegados em estados importantes, graças à atuação de movimentos sociais do partido (por exemplo, o apoio da *United Farm Workers* de César Chávez no Arizona).<sup>331</sup> Esta reversão forçou mais uma vez o presidente a se contradizer e ter de minimizar uma condição que outrora se configurava como grave demais para impedi-lo de fazer campanha.

Para piorar a situação de Carter, ao longo de todo o verão, a mídia cobria o chamado “Billygate”: o irmão de Carter, Billy, fora acusado de trabalhar durante três anos como agente registrado para o governo do líbio Muammar Khadafi, tendo ido àquele país três vezes com uma delegação da Georgia, recebendo dinheiro para isto. Considerando que as relações entre os EUA e a Líbia naquele momento não iam bem, a descoberta da imprensa gerou suspeitas de que Billy pudesse influenciar a política externa de seu irmão. Carter se viu obrigado a emitir um comunicado desvencilhando-se de seu irmão, mas a competição entre os jornais da capital *The Washington Post* e *The Washington Star* provocaram uma elevação no tom da cobertura, que chegou a ser criticada pelo colunista conservador James J. Kilpatrick.<sup>332</sup>

Ao final das primárias democratas, Kennedy não tinha delegados suficientes para vencer, e iniciou uma campanha mal-sucedida, derrotada na comissão de procedimentos do partido, para que os delegados fossem desvinculados dos candidatos pelos quais haviam sido eleitos. Tendo sido derrotada esta resolução durante a convenção, não havia muita dúvida de que, num evento morno e altamente ensaiado, Carter seria escolhido o candidato democrata em 1980. O discurso de aceitação da nomeação de Carter foi bastante icônico de como a candidatura do presidente era encarada pelo seu partido. Aplausos ensaiados, tépidos, nos

---

<sup>331</sup> Stanley, p. 144-145.

<sup>332</sup> Billygate – 1980. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/politics/special/clinton/frenzy/billy.htm>. Acesso em: 07 de fev. 2013.

momentos certos. Gritos esporádicos de “We want Ted!” (Nós queremos Ted [Kennedy]!) eram ouvidos na assistência. Visivelmente pouco à vontade durante o discurso, ao nomear os ícones do partido, Carter se confundira, chamando Hubert Horatio Humphrey de Hubert Horatio Hornblower<sup>333</sup>, despertando risos de alguns delegados. Em certos momentos, Carter é vaiado por alguns delegados, e em um deles a vaia é sonora e generalizada: quando Carter defende a medida, tomada por seu governo, de cadastro obrigatório para o serviço militar em caso de guerra. Ao final, uma espécie de sinal: quando a banda soou os primeiros acordes de “The Happy Days Are Here Again”, os balões coloridos presos no teto não caíram, como era costume nesses momentos. Uma cena, em especial, marcou os espectadores da convenção democrata: Carter, ansioso, olhava para os lados, aguardando a chegada de Ted Kennedy para dividir com ele o palanque e selar a paz, o que levou mais ou menos quinze minutos para acontecer. Mais uma vez, o partido iria dividido para as eleições presidenciais, e considerando-se a fragilidade de Carter, esta ajuda poderia ser crucial para sua vitória.

Embora as pesquisas de opinião pública tenham apontado uma disputa apertada entre Carter e Reagan no voto popular, a larga margem de vitória das eleições de novembro era previsível. Mais uma vez, para azar de Carter, as eleições se realizariam no exato aniversário de um ano do sequestro dos reféns na embaixada americana. Reagan, assim como Kennedy, explorara exaustivamente o tema da liderança. Há muito a ser dito sobre as eleições de 1980, e por uma questão de limitação de espaço vamos dividir entre este capítulo e o seguinte, procurando dar conta apenas dos aspectos específicos propostos (aqui, o problema da liderança e a imagem de Carter como líder). O que nós gostaríamos de propor é um modelo interpretativo para explicar a chamada “crise de liderança” do governo Carter, o que pode ajudar a explicar a eficácia de certas representações de Carter como um líder “fraco”.

A série de eventos, por si só, não explica porque Jimmy Carter sofreu tanto com a cobertura da imprensa e com a rejeição de boa parte da opinião pública a sua liderança. Embora pequenos escândalos como o caso Bert Lance e o chamado “Billygate” tenham aparecido em seu mandato, não houve nenhum grande escândalo em seu governo como, por exemplo, o chamado Escândalo Irã-Contras da Era Reagan. Aliás, o presidente republicano posteriormente ficou conhecido como “teflon president”, pois nada do que ocorria durante seu mandato parecia abalar sua popularidade, enquanto um ataque de um coelho selvagem rendia mais de uma semana de cobertura para os principais jornais do país na Era Carter. Embora só possamos esboçar uma interpretação possível aqui, nós levaríamos em consideração os

---

<sup>333</sup> Horatio Hornblower é um personagem ficcional, um almirante das Guerras Napoleônicas de uma série de livros escritos por C. S. Forester.

seguintes componentes: um alto nível de expectativa estabelecido por um presidente que prometia moralizar Washington e jamais mentir; uma imprensa e um Congresso bastante hostis ao Executivo, no rastro de Watergate; a hostilização de Carter em relação ao Congresso e a todos que viviam no ambiente social de Washington, o que incluía os correspondentes políticos da imprensa nacional que viviam na capital, frequentemente em relações promíscuas com assessores de políticos; fracassos em temas legislativos de grande importância para o governo em 1977, em função de erros estratégicos e organizacionais que procuramos explicar neste capítulo. A partir daí, o ceticismo crescente em relação à liderança de Carter impediu a concretização de sua imaginada aliança com a opinião pública para moralizar o Congresso e impedir a interferência dos grupos de pressão no processo legislativo.

Mas há um outro fator que precisa ser levado em consideração na interpretação feita pela opinião pública em relação à liderança de Carter: o presidente pretendia não apenas elaborar uma nova aliança, alternativa ao liberalismo dos grupos de interesse; Carter imaginava ainda um novo papel para o poder presidencial, reduzido para aumentar sua eficiência, ao qual correspondia uma concepção rígida da política fiscal. Neste ponto, Carter divergia tanto de Kennedy como de Reagan. Embora em lados opostos do espectro político, Kennedy e Reagan compartilhavam algo de que Carter não compartilhava: um otimismo em relação ao poder americano, a crença de que uma política fiscal ousada permitiria aos EUA cumprir seu destino (no caso de Kennedy, promover a igualdade entre os cidadãos; no caso de Reagan, manter a supremacia militar dos EUA e liberar a iniciativa privada do “peso” do Estado, através de cortes de impostos que abriram um rombo no déficit americano). Dos três candidatos supracitados, Carter era sem dúvida o candidato a favor de um orçamento mais equilibrado (ao lado do candidato independente, John B. Anderson). Este otimismo se refletia nos discursos de ambos os candidatos, Kennedy e Reagan, nas críticas que ambos fizeram ao chamado “crisis of confidence speech” (discurso da crise de confiança). No discurso em que anuncia sua candidatura, três dias depois do sequestro dos reféns americanos no Irã, Edward Kennedy fala o que pensa sobre a liderança da Casa Branca:

Mas quando as dificuldades atuais se tornam tão grandes que ameaçam a confiança essencial da nação, as energias de nosso povo devem ser direcionadas a um propósito maior – e isto só pode ser feito com a Casa Branca. Apenas o presidente pode prover o senso de direção necessário para a nação. Apenas o presidente pode inspirar a vontade comum para alcançar nossos objetivos.

Por muitos meses, estamos imersos em crise. Pior, não ouvimos chamados claros do centro de poder. Alvos não são estabelecidos. Os meios de realização são negligenciados. Conflitos em direções confundem nosso

propósito. O governo titubeia. Espalha-se o medo de que nossos líderes se conformaram em recuar.

[...]

Antes da última eleição, nos foi dito que os americanos eram honestos, amáveis, bons, decentes e compassivos. Agora o povo é culpado por todo mal nacional, repreendido como ganancioso, perdulário, e atolado numa malaise.

Qual é a verdade? Nós mudamos tanto nesses três anos? Ou é porque nossa atual liderança não entende que estamos desejosos, até ansiosos, para pôr-nos em marcha novamente.

Eu busco a presidência sem ilusões. A tarefa mais importante da liderança presidencial é liberar a energia nativa do nosso povo.

A única coisa que nos paralisa hoje é o mito de que não podemos nos mover. Se os americanos estão pessimistas, é porque eles também são realistas. Eles fizeram um julgamento justo de como o governo está se saindo – e eles estão exigindo algo melhor.

Onde há visão, as pessoas respondem. Nós precisamos restaurar a fé dos cidadãos de que o sistema pode ser feito para funcionar se eles fizerem o governo funcionar para eles.<sup>334</sup>

Nas palavras de Kennedy, se há alguma “malaise” na América, é no governo de Jimmy Carter. A operação linguística feita pelos adversários, e que como vimos já era temida por Mondale, Rafshoon e outros, era de que a percepção de um mal-estar nacional se voltaria contra o governo, caso o contexto fosse desfavorável. Com uma crise dos reféns interminável e uma crise econômica renitente, foi fácil transformar o Governo Carter, ao mesmo tempo, na metáfora e na principal causa dessa grande “malaise” pela qual passavam os EUA. Vejamos o que Reagan tem a dizer a respeito da percepção de que os EUA passavam por uma crise de suas potencialidades. Esta fala foi o encerramento do debate da noite de 3 de novembro de 1980, portanto imediatamente antes da eleição:

---

<sup>334</sup> Horowitz, p. 164-166. No original: “But when present difficulties grow so large that they threaten the essential confidence of the nation, the energies of our people must be marshalled toward a larger purpose – and that can only be done from the White House. Only the President can provide the sense of direction needed by the nation. Only the President can inspire the common will to reach our goals.

For many months, we have been sinking into crisis. Yet, we hear no clear summons from the center of power. Aims are not set. The means of realizing them are neglected. Conflicts in directions confuse our purpose. Government falters. Fear spreads that our leaders have resigned themselves to retreat.

[...]

Before the last election, we were told that Americans were honest, loving, good, decent, and compassionate. Now the people are blamed for every national ill, scolded as greedy, wasteful, and mired in malaise.

Which is it? Did we change so much in these three years? Or is it because our present leadership does not understand that we are willing, even anxious, to be on the march again.

I seek the presidency with no illusions. The most important task of presidential leadership is to release the native energy of the people. The only thing that paralyzes us today is the myth that we cannot move. If Americans are pessimistic, it is because they are also realistic. They have made a fair judgement on how government is doing – and they are demanding something better.

Where there is vision, the people respond. We must restore the faith of citizens that the system can be made to work if they will make government work for them”.

Esta é verdadeiramente a questão diante de nós esta noite: pela primeira vez na nossa memória, muitos americanos estão se perguntando: a história ainda tem um lugar para a América, para seu povo, para seus grandes ideais? Há alguns que respondem: “não”; que nossa energia foi gasta, nossos dias de grandeza estão no fim, que uma grande malaise nacional se abateu sobre nós. Eles dizem que precisamos tolher nossas expectativas, conservar e recuar, que precisamos dizer a nossas crianças . . para que não sonhem como sonhamos um dia. . . .

[...]

Durante o ano passado, eu tive a chance de encontrar e falar durante a campanha com americanos em cada canto dos Estados Unidos. Eu não encontrei nenhuma malaise nacional, não encontrei nada de errado com o povo americano. Oh, eles estão frustrados, até irritados com o que tem sido feito com esta terra abençoada. Mas mais do que tudo, eles estão fortes e robustos como sempre estiveram.<sup>335</sup>

Neste capítulo, gostaríamos, entre outras coisas, de estabelecer com clareza que a derrota de Carter foi a derrota de um projeto abrangente de redefinição das relações entre Executivo e Legislativo, do papel da presidência na vida política do país e também dos EUA no mundo. Este projeto foi vítima de contradições internas, do acaso, de uma máquina eleitoral poderosa em ascensão (a da Nova Direita), de uma batalha pela imagem. Por conta disso, os americanos rejeitaram este projeto em prol de outro, que reafirmava uma visão triunfalista do poder americano, do papel da presidência, através de uma espécie de saque do “crédito” de poder americano. Era preciso ter ousadia, ir além, e não submeter o país a autocrítica. Uma das consequências do saque deste crédito é o aumento brutal do déficit norte-americano nos anos 80, que teria acontecido com Kennedy ou Reagan, mas não com Carter. “I find no national malaise, I find nothing wrong with the American people”, são as palavras de Reagan. Elas talvez tenham sido mais importantes que todo o projeto ideológico da Nova Direita americana para derrotar Carter nas eleições de novembro.

---

<sup>335</sup> Horowitz, p. 169-170. No original: “That is really the question before us tonight: for the first time in our memory, many Americans are asking: does history still have a place for America, for her people, for her great ideals? There are some who answer “no”; that our energy is spent, our days of greatness at an end, that a great national malaise is upon us.

They say we must cut our expectations, conserve and withdraw, that we must tell our children . . not to dream as we once dreamed. . . .

[...]

During this last year, I have had a chance to meet and talk on the campaign trail with Americans in every corner of the United States.

I find no national malaise, I find nothing wrong with the American people. Oh, they are frustrated, even angry at what has been done to this blessed land. But more than anything they are sturdy and robust as they have always been”.

## 5. GOVERNO CARTER, ECONOMIA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

### 5.1 O *ECONOMIC POLICY GROUP* E AS DISPUTAS DENTRO DA ADMINISTRAÇÃO

O núcleo da política econômica do Governo Carter era o que se chamava na Era Kennedy de “Troika”: o Secretário do Tesouro, Michael Blumenthal (economista da Comissão Trilateral), o diretor do *Office of Management and Budget*, Bert Lance e posteriormente James McIntyre (advogado que também trabalhara com Carter na reorganização do governo da Geórgia), e o chefe do *Council of Economic Advisers*, Charles Schultze. Blumenthal já servira o Departamento de Defesa no Governo Kennedy, e Schultze fora chefe do equivalente ao OMB no Governo Johnson.<sup>336</sup>

Mas a Troika era só o núcleo de um grupo ainda maior, o chamado *Economic Policy Group* (EPG). Este grupo teria a função de reunir membros de diversos departamentos com o intuito de fornecer ao presidente uma assessoria integrando a visão de secretários e seus departamentos numa linha coerente. O Governo Carter concebera uma frequência semanal de reunião do *Economic Policy Group*. O Secretário do Tesouro e o chefe do CEA seriam os coregentes do grupo. Ele seria integrado ainda pelo diretor do OMB, pelos Secretários de Estado (Cyrus Vance), Comércio (Juanita Kreps), Trabalho (Ray Marshall), *House and Urban Development Department* (Patrícia Harris) e o Assessor de Segurança Nacional (Brzezinski). Mondale e Eizenstat seriam membros *ex-officio*. Este era apenas o comitê executivo do grupo: cada um dos seus membros levaria um assessor, além de eventuais participantes de forças-tarefas relativas a cada tema analisado.

O EPG não funcionou bem pelos seguintes motivos:

- 1) O grupo era grande demais; no início de janeiro, Blumenthal e Schultze conceberam, num memorando para o presidente, que o EPG seria composto apenas pelos membros da Troika e o Secretário de Estado. Entretanto, Kreps e Marshall eram Ph.D. em economia e pressionaram para que estivessem no comitê. Patrícia Harris entrou por pressão do *Black Caucus* para que o grupo tivesse um membro afro-americano. Às vezes, as reuniões tinham mais de 30 pessoas.<sup>337</sup>
- 2) Incompatibilidades entre Blumenthal e Schultze; além de um gênio difícil, as funções de ambos nem sempre tinham delimitação muito clara: Carter prometera a

<sup>336</sup> Carl W. Biven, *Jimmy Carter's Economy: policy in an age of limits*. Chapel Hill, London: The University of North Carolina Press, 2002. p. 40-42.

<sup>337</sup> *Idem*, *Ibidem*, p. 43-44.

Schultze que ele seria seu assessor em matéria econômica. No entanto, Blumenthal certamente tinha visões particulares dos processos econômicos, e era seu dever comunicá-las ao presidente. Schultze, entretanto, tinha acesso mais fácil a Carter.

- 3) A heterogeneidade ideológica do grupo: Lance era considerado o mais conservador em matéria fiscal; Blumenthal também era considerado conservador. Schultze era um keynesiano: embora compartilhasse com os outros economistas respeito absoluto pelo papel preponderante da iniciativa privada na atividade econômica, pensava o problema do crescimento a partir da ótica do estímulo do consumo, e eventuais políticas anti-cíclicas. Servia como referência de centro. À sua esquerda, estavam Ray Marshall, economista ligado ao mundo do trabalho, adepto de políticas de pleno emprego, Mondale, um liberal democrata da melhor estirpe (que raramente ia às reuniões), e Eizenstat, cuja função era cativar e agregar grupos da coalizão democrata.<sup>338</sup>

O EPG seria reorganizado em julho de 1977: se criaria um comitê menor, com apenas a Troika e um representante do Departamento de Estado, além de Mondale e Eizenstat. Além disso, Schultze logo se desligaria da co-regência do grupo, alegando conflito de funções: sua posição de assessor pessoal do presidente frequentemente o colocaria na posição de avaliar as posições do grupo que ele mesmo dirigia. Eizenstat, com o tempo, passaria a desempenhar também em relação ao EPG a função de resumir e organizar as posições diferentes que emergiam das reuniões, dando-lhes uma formulação coerente.<sup>339</sup> Em artigo publicado no *Journal of Economic Perspectives* em 1992, reproduzido no livro de Biven, Eizenstat afirma: “O Presidente Carter ficou progressivamente frustrado com a operação do interdepartamental Grupo de Política Econômica, liderado pelo Departamento do Tesouro, porque essas recomendações não eram nada mais que a coletânea de distintas recomendações de agências, sem uma síntese adequada”.<sup>340</sup>

O *Economic Policy Group* nos interessa não tanto pela influência nos juízos econômicos do presidente (influência esta que não houve), mas apenas como um microcosmo das tensões que perpassavam a administração em matéria fiscal e econômica. Os embates ocorridos no EPG eram emblemáticos da contradição entre duas alas do governo, que tinham

<sup>338</sup> *Idem, Ibidem*, p. 49.

<sup>339</sup> *Idem, Ibidem*, p. 44.

<sup>340</sup> *Apud Idem, Ibidem*, p. 45. No original: “President Carter became increasingly frustrated with the operation of the interdepartmental Economic Policy Group, chaired by the Treasury Department, because its recommendations were often nothing more than the collection of differing agency recommendations, without adequate synthesis”.

duas prioridades distintas: de um lado, a restrição fiscal e o combate à inflação; do outro, o crescimento econômico e a geração de empregos. De um lado, economistas de carreira, alguns deles servindo a administrações republicanas e democratas (Schultze fazia parte do *Council of Economic Advisors* de Eisenhower, então presidido por Arthur Burns, junto com Alfred Kahn, que seria posteriormente assessor de Carter no combate à inflação)<sup>341</sup>; do outro, secretários ligados à área social, com larga experiência nos programas da *Great Society* e sensíveis aos apelos dos movimentos sociais, lutando por verbas num contexto de crescente restrição fiscal.

Esta pluralidade, até certo ponto, é esperada em qualquer governo. Hargrove avança a hipótese de que ela seja mesmo proposital, consonante com a concepção de “colegiado centralizado”: reunindo pareceres oriundos de diferentes lugares, formações e trajetórias, Carter poderia se tornar o árbitro das políticas mais adequadas ao momento, de acordo com as prioridades macroeconômicas da administração (inflação x desemprego) e a tentativa de recriar programas sociais numa base mais eficiente (*compassionate x efficient*).<sup>342</sup> Eizenstat chega a considerar esta diversidade normalmente saudável. Falando sobre a composição dos quadros dos governos americanos em geral, Eizenstat compara:

Dentro do *staff* certamente era o caso de que ambos, Bert Lance e McIntyre tinham uma filosofia de governo diferente da minha.

Isto, entretanto, não é tão inesperado, porque você certamente não quereria indicar uma pessoa para dirigir o bureau de orçamento se ela não acredita em manter os gastos num nível baixo. Este é o papel institucional deles. Quero dizer, John Kennedy, por exemplo, quando ele procurou por um secretário do Tesouro, teve Doug Dillon. E Doug Dillon certamente era mais conservador que muitos outros membros da administração, incluindo provavelmente o próprio presidente.

Mas se você olhar para certas pessoas em certas posições, há certos papéis institucionais que eles têm de representar. Então você sabe que está trabalhando sobre um certo grau de desacordo e conflito, e isso é saudável. Porque apenas obtendo essas visões distintas um presidente pode realmente sentir todas as opções que se colocam a ele.

Eu não sei se as diferenças entre mim e o pessoal do orçamento eram maiores que em alguma outra administração democrata em que você tenha pessoas no OMB, novamente, que estão tentando ser os guardiões contra os gastos.<sup>343</sup>

<sup>341</sup> *Idem, Ibidem*, p. 51.

<sup>342</sup> Hargrove, *Jimmy Carter as President.*, p. 30.

<sup>343</sup> Entrevista de Eizenstat ao Miller Center, p. 104. No original: “[...] Within the White House staff it certainly would be the case that both Bert Lance and McIntyre would have had a different philosophy of government than I.

That, however, is not so unexpected, because you certainly wouldn’t want to appoint a person to head the budget bureau who didn’t believe in keeping the spending down. That’s their institutional role. I mean, John Kennedy, for example, when he looked for a Secretary of the Treasury, had Doug Dillon. And Doug Dillon certainly was more conservative than many other members of the administration, including probably the President himself.

Cabe destacar aqui a função de Eizenstat e o *Domestic Policy Staff* no aconselhamento econômico dentro do governo: sendo um órgão de planejamento e articulação política, responsável por avaliar as situações no que concerne à base de apoio do governo, cabia a Eizenstat (junto a Walter Mondale, considerado um aliado de primeira hora dos grupos de interesse do Partido Democrata) tentar conciliar os conselhos recebidos pela equipe econômica com a necessidade de contemplar reivindicações do movimento sindical, fazendeiros, ambientalistas, defensores dos direitos dos negros e das mulheres, além de outros grupos. O DPS era uma espécie de organizador político central do governo, enquanto outros órgãos da administração (como o *Office of Congressional Liaison* e o *Office of Public Liaison*) estavam incumbidos de colocar em prática estratégias de construção de alianças com grupos de interesse e membros do Congresso. Como, por vezes, as funções poderiam se superpor, era necessário que membros desses escritórios trabalhassem harmoniosamente e trocassem informações.

A importância de conhecer os mecanismos de formulação da política econômica do governo se explica pelo fato de que as tensões entre interesses políticos e orçamentários, embora se devam à própria arquitetura institucional do governo, se agravam em função das circunstâncias de crise pelas quais passou o governo de Jimmy Carter. O que este capítulo procura mostrar é:

- 1) Como os indivíduos ocupando esses papéis institucionais influenciaram as decisões de política econômica do governo;
- 2) Como essas decisões impactaram negativamente nos movimentos sociais e sua participação na sustentação ao governo, à medida que o combate à inflação passou a ser a prioridade em termos de política econômica.

---

But you look for certain people in certain positions because there are certain institutional roles they have to play. So you know you're building in a certain amount of disagreement and conflict, and that's healthy. Because only by getting those differing views – some of which are institution-based, and some of which come out of personality differences – can a President really get the full flavor of the options he faces. I don't know that the differences between me and the budget people were any greater than would have been the case in any other Democratic administration where you've got people in OMB, again, who are trying to be the watchdogs on spending. [...]"

## 5.2 DO CRESCIMENTO ECONÔMICO À INFLAÇÃO E O IMPACTO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

### 5.2.1 O pacote de estímulo, a Humphrey-Hawkins Bill e o crescimento econômico

Ainda na transição de governo, a equipe econômica de Carter preparava um pacote de estímulo para a economia, como forma de atacar a recessão iniciada em 1974. Terminado, o pacote consistia de duas vertentes fundamentais: a primeira era um programa de estímulos fiscais a pessoas físicas e jurídicas; a segunda, um programa de estímulos à contratação de mão de obra, que previa inclusive a contratação de desempregados pelo governo, além de oferta de treinamento através do CETA (*Comprehensive Employment and Training Act*, programa criado pelo governo em 1973). A ideia era, grosso modo, que a segunda vertente viesse suprir o crescimento econômico gerado pela primeira.

O ponto mais polêmico do programa de estímulo era um abatimento nos impostos, no valor de 50 dólares, para cada cidadão americano. Houve entre os assessores de Carter várias polêmicas em relação ao efeito do abatimento: seus opositores alegavam que, provavelmente, as pessoas guardariam o dinheiro ou o usariam para pagar dívidas, já que não se sentiriam propensas a gastar uma receita que não viria todo mês. Por outro lado, o abatimento era uma forma de estimular a economia sem comprometer receitas futuras, o que não ocorreria com um desconto fixo nos impostos. Também eram fornecidos estímulos fiscais para empresas que contratasse empregados ou então um crédito adicional sobre as taxas de investimentos, a ser escolhido pelas empresas de acordo com suas características (*labor intensive* ou *capital intensive*).

Havia também, dentro da administração, uma disputa em torno dos empregos públicos gerados pelo pacote. Ray Marshall, Secretário do Trabalho, foi o principal defensor do programa, enquanto Schultze se opunha a ele. O programa consistia, na verdade, basicamente na concessão de verbas aos governos estaduais e locais, em vez do emprego direto pela administração federal. Schultze argumentava que, ao fim e ao cabo, os estados e prefeituras receberiam para contratar pessoal que, em circunstâncias normais, já seriam contratadas. Mas o fato é que Schultze estava lutando uma batalha inglória: a geração de empregos diretos pela administração pública era a forma mais visível e intuitiva de gerar empregos: estímulos fiscais levariam muito tempo para fazer efeito, passariam por diversos canais da economia, e seus

resultados seriam diluídos entre outros fatores do crescimento econômico. Tip O'Neill, presidente<sup>344</sup> da Câmara e campeão do liberalismo democrata, sugeriu: “[A administração] deveria esquecer os abatimentos e colocar o dinheiro diretamente na criação de empregos”.<sup>345</sup> Esta era a opinião também de Robert Byrd, líder da maioria do Senado. Segundo Schultze, o próprio Carter gostava muito do programa de empregos:

Ele imediatamente gostou da ideia dos programas de emprego. Eles mandariam as pessoas de volta ao trabalho de um modo que você poderia ver concretamente. [...] Você poderia ver seus [de Carter] olhos se acenderem quando Ray [Marshall] entrava nessa coisa toda sobre colocar as pessoas para trabalhar e treiná-las, e capacitando-as e todas essas coisas maravilhosas que você poderia fazer.<sup>346</sup>

De maneira geral, a maior parte dos economistas concordava com a necessidade de algum estímulo para a economia. O problema era achar o lugar exato na balança entre crescimento e inflação. Apenas os liberais do Partido Democrata ficaram desencantados com o pacote. Segundo Eizenstat, o pacote de estímulo de 1977 foi bastante criticado pelo AFL-CIO, a National League of Cities, National Conference of Mayors e Walter Heller, chairman do CEA no Governo Kennedy.<sup>347</sup>

Os problemas do pacote começaram quando chegaram no Congresso. Lá, Al Ullman, chairman do *House Ways and Means Committee*,<sup>348</sup> decidiu mudar a forma de estímulo para as empresas, por entender que a proposta da Casa Branca não seria eficaz: em seu lugar, colocou um crédito fiscal para empresas que contratassem. Seria difícil, no novo sistema, medir que empregos foram gerados pelo novo crédito e quais seriam gerados de qualquer forma. Além disso, era desigual, na medida em que premiava empresas e regiões que já estivessem crescendo enquanto desamparava outras que estivessem enfrentando dificuldades (posto que não contratariam).

Os debates giravam em torno da proposta de Ullman, quando Carter surpreende a todos: decide desistir do abatimento de 50 dólares. Além das resistências que ele vinha enfrentando no Congresso (era considerado “um cheque” dado a cada americano, uma medida

---

<sup>344</sup> O nome original do cargo, em inglês, é *speaker*.

<sup>345</sup> Biven, p. 74. No original: “[the Administration] should forget the rebates and put the money directly into job creations”.

*Idem, Ibidem*. No original: “He immediately liked the idea of the employment programs. It would get people back to work in a way you could see concretely [...] You could see his eyes light up when Ray [Marshall] would go into all this stuff about putting people to work and training them, and giving them work skills and all these marvelous things you could do”.

<sup>347</sup> *Idem, Ibidem*, p. 70-72

<sup>348</sup> Comitê da Câmara responsável por analisar a legislação proposta em matéria fiscal.

populista), havia um motivo maior para isto: novos dados sobre o aquecimento da economia americana indicavam o risco de que talvez a dose adicional de estímulo não fosse necessária. Na verdade, Charles Schultze era possivelmente o único que apoiava o abatimento, mas Bert Lance, chefe do OMB, e Blumenthal, Secretário do Tesouro, considerados os mais conservadores em matéria fiscal na administração, vinham instando o presidente a retirar a proposta de abatimento com base no temor da inflação. Segundo Biven, a discussão em torno do abatimento refletia a divisão entre liberais e conservadores entre os assessores de Carter. Numa entrevista ao projeto de história oral do Miller Center, Carter afirma sobre o problema do abatimento:

Bert, Mike Blumenthal e eu éramos mais conservadores que quaisquer outros de meus assessores. Nós éramos mais conservadores que Charlie Schultze ou Stu Eizenstat, muito mais conservadores que Fritz Mondale. O teste veio com o abatimento de cinquenta dólares. Quando assumimos, havia um compromisso unânime com a imediata criação de empregos, e nós prevíamos que o abatimento de cinquenta dólares seria implementado em abril. Nós íamos aprovar isso em fevereiro e março e seria algo imediato. Bem, não aconteceu desta forma. Passou pela Câmara rapidamente, sem atraso. Foi para o Senado, e muita oposição foi feita a ele porque a economia parecia estar mais estimulada do que havíamos previsto. Bert e Mike Blumenthal e eu sentimos que o abatimento de cinquenta dólares não deveria ser implementado e então tivemos uma alteração entre nossos assessores econômicos, uma alteração inevitável, mas nada feio. Finalmente prevalecemos, e nós o “abortamos”.<sup>349</sup>

Além disso, havia muita resistência ao abatimento fiscal no Congresso, mas não apenas pela proposta em si. O pacote de estímulo de Carter foi uma das medidas vítimas de retaliação ao corte, pelo presidente, de projetos de obras públicas inseridas pelos congressistas no orçamento do ano corrente, considerados por Carter um desperdício puro e simples, como vimos no capítulo 4.

De qualquer forma, a versão final assinada por Carter conservava a maior parte das disposições originais, com exceção do abatimento para pessoa física e o estímulo às empresas. A despeito disso, Carter pagara um preço diante da opinião pública: sua decisão de retirar o

---

<sup>349</sup> Entrevista de Jimmy Carter ao Miller Center of Public Affairs, University of Virginia, 29 de novembro de 1982, p. 12. No original: “Bert, Mike Blumenthal, and I were more conservative than anybody else among my advisors. We were more conservative than Charlie Schultze or Stu Eizenstat, more conservative by far than Fritz Mondale. The test came with the fifty dollar tax rebate. When we went into office, there was a unanimous commitment to an immediate creation of jobs, and we had anticipated that the fifty dollar tax rebate could be implemented by April. We were going to pass it in February and March and it was going to be an immediate thing. Well it didn’t happen that way. It went through the House quickly without any delay. It got to the Senate, and a lot of opposition was being aroused to it because the economy seemed to be stimulated more than we anticipated on its own. Bert and Mike Blumenthal and I felt that the fifty dollar tax rebate should not be implemented and we had a squabble among our economic advisors, an inevitable squabble, but not anything ugly. We finally prevailed, and we just aborted it”.

abatimento foi percebida como uma atitude titubeante do governo. Mas, para ele, havia mais coisa em jogo além de uma proposta, como ele recupera em seu livro de memórias:

A partir de então, o rumo básico foi estabelecido, mas meus assessores estavam certos sobre o prejuízo político. A óbvia inconsistência na minha política durante esta rápida transição de estimular a economia a uma batalha total contra a inflação iria me castigar por um longo tempo. Mas eu sabia que tinha tomado a decisão correta; por mais de três anos e meio minha principal batalha seria contra a inflação, e eu ficaria do lado da prudência fiscal, orçamentos restringidos e déficits menores. Despesas domésticas discricionárias, em valores reais, aumentaram menos de 1% durante meu mandato.<sup>350</sup>

A *Humphrey-Hawkins Full Employment Bill*, então tramitando pelos subcomitês do Congresso, era um estandarte nas mãos dos membros liberais do Partido Democrata. Criada em conjunto por Hubert Humphrey e o Senador August Hawkins, membro do *Black Caucus* ainda no Governo Ford, a medida consistia no estabelecimento de metas para o que seria considerado “pleno emprego” pela administração. O texto original estabelecia como meta “3% de desemprego para trabalhadores adultos” (nos cálculos da equipe econômica de Carter, isto significava 4%-4,5% da força de trabalho total). A primeira versão era ainda mais ousada, e previa uma meta abaixo de 4% da força de trabalho total, meta considerada irreal pelos assessores econômicos de Carter. O texto estabelecia ainda diversas disposições com potencial inflacionário e a obrigação de que o Estado provesse os empregos, se isto fosse necessário para atingir a meta. Numa entrevista à Revista *Time*, Lawrence Klein, economista da equipe de Carter, declarou: “Este projeto de lei poderia se tornar uma maldição a nos seguir, mas nenhum projeto passa pelo Congresso sem emendas, e eu consigo pensar em 10 emendas que fariam este projeto ficar bom”.<sup>351</sup> Na equipe econômica do presidente, Charles Schultze assumiu a dianteira na resistência a ela: “A meta de atingir estabilidade de preços razoável deveria ter mais proeminência”.<sup>352</sup> Coube a Eizenstat e Mark Siegel, assessor do presidente, defender alguma forma de compromisso com os congressistas liberais e os grupos

<sup>350</sup> Jimmy Carter, *Keeping Faith: memoirs of a president*, New York: Bantam Books, 1982. p. 77-78. No original: “From then on, the basic course was set, but my advisers were right about the political damage. The obvious inconsistency in my policy during this rapid transition from stimulating the economy to an overall battle against inflation was to plague me for a long time. But I knew I had made the correct decision; for more than three and a half years, my major economic battle would be against inflation, and I would stay on the side of fiscal prudence, restricted budgets, and lower deficits. Discretionary domestic spending, in real dollars, increased less than 1 per cent during my term in office”.

<sup>351</sup> Apud Biven, op. cit., p. 33. No original: “This bill could become an albatross, but no bill goes through Congress without amendments, and I can envision 10 amendments that would make this a good bill”.

<sup>352</sup> Melvyn Dubofsky, *The End of Politics of Productivity*. In: FINK, Gary M.; GRAHAM, Hugh Davis (ed.). *The Carter Presidency. Policy Choices in the Post-New Deal Era*. Lawrence: University Press of Kansas, 1998, p. 103. Trad. livre: “the goal of achieving reasonable price stability should be given more proeminence”.

do partido que apoiavam a medida. Ambos, junto com Ray Marshall, negociaram para obter uma meta de desemprego de 4% e flexibilidade no combate à inflação. Numa coletiva de imprensa em novembro de 1977, Carter anunciou que só toleraria uma versão do projeto de lei que incluísse um compromisso veemente com o combate à inflação. Já no Senado, a pressão era para impor uma meta de inflação zero ao texto. O governo, num gesto de compromisso, trabalhou durante o ano de 1978 para obter uma versão palatável do texto para o governo e os movimentos sociais dentro do partido.<sup>353</sup>

De fato, a versão sancionada por Carter em 1978 era mais modesta, e serviria mais como referência para a administração do que uma meta compulsória. De qualquer forma, a realidade econômica se encarregaria de mandar a Humphrey-Hawkins Bill pelos ares, mas ela ainda serviria como um dos principais ícones da resistência liberal às medidas de arrocho de Carter, unindo o movimento sindical e o *black caucus* do partido em sua defesa.

O fato de que o crescimento econômico, entretanto, fosse a maior prioridade em Washington em 1977 não impedia que o governo tivesse uma política de combate à inflação. E ela seria anunciada em abril de 1977. Baseava-se na crença de que a inflação, então, devia-se mais ao *momentum* impresso pelas pressões da alta das *commodities* (inclusive do choque do petróleo) do que por outros fatores mais estruturais, como a queda da produtividade e a quantidade de meio circulante, devido aos sucessivos déficits e emissões a partir da Guerra do Vietnã. Cabia à política do novo governo, portanto, quebrar esta tendência inercial sem que o crescimento econômico fosse prejudicado.<sup>354</sup> Desta forma, não estaria nos planos do governo um aperto monetário vigoroso, ou um arrocho fiscal agressivo, ao menos no primeiro ano. Os compromissos de Carter com um orçamento equilibrado eram uma tentativa de tornar a administração pública mais eficiente, mas ainda não se constituíam numa estratégia de choque no combate à inflação. As declarações constantes de Arthur Burns, presidente do *Federal Reserve* (reminiscente do Governo Ford), que sugeriam aumento da taxa de juros e medidas contundentes para restituir o valor do dólar preocupavam a Casa Branca.

O documento publicado pela administração em 15 de abril continha algumas reflexões para consumo público sobre as causas da inflação, um compromisso de estabelecer tetos para os gastos nos próximos orçamentos, além de onze ações específicas do governo para combater a inflação. Entre elas, o compromisso de desregular vários setores da economia, aplicando-se as normas de livre concorrência, a revisão de regulações ambientais

---

<sup>353</sup> *Idem, Ibidem*, p. 104-105.

<sup>354</sup> Sobre a orientação geral dos planos do Governo Carter para o combate à inflação em relação à história econômica dos EUA, v. Biven, *op. cit.*, p. 123-127.

consideradas excessivamente onerosas e a criação de regras voluntárias de controle de preços e salários.

Ao contrário do controle implementado pelo Governo Nixon, em 1971, este não seria compulsório. Seria mesmo mais tênue que os controles voluntários de preços e salários imposto pelo Governo Kennedy, no qual a administração exercia diversas formas de pressão contra as empresas que não participassem. O *Council on Wage and Price Stability*, cujo funcionamento seria estendido por mais dois anos pelo Congresso, em setembro, teria uma função meramente consultiva, de fornecer dados para que as empresas e sindicatos se adequassem nos seus processos de negociação. Os números procurariam atrelar o aumento nos salários ao aumento da produtividade por pessoa em cada indústria, de modo a autorizar um aumento que, de acordo com a teoria econômica em vigor, não geraria inflação. O controle voluntário, de pouco efeito prático, desagradava, entretanto, o movimento sindical, que via qualquer tentativa de interferência nos processos de negociação como indevida.<sup>355</sup>

Ao longo do ano de 1978, a inflação continua a aumentar: enquanto o *Consumer Price Index* (CPI) de 1977 ficou em 6,5%, o de 1978 ficaria em 7,8%. Percebendo a tendência de inflação, o governo começava a pensar num novo plano, mais assertivo, de combate à inflação. Já havia certa movimentação para reforçar os mecanismos à disposição do Conselho de Controle de Preços e Salários, mas a falta de disposição dos empresários e em particular dos sindicatos para colaborar impedia que isto acontecesse. O governo decidira finalmente agir a partir de um memorando de Marshall em que ele abandona a posição inicial de alinhamento com o movimento sindical e admite a necessidade de controles mais efetivos. Segundo Charles Schultze, chefe do *Council of Economic Advisors*,

Houve um incidente estranho que ocorreu antes que chegássemos nas diretrizes. Era um memorando de Marshall, que surpreendeu a todos, incluindo a mim mesmo, eu acho, que abriu caminho para as diretrizes. Quando eu li o memorando pela primeira vez, não pude acreditar que estava vindo de Marshall, e nós dissemos, vamos pegá-lo e agir.<sup>356</sup>

A partir daí, começou-se a elaborar um plano. A proposta final emergiu de um memorando de Michael Blumenthal, então secretário do Tesouro, porém assinado como chefe do EPG (função acumulada por ele). No memorando, estabelecia-se o valor máximo de 7%

<sup>355</sup> *Idem, Ibidem*, p. 130-134.

<sup>356</sup> Entrevista de W. Carl Biven com o autor. Retirado de Biven, op. cit., p.185. No original: “There was a strange incident that occurred before we actually did get into the guidelines. It was a memo from Marshall, that surprised everybody, including himself, I think, that led to an opening for guidelines. When I first read the memo, I couldn’t believe that it was coming from Marshall, and we said let’s seize it and run with it”.

para aumentos de salário, e 5,75% para aumentos de preço, estimando-se os salários pela inflação mais a previsão de um pequeno acréscimo de produtividade, com reduções progressivas até 1981. Além disso, sugeria o reestabelecimento de instrumentos de pressão, como a negação de contratos com o governo para aquelas empresas que desobedecessem aos valores estipulados. Embora esta última medida contasse com a oposição do OMB, Carter decidiu anunciá-la com o conjunto do pacote, num discurso em 24 de outubro de 1978. Além disso, Carter anunciou no discurso um corte de gastos para o orçamento de 1980 no valor de US\$ 30 bilhões. Este valor fora estimado inicialmente por Blumenthal, mas havia resistência dentro da administração a se comprometer com tal cifra. Enquanto Mondale e Marshall eram contrários a qualquer compromisso mais específico antes de janeiro de 1979, quando as condições políticas e econômicas estariam mais claras, Schultze era a favor de um compromisso genérico, mas que não se comprometesse com uma cifra tão precisa. Carter decidira, de acordo com um memorando que versava sobre o discurso, anunciar uma redução sem se comprometer com valores. A decisão, no final, foi mudada, e a cifra de US\$ 30 bilhões foi incluída. Schultze, em entrevista ao Miller Center, narra os instantes dramáticos em que Carter se inclinou para seus assessores mais conservadores:

Eu me lembro do último minuto, logo antes de o discurso ser literalmente digitado para o teleprompter, o presidente teve um encontro com Henry Belman e Muskie e outros membros do Comitê de Orçamento. Se os membros da Casa Branca estavam lá, eu não me lembro. Eu acho que os membros dos comitês de orçamento estavam lá, e eles solicitaram a ele veementemente que assumisse um compromisso como aquele. Eu me lembro de ele chamar McIntyre e a mim no quatinho pequeno e perguntando: “Deveria?”. Eu me lembro que foi uma daquelas coisas em que você tem dois minutos para pensar. Eu era a favor nos seguintes termos, “bem, isto fortaleceria o compromisso que ele faz no discurso por um lado, mas antes que você saibamos quais serão os números, no que estamos nos metendo”. Finalmente eu disse, “OK, vamos em frente”. McIntyre sempre foi a favor, e eu me lembro de Eizenstat louco da vida por isto ter sido feito sem ele por perto. Literalmente, eles mudaram isso no teleprompter, para que ele incluísse o compromisso com um déficit de 30 bilhões de dólares..<sup>357</sup>

---

<sup>357</sup> Entrevista de Schultze ao Miller Center, p. 34. No original: “I do recall at the last minute, just before the speech was literally being typed for the teleprompter, the President had a meeting with Henry Belman and Muskie and other members of the Budget Committee. Whether the White House members were there, I don’t know. I guess the members of the budget committees were there, and they strongly urged him to make such a pledge. I remember his calling McIntyre and me into a little side room and asking, “Should I?” I remember it was one of those things where you’ve got two minutes to make up your mind. I was for it on the grounds, “well it would strengthen the commitment he makes in the speech on the one hand, but before you know what all the numbers are going to be, what are you getting yourself into.”. Finally I said, “OK, go ahead.” McIntyre had always been for it, and I remember Eizenstat being mad as hell this was made when he wasn’t there. Literally, they changed it on the teleprompter, so he could include that thirty billion dollar budget deficit commitment”.

Além das medidas supracitadas, Carter nomeou Alfred Kahn, que servia anteriormente no Civil Aeronautics Board, para chefiar o Conselho de Controle de Preços e Salários, além de Assessor Especial do Presidente para Controle de Inflação. Outra medida proposta no discurso de outubro de 1978, visando a obter o apoio do movimento sindical para o controle de preços e salários foi o envio ao Congresso de um projeto de lei que estabelecia um desconto nos impostos para compensar possíveis perdas salariais em relação à inflação. Embora o projeto tenha se perdido nos trâmites do Congresso nos meses seguintes, esta havia sido uma grande sorte do governo, pois o prejuízo seria incalculável. Afirmamos isto porque, em 1979, os EUA passariam por um triplo choque nos preços fora de controle do governo, que provocaria a disparada da inflação para índices acima de 10%, e o governo teria que arcar com os prejuízos. Os três fatores foram:

- 1) Um aumento internacional nos preços dos alimentos, que impactou diretamente os índices de inflação;
- 2) Um aumento dos preços na moradia, por conta do aumento das taxas de juros que visava descontar prejuízos com a inflação;
- 3) E o mais importante dos três: o segundo choque do petróleo, produzido pelo embargo da OPEP, que se transmitiria a toda a cadeia produtiva e seria repassado aos consumidores.

As consequências do embargo do petróleo sofrido pelos EUA não poderiam ser subestimadas, por mais que nos esforçássemos. Foi, certamente, a principal responsável pela conjugação entre recessão e altas taxas de inflação enfrentadas por Carter no último ano de seu governo. Se o AFL-CIO desafiava nas cortes distritais a imposição de sanções estabelecida pelo plano de controle de preços e salários, as condições econômicas tornaram inviáveis as metas estabelecidas pelo *Pay Advisory Committee*, com participação do próprio AFL-CIO e de representantes do mundo dos negócios. Em meados de 1980, o plano já não possuía nenhuma efetividade.

Outra mudança importante foi a nomeação de Paul Volcker como presidente do *Federal Reserve Board*, o Banco Central Americano.

Após a demissão de Michael Blumenthal da Secretaria do Tesouro, William Miller, o presidente do FED nomeado por Carter no lugar de Arthur Burns, deixou sua cadeira vaga, o que gerou muita apreensão nos mercados. Procurando alguém disposto a combater a inflação com firmeza, o nome de Volcker surgira durante uma reunião. À época, Volcker era

presidente do *Federal Reserve* de Nova York. Chamado pelo presidente, Volcker lhe assegurou que daria combate à inflação, mas que precisava da garantia de total independência em relação à Casa Branca. A garantia foi dada por Carter e Volcker assumiu o cargo. As medidas adotadas por Volcker foram basicamente no sentido de diminuir o meio circulante, o que elevou bruscamente as taxas de juros do mercado. Esta medida provocou uma recessão programada em meados de 1980, que foi objeto de queixas por parte de diversos militantes de movimentos sociais insatisfeitos com a nova política fiscal. Carter, sob pressão, era irredutível, e reafirmava em entrevistas a independência do Federal Reserve em relação à Casa Branca, que afinal de contas era estabelecida por lei. As medidas tomadas por Volcker, no médio prazo, restituíram o valor do dólar e colocaram um fim no processo de inflação inercial que parecia contagiar a economia americana. No entanto, para os propósitos eleitorais, Carter teria de carregar o fardo de uma recessão econômica cujo auge se daria exatamente no período eleitoral.<sup>358</sup>

Os orçamentos propostos pelo governo ao Congresso são o melhor índice da preocupação crescente do governo com a inflação.

Três orçamentos foram propostos pelo governo de Jimmy Carter: o orçamento para o ano fiscal de 1979 (FY 1979, apresentado em janeiro de 1978 e entrando em vigor em outubro do mesmo ano), o segundo para o ano fiscal de 1980 (FY 1980, apresentado em janeiro de 1979 e entrando em vigor em outubro de 1979) e o terceiro para o ano fiscal de 1981 (FY 1981, apresentado em janeiro de 1980, entrando em vigor em outubro de 1980). Enquanto, no primeiro orçamento, a discussão da equipe econômica e no Congresso era a concessão de um corte de impostos para estimular a economia, o segundo já trazia cortes de gastos em alguns programas sociais do governo. Realizar cortes de gastos no orçamento não era uma tarefa fácil: havia um pequeno conjunto de programas do governo, além da redução de pessoal, pelos quais o presidente poderia realizar cortes sem passar pelo Congresso. Além disso, parte do orçamento estava vinculada pela inflação, e o serviço da dívida ficava à mercê dos juros, que estavam em alta por conta dos mecanismos de compensação da inflação. Isto fazia com que os cortes de gastos tivessem de ser ainda mais agudos. Carter, mais até do que seus assessores, preocupava-se já com os efeitos nefastos que a inflação poderia ter na situação econômica dos EUA. Foi este orçamento, que seria apresentado apenas em janeiro mas que já havia vazado pela imprensa, que gerou a comoção na Convenção Democrata de 1978, da qual trataremos no final deste capítulo.

---

<sup>358</sup> Biven, p. 237-251.

O orçamento para o ano fiscal de 1981, o último da Era Carter, foi o que gerou mais comoção. Às vésperas do seu anúncio, em janeiro de 1980, o OMB revisou os valores do orçamento de 1980, para o qual Carter havia prometido um déficit máximo de US\$ 30 bilhões. O resultado foi que o déficit, com os reajustes aplicados à situação econômica do momento, era pelo menos 50% maior do que o previsto inicialmente. Considerando que a inflação constante do *Economic Report of the President* apresentado no mesmo mês girava entre 8% e 9% (o resultado final para 1980, no *Economic Report* de janeiro de 1981, seria de 11,3%), o mercado de capitais entrara em pânico, e a taxa de juros ameaçava mais um salto. Para debelar uma crise de confiança e reforçar o combate à inflação, Carter anunciara em fevereiro uma revisão do orçamento do ano fiscal de 1981. Neste orçamento, negociado com as lideranças no Congresso e com a participação dos conselheiros da área econômica, foram feitos novos cortes no orçamento de diversos programas sociais. É preciso ainda situar o contexto político-eleitoral em que este orçamento foi feito: 1980 era ano de eleições, e Ronald Reagan, o principal candidato republicano, endossaria a chamada Proposição Kemp-Roth, para reduzir a carga tributária uniformemente em 10% por três anos seguidos. Houve pressão, por parte de quase todos seus assessores da área econômica, por algum tipo de cortes de impostos. Carter foi inflexível. Não havia espaço para corte de impostos sem aumentar o déficit. No seu melhor estilo anti-político, escolheu não agradar nem ao humor conservador do eleitorado, e nem a sua base de apoio dos grupos de interesse do Partido Democrata, e fazer aquilo que considerava mais apropriado de um ponto de vista técnico.<sup>359</sup>

### 5.2.2 A economia política do governo Carter e o movimento sindical

O movimento sindical americano se aproximou do candidato Carter, e do posterior governo Carter, tendo em mente as experiências com governos democratas anteriores. Apesar disso, já desde a candidatura de Carter em 1976 havia alguma apreensão em relação a seu histórico: um homem de negócios num estado sem tradição sindical, além de seu status de outsider e reputação de conservador em matéria fiscal, bem como a defesa da necessidade de diminuir o tamanho do Estado. Desde cedo, surgiram denúncias de que Carter estaria “abandonando” a agenda democrata tradicional.<sup>360</sup> Além disso, alguns eventos no início do

<sup>359</sup> Sobre os orçamentos do governo, além dos *Economic Reports*, v. Biven, op. cit, p. 201-207.

<sup>360</sup> Taylor Dark, *Organized Labor and the Carter Administration: The Origins of Conflict*. In: Herbert D. Rosenbaum, Alexej Ugrinsky, **The Presidency and Domestic Policies of Jimmy Carter**. Westport, London: Greenwood Press, 1994. p. 761-762.

governo contribuíram para azedar, desde logo, a relação da central sindical AFL-CIO com o governo.

A relação do Governo Carter com o movimento sindical era bastante complexa e com nuances. Além da insatisfação do movimento com o primeiro plano de controle de preços e salários, Carter era oriundo de uma região do país sem qualquer tradição sindical, como já foi assinalado, e não conhecia os meandros das relações entre política e trabalho. Além disso, havia uma incompatibilidade pessoal entre Carter e George Meany, então presidente do AFL-CIO. Apesar de ter apoiado Carter como candidato a presidente, possivelmente como um mal menor diante de uma vitória republicana, Meany não conseguira emplacar seu candidato a Secretário do Trabalho, John Dunlop. Carter preferira o economista Ray Marshall, que também era visto com bons olhos pelo movimento. Na verdade, o próprio Marshall sugerira Dunlop à direção do AFL-CIO como o mais preparado para o cargo. A escolha de Marshall pode ser explicada, em parte, pelas diferenças dentro do próprio movimento sindical: o nome de Dunlop era rejeitado por sindicatos mais liberais, como o UAW (United Auto Workers) e o AFSCME (American Federation of State, County and Municipal Employees), que viam a indicação do AFL-CIO como uma garantia de que controlariam as políticas do governo para os sindicatos. Além disso, os movimentos feminista e negro não viam com bons olhos a indicação de Dunlop por considerarem que ele não tinha suficiente compromisso com as ações afirmativas que faziam parte de suas reivindicações.<sup>361</sup>

As primeiras críticas do movimento sindical ao governo vieram por conta do pacote de estímulo, já mencionado anteriormente. Enquanto a proposta do governo previa o investimento de US\$ 31,2 bilhões em cortes de impostos e criação de postos de trabalho em dois anos, o AFL-CIO desejava US\$ 30 bilhões apenas na criação de empregos, em um ano.<sup>362</sup>

Além disso, Carter tivera uma reunião com o conselho executivo do AFL-CIO em abril de 1977 na qual ocorrera muito pouco entendimento e o presidente se mostrara irritado até mesmo com as piadas dos sindicalistas, consideradas vulgares. Era uma incompatibilidade ideológica e pessoal, portanto.<sup>363</sup>

A partir de então, a articulação política com o movimento sindical passara para as mãos de Mondale e Marshall. A despeito das discordâncias do movimento com as linhas

---

<sup>361</sup> Dark, p. 764.

<sup>362</sup> Dark, p. 765.

<sup>363</sup> Entrevista de Ray Marshall ao Miller Center of Public Affairs, University of Virginia, Jimmy Carter Presidential Oral History Project, 4 de maio de 1988; Biven, op. cit., p. 131-132.

gerais da política econômica adotada pelo governo, ambos colaboravam em torno de uma agenda.

Para piorar, o governo ainda desagradou os sindicatos com sua proposta considerada tímida de aumento do salário mínimo, em abril: de US\$ 2,30 por hora para US\$ 2,50. O AFL-CIO desejava o valor de US\$ 3,00. Segundo Meany, o aumento proposto pelo governo era “bitter disappointment to everyone who looked to this administration for economic justice for the poor”. Já o secretário-tesoureiro do AFL-CIO, Lane Kirkland, reclamou que o AFL-CIO descobriu qual seria a proposta do governo através do noticiário, e não na interlocução entre eles. A solução de compromisso foi um aumento para US\$ 2,65, com proposta de indexação por um índice que combinava inflação com produtividade (rejeitado posteriormente pelo Congresso).<sup>364</sup>

Durante o processo de negociação para o aumento do salário mínimo, defensores dos direitos civis se juntaram ao sindicalismo na *Coalition for a Fair Minimum Wage*. A coalizão foi liderada por Clarence Mitchell, da *Leadership Conference on Civil Rights* e Dorothy Height, chefe da *National Council of Negro Women*. No total, 125 organizações de sindicalistas, direitos civis e direitos das mulheres compuseram a organização. Num comício de 27 de abril, a coalizão adotou uma “Declaration for a Fair Minimum Wage”, que conclamava a administração a “alcançar um salário acima da pobreza para o povo trabalhador”. Carter, numa entrevista coletiva em 12 de maio, afirma que “Uma das características de alguns liberais é que eles são muito difíceis de agradar. Quando alguns dos grupos fazem uma lista de coisas que querem, se eles tiverem 95% do que pediram só se lembrarão dos outros 5%”. Houve até um encontro da coalizão em 16 de maio com o próprio Carter, organizado por Marshall e Eizenstat. Do encontro, participaram Clarence Mitchell, Meany, Height, Tom Donahue, assistente de Meany, e o Monsenhor George Higgins da Conferência Católica dos Estados Unidos.<sup>365</sup>

Duas outras derrotas legislativas, uma no início de 1977, e a outra em meados de 1978, contribuíram para azedar de vez a relação da maior parte dos sindicatos com o governo: a chamada “common situs picketing bill” consistia no direito de fazer piquetes em locais de construção contra qualquer uma das empresas envolvidas na obra. Esta medida havia sido banida legalmente por uma decisão da Suprema Corte de 1951 (*National Labor Relations Board v. Denver Building and Construction Trades Council*). Legislação semelhante

---

<sup>364</sup> Dark, p. 766.

<sup>365</sup> Fink, *Fragile Alliance: Jimmy Carter and the American Labor Movement*, In: Rosenbaum, Ugrinsky, *op. cit.*, p. 787.

autorizando a prática já havia sido derrotada em 1975, durante o governo de Gerald Ford. Carter prometera assinar a nova lei caso ela fosse aprovada pelo Congresso, embora não fizesse o lobby pela medida (Ray Marshall encarregara-se individualmente desta tarefa). No entanto, em Março de 1977, ela foi derrotada na Câmara por 217-205.<sup>366</sup>

Embora houvesse descontentamento com o resultado, havia a percepção de que o governo não empenhara capital político na medida por esperar que o movimento sindical fizesse o trabalho de *lobby* pela medida, o que não ocorreu. Na realidade, embora o movimento sindical estivesse excessivamente confiante e não tenha se preparado devidamente, é fato também que já se podia sentir com força a inflexão conservadora no Congresso, ditada tanto pelo humor do eleitorado como pelo aumento das contribuições de campanha por parte das associações patronais (tratamos do tema brevemente nos capítulos 2 e 3).

A segunda derrota legislativa, já em junho de 1978, era muito mais significativa: tratava-se de um projeto, este sim apoiado ativamente pelo governo, de reforma trabalhista, realizando mudanças nas leis que acelerassem o processo de reconhecimento de novos sindicatos e aumentassem multas a serem pagas pelos patrões em caso de violação das leis existentes. Além disso, a medida visava facilitar a filiação de trabalhadores e aumentar a possibilidade de participação na negociação de contratos entre trabalhadores e patrões.

Proposta em julho de 1977, a medida foi aprovada em outubro, mas ficou parada no Senado até junho de 1978, através de procedimentos regimentais conhecidos como *filibusters* que permitem a um grupo de congressistas, ainda que em minoria, obstruir o processo de votação. Após intenso processo de negociação e lobbies de ambas as partes, a medida foi derrotada em junho de 1978.<sup>367</sup>

Se com a proposta de *common situs picketing* o lobby das empresas já havia feito sentir sua influência, isto ficou ainda mais claro com a derrota da nova legislação trabalhista.<sup>368</sup> A esta altura, a ira de alguns sindicatos contra o governo se fazia sentir com toda a força, pela percepção de incompetência para fazer valer sua vontade sobre um Congresso e um Partido Democrata cada vez mais conservadores. Douglas Fraser, presidente do UAW, decidira fundar uma organização chamada *Progressive Alliance*, cujo objetivo era reunir forças liberais interessadas em combater a “onda conservadora” dentro e fora do

---

<sup>366</sup> Dark, p. 765.

<sup>367</sup> Dark, p. 766; Fink, p. 777-779.

<sup>368</sup> Para o declínio da força sindical no Congresso como uma das razões para a derrota da labor law, v. Fink, p. 777-778.

partido.<sup>369</sup> O grupo, congregando organizações de direitos civis, feministas, ambientalistas e outras formas de militância, durou pouco mais de três anos e possuiu pouco impacto na política americana. Entretanto, a existência de vários pequenos movimentos de finalidade semelhante, incluindo grupos com bandeiras mais gerais, como o combate ao poder das corporações e a defesa de uma “efetiva democratização da política americana”, como o já mencionado *Democratic Agenda*, apontavam para a existência de uma esquerda fervilhante dentro do Partido Democrata, insatisfeita com os rumos do partido e se organizando politicamente para contestar tanto o governo de Jimmy Carter como a atuação de seus representantes no Congresso.<sup>370</sup>

Segundo Landon Butler, assessor de Carter que fazia a conexão com o movimento sindical, “most rank-and-file labor leaders blamed the labor law reform loss on the administration, and the leadership did little to discourage that view”.<sup>371</sup>

Além de temas mais ligados diretamente às questões trabalhistas nos EUA, diversos outros temas de interesse dos sindicatos foram fonte de turbulência na relação entre governo e representantes dos trabalhadores: a reforma do sistema de saúde, a criação do Departamento de Educação, separado do *Health, Education and Welfare Department*, e o controle de preços e salários como forma de combater a inflação.

#### 5.2.2.1 A reforma da saúde

No caso da reforma da saúde, a UAW havia iniciado uma campanha por um plano de reforma que constituísse alguma forma de financiamento governamental para um seguro de saúde universal. Carter, durante as primárias, endossara um plano desse tipo, mas absteve-se de executá-lo durante seu governo em função das crescentes preocupações inflacionárias, além da oposição feroz por parte das companhias de seguro no Congresso. Enquanto Ted Kennedy fazia do seguro de saúde universal uma bandeira, atraindo os militantes ligados à área, o governo formulou uma proposta alternativa, que veio a ser conhecida como “*hospital cost-containment bill*”. Na visão da administração, a reforma deveria ser gradual, por razões políticas e fiscais; o primeiro passo seria tomar medidas para reduzir o preço dos serviços

---

<sup>369</sup> Dark, p. 767.

<sup>370</sup> Andrew Battista, *The Revival of Labor Liberalism*, p. 83-163, s/1, University of Illinois Press, 2008.

<sup>371</sup> Dark, p. 767.

médicos. Esta decisão do governo alienou definitivamente os defensores de um sistema de saúde universal e gratuito.<sup>372</sup>

Em julho de 1978, Ted Kennedy se reunira com Carter. No encontro, o presidente pedira seu apoio. Kennedy solicitara ao presidente que não anunciasse publicamente o plano para que ele pudesse estudá-lo primeiro. Logo depois, convocou uma coletiva em seu escritório denunciando a proposta do governo e anunciando que rerepresentaria sua própria versão de uma reforma do sistema de saúde, já recusada pelo Congresso.

Fink especula que a proposta de Kennedy teria finalidade eleitoral, pelo simples fato de que era consenso que ela não alcançaria sucesso no 95º Congresso. A “bandeira” da reforma da saúde seria uma boa forma de alienar os liberais da coalizão de Carter. A adesão a Kennedy teria sido seletiva: enquanto George Meany e Douglas Fraser prometeram ajudar Kennedy a aprovar um “verdadeiro” sistema de saúde, a adesão entre militantes do movimento negro foi bem mais cautelosa. Isto, segundo Fink, pode ser explicado pelo fato de que a proposta incrementalista de Carter beneficiaria milhões de negros e pobres ainda por receber assistência médica e que não eram segurados. Já para aqueles que já possuíam seguro de saúde, caso dos trabalhadores sindicalizados, não haveria nenhuma mudança significativa com a proposta de Carter.<sup>373</sup>

#### 5.2.2.2 A criação de um Departamento de Educação

Uma das promessas de campanha de Carter havia sido a criação de um Departamento de Educação (*Department of Education*). Até então, a área da educação permanecera sob a tutela do *Health, Education and Welfare Department* (HEW). A demanda de criação de um departamento separado havia sido o lobby do *National Education Association* (NEA), o maior sindicato de professores do país. Carter cumpriu a promessa, conseguindo assim assegurar o apoio do NEA até a campanha presidencial de 1980. Entretanto, o *American Federation of Teachers* (AFT), e a direção do AFL-CIO, ambos consideravam que a criação do departamento era desnecessária (argumento que também pertencia aos defensores da redução do tamanho do estado), além de ser politicamente inapropriada, pois o novo departamento ficaria, na visão deles, como uma província do NEA. Deste modo, ao cumprir promessas feitas a um de seus aliados mais fiéis, Carter contribuía para alienar um pouco mais a liderança do AFL-CIO, além de um sindicato rival. Isto mostra que, mesmo nos exemplos de

---

<sup>372</sup> Dark, p. 767-768.

<sup>373</sup> Fink, p. 794-796.

sucessos legislativos, a falta de unidade na base e as dissensões dentro do heterogêneo movimento sindical tornavam muito difícil a possibilidade de um movimento unificado em torno da candidatura de Carter em 1980.<sup>374</sup>

### 5.2.2.3 Controles de preços e salários

De modo geral, o movimento sindical era refratário à ideia do controle de preços e salários como forma de combater a inflação, fossem eles voluntários ou obrigatórios. Na visão dos sindicatos, o controle era uma interferência indevida no processo de negociação.

Segundo Taylor Dark, em seu artigo sobre o tema, a cooperação do movimento sindical com o controle de preços e salários só poderia ser obtida com os seguintes pré-requisitos: 1) Controle das lideranças nacionais, em especial do AFL-CIO, sobre os sindicatos locais, de modo a submetê-los ao acordo com o governo; 2) A segurança, por parte das autoridades da política econômica, de que os trabalhadores sindicalizados não teriam de arcar com custos desproporcionais ao resto da população; 3) A segurança de que os preços estariam submetidos ao mesmo controle que os salários. Na avaliação do movimento sindical, havia muitas dúvidas em relação a todas as três premissas, de modo que, caso o governo quisesse empreender algum tipo de controle, era preferível que adotasse medidas mais diretas para abaixar os preços da energia e dos alimentos, se necessário com o controle compulsório. Mas a forma de controle pactuada tal como proposta pelo governo, mesmo com os instrumentos definidos a partir de 1979 (como proibição de contratos com a administração pública), era insuficiente para garantir a repartição equânime do ônus do controle de preços e salários, de modo que a cooperação seria relutante, na melhor das hipóteses.<sup>375</sup>

Em outubro de 1978, em discurso à nação sobre o problema da inflação e o controle de preços e salários, Carter anunciou que daria um alívio na forma de incentivos fiscais aos trabalhadores que comprovadamente sofressem prejuízos com as medidas de controle da inflação (outros anúncios foram de que cortaria gastos governamentais e reduziria ainda mais os quadros de funcionários públicos em 20.000 pessoas, limitando drasticamente o reajuste aos que permaneciam).<sup>376</sup> No entanto, além do desagrado com as demais medidas anunciadas, a liderança do AFL-CIO se sentiu desprestigiada por não ter sido chamada a opinar sobre a ideia do alívio tributário aos trabalhadores prejudicados. Carter já estava cansado das críticas de Meany e Kirkland, o isolamento do AFL-CIO havia sido deliberado, e culminou num

---

<sup>374</sup> Dark, p. 768.

<sup>375</sup> Dark, p. 769.

<sup>376</sup> Anti-inflation program speech, Outubro de 1978.

breve rompimento entre o governo e a maior central sindical do país, de setembro de 1978 a janeiro de 1979. À medida que ficava claro que este rompimento prejudicava a capacidade do movimento sindical de interferir nas decisões do governo, aumentou a pressão sobre Meany para que houvesse uma reconciliação, que de fato ocorreu (do lado do governo, Schultze, Eizenstat e o novo czar de combate à inflação, Alfred Kahn, escreveram um memorando solicitando a Carter a retomada da interlocução o mais rápido possível).<sup>377</sup>

Há ainda uma experiência interessante de interlocução, proposta pelo Governo Carter, que mereceu destaque por Dark: o Acordo Nacional (*National Accord*), um acordo escrito entre o governo e o AFL-CIO. Segundo o autor, o documento estabelecia que “[o combate à] inflação deveria ser a maior prioridade do governo”, mas também afirmava que combater a inflação através do aumento do desemprego seria “inconsistente com a divisão equitativa de sacrifícios”. Estabelecia ainda uma comissão tripartite chamada *Pay Advisory Board*, de 16 membros, com a finalidade de ajudar na formulação do controle voluntário de preços e salários. Diversos membros da administração participaram da formulação do *National Accord*, em especial o presidente do Federal Reserve e futuro Secretário de Tesouro de Carter, William Miller.

O acordo era uma tentativa de formalizar o tipo de acordo entre governo, capital e trabalho que sustentara o *New Deal*, com o fim específico de buscar um diálogo tripartite de soluções para a crise. Como consequência, a liderança do AFL-CIO ficou bastante satisfeita com a retomada das negociações, e Carter foi ovacionado na 13ª Convenção Bianaual do AFL-CIO.<sup>378</sup>

A efetividade do acordo era, entretanto, limitada, e ele valia mais como mais uma instância de interlocução e tentativa de prestigiar a maior central sindical. Ao menos duas razões devem ser consideradas: o fato de que o AFL-CIO tinha cada vez menos controle sobre suas bases, quanto mais sobre o crescente número de trabalhadores não-sindicalizados de uma nova economia de serviços e expansão econômica para o Oeste, onde os sindicatos não eram tão fortes; além disso, o agravamento da crise de estagflação obrigou o governo a cortar, no orçamento substituto de março de 1980, vários programas sociais que haviam sido preservados no orçamento originalmente apresentado, do qual o AFL-CIO havia tomado parte.<sup>379</sup>

---

<sup>377</sup> Dark, p. 769-771.

<sup>378</sup> Fink, p. 797-798.

<sup>379</sup> Dark, p. 772-773;

O colapso econômico de 1980 e a revisão dos programas sociais, com conservação dos investimentos em defesa, foi a razão definitiva para a debandada de vários sindicatos para a candidatura alternativa de Ted Kennedy; sindicatos poderosos, como o UAW, a *International Association of Machinists*, o *American Federation of State, County and Municipal Employees* (AFSCME), o *American Federation of Teachers* (AFT) e outros apoiaram Kennedy ativamente (alguns deles já vinham acompanhando sua liderança dentro do partido desde a Convenção de 1978). Se Hamilton Jordan afirmara, em 1977 que os sindicatos supramencionados eram “our real base of support in labor”, o fato é que em 1980 esses sindicatos eram justamente a oposição mais aguerrida ao presidente. No final do mandato, Carter dependia cada vez mais dos sindicatos mais conservadores (ligados ao transporte e construção civil), alguns dos quais eram sensíveis à retórica de Ronald Reagan e acabaram debandando, insatisfeitos ora com a política de desregulamentação de diversos setores da economia por parte do governo, ora com o estado geral da economia.<sup>380</sup> Os *Teamsters*, o poderoso sindicato dos caminhoneiros, de tendência conservadora, era o melhor exemplo de insatisfação do lado conservador do movimento sindical, por conta da desregulamentação do transporte rodoviário e da crise de abastecimento de combustível.

Em 1980, quase a metade dos sindicatos do país apoiou Kennedy.<sup>381</sup> Já outros sindicatos decidiram apoiar Ronald Reagan nas eleições de 1980, seja por afinidade ideológica, ou ainda por terem seus interesses contrariados por reformas e desregulamentação propostos pelo governo (o caso dos *Teamsters* é emblemático; o sindicato dos controladores de voo, PATCO, e o de pilotos de avião, ALPA, são outros exemplos).

A relação do Governo Carter com os sindicatos era ambígua; embora tenha cortejado membros dos sindicatos e do AFL-CIO com encontros na Casa Branca e cargos consultivos, as políticas de desregulamentação e contenção fiscal do governo instauraram uma divergência fundamental entre administração e movimento sindical. Embora o *National Accord* tenha selado a reconciliação do governo com o AFL-CIO, não era possível ocultar que havia uma diferença ideológica fundamental a alienar os trabalhadores sindicalizados, em especial nas bases. Como disse o próprio Meany em dezembro de 1978, no auge da crise com o governo: “Contrariamente ao que qualquer um de nós pode ter acreditado, e dito durante a última campanha presidencial, nós não temos um presidente liberal na Casa Branca. Uma administração liberal poderia combater a inflação sem infligir sofrimento desnecessário ao

---

<sup>380</sup> Dark, p. 773.

<sup>381</sup> Dark, p. 762.

povo americano.”<sup>382</sup> Mais além, cita seus posicionamentos em relação ao seguro de saúde, a reforma tributária e a desregulamentação do gás natural como “Atitudes que qualquer presidente liberal teria vergonha de tomar”.<sup>383</sup> Fink nota que o ataque não leva em consideração que Carter sempre evitara, cautelosamente, o rótulo de “liberal”.<sup>384</sup>

Além disto, era sabido que os Partidos Democratas do sul tinham pouca afinidade com o movimento sindical da Costa Leste; ambos pertenciam à mesma coalizão a partir dos anos 30 por uma eventualidade histórica, mas o “direito ao trabalho” era uma espécie de cláusula pétrea para os políticos democratas do sul, e a própria região não possui tradição sindical forte. Como bem nota Dark:

A essência de sindicatos como instituições sociais é sua função de barganha, seja no ambiente de trabalho ou na esfera política mais ampla. A antipatia de Carter a esta função era ao mesmo tempo incompreensível e ofensiva para um líder sindical, especialmente quando comparado com a recepção que ele recebia de líderes democratas mais tradicionais. Como um dirigente sindical disse, “Nós sempre tivemos a sensação de que Carter pensava que havia algo sombrio sobre os sindicatos. Ele simplesmente não entendia a essência política dos sindicatos. (como comparação, a compreensão intuitiva de Carter da dinâmica racial [em oposição à de classe] nos EUA e sua apreciação das necessidades simbólicas de líderes negros parece muito mais desenvolvida – talvez previsivelmente, dada sua formação sulista.”<sup>385</sup>

Para além das incompatibilidades ideológicas entre as reformas propostas pelo governo e o movimento sindical, havia a incompatibilidade pessoal de Carter com Meany e outras lideranças. Carter tivera uma reunião com o conselho executivo do AFL-CIO em abril de 1977 na qual ocorrera muito pouco entendimento e o presidente se mostrara irritado até mesmo com as piadas dos sindicalistas, consideradas vulgares. Era uma incompatibilidade ideológica e pessoal, portanto.<sup>386</sup> A partir de então, a articulação política com o movimento

<sup>382</sup> No original: “Contrary to anything any of us may have believed, and said during the last presidential campaign, we do not have a liberal president in the White House. A liberal Administration could combat inflation without inflicting unnecessary suffering on the American people”.

<sup>383</sup> No original: “actions any liberal President would have been too ashamed to take”.

<sup>384</sup> Fink, p. 797.

<sup>385</sup> Dark, p. 776. No original: “The essence of unions as social institutions is their bargaining function, whether in the workplace or in the broader political sphere. Carter’s antipathy to this function was both incomprehensible and offensive to union leader, especially when compared to the reception they received from more traditional Democratic leaders. As one union official stated, ‘We always had the feeling that Carter thought there was something shady about unions. He just didn’t understand the political essence of unions’. (By point of comparison, Carter’s intuitive understanding of the dynamics of race [as opposed to class] in the United States and his appreciation for the symbolic needs of black leaders seems far more developed – perhaps unsurprisingly, given his southern background”

<sup>386</sup> Entrevista de Ray Marshall ao Miller Center of Public Affairs, University of Virginia, Jimmy Carter Presidential Oral History Project, 4 de maio de 1988; Biven, op. cit., p. 131-132.

sindical passara para as mãos de Mondale e Marshall, além de assessores como Landon Butler e funcionários vinculados ao *Office of Public Liaison* e ao *Domestic Policy Staff*.

Havia, para o movimento sindical, um canal constante de diálogo em Marshall, a despeito dos problemas pontuais e de alguns fracassos legislativos no primeiro ano. Marshall, em diversas ocasiões, enfrentara a equipe econômica do governo em questões de interesse dos trabalhadores, como o aumento do salário mínimo. Na sua entrevista ao projeto de história oral do Miller Center, James S. Young pergunta a Marshall:

P: Sua batalha era com Charles Schultze e Mike Blumenthal?

Sim, Blumenthal e Schultze. Nós levamos isto ao presidente e tivemos um debate. Minha visão era que isto [aumento do salário mínimo] não era um assunto econômico, mas sim moral. Nós tínhamos cerca de cinco milhões de pessoas que não teriam um aumento a não ser que nós déssemos a eles. Eles não são membros de sindicatos. Não têm um grande poder de qualquer natureza.<sup>387</sup>

E, mostrando como funcionava o alinhamento dos secretários em matéria de aconselhamento das políticas trabalhistas do governo, Marshall atesta:

Na maioria dos temas trabalhistas, Stu Eizenstat estava do meu lado. Havia alguns poucos casos em que não era este o caso [sic], mas neste [aumento do salário mínimo] ele estava. Todo esta conversa de que o aumento do salário mínimo causaria desemprego tem uma plausibilidade superficial e simplista que desaparece uma vez que você examina isto com profundidade, e foi isto que fizemos.<sup>388</sup>

Como vimos, o movimento sindical, a despeito de idas e vindas, possuía canais de interlocução com o governo. Mondale, Marshall e Eizenstat eram os principais defensores do ponto de vista da economia política dos sindicatos, e mesmo os especialistas da área econômica, como Alfred Kahn e William Miller, fizeram pressão para que o governo se reconciliasse com o AFL-CIO em 1978-1979. O movimento sindical era um aliado forte demais para ser desprezado. Embora sua capacidade de influenciar os trâmites de seus projetos no Congresso já fosse limitada, era o aliado mais poderoso do governo; sua

<sup>387</sup> Entrevista de Ray Marshall ao projeto de História Oral do Miller Center, p. 18. No original: “P: Was your battle with Charles Schultze and Mike Blumenthal?”

R: Yes, Blumenthal and Schultze. We went to the President with that and we had a debate. My view was that this [aumento do salário mínimo] was not an economic issue, it’s a moral issue. We’ve got about five million people out there who won’t get a raise unless we give it to them. They are not members of unions. They don’t have a lot of power of any kind”

<sup>388</sup> *Idem, Ibidem*. No original: “On most labor issues Stu Eizenstat was on my side of things. There were a few cases where that was not the case, but on this one [o aumento do salário mínimo] he was. [...] This whole business about the minimum wage causing unemployment has a superficial simplistic plausibility that disappears once you examine it in depth, and that’s what we did”.

participação no controle de preços e salários era considerada essencial; e, olhando mais adiante, seu engajamento nas eleições de 1980 era importante para as pretensões de Carter à reeleição. As incompatibilidades ideológicas, o agravamento da crise econômica e a percepção de ineficiência do governo, entretanto, não permitiram que o movimento chegasse unificado em torno de Carter em 1980.

### 5.3 A HUMPHREY-HAWKINS BILL, OS INVESTIMENTOS NA ÁREA SOCIAL E OS ATRITOS COM O MOVIMENTO NEGRO

Embora Carter tenha sido eleito com forte apoio do eleitorado negro e com a participação de lideranças importantes do movimento pelos direitos civis, havia quem estivesse reticente com o então candidato Carter. Julian Bond, Senador estadual pela Georgia, foi um daqueles que acusou Carter de não defender “princípios tradicionalmente liberais”<sup>389</sup>. O discurso anti-Washington e de racionalização administrativa de Carter provocava em algumas lideranças o temor de que programas importantes para os negros na área de bem-estar social e políticas urbanas pudessem sofrer alterações que lhes diminuíssem o tamanho e importância.

Carter teve exatamente seis meses de trégua até que aparecessem as primeiras críticas a seu governo no movimento dos direitos civis. Previsivelmente, as críticas recaíram sobre o equilíbrio orçamentário, que era uma das metas fundamentais do governo de Jimmy Carter. Na noite de 27 de junho, durante um encontro do NAACP, Margaret Bush Wilson, chefe do conselho diretor da entidade, fez um discurso com críticas duras à escala de prioridades do governo e o que ela via como incapacidade de apoiar firmemente a Humphrey-Hawkins Bill (então em negociação no Congresso). As atenções do movimento negro americano estavam também voltadas para políticas de habitação e seguridade social, vistos como programas cruciais para a subsistência dos negros pobres das cidades americanas: “Se um orçamento equilibrado impede o desenvolvimento de habitações decentes, seguras e higiênicas para todas as pessoas, então aconselhamos o Presidente Carter que habitação de qualidade é a maior prioridade”<sup>390</sup>.

Os problemas de Carter com o movimento negro ficaram ainda piores um mês depois. No final de julho, Jordan faria um discurso na conferência anual da National Urban League, entidade que ele presidia. Numa conferência de imprensa antes do discurso, afirmou: “Nós

<sup>389</sup> Dumbrell, *The Carter Presidency: a Re-Evaluation*, p. 88.

<sup>390</sup> Paul Delaney, N.A.A.C.P. Aide Says Carter Disappoints Blacks. *The New York Times*, 28 jun. 1977, p. 12. No original: “If a balanced budget precludes the development of decent, safe and sanitary housing for all people, then we advise President Carter tonight that standard housing is the greater priority”.

esperávamos que Carter trabalhasse tão duro em prol das minorias e dos pobres quanto ele trabalhou para conseguir nossos votos. Mas, até agora, estamos desapontados”.<sup>391</sup> Além disso, fez críticas pontuais a diversos aspectos das políticas sociais do governo, incluindo a política de bem-estar social e a estratégia do pacote de estímulo econômico. Em seu discurso, Jordan criticou a prioridade dada ao orçamento em detrimento dos programas sociais, as nomeações de negros para cargos na administração pública aquém do esperado, afirmando ainda que Carter tinha pouco entendimento sobre as necessidades das cidades, dos seus moradores, especialmente negros e outros grupos que dependiam de políticas do governo. Resumindo, afirmou que a administração deixava a desejar aos negros em termos de políticas, programas e pessoas (“policies, programs and people”). Carter, que também discursara no evento, no dia seguinte ao de Jordan, afirmou que ataques como o de Jordan feriam as esperanças e aspirações de negros e pobres, e que seu governo tinha muito interesse nos necessitados.<sup>392</sup> Como reação ao discurso de Carter, vários líderes do movimento negro, incluindo o novo diretor-executivo do NAACP, Benjamin Hooks, e o líder da Operation PUSH, Jesse Jackson, apoiaram o discurso de Jordan. A resposta de Carter não caíra bem entre os militantes do movimento de direitos civis. Na visão deles, outros grupos de pressão não recebiam tratamento tão duro como os militantes negros estavam recebendo. Parren J. Mitchell, Democrata de Maryland e chefe do Congressional Black Caucus, afirmou que o governo tinha dois pesos, duas medidas, já que associações de judeus e empresários já haviam criticado a administração, e não receberam críticas de volta.<sup>393</sup> No dia 28 de julho, o presidente elevou o tom numa conferência de imprensa e classificou publicamente as declarações de Jordan como “demagógicas”, negando considerar Jordan um demagogo, mas repetindo integralmente o conteúdo do discurso de Jordan.<sup>394</sup> No dia seguinte, o *Congressional Black Caucus* aprovou um endosso unânime das declarações de Jordan, chamando a resposta de Carter de “profoundly unfortunate, thoroughly unfounded” (profundamente infeliz, absolutamente infundada), e um alerta ao presidente de que ele começava a perder apoio do movimento negro. Segundo Yvonne Brathwaite, Democrata da Califórnia, falando em nome do *caucus*, “o que Vernon Jordan disse tinha de ser dito por alguém porque as declarações dele são

---

<sup>391</sup> Ernest Holsendolph, Carter’s Record Assailed by Head of Urban League. *The New York Times*, 22 jul. 1977. p. 41 Seção The Week in Review. No original: “We expected Mr. Carter to be working as hard to meet the needs of minorities and the poor as he did to get our votes. But so far, we have been disappointed”.

<sup>392</sup> Adam Clymer, President Rejects Jordan’s Criticism, *The New York Times*, 26 jul. 1977, p. L1.

<sup>393</sup> Ernest Holsendolph, Black Leaders Supporting Jordan In His Criticism of Carter’s Policies. *The New York Times*, 27 jul. 1977, p. 24.

<sup>394</sup> James T. Wooten, President Suggests ‘Demagogic’ Remarks are Harmful to Poor. *The New York Times*, 29 jul. 1977. p. 1.

corretas”.<sup>395</sup> Em 16 de agosto, seria a vez de Julian Bond, Senador estadual da Georgia, declarar:

Como somos loucos por uma moda, a novidade de Jimmy Carter capturou nossa imaginação [...] por sua necessidade de se legitimar, ele capturou a atenção das massas negras, que nunca se deram conta de que um candidato pode saber as palavras de nossos hinos sem conhecer os números de nossos contracheques.<sup>396</sup>

Ainda acusou Carter de quebrar diversas promessas: entre elas, o alegado baixo número de negros nomeados para cargos públicos, cortes no orçamento da defesa muito menores que os prometidos, a prioridade dada ao combate à inflação em detrimento do desemprego etc. Cabe ressaltar que Bond se opusera veementemente a Carter nas primárias do Partido Democrata em 1976, apoiando Morris Udall. Contudo, aceitou fazer campanha para Carter nas eleições gerais, e era uma liderança respeitada no movimento negro americano.

Na convenção da SCLC (*Southern Christian Leadership Conference*, principal conferência de militância racial nos EUA), de 16 a 19 de agosto, diversos líderes engrossaram o coro das críticas. Joseph E. Lowery, novo presidente eleito, disse em seu discurso:

Suas promessas de campanha nos levaram a acreditar que a maior prioridade de sua agenda era tomar conta de pessoas que estivessem sofrendo os efeitos da pobreza. Agora ele nos colocou em fogo brando. Pra valer mesmo, é a responsabilidade fiscal. [...] Nós não vamos te deixar, Jimmy. Nós permaneceremos mais próximos de você que um irmão. Vamos te ligar de longa distância; vamos te mandar telegramas; vamos mandar-lhe cartas; e se isto não funcionar, Jimmy, nós vamos colocar nossos sapatos de marchar [numa alusão às marchas pelos direitos civis]<sup>397</sup>

Este último trecho lhe valeu uma ovação da plateia. Hosea Williams, congressista da Câmara Estadual da Georgia e novo diretor-executivo do SCLC, criticou o governo em entrevista, afirmando que ele deveria, por exemplo, ter apoiado a Humphrey-Hawkins Bill desde cedo e mais entusiasticamente. E disse: “Carter tinha que ter o voto dos negros para

<sup>395</sup> *The New York Times*, Black Caucus Criticizes Carter and Backs Jordan in Dispute Over Remarks. 30 jul. 1977. No original: “[w]hat Vernon Jordan said was something someone had to say because his statements were true”.

<sup>396</sup> Wayne King, Bond Accuses Carter of Ignoring Blacks, *The New York Times*, 16 ago. 1977, p. 16. Trad. livre: “because we are fools for fads, Jimmy Carter’s newness captured our imagination [...] because he needed to be legitimate, he captured the attention of the black masses, who never realized that a candidate may know the words to our hymns but not the numbers on our paychecks”.

<sup>397</sup> Wayne King, Dr. King’s Old Organization Joins Chorus of Black Critics of Carter. *The New York Times*, 20 ago. 1977, p. 8. No original: “His campaign promises led us to believe that the No. 1 thing on his agenda was to take care of people who are suffering the effects of poverty. Now that’s got pushed back on the back burner. Up to there where the fire is, there’s fiscal responsibility. [...] We’re not going to leave you, Jimmy. We’re going stay closer than a brother. We’re going to call you long distance; we’re going to send you telegrams; we’re going to send you letters; and if that doesn’t work, Jimmy, we’re going to put on our marching shoes”.

vencer. Nós tivemos a oportunidade, mas o deixamos entrar, e agora temos que nos dirigir a ele de joelhos”.<sup>398</sup>

Em setembro, o governo conseguiu diminuir um pouco a pressão que vinha recebendo. No dia 7, o diário pessoal de Carter registra uma reunião com o Black Caucus, cujo resultado parecia bem diferente do que ele esperava:

Tive um encontro matinal com o Caucus Negro, que eu temia, mas eu tinha muito “dever de casa” para fazer e tomei a iniciativa. Eu acredito que temos uma compreensão e relações para o futuro renovadas e melhores que antes. O acordo era que em dez dias ou algo assim nós resolveríamos a Humphrey-Hawkins Bill trazendo suas diferenças para mim para resoluções finais. O maior tema é o desemprego extremamente alto entre os negros. Nos últimos dez anos, o desemprego aumentou cerca de 20% para negros e o mesmo para os brancos, mas o acréscimo de negros na força de trabalho dobrou em comparação com os brancos.<sup>399</sup>

Além disso, no dia 19 de setembro, o governo emitiu seu parecer, através do procurador-geral, Griffin Bell, a respeito do caso *Regents of the University of California v. Bakke*, cujo julgamento se iniciaria em outubro. O caso decidiria sobre a constitucionalidade da seleção de pessoal com base em critérios raciais. O julgamento teria repercussões sobre todos os programas de cotas e ações afirmativas, governamentais ou não. Em meados de setembro, houve o vazamento de um rascunho do parecer, que se manifestava cabalmente contrário à aplicação de cotas raciais. Então, praticamente todos os líderes mais importantes do movimento negro se mobilizaram para pressionar o governo para que ele se manifestasse favorável à aplicação de ações afirmativas.<sup>400</sup> Para alívio dos militantes, o parecer do governo manifestava-se favorável à aplicação de critérios raciais como metas, ainda que excluísse numa passagem a existência de cotas raciais (“reasonable goals or targets in contrast to rigid exclusionary quotas”). A posição do governo foi debatida exaustivamente pelos membros do gabinete, e dois membros negros do Departamento de Justiça (*Solicitor-General* Wade H. McCree Jr. e Procurador-Geral Assistente Drew S. Days) reescreveram o trecho que tratava das cotas. Ainda que não fosse o parecer desejável por parte dos militantes, eles aceitaram a

<sup>398</sup> *Idem, Ibidem*. No original: “Carter had to have the black vote to win. We had the opportunity, but we let Jimmy Carter in, and now we have to go to him on our knees”.

<sup>399</sup> Jimmy Carter, *White House Diary*, New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010, p. 92. No original: “I had an early morning meeting with the Black Caucus, which I dreaded, but I had done a lot of homework and took the initiative. I believe we have a new and better understanding and relationship for the future. The agreement was that within ten days or so we would move on the Humphrey-Hawkins Bill by bringing their differences to me for final resolution. The major issue is extremely high unemployment among blacks. In the last ten years employment has gone up about 20 percent for blacks and same for whites, but the black addition to the workforce has doubled compared to whites”.

<sup>400</sup> *The New York Times*, Blacks Urge Carter to Back ‘Affirmative Action’, 10 set. 1977.

versão final do parecer. “Apesar de não ser o parecer que o movimento dos direitos civis teria escrito, é muito melhor do que o rascunho que circulava há uns dez dias. Poderemos dormir à noite com isto”.<sup>401</sup> Parren Mitchell, deputado democrata de Maryland e chefe do Congressional Black Caucus, afirmou: “O parecer final é consonante com o que desejávamos com nossos pedidos ao Departamento de Justiça”.<sup>402</sup> Ao final do julgamento, o resultado seria pela inconstitucionalidade das cotas raciais, e a decisão pode ser vista numa série de sentenças judiciais cujo efeito foi obstruir as bandeiras mais recentes do movimento pelos direitos civis (como a decisão *Milliken v. Bradley*, que limitou seriamente a aplicação do chamado *forced busing*, apenas para casos de segregação *de jure*). Os debates em torno de *Regents of the University of California v. Bakke* separaram aliados tradicionais do movimento negro na luta pelos direitos civis, que discordaram da aplicação de discriminação positiva.<sup>403</sup> De qualquer forma, este foi apenas o exemplo mais famoso da intervenção do governo na integração das escolas; houve outros ao longo de 1977; além da atuação do Departamento de Justiça em casos levados a cortes federais, o HEW atuou em algumas disputas em torno da integração, produzindo acordos que puseram fim a disputas com departamentos regionais, resistentes à integração.<sup>404</sup> Numa reunião em dezembro de 1977 com lideranças do movimento pelos direitos civis, Carter encerrou o ano numa nota positiva, conseguindo encerrar por ora as animosidades levantadas pelo “caso Jordan”. Durante a reunião, entretanto, as lideranças ainda expressavam preocupação de que Carter não conseguiria honrar os compromissos por conta do arrocho fiscal, ainda que reconhecessem suas boas intenções. À reunião, estava presente Patricia Harris, secretária do HUD, e foi tratada a política de desenvolvimento urbano, a ser enviada para o Congresso. No dia anterior, Carter havia se encontrado com os funcionários encarregados do orçamento das políticas urbanas, que o aconselharam a não gastar mais do que US\$ 3 bilhões extras com os programas em 1978. Na reunião com as lideranças do movimento negro, Carter evitou se comprometer com números.<sup>405</sup>

Em janeiro de 1978, na reunião do Comitê Nacional Republicano, estava presente Jesse Jackson (PUSH). No evento, Jackson disse em seu discurso que os negros deveriam se registrar como republicanos, para evitar que só tivessem uma opção, isto é, o Partido

<sup>401</sup> No original: “Although it is not the brief the civil rights movement would have written, it is a lot better than the draft circulated 10 days ago. We can live with it”.

<sup>402</sup> Robert Reinhold, U.S. Backs Minority Admissions But Avoids Issue of Racial Quotas. *The New York Times*, 20 set. 1977, p. 1. No original: “The final brief is consonant with what we sought in our pleadings with the Justice Department”.

<sup>403</sup> Steven V. Roberts, Longtime Allies On Rights Split By Bakke Case, *The New York Times*, 25 set. 1977, p. 1.

<sup>404</sup> Paul Delaney, Blacks Give Carter a Passing Grade, *The New York Times*, 13 nov. 1977, p. EDUC23, Seção Education.

<sup>405</sup> David E. Rosenbaum, Black Leaders Find Carter Ready to Aid, *The New York Times*, 15 dez. 1977, p. 25.

Democrata. Incitou o partido a procurar o voto dos negros. Bill Brock, *chairman* reeleito na reunião, afirmou que a atitude democrata de se considerar “dona” dos votos dos negros, bem como as altas taxas de desemprego, além de propostas de créditos fiscais para empresas que contratem desempregados de longa data, poderiam ajudar o partido a alcançar este grupo tradicionalmente democrata. O esforço também foi elogiado por alguns chefes republicanos do norte, que viam a possibilidade de atrair eleitores afinados com as posições econômicas do partido, mas que eram céticos em relação aos posicionamentos sociais do partido. Benjamin Hooks afirmou: “Eu realmente penso que Brock pode estar sendo ao menos em parte sincero. É para o próprio bem dos negros ter uma escolha, especialmente quando nos preocupamos com a lentidão do irmão Carter”.<sup>406</sup>

Embora ao longo do tempo estas críticas tenham se tornado menos inflamadas, e em 1980 a grande maioria dos líderes negros tenha estado com Carter tanto nas primárias como na disputa contra Reagan, fato é que durante os quatro anos a administração sofreu com críticas semelhantes. Em 1979, Bayard Rustin afirmou que “Eleitores precisam de uma escolha clara no ano que vem entre ‘conjuntos de filosofias sociais e econômicas’. Sem esta escolha clara, os americanos podem esperar outro governo aflito com o problema mais sério enfrentado pelo presidente Carter – desapontamento generalizado causado por expectativas irrealisticamente elevadas e programas pouco claros, quando não contraditórios. Símbolos, mesmo quando oferecidos por um homem decente como Carter, simplesmente não substituem políticas públicas.”<sup>407</sup>

O programa de ações afirmativas do governo, tanto para negros como para mulheres, consistia na procura de quadros qualificados entre as minorias para preencher postos do governo; possuíam, porém, um caráter *ad hoc*, sem o comprometimento com cotas ou outros procedimentos vinculantes. Nas palavras do líder do *Congressional Black Caucus*, Parren Mitchell, ainda em abril de 1977, o governo estaria “Quase indo para o mesmo tipo de política superficial de inclusão que tivemos antes”.<sup>408</sup> Os resultados do programa de ações afirmativas do governo, por si sós, eram mais do que satisfatórios: 14% das nomeações judiciárias de Carter eram de pessoas negras. O governo de Carter, sem dúvida, era o ápice deste processo

<sup>406</sup> Adam Clymer, Jesse Jackson Tells Receptive G.O.P. It Can Pick Up Votes of Blacks. *The New York Times*, 21 jan. 1978, p. 4. No original: “I really think Brock may be halfway sincere. It’s to the definite advantage of black people to have a choice, especially when we are concerned about the slow pace of brother Carter”.

<sup>407</sup> Apud Dumbrell, p. 90. No original: “voters need a clear choice next year between clearly defined ‘sets of economic and social [...] philosophies [...] Without this clear choice, Americans can expect yet another Administration afflicted with President Carter’s most serious problem – widespread disappointment caused by unrealistically high expectations and unclear even contradictory campaign program. Symbols, even when offered by a decent man like Carter, are simply no substitute for policy”

<sup>408</sup> Dumbrell, p. 89. No original: “almost going through the same kind of tokenism as we had before”.

de integração de minorias a postos de poder governamentais. Vale lembrar que apenas 4% das nomeações de Reagan prestigiaram afro-americanos. Embora se possa louvar o governo Carter por isto, críticos podem alegar que foi justamente a ausência de compromissos institucionais e normas vinculantes que permitiu que a política fosse revertida tão facilmente no governo republicano seguinte. Entretanto, não podemos ignorar a dificuldade de empreender algo minimamente semelhante a cotas raciais num momento de inflexão conservadora no eleitorado e no Congresso, e que a construção de uma “nova coalizão democrata” por parte do governo Carter procurou levar em consideração a rejeição do eleitorado a certas medidas oriundas dos setores mais à esquerda do partido nos anos 60 e 70, entre elas a instituição de cotas raciais.

O programa de ações afirmativas do governo ia além, procurando de diversas formas favorecer integrantes da iniciativa privada que pertencessem a minorias ou empregassem membros dessas minorias. Bons exemplos disso são os esforços do *Office of Federal Contract Compliance* (OFCC) e o *Equal Employment Opportunity Commission* (EEOC) para obrigar as empresas a obedecer as normas do governo para contratação de minorias: nove empresas até 1979 haviam sido excluídas de negócios com a União por conta de políticas consideradas insuficientes. Além disso, havia diversas iniciativas para favorecer negócios do governo com empresas de propriedade de minorias. No orçamento de 1979, por exemplo, o governo reservou US\$ 3,3 bilhões para negócios com empresas desse tipo, contra US\$ 1,1 bilhão no orçamento de 1977. Fundos do governo foram depositados em bancos propriedade de integrantes de minorias, e o SBA (*Small Business Administration*) prestava assistência técnica e financeira para negócios de propriedade de minorias.<sup>409</sup> Além disso, era frequente que o programa de treinamento e emprego do governo federal, o CETA, um dos programas favoritos de Carter, tivesse iniciativas voltadas à qualificação e reingresso de minorias no mercado de trabalho.<sup>410</sup> Drew Days, na Divisão de Direitos Civis do Departamento de Justiça, fiscalizou o cumprimento integral do Civil Rights Act de 1964 e tomou diversas iniciativas visando a aumentar a participação de minorias nas eleições. O Departamento, de maneira geral, teve atuações importantes na defesa dos direitos civis, ao se opor à isenção fiscal a escolas que praticassem segregação e acusar o Departamento de Polícia da Philadelphia de “ethnic brutality” e o Departamento de Polícia de Los Angeles por práticas discriminatórias

---

<sup>409</sup> Dumbrell, p. 92; este sistema, que ficou conhecido como “minority contract set-asides”, foi iniciativa de Parren J. Mitchell, chefe do Black Congressional Caucus, John Conyers de Detroit e Augustus Hawkins, de Los Angeles, com forte apoio do governo e das lideranças democratas no Congresso. Para os trâmites no Congresso e a reorganização administrativa do governo que possibilitou o fortalecimento das instâncias de fiscalização, v. Davis, p. 204-210.

<sup>410</sup> Graham.

no que se refere ao emprego de minorias. Além disso, o Departamento procurou zelar pelo cumprimento do *Fair Housing Act* de 1968, reativando os mecanismos de fiscalização do cumprimento de suas disposições no que se refere à discriminação na alocação habitacional.<sup>411</sup>

Deste modo, é possível afirmar que o governo de Jimmy Carter empreendia diversas ações, muitas delas no nível subministerial e nas agências governamentais, visando incluir negros e minorias de maneira geral em postos importantes; fomentar o empreendedorismo nas comunidades negras e empregar indivíduos que estivessem em busca de inserção no mercado de trabalho, de acordo com uma ética do trabalho peculiar a Carter e seu plano de redefinição do liberalismo; e zelar fortemente pelo respeito às normas já existentes no que concerne à igualdade de direitos.

Embora estas iniciativas agradassem as lideranças do movimento negro, eram vistas como insuficientes diante dos problemas excruciantes do desemprego e da crise econômica. Eles se tornavam cada vez menos relevantes frente ao colapso geral da economia e a percepção de que o desemprego afetava desproporcionalmente negros e pobres. Além disso, os cortes de gastos nesses programas se tornaram agudos com a crise e a revisão do orçamento para 1980, embora não tenham sido inviabilizados.

#### 5.4 ECONOMIA POLÍTICA, AS “GUERRAS CULTURAIS” E OS ATRITOS DO FEMINISMO AMERICANO COM O GOVERNO CARTER

“Vou fazer pelas mulheres o que LBJ [Lyndon B. Johnson] fez pelos negros”,<sup>412</sup> disse Jimmy Carter em 12 de julho de 1976. Carter assumira compromissos de campanha a favor da ERA e da nomeação de mulheres para cargos dentro do governo. Sua campanha tinha um comitê que o aconselhava, apelidado de “51,3% committee” (pela proporção de mulheres de

---

<sup>411</sup> Dumbrell, p. 95. No projeto original, caberia ao Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano (HUD) apontar juízes administrativos que julgariam os casos de discriminação e apontariam as penalidades em caso de desrespeito à lei. Entretanto, como a legislação proposta pelo governo para a política habitacional enfrentava dificuldades com um Congresso cada vez mais conservador, concedeu-se essa autoridade ao Departamento de Justiça. A secretária do HUD, Patricia Harris, tentou em 1980 recuperar para seu departamento esta autoridade, fortalecendo os poderes dos juízes administrativos, através de uma ordem executiva para o Congresso, mas a iniciativa fracassou conjuntamente com o projeto do governo para o tema. De modo geral, havia muita suspeita por parte dos conservadores em relação a um controle do HUD sobre a fiscalização, já que este era visto como um “antro de liberais” dentro do governo, daí fazer-se a concessão de transferência da autoridade para o Departamento de Justiça. Apenas em 1988, no ocaso do governo Reagan, o movimento negro conseguiu a aprovação das medidas derrotadas em 1979-1980. Para a história legislativa dos planos de integração habitacional do governo Carter, v. Davis, p. 210-212.

<sup>412</sup> No original: “I am going to do for women what LBJ did for blacks”.

acordo com o conjunto da população). Ainda em 1976, a campanha constituiu um banco de dados de potenciais candidatos a postos na administração pública, composto em grande medida de mulheres, para suprir uma política não-oficial de ações afirmativas. Ao montar a composição de seu gabinete, Carter chamou Patricia Harris, ex-procuradora e professora de direito, quadro tradicional do Partido Democrata, para a secretaria de habitação; na secretaria de comércio, colocou Juanita Kreps, por recomendação de Anne Wexler em 1976, então no seu comitê de transição.<sup>413</sup> Midge Costanza, militante democrata, foi escolhida para o *Office of Public Liaison*. Havia outros exemplos. No entanto, o compromisso de Carter não se revertera em nomeações por toda a administração; alguns secretários ainda eram renitentes à nomeação de mulheres, mesmo que o presidente os cobrasse a respeito. Mesmo o staff da Casa Branca tinha uma proporção pequena de mulheres.

Quando perceberam que o acesso à administração pública poderia ser difícil, um grupo de mulheres do National Women's Political Caucus, organizou a Coalition for Women's Appointments. Encontraram-se com o próprio Carter e com todos os indicados a secretários. Em janeiro de 1977, a Casa Branca tinha disponível um banco de dados com 35 mil currículos, dos quais 5 mil eram de mulheres. Após a posse, ficara claro que o Governo Carter teria mais mulheres que todas as administrações anteriores somadas.<sup>414</sup>

Com estas nomeações, Carter honrava um compromisso ideológico, de campanha, mas também realizava sua estratégia de satisfação dos movimentos sociais através de nomeações. Elas não custavam mais ao orçamento, e eram uma forma de contemplar grupos de interesse identitários. Durante seu governo, Carter nomeou várias mulheres no judiciário. Em 1979, entretanto, a National Organization of Women (NOW) optou por não apoiar sua reeleição. Carter era sem dúvida o presidente que mais tinha feito pelas mulheres, mas a relação azedara. Por quê? A demissão de Bella Abzug é esclarecedora neste sentido. Abzug era feminista militante, membro do Partido Democrata, chefe do National Advisory Committee for Women, organização criada pelo governo para monitorar a implementação das diretrizes estabelecidas pela National Women's Conference, organizada em Houston, em 1977.

Segundo Susan M. Hartmann,<sup>415</sup> havia uma incompreensão mútua na relação entre governo e movimento feminista: de um lado, o governo não entendia as mudanças pelas quais passou o movimento feminista americano. Carter estava comprometido com as bandeiras de

<sup>413</sup> Obituário de Anne Wexler. Disponível em:

[http://www.nytimes.com/2009/08/09/us/politics/09wexler.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2009/08/09/us/politics/09wexler.html?_r=1). Acessado em: 21 jun. 2012.

<sup>414</sup> Blythe Babiak, All the President's Women. *The New York Times Magazine*, 22 jan. 1978, p. SM3.

<sup>415</sup> Susan M. Hartmann, Feminism, Public Policy, And the Carter Administration. In: Gary M. Fink, Hugh Davis Graham, *The Carter Presidency: policy choices in the post-New Deal Era*. Lawrence, University Press of Kansas, 1998.

igualdade entre homens e mulheres, incluindo a aprovação da ERA. Mas o movimento queria muito mais do que isso: pleiteava, além do uso de verbas do Medicaid para a realização de abortos, uma série de projetos de atendimento às necessidades específicas das mulheres, como por exemplo uma rede nacional de acolhimento de mulheres vítimas de violência, ou a inclusão obrigatória de doenças associadas à gravidez na cobertura dos planos de saúde; ou ainda, a aplicação do Título IX das *Education Amendments* de 1972 à divisão de verbas entre esportes universitários, que estabeleceria a obrigação de uma quantia igual para times masculinos e femininos. Com exceção do atendimento a abortos pelo Medicaid, o governo tinha simpatia pelas bandeiras, mas nem sempre foi capaz de aprovar estas medidas no Congresso. Apesar de ser expressamente favorável à ERA, o governo não conseguiu contrabalançar a campanha dos conservadores contra a emenda, e ela não foi ratificada pelo número mínimo de estados para entrar em vigor.

Já o movimento feminista, por sua vez, teria supervalorizado sua própria influência na política nacional como a possibilidade de a Casa Branca interferir favoravelmente no debate pelos direitos das mulheres.

No entanto, havia uma outra mudança que, ao que parecia, Carter e seus assessores não haviam assimilado no movimento feminista. Havia uma solidariedade grande em relação a políticas de auxílio e distribuição de renda. As mulheres, na ótica das feministas, eram vítimas de dupla discriminação quando eram pobres (tripla, se contarmos as mulheres negras). Era necessário que houvesse políticas especiais que as atendessem, mas também viam com bons olhos o fortalecimento de programas como os *food stamps*, selos que poderiam ser trocados por comida nos supermercados. Num momento em que, como já vimos, estes programas estavam sob ataque, as militantes dentro do governo, em especial Abzug, decidiram se pronunciar a respeito. Observando a solidariedade construída dentro do Partido Democrata entre os diversos movimentos sociais, superando parcialmente as barreiras da *Era do New Deal*, não era difícil entender como a realidade do partido dialogava com as transformações mais abrangentes dos movimentos sociais nos EUA.

Alguns dias antes de sua demissão, em janeiro de 1979, o NACW emitira um comunicado à imprensa em que criticava as políticas do Governo Carter. Nele, Abzug falava que via a corrida armamentista empreendida pelo governo como um fator empobrecedor das mulheres, que constituiriam 63% da população pobre. O plano anti-inflação poderia, por sua vez, aumentar ainda mais o fardo a ser carregado por essas mulheres, já que implicaria maior desemprego e corte de programas sociais. Abzug também criticou a omissão do governo na questão do uso de verbas do Medicaid para a realização de abortos.

No dia 11, numa reunião com Carter, Abzug, no seu estilo especialmente veemente, discutiu intensamente com o próprio presidente durante uma reunião na Casa Branca sobre o papel do comitê de que participava e das políticas do governo para as mulheres. Algumas horas depois, foi chamada por Hamilton Jordan e demitida por ele (Jordan frequentemente era acusado pelas militantes de hostilidade ao movimento feminista, e de comportamento chauvinista). Em solidariedade, a maioria dos membros do comitê também renunciou, no que a feminista Gloria Steinem chamou de “Friday Night Massacre”. Mesmo as feministas que não gostavam do estilo excessivamente agressivo de Abzug consideraram a demissão “estúpida” e “chocante”.<sup>416</sup>

Para seu lugar, Carter nomeou Sarah Weddington. A nova chefe do comitê, em outras ocasiões, expressaria as mesmas preocupações de Abzug, mas preferencialmente em particular, exercendo sua função de assessora presidencial.

No episódio da demissão de Abzug, duas coisas ficaram claras: primeiro, que alguns movimentos sociais que participavam da administração se sentiam na responsabilidade de avançar as demandas de seus movimentos dentro do governo; não se viam como servidores do Governo Carter. Segundo, que as linhas divisórias do Partido Democrata que então se aglutinavam em torno de Carter e Kennedy começavam a chegar à administração, já que o caucus feminista fizera campanha pelas resoluções alternativas na convenção e algumas de suas integrantes apoiaram o discurso de Kennedy com entusiasmo.

A Casa Branca, por sua vez, considerara o comportamento de Abzug simplesmente desleal.<sup>417</sup> Numa entrada de seu diário, Carter registrou o evento da seguinte forma:

Eu me encontrei com o Comitê de Assessoria das Mulheres, um encontro infrutífero. Bella Abzug já havia emitido uma nota 100% negativa à imprensa. Eu decidi pedir a ela para renunciar ao comitê e à liderança. O grupo de mulheres poderia ajudar, mas tem sido um terrível incômodo. Depois que discriminei todos os problemas com eles, eles aplaudiram.<sup>418</sup>

A demissão de Abzug vinha a se somar a outra perda do movimento feminista dentro da administração: seis meses antes, Midge Costanza saíra do governo, após um breve período

<sup>416</sup> Hartmann, op. cit., p. 228; Georgia Dullea, White House Fails to Mend Fences with Key Women’s Groups. *The New York Times*, 20 jan. 1979, p. 22 Seção Style.

<sup>417</sup> Terence Smith, Bella Abzug’s Ouster and Limits of Dissent, *The New York Times*, 16 jan. 1979, p. A9. O artigo também aborda a relação indireta do caso com a Convenção de dezembro de 1978.

<sup>418</sup> Jimmy Carter, *White House Diary*. New York, Farrar Straus and Giroux, 2010. p. 277. No original: “I met with the Women’s Advisory Committee, a fruitless meeting. Bella Abzug had already issued a 100 percent negative press statement. I decided to ask her to resign from the committee and the chairmanship. The women’s group could be helpful but has been a pain in the neck. After I pointed out all the problems with them they applauded”.

de desfavor em que trabalhara no porão da Casa Branca. Apoiadora leal de Carter desde o início das primárias em 1976, o presidente a “premiou” com o cargo de “assistente especial de relações públicas”. A função de Costanza seria fazer a articulação política com os grupos de fora da Casa Branca, recebendo-os em nome do presidente. Até pouco tempo antes de sua demissão, Carter parecia apreciar o trabalho de Costanza. Em fevereiro de 1978, declarou: “Ela é meu braço direito. Não conseguiria sem ela. Não conseguiria sem Midge Costanza”.<sup>419</sup> No seu diário, num registro de 1º de novembro de 1977, Carter escreve:

Encontrei com Midge Costanza, que tem estado muito preocupada com publicidade adversa ultimamente. Ela tem sido atacada pesadamente, e eu reafirmei minha confiança nela e pedi a ela que permanecesse mais perto de mim. Eu tenho estado preocupado com o envolvimento dela na questão do aborto e dos direitos gays, mas ela tira um tremendo fardo das minhas costas com os grupos doidos que insistiriam em me ver se não pudessem vê-la.<sup>420</sup>

Esta entrada resume em grande medida a função que Costanza desempenhava na Casa Branca: receber todo tipo de grupo e de movimento social, inclusive os considerados mais “problemáticos”, e Carter parecia considerá-la muito útil e competente.

Entretanto, em meados de 1978, Costanza caiu em desgraça por razões que não ficariam muito claras. Ela não era muito querida por alguns membros do *staff* da Casa Branca, hostis ao movimento feminista e à forma como elas colocavam suas demandas para a administração. É ainda notório que, a despeito da apreciação do fervor e dedicação de Costanza no desempenho do seu trabalho, os demais membros do staff consideravam que ela não estava sendo eficaz na construção de coalizões de governabilidade, isto é, não articulava os movimentos sociais com a atuação do governo no Congresso. Além disso, manifestava-se a respeito de temas considerados delicados pela administração, adotando por vezes posições que não eram oficiais do governo, em particular com grupos defensores do uso de verbas do Medicaid para abortos voluntários. O tema fora objeto da chamada *Hyde Amendment*, aprovada em setembro de 1976 em resposta à decisão *Roe v. Wade* da Suprema Corte, que proibia o uso de verbas federais. Os estados que quisessem financiar os abortos teriam de fazer uso de suas próprias verbas. Questionado certa vez pelo NACW sobre as mulheres que

<sup>419</sup> James T. Wooten, Midge Costanza: Enduring a New Life In a Niche in the White House Cellar, *The New York Times*, p. 22, Seção Family/Style. No original: “She’s my right-hand man. I couldn’t do without her. Couldn’t do without Midge Costanza”.

<sup>420</sup> Carter, *White House Diary*, p. 127. No original: “Met with Midge Costanza, who’s been quite concerned about adverse publicity lately. She’s been buffeted badly, and I reconfirmed my confidence in her and asked her to stay closer to me. I’ve been concerned about her involvement in the abortion and gay rights business, but she takes a tremendous burden off me from nut groups that would insist on seeing me if they couldn’t see her”.

não tinham condições de arcar com seus abortos, Carter respondeu: “Life’s not fair”<sup>421</sup>. A resposta provocou revolta nas militantes que trabalhavam dentro do governo, inclusive Costanza, que continuou dando voz aos grupos feministas dentro do governo. As militantes eram especialmente hostis a Joseph Califano, secretário do HEW, possivelmente o departamento com maiores responsabilidades sobre as famílias americanas e o planejamento familiar, que se posicionava sistematicamente contra qualquer iniciativa de liberalização de práticas abortivas por parte do governo.<sup>422</sup>

Num certo sentido, o desgaste de Costanza era parecido com o de Abzug: ela passara a ser vista como defensora mais das posições do movimento de onde saíra do que das posições oficiais do governo. Além disso, a tentativa de melhorar a eficácia dos canais de construção de coalizões, com um foco mais claro nas atividades parlamentares, é uma outra parte da explicação da saída de Costanza. Para seu lugar, Carter nomeou Anne Wexler, que fora membro da *Common Cause*, também trabalhara na campanha de Carter à presidência e tinha muito mais experiência nos mecanismos de *lobby* em Washington. A saída de Costanza era uma perda para o movimento feminista apenas relativamente, por Wexler também ser receptiva ao movimento feminista. Entretanto, assim como a substituição de Abzug por Sarah Weddington, tratava-se menos de uma mudança de posição do que uma expectativa de maior fidelidade às posições do governo, bem como de eficácia na construção de coalizões. A entrada de Wexler, olhando retrospectivamente, sinalizava ainda para uma reorganização na estrutura administrativa do governo que ocorreria ao longo do segundo semestre de 1978 e todo o ano de 1979, visando uma mudança na estratégia política.

A aparente radicalização do movimento feminista, que levou à apatia crescente ao longo dos anos de 1978 e 1979 e ao abandono da participação no governo de grande parte das militantes, precisa ser colocado em contexto para ser entendido. Conquistas recentes, como o direito ao aborto garantido por *Roe v. Wade*, além de bandeiras em disputa, como a ratificação da *Equal Rights Amendment* (ERA), estavam sob intenso ataque da direita religiosa em ascensão. Esta mobilização era muito recente, mas já adquiria um caráter ameaçador para as forças progressistas, em particular o movimento feminista e o movimento gay. Ela foi favorecida pelas mudanças na legislação eleitoral, já tratadas nos capítulos 2 e 3, e que facilitaram a contribuição de campanha sem limites por parte de empresas. Esses grupos religiosos, muito fortes no chamado *Sunbelt*, avançavam numa região do país em expansão

---

<sup>421</sup> “A vida não é justa”.

<sup>422</sup> V. J. Brooks Flippen, *Jimmy Carter, the politics of family, and the rise of the religious right*. Athens: University of Georgia Press, 2011. p. 141-142 e *passim*.

econômica e sem resistência de sindicatos e outros movimentos organizados em defesa dos direitos dos trabalhadores. Operavam com formas de arrecadação de fundos semelhante aos demais movimentos conservadores, com o uso de mala direta e listas de contribuintes.

A posição de Carter diante do início daquilo que se convencionou chamar de “guerras culturais” foi de tentar conciliar ambos os lados. Embora fosse contrário a certas bandeiras consideradas mais radicais, como o uso de verbas públicas para a realização de abortos, o governo tampouco corroborara uma tentativa de emenda à Constituição que procurasse consagrar o direito à vida desde a concepção. Carter, teologicamente, filiava-se a uma vertente mais liberal da teologia batista americana, admiradora de Reinhold Niebuhr, Paul Tillich e Soren Kierkegaard, pouco afeita a interpretações literais da Bíblia. Um aspecto da doutrina batista em especial, que era a separação entre Igreja e Estado, era zelosamente seguido por Carter, e isto gerava muito ressentimento nos grupos evangélicos conservadores que lhe deram votos essenciais para sua vitória em 1976. Carter, tendo sua agenda controlada pelo staff da Casa Branca, raramente admitia encontros com lideranças religiosas conservadoras; evitava ir a encontros como o da *National Religious Broadcasters* (NRB); até mesmo os cartões de Natal da Casa Branca não estampavam qualquer imagem considerada de conteúdo religioso. Nada disso passava despercebido por grupos como a Moral Majority, de Jerry Falwell. Abzug e Costanza, entre outros funcionários do governo vistos como excessivamente liberais, eram vítimas de ataques por parte de periódicos evangélicos. A participação unificada dos evangélicos na política culminou com a marcha *Washington for Jesus*, realizada em 1980, ano eleitoral. Dela, participaram diversas denominações religiosas, unidas em torno de um mesmo programa de participação política, que considerava um assassinato a realização de um aborto e que os homossexuais estavam corrompendo a integridade moral dos Estados Unidos. Embora as denominações estivessem longe de constituírem um todo coerente, no front político sua atuação gozava de unidade invejável em torno dos objetivos comuns.<sup>423</sup>

Deste modo, embora a linguagem de Carter e as atitudes do governo fossem de apoio a certas bandeiras do movimento feminista, o posicionamento mais conservador era encarado pelas feministas como tibieza na defesa de um movimento aliado. A aparente radicalização do movimento feminista acompanhava a agressividade com que as denominações evangélicas mais conservadoras atacavam tudo que se referisse a “feminismo”, encarado pelos conservadores como ameaça à divisão natural de papéis entre os sexos estabelecidas por

---

<sup>423</sup> Sobre os conflitos entre liberais e religiosos de direita durante o governo Carter, v. Brooks Flippen.

Deus. A postura conciliatória de Carter não foi capaz de satisfazer a nenhum dos lados, e enquanto os movimentos evangélicos conservadores se alinharam em torno de Ronald Reagan nas eleições de 1980, o movimento feminista se dividiu entre o apoio relutante a Carter, a adesão à candidatura independente de John Anderson ou ainda a abstenção.

### 5.5 AS ELEIÇÕES DE 1978 E A MIDTERM CONVENTION

No final do segundo ano de governo, em novembro de 1978, ocorreriam as eleições legislativas nos EUA, as chamadas *midterm elections*. Em geral, são renovadas toda a composição da Câmara, metade da composição do Senado, além dos legislativos estaduais, algumas eleições para governador e também eventuais proposições submetidas a referendo em cada estado. Naquele ano, haveria duas camadas de temas: a primeira, aqueles de média duração, que já haviam sido importantes nas eleições anteriores e se destacavam cada vez mais, como, por exemplo, os temas morais. Por outro lado, inevitavelmente a escolha dos eleitores seria uma mensagem a respeito da aprovação das políticas do governo Carter e do Partido Democrata, bem como da atuação do Congresso em relação aos projetos propostos pelos executivos. As agendas nacionais, em geral, são propostas pelos comitês de campanha de cada partido. Há, ainda, os chamados temas locais, relativos à eficácia de um determinado parlamentar em representar os interesses de sua região (fator acentuado pelo voto distrital) ou grupo de interesse.

Naquele ano, o tema de ordem nacional que adquiriu mais destaque foi a questão do equilíbrio orçamentário *versus* carga tributária. De certo modo, trata-se de um tema de fundo, do qual dependem os demais gastos e programas do governo. O Partido Republicano defendia na sua plataforma a chamada Resolução Kemp-Roth, que consistia na demanda que o governo federal cortasse em 30% as receitas obtidas com o imposto de renda.<sup>424</sup> Segundo uma pesquisa *CBS News/The New York Times*, realizada na época, o público preferiria um orçamento equilibrado em vez de um corte de taxas, numa proporção de 3 para 1.<sup>425</sup> O governo previa, para o ano fiscal de 1979, um déficit de 20 bilhões de dólares, e intentava cortá-lo pela metade. Abrindo mão de impostos, provocaria um rombo ainda maior no orçamento. Esta era a posição oficial do governo: não abrir mão de receitas, mas sem gastá-las

---

<sup>424</sup> Uma versão expandida e detalhada da resolução viraria a Kemp-Roth Bill, lei assinada no primeiro ano de mandato de Ronald Reagan. Esta lei dava aos contribuintes americanos diversos cortes de impostos, e foi possivelmente a maior responsável pelo aumento exponencial do déficit americano na década de 80.

<sup>425</sup> Adam Clymer, Most Voters Stay With Democrats As Anti-Incumbent Feeling Eases, *The New York Times*, 08 nov. 1978.

com programas sociais. E a opinião pública americana estava, majoritariamente, afinada com esta posição: 50% das pessoas discordavam de cortes no imposto de renda, independentemente dos efeitos nos preços e na qualidade dos serviços federais, enquanto 42% concordavam com a ideia. A outra opção seria investimentos maciços na área social, priorizando o crescimento econômico em detrimento da inflação, mesmo que isto aumentasse o déficit do governo. Esta era, evidentemente, a opção preferida pelos liberais da *Great Society*, que Carter hostilizava cada vez mais. No que se referia a um orçamento equilibrado, o apoio era de 76%, e apenas 15% dos entrevistados eram contrários.

Por outro lado, outros números davam indicações em outro sentido: na mesma pesquisa, 68% dos entrevistados consideravam que o governo também não deveria cortar verbas da seguridade social, uma proposta que circulava na época, num momento em que a seguridade social passava por uma crise orçamentária aguda. Mesmo uma proposta polêmica como um seguro nacional de saúde totalmente bancado pelo governo (“bandeira” do Senador Edward Kennedy, de Massachusetts, um dos representantes da ala liberal do partido) resultava num empate técnico: 47% contrários, 46% favoráveis. De modo que, certamente, não se poderia falar de um “tsunami” conservador disposto a sacrificar indiscriminadamente os programas sociais do governo. Em certos momentos, as demandas da população por serviços poderiam ser contraditórias com um arrocho fiscal moderado: as disputas dentro do Governo Carter entre a área fiscal e a social eram bons exemplos de que, em certos momentos, não era possível conciliar. Em outros momentos, entretanto, não havia contradição: a população simplesmente parecia compartilhar da abordagem moderada de Carter para o problema. Os números baixos de aprovação do presidente pareciam apontar mais para uma insatisfação com o desempenho administrativo e a “confusão” nas propostas legislativas, falta de liderança, e outras percepções deste tipo, além da insatisfação com os resultados píffios no controle da inflação, que começava a despontar como o “calcanhar de Aquiles” econômico do governo.

O resultado da eleição, em números, aponta para o reforço de tendências já vigentes na atividade legislativa e na avaliação eleitoral do desempenho dos partidos na crise: houve pequena perda do Partido Democrata no número de parlamentares, mas longe de ser o suficiente para lhe roubar a maioria em ambas as casas: na Câmara, perdera 15 deputados, ficando com 277, contra 158 dos republicanos. No Senado, perdera três assentos, ficando com 58, contra 41 dos republicanos e um independente. Aproximadamente 95% dos candidatos que tentaram a reeleição conseguiram.

Entretanto, é preciso ir além dos números para entender os significados mais profundos da eleição de 1978, para o Partido Democrata. Junto com as figuras tradicionais do

liberalismo democrata, como Tip O'Neill, Edward Kennedy e Peter Rodino, e veteranos conservadores como "Scoop" Jackson, havia chegado, a partir de 1974, uma série de deputados e senadores novatos, na esteira de Watergate. Parlamentares novatos, especialmente se estiverem na sua primeira eleição, dependem muito mais das contribuições de campanhas e de decifrar o humor do eleitorado do que "figurões" estabelecidos, que já possuem uma reputação consolidada. De modo que os "novatos" são, de modo geral, mais suscetíveis a pressões de diversos tipos até que se firmem nos seus cargos. Considerando a inflexão conservadora do país, os deputados novatos tendiam a ser mais cautelosos e conservadores em seus posicionamentos. Em particular, a reforma do sistema de saúde parecia em risco depois das eleições de 1978, já que líderes democratas importantes no tema não conseguiram a reeleição (como Floyd Haskell, Senador pelo Colorado; William D. Hathaway, Senador pelo Maine; e Dick Clark, Senador pelo Iowa; este último derrotado por suas posições sobre o aborto). Considerando que a American Medical Association vinha fazendo pesado *lobby* contra a reforma com os membros dos comitês apropriados do Congresso, a tendência era que Ted Kennedy ficasse isolado na sua batalha, ainda que o governo tenha apresentado um projeto que procurava contemplar as reivindicações do Senador por Massachusetts.<sup>426</sup>

E aqui temos, possivelmente, a maior chave para entender a inflexão conservadora do Congresso que se escondia sobre a vantagem democrata: as mudanças no financiamento de campanhas. Vimos no capítulo sobre as eleições de 1976 como a reforma do financiamento de campanhas de 1972 tinha sido enfraquecida pela decisão *Buckley v. Valeo* da Suprema Corte. Uma outra decisão, menos falada, tinha sido ainda mais determinante para a transformação do sistema político americano, ainda que mais discreta. Seus efeitos seriam sentidos ao longo da década de 70, e ficariam claros com a eleição de 1978.

Ainda em 1975, a comissão eleitoral americana decidira que as empresas poderiam solicitar contribuições de seus empregados e acionistas. Além disso, poderiam pagar as despesas de seus PACs com dinheiro corporativo. O resultado desta decisão foi a proliferação dos PACs corporativos: em janeiro de 1975, havia 89 PACs corporativos; a partir de maio de 1976, 297. Em janeiro de 77, 433. Pouco antes das eleições de 1978, já havia 776. Além desses, outros 655 eram operados por associações comerciais. Na época das eleições de 1978, os PACs de sindicatos e uniões eram apenas 263. Em termos de quantias, o quadro é semelhante: em 1974, grupos de interesse deram US\$ 12,5 milhões para as campanhas do

---

<sup>426</sup> Adam Clymer, *Electorate Tilted Right, but Not Very Much*, *The New York Times*, 12 nov. 1978. p. E4.

Congresso; em 1976, US\$ 22,5 milhões; e em 1978 a estimativa era de US\$ 30 milhões. Nos dados que se referem à comparação entre movimento sindical e empresários, em 1972, sindicatos deram US\$ 3,6 milhões aos candidatos, contra US\$ 3,5 milhões de grupos corporativos. Em 1974, US\$ 6,3 milhões contra US\$ 4,8 milhões dos empresários. Já em 1976, foram US\$ 8,2 milhões contra US\$ 11,5 milhões da comunidade empresarial, invertendo a proporção pela primeira vez (em função da decisão da comissão). Até 25 de outubro de 1978, PACs corporativos levantaram US\$ 36,8 milhões e doaram US\$ 10,9 milhões aos candidatos, enquanto PACs de trabalhadores receberam US\$ 16,8 milhões e doaram US\$ 6 milhões.

Um dado, entretanto é curioso, e cujos efeitos podem ser imaginados: a maioria dessas verbas não foi necessariamente para candidatos republicanos. Em 1978, a estimativa era de apenas 46% da verba indo para os candidatos do GOP. A maior parte da verba (79%) ia para candidatos à reeleição, fosse qual fosse o partido. Birch Bayh, por exemplo, capitão do liberalismo democrata, foi o terceiro maior recebedor de dinheiro dos PACs corporativos. Claramente, a estratégia era fazer “apostas seguras” para obter vantagens depois, independentemente do partido e passando por cima deles. Uma série de derrotas importantes do movimento sindical, como a derrota da reforma trabalhista e do direito de piquete, poderiam ser colocadas na conta dos *lobbies* crescentes em Washington. Outros exemplos são a derrota do governo na criação de uma agência de defesa do consumidor, a derrota da lei de redução de custos hospitalares, bem como a redução da taxa de ganhos de capital e outros incentivos dados aos empresários no código fiscal.<sup>427</sup>

Os exemplos são notáveis: Mike McCormack, deputado democrata de Washington que até então tivera avaliação de 100% no seu histórico como parlamentar pelo AFL-CIO, votou contra o direito de piquete e em 1978 recebeu só dos PACs corporativos mais dinheiro do que todas as contribuições recebidas por ele no ano de 1976. Allen Ertel, democrata da Pennsylvania, recebera, em 1976, US\$ 8,7 mil dos PACs de trabalhadores e sindicatos, e apenas US\$ 2,7 mil dos PACs corporativos. Em 1978, recebeu US\$ 12 mil dos PACs corporativos. Ike Skelton, democrata do Missouri, recebera US\$ 9.450 dos sindicatos e associações de trabalhadores, e US\$ 17 mil dos PACs corporativos; após votar contra o direito de piquete, recebeu US\$ 27.845 dos PACs corporativos e US\$ 1,7 mil dos PACs de trabalhadores.<sup>428</sup> É óbvio que sindicatos e associações patronais vão contribuir com aqueles candidatos que estão mais de acordo com suas ideias. O lobismo e a defesa de interesses

---

<sup>427</sup> Randall Rothenberg, The PACs Go to Market on the Hill, *The Nation*. Vol. 227, n. 17. 18 nov. 1978.

<sup>428</sup> *Idem, Ibidem.*

específicos não era novidade, e o movimento sindical usou e abusou deste recurso. O problema era que agora claramente havia um desequilíbrio entre as contribuições; e o mais revelador, havia uma competição clara entre recursos corporativos e sindicais, e a posição dos políticos democratas em temas-chave para atores sociais importantes do partido estavam sofrendo uma inflexão por conta disso.

Portanto, a inflexão conservadora do Congresso não era tanto nos números, mas na atitude dos legisladores, que passaram a responder a outros interesses que não o interesse público.

Esta situação deu origem a um livreto editado pelo grupo de *lobby* e *advocacy* em prol do interesse público chamado *Common Cause*. Esta instituição era considerada um grupo daquilo que se convencionou chamar “citizens’ lobby”, isto é, organizações não-governamentais criadas com o propósito de contrabalançar justamente a defesa de interesses privados na administração pública e na atividade política. O nome do livreto era “How Money Talks in Congress”. Nele, a *Common Cause* conta histórias semelhantes de como iniciativas do governo haviam sido derrotadas pelo *lobby* privado. Retomando, por exemplo, o caso da reforma do sistema de saúde proposto pelo governo: a *American Medical Association* (AMA), contrária ao plano, deu 101.259 dólares por meio de seu PAC para membros do *House Interstate Commerce Committee* desde 1976 até julho de 1978. O comitê derrotou a legislação de contenção dos gastos com hospitais por 22 a 21. Até fevereiro, enquanto analisava uma proposta alternativa para a legislação de reforma da saúde de Carter, redigida junto com a AMA, os membros do *House Ways and Means Health Subcommittee* receberam 63.132. Poderíamos dar exemplos diversos. Entretanto, o *modus operandi* era sempre o mesmo: eles procuravam sempre os membros dos subcomitês que tinham poder sobre seus temas.

Sobre o problema dos *lobbies* e do financiamento das campanhas, Ted Kennedy declarou: “Representative government on Capitol Hill is in the worst shape I have seen in my sixteen years in the Senate. The heart of the problem is that the Senate and the House are awash in a sea of special-interest lobbying and special-interest campaign contributions”.<sup>429</sup> Notem-se as diferenças e semelhanças com a abordagem de Carter para o problema: enquanto ambos estavam preocupados com a questão da influência indevida dos *lobbies* no governo e na atividade legislativa, Kennedy parecia mais explicitamente preocupado com as atividades dos grandes grupos empresariais, do *big money*. Sua intenção era reforçar as antigas alianças do Partido Democrata, resgatando as antigas bandeiras da *Great Society*, para cerrar fileiras

---

<sup>429</sup> *Idem, Ibidem.*

contra a onda conservadora que se avizinhava. Já Carter, menos liberal nas suas concepções sobre a alta política e com origem numa outra tradição diferente do liberalismo tradicional da Costa Leste, identificava qualquer grupo de interesse como uma ameaça à prática democrática, fosse um grupo de trabalhadores ou de empresários. Embora ambos fizessem diagnósticos do mesmo problema, a abordagem proposta era bastante distinta. Recorrer diretamente ao povo, num modelo ideal de comunicação direta entre líderes políticos e as massas, era a forma que Carter via para construir uma nova coalizão democrata que pudesse fazer frente ao poder do dinheiro na política.

O embate das duas visões começaria na Convenção Democrata de 1978, a ser realizada em dezembro. Atravessaria todo o ano de 1979, até ser exposto em praça pública nas primárias de 1980, em que Ted Kennedy enfrentaria Carter pela nomeação democrata para ser candidato a presidente.

Um mês depois, na segunda semana de dezembro, seria realizada em Memphis, Tennessee, a miniconvenção do Partido Democrata, que ocorrera na primeira vez em 1974. Neste ano, entretanto, as políticas da administração Carter dariam o tom da discussão. O governo preparara cuidadosamente uma cerimônia laudatória: na sexta-feira à noite, seria exibido um filme com as realizações do governo e Carter faria um discurso. No sábado, painéis sobre temas diversos, como inflação, reforma da saúde, energia, organização administrativa etc, além de um discurso de Mondale. De preferência com participantes simpáticos às políticas do governo. E, no domingo, seriam votadas as resoluções, em especial uma de apoio aos atuais rumos do governo. O *staff* da Casa Branca preparara até mesmo papéis com as posições que os delegados deveriam adotar nas votações, de modo a ajudar o governo. Não haveria a participação das principais figuras do partido, como o líder do governo no Senado, Robert C. Byrd, da West Virginia, George McGovern, “Scoop” Jackson, Senador Daniel Patrick Moynihan, de Nova York, nem Morris Udall. Ted Kennedy faria uma parada de apenas seis horas em Memphis, de modo a participar do painel sobre o sistema de saúde, sua maior bandeira no momento.

À medida que a convenção se aproximava, ia ficando claro que não seria tão fácil controlá-la. Membros importantes do partido começaram a vocalizar críticas às políticas do governo, em especial às restrições orçamentárias determinadas no orçamento enviado pela Casa Branca ao Congresso. Douglas Fraser, presidente do UAW, fazia críticas constantes à política do governo, afirmando que elas gerariam mais desemprego e deixariam os mais pobres numa situação difícil, e que apoiaria uma resolução a favor de um seguro de saúde abrangente; Coleman Young, primeiro prefeito negro de Detroit e aliado de Carter, anunciou

que apoiaria resoluções que condenassem a política fiscal do governo. A despeito de Washington ter participado de ações de revitalização de Detroit, o aumento do desemprego poderia elevar novamente as taxas de criminalidade e colocar em risco a recuperação da cidade. O Rev. James Wall, organizador da campanha de Carter nas primárias de Illinois, em 1976, criticou publicamente o aumento dos gastos com defesa.<sup>430</sup> Esta última medida fora, de certo modo, o estopim da revolta do partido: se eram tempos difíceis, que exigiam cortes nas verbas para os necessitados, por que a defesa não poderia compartilhar do esforço de redução dos gastos? O argumento de Carter era de que a segurança do país não poderia ser colocada em risco; em particular, os compromissos assumidos com a OTAN. A pergunta que os liberais se faziam era: se Carter dissesse a eles que os tempos eram outros, por que não dizer isso também aos aliados dos Estados Unidos?

A dissidência se organizava ao longo da semana: Douglas Fraser, que organizara um grupo de sindicatos com a finalidade de cobrar do partido as promessas de campanha, passou a colher assinaturas dos delegados com a finalidade de apresentar uma resolução anti-arrocho na convenção. Fraser ainda denunciou a administração por aceitar “a lot of cockeyed economic propaganda”. Dois grupos liberais que operavam dentro do partido, chamados *Democratic Conference* e *Democratic Agenda*, mobilizavam as bases para desafiar as regras da convenção seguinte, em 1980 (outro tema que seria discutido na semana da convenção), bem como apresentar resoluções alternativas para o tema do seguro de saúde e as restrições fiscais. Na véspera da convenção, os desafiantes liberais conseguiram as assinaturas necessárias e os temas iriam à votação.

Na reunião do comitê-executivo do DNC, nos dias que antecediam a convenção, ficou decidido que a maioria dos delegados necessária para aprovar uma resolução deveria ser calculada com base na maioria dos delegados cadastrados, e não dos presentes na votação. A decisão, capitaneada pelo *chairman* do DNC, John C. White, foi aprovada por 17 a 9 e dificultaria a aprovação das resoluções alternativas. A despeito de prometer uma convenção aberta, com ampla discussão (“diferenças de família, diferenças entre amigos”, segundo o próprio), White vinha tentando atrapalhar os planos dos liberais insurgentes. Nesta votação, um detalhe chamou a atenção: contrariando as expectativas, Joseph C. Crangle, *boss* do Partido Democrata em Buffalo, NY, votara a favor de uma maioria dos presentes, e não dos cadastrados. Durante a convenção, o *The New York Times* publicara uma matéria explicando o que acontecera: os delegados estaduais, mesmo os mais antigos, ligados ao *establishment*

---

<sup>430</sup> Adam Clymer, Debate Over Domestic Budget Cuts Heats as Democratic Parley Nears, *The New York Times*, 06 dez. 1978, p A16.

partidário, também andavam insatisfeitos com o que consideravam indiferença da Casa Branca em relação a seus interesses. Deste modo, alguns diretórios estaduais e municipais estavam ansiosos para mandar um “recado” à Casa Branca através das votações, indiferentes ao resultado da votação. Nas palavras de um membro do Partido em Nova York: “Vamos todos votar pela posição de Crangle. O pessoal do Carter nem falou com nenhum de nós. Vamos aprovar isto e ver que tipo de bobagem será aprovada no domingo”.<sup>431</sup> Deste modo, a “insubordinação” era engrossada não apenas pelos liberais insatisfeitos ideologicamente com o governo, mas por membros importantes dos partidos estaduais, que se sentiam invisíveis no tratamento recebido pela Casa Branca.

Na noite de abertura oficial do evento, sexta-feira 8, Carter fez um discurso defendendo suas escolhas políticas em favor de um arrocho fiscal: “É uma ilusão acreditar que podemos preservar um compromisso com um governo compassivo, progressista, se falharmos em manter a inflação sobre controle. Como presidente, não tenho alternativa”.<sup>432</sup>

Além disso, Carter atacou o legado Nixon-Ford, como se para provar que era um “real democrat” como os outros, para lembrar seus correligionários porque ele foi eleito. Os republicanos teriam dado ao país “uma trágica guerra no exterior e divisão amarga em casa, milhões nas filas de desempregados e a inflação mais alta desde a Guerra Civil, arrombamentos, “grampos” e a confiança mais alta da nação traída”<sup>433</sup>, colocando a conta da crise econômica no legado pernicioso dos seus adversários.<sup>434</sup> Carter pediu ainda apoio do partido na aprovação da proposta vigente de contenção de custos no atendimento hospitalar, a versão edulcorada da reforma da saúde, “Um dos passos essenciais em direção à meta que compartilhamos – proteger cada americano através de um sistema de saúde nacional abrangente”.<sup>435</sup> Este trecho permite ver como Carter assinalava metas comuns com o partido em alguns programas, mas acreditava que seria necessário evoluir num ritmo que não poderia ser aquele desejado pelos liberais e defendido pela resolução sobre a reforma da saúde (qual seja, o de que fosse aprovado um plano abrangente de atendimento hospitalar para toda a

---

<sup>431</sup> *The New York Times*, State Delegates Stir up an Issue to Goad Carter. 10 dez. 1978, p. 41. No original: “We’re all going to vote for the Crangle position. The Carter people haven’t talked to any of us. Let’s approve this and see what sort of cockamamie stuff comes out on the floor on Sunday”.

<sup>432</sup> No original: “It is an illusion to believe we can preserve a commitment to compassionate, progressive government if we fail to bring inflation under control. As President, I have no alternative”.

<sup>433</sup> No original: “a tragic war abroad and bitter division at home; millions in unemployment lines and the highest inflation since the Civil War, break-ins and bugging and our nation’s highest public trust betrayed”.

<sup>434</sup> Adam Clymer, Carter’s Inflation Plans Draw Fire as Democrats Convene at Midterm, *The New York Times*, 09 dez. 1978, p. 1

<sup>435</sup> No original: “one of the essential steps towards reaching the goal that we share – to protect every American through a comprehensive system of national health care”.

população já no ano de 1979). Carter defendeu ainda a ratificação do SALT II, acordo de redução de armas que estava sendo negociado com o governo soviético.

O discurso teve recepção tépida pela plateia; os dois únicos momentos em que Carter foi ovacionado foram a defesa da ERA e a de representação parlamentar para o Distrito de Columbia.

A despeito das preocupações de Mondale com o rumo da administração, o vice-presidente permaneceu fiel aos propósitos do governo. Em diversos momentos, defendeu a política fiscal do governo, ainda que pessoalmente não estivesse muito de acordo com elas e manifestasse consistentemente sua preocupação com o efeito delas na coalizão democrata. Mondale insistiu que o mandato democrata não lhes permitia virar as costas para o povo, mas que a atual geração precisava entender sua missão: “Resolver o problema da inflação assim como nossos predecessores [Franklin D. Roosevelt e os *New Dealers*, nota do autor] resolveram o problema da depressão, e nossa grande tarefa é fazer isto de um jeito humanitário e compassivo”.<sup>436</sup>

Enquanto isso, a resolução alternativa para o orçamento ganhava novas adesões: os sindicatos em peso já a haviam assinado, e o *caucus* feminista idem.<sup>437</sup> A batalha pelo orçamento estava claramente agregando todos os insatisfeitos do Partido Democrata com a política do Governo Carter, e isto prenunciava dificuldades para os dias vindouros, e os anos vindouros também. Curiosamente, as demandas propostas pela dissidência liberal recuperavam justamente a plataforma de 1976; que, na visão desses integrantes do partido, não haviam sido cumpridas. Um dos *buttons* que mais se via no hotel em que se realizava a convenção era o “Still 4/76”, que aludia a fidelidade à plataforma do partido.<sup>438</sup> O texto da resolução recuperava o contexto de dois anos atrás, inclusive o compromisso do partido com o pleno emprego, e comparava com o que estava sendo feito naquele momento:

Os problemas que confrontavam esta nação em 1976 ainda não foram resolvidos; no entanto, parece que o orçamento para o ano fiscal de 1980 vai cortar muitos programas sociais abaixo dos padrões atuais, enquanto o orçamento militar cresce. As reduções propostas, junto com as atuais políticas econômicas, pode resultar numa recessão e no aumento do

---

<sup>436</sup> *Idem, Ibidem*. No original: “must just as surely solve inflation as our predecessors [Franklin D. Roosevelt e os *New Dealers*, nota do autor] solved the problem of depression, and our great task is to do it in a humanitarian and compassionate way”.

<sup>437</sup> *Idem, Ibidem*.

<sup>438</sup> Adam Clymer, Liberals Sing the Blues in Memphis, *The New York Times*, 10 dez. 1978, p. E4, Seção The Week in Review.

desemprego em 1980 – em violação direta da Lei Humphrey-Hawkins de Pleno Emprego.<sup>439</sup>

No sábado, dia 9, seriam realizados os painéis. Assessores da Casa Branca estavam espalhados pela convenção, falando em distintos comitês, defendendo a política do governo, e ouvindo muitas críticas. O próprio Carter foi ao painel sobre defesa. Lá, ouviu elogios à negociação do SALT II e sua posição sobre o desarmamento nuclear; mas foi atacado pela proposta de aumentar o orçamento da defesa em tempos de crise. Num *workshop* sobre problemas urbanos, Carol Bellamy, presidente do Conselho da cidade de Nova York, deu uma declaração que sintetizava a opinião dos liberais democratas: “É inconcebível que estejamos aumentando o orçamento da defesa enquanto colocamos o peso nas costas dos pobres”.<sup>440</sup> E teve a participação de Kennedy, no painel sobre saúde. A aparição de Kennedy foi de apenas seis horas, mas teve impacto. Discutiu impiedosamente com assessores de Carter no painel, e fez durante a sua participação um discurso inspirado, atacando ferozmente a política do governo, e exigindo seguro de saúde para todos, o mais rápido possível. Foi ovacionado. Aos jornais, negou que fosse candidato em 1980. Mas, ao longo de todo o ano de 1979, proliferaram pelo país comitês de apoio a Kennedy, mais ou menos a sua revelia. O discurso na convenção de 1978 foi considerado por muitos como o “lançamento” não-oficial de sua campanha.

No domingo, as votações. Tim Kraft, ao longo da convenção, comandara o trabalho de organização dos delegados pró-Carter e abordagem dos indecisos. No dia, diversos assessores estavam no solo, explicando as posições do governo, já contidas num papel distribuído aos delegados. Hamilton Jordan, assessor de Carter até então sem cargo oficial no governo, esclarecia que a resolução anti-arrocho “ataria as mãos do presidente em seu esforço de combate à inflação, a preocupação predominante entre os americanos hoje em dia”.<sup>441</sup> Ao contrário das expectativas, a maior parte dos delegados ficou para a votação final. Com o intuito de desarmar a bomba, a Casa Branca aceitou alguns acordos na redação das suas resoluções. Por exemplo, incluiu um prazo para a aprovação de uma cobertura de saúde para o

<sup>439</sup> Adam Clymer, Carter’s Inflation Plans Draw Fire as Democrats Convene at Midterm, *The New York Times*, 09 dez. 1978, p. 1. No original: “The problems which confronted this nation in 1976 have not yet been solved, yet it appears that the fiscal year 1980 budget will cut many social programs below ‘current services’ levels, while allowing the military budget to grow. The proposed reductions, together with current economic policies, may well result in a recession and a rising unemployment rate in 1980 – in direct violation of the Humphrey-Hawkins Full Employment Act”.

<sup>440</sup> Adam Clymer, Kennedy Assails Carter on Budget at Midterm Meeting of Democrats, *The New York Times*, 10 dez. 1978, p. 1. No original: “It is unconscionable that we are raising defense while putting the burden on the backs of poor people”.

<sup>441</sup> No original: “would tie the President’s hands in his effort to fight inflation, the overwhelming concern of Americans today”.

povo americano, já que o texto anterior não previa nenhum prazo. Ficou assim: “Reafirma as promessas sobre seguro de saúde feitas na plataforma do partido em 1976 e clama ao 96º Congresso que aprove legislação que implemente a mais importante de todas as promessas: seguro de saúde nacional”.<sup>442</sup> A resolução do governo sobre o orçamento garantia “Prioridade dos programas de importância particularmente crucial para os necessitados”<sup>443</sup>; a resolução derrotada, mais incisiva, reivindicava “um orçamento adequado para atender às necessidades humanas, em nenhuma circunstância menores que os padrões atuais para serviços humanos e sociais para 1980”.<sup>444</sup> Uma resolução sobre energia, também derrotada, clamava pela criação de uma empresa nacional de petróleo e gás, nos moldes do *Tennessee Valley Authority* (TVA), dos tempos áureos do *New Deal*. Mondale prometeu aos delegados que os gastos com defesa passariam pelo mesmo escrutínio que o das outras áreas. A resolução alternativa sobre o orçamento, na batalha mais importante do dia, foi derrotada por 822 a 521.

Entretanto, estava longe de ser uma vitória para o governo: com muitos secretários presentes, além de funcionários do primeiro escalão e intensa campanha, quase 40% dos delegados não quiseram dar um voto de confiança a Carter. Se Kennedy estivesse presente no dia da votação, talvez o resultado pudesse ser outro. Um dado ainda mais perturbador: numa pesquisa CBS/The New York Times, realizada durante a convenção, apontou que 58% dos delegados queriam Carter, e 34% queriam Kennedy como candidato à presidência em 1980.<sup>445</sup> Levando-se em consideração que a candidatura à reeleição costuma ser quase unânime nas primárias americanas, os números previam que os dois anos seguintes não seriam fáceis para Carter. Douglas Fraser, principal articulador da oposição a Carter na convenção, avisou: “Esta foi apenas uma escaramuça. Haverá uma luta no Congresso”.<sup>446</sup>

Deste modo, a convenção se encerrou com alguns compromissos possíveis entre as facções em guerra, mas com questões não-resolvidas que assolariam o governo até o seu fim. Como síntese, a dualidade crescimento x inflação, e a distribuição de verbas do orçamento como tema central.

---

<sup>442</sup> Warren Weaver Jr., Democrats Prod Congress to Act on Health Insurance Legislation, *The New York Times*, 11 dez. 1978, p. D11, Seção Sports. No original: “Reaffirms the health care pledges made in the 1976 national party platform and calls upon the 96th Congress to enact legislation implementing the foremost of those pledges – national health insurance”.

<sup>443</sup> No original: “priority on programs of particularly crucial importance to the needy”.

<sup>444</sup> Adam Clymer, Democrats, Under Pressure, Vote to Praise Carter Budget Priorities, *The New York Times*, 11 dez. 1978, p. A1. No original: “an adequate budget to meet human needs, in no case less than the current services budget for human and social services for '80”.

<sup>445</sup> *The Nation*, Editorial, The Tennessee Waltz, 23 dez. 1978, vol. 227, n. 22. V. também Hedrick Smith, The Message of Memphis, *The New York Times*, 11 dez. 1978, p. A1.

<sup>446</sup> *Idem*, *Ibidem*. No original: “this was just a skirmish. There'll be a fight in Congress”.

Há, entretanto, uma contradição aparente nas disputas que assolavam o partido. A percepção de senso comum era de que os delegados das convenções, de maneira geral, estavam ficando cada vez mais conservadores, e que isto refletia uma inclinação do partido para o centro. De acordo com Bob Carolla, diretor político da *Democratic Conference*, uma das organizações que fizeram campanha pelas resoluções alternativas, 50% dos delegados de 1978 seriam “issue activists”, isto é, ativistas de bandeiras específicas, ingressados no partido com as dissidências de McCarthy em 1968 e McGovern em 1972. Contudo, estes “dissidentes” teriam se “profissionalizado”: estavam agora fluentes nos trâmites partidários, e o antagonismo em relação às culturas políticas mais tradicionais do partido tinham quase que desaparecido. “Um monte de coisas se suavizou desde 1972. [...] Um monte dessas pessoas que vieram em 1972 são o establishment partidário agora”.<sup>447</sup> No nosso entender, havia até mesmo bandeiras comuns que os uniam contra a administração de Jimmy Carter, como a questão do desemprego e do arrocho fiscal. Nas palavras de Joseph Crangle, *boss* de Buffalo, NY:

Eles são [ou estão, ambas as traduções são possíveis, nota do autor] mais moderados, menos liberais. [...] É um reflexo do que é o Partido Democrata. Alguns que anos atrás eram liberais se descobriram filosoficamente mudados por causa dos tempos [...] Em 1972, estava extremamente à esquerda. Em 1974, estava um pouco à esquerda. Em 1976, mais para o centro. E agora, em 1978, nós estamos no centro.<sup>448</sup>

Como já vimos, o fenômeno poderia ser verificado entre os membros democratas do Congresso. Mas então por que a dissidência liberal emergiu com tanta força em 1978?

Baseados no que verificamos no estudo da convenção de 1978, elaboramos três hipóteses para explicar este fenômeno:

- 1) O liberalismo democrata não parecia tão ferido assim quanto supunham os mais pragmáticos;
- 2) Outros grupos do partido, insatisfeitos com o tratamento dado pela administração a suas reivindicações, aderiram à “insurgência” sem necessariamente compartilhar de um fervor ultraliberal;

<sup>447</sup> No original: “A lot of things have been smoothed over since 1972. [...] A lot of the people who came on in 1972 are the party establishment now”.

<sup>448</sup> Douglas E. Kneeland, *Delegates Are Quieter and Less Seasoned*, *The New York Times*, 10 dez. 1978, p. 42. No original: “They’re more moderate, they’re less liberal [...] It’s a reflection of what the Democratic Party is. Some who years ago were liberals find themselves philosophically changed because of the times. [...] In 1972, it was extremely to the left. In ’74, it was a little to the left. In ’76, more to the center. And now, in ’78, we’re at the center”.

3) Ted Kennedy era uma figura que resgatava um cânone consensual dentro do Partido Democrata, além de ter carisma pessoal; era o repositório ideal das expectativas de todos os militantes anti-Carter que desejassem um retorno à velha cultura da *Great Society*.

Ao que tudo indicava, o processo de unificação e nacionalização do partido era capaz de produzir uma cultura política efetivamente democrata. Mas, a julgar pelo contexto de 1978, ela parecia estar se constituindo contra a administração democrata de Jimmy Carter.

Carter, pelas peculiaridades de sua formação política, pela sua origem regional sulista, de um estado com um regime quase que unipartidário, com uma pauta política própria, vista como regional, parecia não se compatibilizar com o cânone construído pelos liberais do norte. Segundo um *chairman* do norte não-identificado, em declaração ao *The New York Times*: “Em Nova York, por exemplo, ele teria sido um republicano”.<sup>449</sup> Seus apelos populistas ao povo, ao interesse público, não se adequavam ao *interest group liberalism*, o liberalismo de grupos de pressão que se constituía no Partido Democrata, assim como suas tentativas de buscar a adesão da opinião pública, contemplando bandeiras que eram contrárias à tradição mais liberal do partido. A tentativa de criar uma nova coalizão democrata, mais conservadora em matéria fiscal, estava sendo francamente rejeitada. Nas palavras de Ted Kennedy: “Não podemos nos dar ao luxo de ficar à deriva ou baixar a âncora. Não podemos dar atenção ao chamado daqueles que dizem que é hora de descer as velas.”<sup>450</sup>

---

<sup>449</sup> Hedrick Smith, The Message of Memphis, *The New York Times*, 11 dez. 1978, p. A1.

<sup>450</sup> *Idem, Ibidem.*

## 6. CONCLUSÃO

O otimismo do Partido Democrata em 1976 havia se transformado em confusão e desesperança em 1980. Junto com Carter, congressistas democratas liberais perderam seus mandatos em meio a uma “tomada” conservadora do Senado e um aumento significativo do Partido Republicano na Câmara. Jimmy Carter, da perspectiva de alguns militantes, era o principal responsável pelo ocorrido. Suas políticas conservadoras teriam traído uma tradição partidária construída durante o New Deal: a crença do poder de um Estado expandido para resolver as injustiças sociais. Para alguns, Carter teria antecipado a “guinada” conservadora e decidido precipitar algumas das transformações que caberia a Ronald Reagan aprofundar. Howard Zinn, em seu *A People's History of the United States*, chega a designar o período de 1976 a 1992 de *Carter-Reagan-Bush Consensus*.

Este tipo de interpretação do governo de Jimmy Carter é, no nosso entender, uma distorção, que precisa ser compreendida dentro das batalhas políticas americanas, tanto quanto o rótulo por parte da direita de que o governo Carter teria sido um governo “fraco”, “fracassado”, com ausência de uma liderança capaz.

Com o nosso trabalho, procuramos mostrar que:

- a) **Jimmy Carter representava muito mais uma cultura política “populista”, específica do sul, do que propriamente um movimento do Partido Democrata em direção ao conservadorismo.**

Embora tenhamos visto que o Partido Democrata, por conta das formas de financiamento das eleições americanas, tornou-se mais sensível a *lobbies* e pressões de associações patronais (embora longe ainda do amálgama republicano com a comunidade de negócios), o discurso de Carter era profundamente crítico de certos aspectos da relação entre dinheiro e política. A filosofia política de Carter sobre o bem comum, o papel da liderança presidencial, a incapacidade do Congresso de fornecer essa liderança, e o papel deletério dos grupos de pressão, tudo isso remete a uma tradição secular da política sulista. Em 1976, Carter foi hábil em fundir este “populismo” com uma imagem de um sul moderno, em processo pleno de integração racial, e este era um de seus principais atrativos num contexto marcado por Watergate, a crítica da chamada Presidência Imperial e da política tradicional praticada em Washington. Na nossa leitura, Carter sofrera com a chamada “onda

conservadora” tanto quanto Birch Bayh e George McGovern, embora tenha sido vítima também de seus próprios erros estratégicos.

**b) As ações políticas de Carter eram informadas por uma certa visão da filosofia política, do papel do Estado, do bom governo, do Congresso e da presidência, e seus reveses precisam ser entendidos dentro deste quadro.**

As dificuldades iniciais do governo no processo legislativo, de formulação de políticas públicas, de criação de projetos abrangentes formulados através de critérios técnicos se devem ao fato de que Carter tentou produzir novos canais de formulação das políticas públicas, redefinindo o funcionamento de escritórios e agências para produzirem resultados consonantes com o pretendido. Apesar disto, o índice de projetos enviados pelo executivo e aprovados pelo Congresso está acima da maioria dos presidentes do pós-guerra; além disto, projetos importantes para o governo, de difícil aprovação, constam da sua lista de sucessos, como os tratados do Canal do Panamá. Deste modo, os reveses do governo precisam ser contextualizados num processo de reformulação das instituições iniciado pelo governo, pelos erros estratégicos (como formular projetos a portas fechadas sem consideração por contingências políticas, caso do primeiro plano energético e da reforma do sistema de bem-estar social) e pelo agravamento das condições econômicas e eventos externos desfavoráveis (como a crise dos reféns no Irã e o choque do petróleo).

**c) A vitória de Carter em 1976 foi possível pelo clima político, mas também pelas reformas realizadas dentro do Partido Democrata a partir da rebelião de 1968.**

Como mostramos no capítulo 2, o Partido Democrata passou no início dos anos 70 por um processo de reforma que visava democratizar e unificar os processos decisórios, a nível nacional. Estes processos tornaram a disputa pela indicação presidencial mais aberta e com maior participação do eleitorado democrata. Deste modo, um candidato considerado outsider como Carter pôde capturar a nomeação, mesmo com ideias tão diferentes do seu partido em relação à política fiscal, que como vimos se tornaria um tema crucial na relação do governo com os movimentos sociais.

**d) O período em que Carter governou foi um momento de definição de uma identidade democrata, subsequente à unificação de procedimentos.**

Antes dos processos de unificação e reforma de 1972, o Partido Democrata era uma aliança frouxa entre sindicalistas do New Deal, máquinas políticas das grandes cidades da Costa Leste (com bastante capilaridade na classe trabalhadora e na população imigrante europeia) e políticos importantes do sul do país, que não raro faziam sua carreira política carregando bandeiras conservadoras e defendendo os “direitos dos estados” a manterem seus sistemas de segregação. Esta aliança foi perturbada com a emergência, primeiramente, do movimento pelos direitos civis, e mais adiante pelos diversos movimentos sociais ligados à Nova Esquerda, como o movimento contra a guerra do Vietnã, ambientalista, feminista, pela liberdade de pensamento nas universidades, etc. Com a entrada destes novos movimentos e a evasão de políticos racistas do sul e “falcões liberais da guerra fria” para o Partido Republicano e o movimento neoconservador, e a unificação e a democratização dos procedimentos do partido, foi possível o surgimento de uma identidade “democrata” partilhada por todos os grupos que formavam o partido. Esta identidade democrata reúne elementos das distintas tradições que compunham o partido anteriormente: um “panteão” de heróis que inclui o ex-presidente Franklin Delano Roosevelt, mas também militantes como Martin Luther King; a crença de poder num Estado expandido promovendo justiça socioeconômica e racial; a incorporação do pacifismo como uma de suas bandeiras etc. Outro sintoma da produção de uma identidade democrata comum era o surgimento de grupos de interação entre movimentos que outrora alimentavam animosidade mútua, p. ex., feministas e sindicalistas. Como mostramos no nosso trabalho, boa parte deles surgiu em oposição ao mandato de um presidente democrata. Embora esses grupos tenham tido vida curta, cumpriram a missão de aparar arestas entre esses movimentos que, a partir de então, precisariam conviver e construir uma agenda em comum.

Esta identidade não priva o partido de conflitos: pelo contrário, os debates e o espaço para dissenso são vistos como parte fundamental do funcionamento e das concepções constitutivas do partido. As identidades políticas tampouco são estáveis: estão permanentemente em mudança, em interação com outros aspectos da realidade política, cultural e econômica, sob a injunção das batalhas políticas que forjam essas mesmas identidades. Além do mais, certos símbolos são capazes de produzir união através de ritos de celebração (como as convenções partidárias), mas são acionados seletivamente, de acordo com a plateia. Em momentos de união, motivos de dissenso são silenciados, na medida do

possível (até que se tornem incontroláveis, por conta de uma rebelião como a de 1968). As pessoas não aplaudem, todas elas, as mesmas linhas dos discursos o tempo todo. Cada discurso político é redigido para acionar uma minoria aqui, outra ali, em cada linha, numa simples menção. Ao final, um político democrata precisa mobilizar cada um dos grupos individualmente, e dar um sentido de conjunto a um partido extremamente heterogêneo, e que inclui a diversidade na sua identidade.

Carter, em seus atos e palavras, procurou redefinir o Partido Democrata que emergia nos anos 70. Seu objetivo era voltar o partido para o “homem comum”, desviando-o da política dos grupos de interesse. Sua abordagem, entretanto, colocava sindicalistas e feministas no mesmo patamar de associações patronais e grupos religiosos, e este distanciamento radical da política dos grupos de pressão em Washington acabou alienando os movimentos sociais do partido que, embora sob ataque do chamado “big money”, também desenvolvia suas estratégias de pressão e arrecadação. O projeto de Carter pressupunha ainda um apoio da opinião pública para superar a influência desses grupos de pressão e dos partidos. Este apoio, entretanto, também evadiu-se à medida em que as resistências à agenda legislativa do governo obstruíam a aprovação dos projetos, eventos externos minaram a capacidade da presidência de influir nos acontecimentos, os índices de inflação subiam descontroladamente. A crítica de Carter da política dos grupos de interesse e da presidência imperial foi derrotada pela conjuntura desfavorável, pelas poderosas forças que se opunham a ele e pelas contradições do próprio governo. À medida que as fragilidades do projeto de Carter se evidenciavam, a opinião pública e os meios de comunicação passaram a encarar com cinismo suas demonstrações de frugalidade e simplicidade. Parte do eleitorado, em 1980, decidiu que o que queria não era uma revisão do poder ilimitado da presidência, uma crítica do caráter profano da política, uma visão pessimista do futuro ambiental e energético dos EUA, mas sim a restituição da pureza da presidência, de suas características sagradas, como força, vitalidade, moralidade, otimismo, carisma, liderança, e Reagan era um excelente personagem para representar tudo isto (especialmente considerando o enfraquecimento dos partidos e a maior importância do uso da mídia); como talvez Ted Kennedy pudesse ter sido, se não fosse Chappaquidick, as contradições de sua própria campanha, a máquina a favor de Carter e fatores acidentais da disputa.

\*\*\*

No nosso trabalho, operamos com o conceito de culturas políticas, por entendermos que, aos grupos políticos estudados, estão relacionados práticas políticas, repertórios simbólicos, linguagens, enfim, todos os elementos presentes nas definições apresentadas pelos autores que orientam nossa discussão na Introdução (em especial Serge Bernstein e Daniel Cefai). Entretanto, pela própria natureza curta do trabalho de mestrado, optamos por focar-nos nas relações dos movimentos sociais com o governo e a burocracia partidária. Não foi possível, pelas limitações de tema e espaço, desenvolver abordagens mais abrangentes, que levassem em consideração o clima cultural, a percepção da opinião pública sobre essas culturas políticas e outras abordagens possíveis. Procuramos dar conta das linguagens, “bandeiras” políticas e procedimentos decisórios por cada um desses grupos, procurando diferenciá-los e delimitá-los em cada um desses quesitos, tanto quanto possível. Procuramos ainda mostrar como, ao longo do tempo, esses elementos foram se unificando nas práticas políticas de cada um dos grupos, e de como o Partido Democrata foi uma instância fundamental de interação unificadora dessas práticas políticas e desse repertório simbólico.

É preciso fazer duas ressalvas, entretanto, ao uso do conceito de cultura política.

A primeira é o recorte temporal adotado. A dinâmica das culturas políticas é da média e longa duração. O Governo Carter é um momento crucial para entendermos a formação dessa cultura política democrata, por ser um momento de crise e redefinição da mesma. No nosso trabalho, procuramos identificar elementos que caracterizem a formação dessa cultura política. No entanto, seria necessário avançar ainda mais no tempo para observarmos, ao longo dos anos 80, como essa cultura política democrata se configura em relação à tentativa conservadora de hegemonia política nos EUA. De modo que entendemos nosso recorte cronológico como integrante do processo, mas ele se estende possivelmente até a Era Clinton. Pesquisas posteriores podem mostrar como, após as idas e vindas dos anos 80, e as candidaturas presidenciais de Walter Mondale em 1984 e Michael Dukakis em 1988, e as batalhas políticas contra o governo Reagan, o Partido Democrata finalmente adquire sua forma moderna e relativamente estável nos anos 90. Consiste, portanto, num projeto possível de pesquisas de maior fôlego.

Outra ressalva possível é o fato de que o Partido Democrata, embora seja uma instância fundamental de mediação das distintas correntes do liberalismo americano, não se confunde com ele. Nesse aspecto, talvez pudéssemos falar de uma subcultura política democrata, pertencente a uma cultura política liberal mais abrangente, por exemplo. O Partido Democrata tornou-se a casa político-partidária natural para liberais de todas as correntes por conta da especificidade do sistema bipartidário *de facto* norte-americano. Entrar no partido e

dividir espaço com outras facções mais conservadoras, pró-negócios, pró-guerra é um dilema frequente nos grupos norte-americanos autodeclarados de esquerda. Assim, o estudo do Partido Democrata oferece também um desafio ao pesquisador, que é o de procurar dar ao partido o peso que ele possui na definição do liberalismo americano, mas sem tomá-lo como uma metonímia liberal. De todo modo, cultura ou subcultura política, entendemos ser uma questão em parte de definição, em parte atinente à teoria dos conjuntos. Um dos pontos fundamentais que pretendemos comprovar na nossa pesquisa é o de que o Partido Democrata deixa de ser uma federação de diretórios estaduais, unidos em torno de uma frágil aliança, para ser um partido efetivamente unificado e nacional, a despeito das diversas correntes que fazem parte dele. Aliás, a autorrepresentação do partido como diverso, repleto de dissensões, frequentemente com autoironia por parte de seus militantes, é uma forma de assimilar sua heterogeneidade à sua identidade, transformando essa diversidade numa força de coesão a ser valorizada. De qualquer forma, a relação do Partido Democrata com o campo maior do liberalismo americano, e até que ponto um está contido no outro, ou são independentes, é uma outra possibilidade para pesquisas futuras.

\*\*\*

Ainda cabe ressaltar que a pesquisa poderia ter tratado de outros assuntos importantes para entender o que chamamos de “Fenômeno Carter”. Por exemplo, a carreira progressista de Carter, sua formação pessoal de engenheiro e militar, ou ainda o contexto político de transformação no sul em meados do século XX. Estas pesquisas, entretanto, exigiriam tempo adicional. No momento do recorte, foi necessário escolher qual vertente seria seguida, e optamos por privilegiar as relações entre partido, governo e movimentos sociais, e ser específico, cirúrgico, na hora de tratar dos temas propostos. Isto teve como uma de suas consequências tirar o foco de Carter e colocá-lo no Partido Democrata. Isto explica, por exemplo, a opção de termos um capítulo introdutório sobre o partido no período de 1968 a 1976, e não um capítulo “biográfico” sobre Jimmy Carter e a política do sul. Também seria possível, caso houvesse mais tempo e espaço disponíveis, esmiuçar melhor as eleições de 1980, que em geral é priorizada nas análises da ascensão conservadora nos EUA. Entretanto, nossa opção foi valorizar as eleições de 1976, que sem uma análise mais profunda pode ser considerada um “ponto fora da curva”, um erro aberrante do partido explorado por um candidato com uma campanha magistral. Gostaríamos que nossa análise contribuísse para contra-argumentar certas visões de que o partido teria se distanciado de sua “essência” em

1976, e retornado a ela após o “fracasso” de 1980. A verdade é que o partido mal tinha uma identidade comum, partilhada por todos os seus membros, quanto mais uma “essência”. Embora certos símbolos como Franklin Roosevelt fossem praticamente unânimes, eles eram elementos de coesão, mas não uma “essência” do que era ser democrata. Jimmy Carter é o sul democrata comparecendo ao encontro com esse partido moderno. Sua defesa da prudência fiscal era compreensível dentro de um quadro de referências sulista e da mentalidade de pequenos fazendeiros e comerciantes, mas outros membros importantes do partido, como Jerry Brown, por razões inteiramente distintas, também eram adeptos desta ideia. Aliás, se lançarmos um olhar às políticas fiscais de Bill Clinton (um presidente do sul, que fez campanha para McGovern e Carter nos anos 70), veremos que esta defesa de orçamentos equilibrados acabaria sendo incorporada pelo partido às suas práticas.

É interessante imaginar ainda como a defesa do “homem comum” feita por Carter, contra os *lobbies* e grandes empresas, repercutiria nas atuais lutas políticas norte-americanas, através de imagens como “Main Street x Wall Street”, “os 99% contra 1%”, e tentativas de regulamentação do sistema financeiro norte-americano após a “orgia corporativa” dos anos de George W. Bush. Eis, então, uma outra possibilidade de pesquisa, as apropriações do legado de Carter no imaginário democrata a partir de 1980 e de sua defesa do “interesse público”.

Como se pode ver, o tema encerra muitas possibilidades de pesquisa, e só pudemos dar conta de uma delas, dada a escassez de tempo e espaço. Esperamos, entretanto, que o leitor nos perdoe e considere que valeu a pena a tentativa. Se, ao final, o leitor se considerar um pouco mais informado sobre o governo de Jimmy Carter, o Partido Democrata e as lutas sociais nos EUA dos anos 70, já me daria por satisfeito.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Patrick. **Electing Jimmy Carter: The Campaign of 1976**. Baton Rouge, London: Louisiana State University Press, 1994.
- APPLE, JR, R. W. Democrats Begin to Close Ranks for Carter Drive. **The New York Times**. 4 mai. 1976. p. 1.
- \_\_\_\_\_. **The New York Times**. Meany and Labor's Role in 1976. 21 fev. 1975. p. 8.
- BABIAK, Blythe. All the President's Women. **The New York Times Magazine**, 22 jan. 1978, p. SM3.
- BATTISTA, Andrew. **The Revival of Labor Liberalism**, s/l, University of Illinois Press, 2008.
- BERMAN, William C. **America's Right Turn**. From Nixon to Bush. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press, 1994.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: Jean-Pierre Rioux; Jean-François Sirinelli. **Para uma história cultural**. Lisboa: Estampa, 1998.
- BIVEN, Carl W. **Jimmy Carter's Economy: policy in an age of limits**. Chapel Hill, London: The University of North Carolina Press, 2002.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1. Trad: Carmen C. Varriale et al. Coord. Trad: João Ferreira. Rev. Geral: João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BROH, C. Anthony. Horse-Race Journalism: Reporting the Polls in the 1976 Presidential Election. **Public Opinion Quarterly**, vol.44, 1980, p. 514-529.
- BUCKLEY V. VALEO. Legal Information Institute, Cornell University Law School. Disponível em: [http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC\\_CR\\_0424\\_0001\\_ZS.html](http://www.law.cornell.edu/supct/html/historics/USSC_CR_0424_0001_ZS.html). Acessado em: 18 dez. 2011.
- CARROLL, Maurice. Democratic Coalition Assesses its Failure to Unite on Candidate. **The New York Times**, 8 dez. 1975, p. 26.
- CARTER, Jimmy. **A Government as Good as Its People**. New York, Simon and Schuster, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Keeping Faith: memoirs of a president**, New York: Bantam Books, 1982.
- \_\_\_\_\_. **White House Diary**, New York: Farrar, Straus and Giroux, 2010
- CARTER, Jimmy. **Address to the Nation on Energy**, 18 de abril de 1977. Disponível em <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=7369&st=&st1=> Acessado em: 16-01-2013.
- CEFAÏ, Daniel. **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 1998.
- CENTER, Judith A. 1972 Democratic Convention Reforms and Party Democracy. **Political Science Quarterly**, vol. 89, n. 2 (junho de 1974), p. 325-350.
- CHARLTON, Linda. Militants Lose in Battle to 'Require' Equal Role. **The New York Times**, 14 jul. 1976. p. 18.

CLYMER, Adam. Carter's Inflation Plans Draw Fire as Democrats Convene at Midterm, **The New York Times**, 09 dez. 1978, p. 1

\_\_\_\_\_. Carter's Inflation Plans Draw Fire as Democrats Convene at Midterm, **The New York Times**, 09 dez. 1978, p. 1

\_\_\_\_\_. Debate Over Domestic Budget Cuts Heats as Democratic Parley Nears, **The New York Times**, 06 dez. 1978, p A16.

\_\_\_\_\_. Democrats, Under Pressure, Vote to Praise Carter Budget Priorities, **The New York Times**, 11 dez. 1978, p. A1.

\_\_\_\_\_. Electorate Tilted Right, but Not Very Much, **The New York Times**, 12 nov. 1978. p. E4.

\_\_\_\_\_. Jesse Jackson Tells Receptive G.O.P. It Can Pick Up Votes of Blacks. **The New York Times**, 21 jan. 1978

\_\_\_\_\_. Kennedy Assails Carter on Budget at Midterm Meeting of Democrats, **The New York Times**, 10 dez. 1978, p. 1.

\_\_\_\_\_. Liberals Sing the Blues in Memphis, **The New York Times**, 10 dez. 1978, p. E4, Seção The Week in Review.

\_\_\_\_\_. Most Voters Stay With Democrats As Anti-Incumbent Feeling Eases, **The New York Times**, 08 nov. 1978.

\_\_\_\_\_. President Rejects Jordan's Criticism, **The New York Times**, 26 jul. 1977, p. L1.

CLYMER, Adam. **The Nation**, Jimmy Carter's Candor. 07 fev. 1976. vol. 222, n. 5.

\_\_\_\_\_. **Drawing the Line at the Big Ditch**: The Panama Canal Treaties and the Rise of the Right. Lawrence: University Press of Kansas, 2008.

CONWAY, V. M. Margaret; USLANER, Eric M.. The Responsible Congressional Electorate: Watergate, the Economy, and Vote Choice in 1974. **The American Political Science Review**, vol. 79, n. 3 (Set. 1985), p. 788-803.

DELANEY, Paul. Blacks Give Carter a Passing Grade, **The New York Times**, 13 nov. 1977, p. EDUC23, Seção Education.

\_\_\_\_\_. N.A.A.C.P. Aide Says Carter Disappoints Blacks. **The New York Times**, 28 jun. 1977, p. 12.

DULLEA, Georgia. White House Fails to Mend Fences with Key Women's Groups. **The New York Times**, 20 jan. 1979, p. 22 Seção Style.

DUMBRELL, John. **The Carter Presidency**: A Re-Evaluation. Manchester, New York: Manchester University Press, 1995.

FINK, Gary M.; GRAHAM, Hugh Davis (ed.). **The Carter Presidency**. Policy Choices in the Post-New Deal Era. Lawrence: University Press of Kansas, 1998.

FLIPPEN, J. Brooks. **Jimmy Carter, the politics of family, and the rise of the religious right**. Athens: University of Georgia Press, 2011.

FORD, Maurice DeG. The Court Clips Election Reform. **The Nation**. 28 fev. 1976. vol. 222, n. 8.

GEER, John G. Assessing the Representativeness of Electorates in Presidential Primaries. **American Journal of Political Science**, vol. 32, n. 4, (nov. 1988), p. 929-945.

GLAD, Betty. **In Search of the Great White House**. New York, London: W. W. Norton & Company, 1980.

HAAS, Garland. **Jimmy Carter and the Politics of Frustration**. Jefferson: McFarland & Company, 1992

HARGROVE, Erwin C. **Jimmy Carter as President: leadership and the politics of public good**. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1988.

HOLSENDOLPH, Ernest. Black Leaders Supporting Jordan In His Criticism of Carter's Policies. **The New York Times**, 27 jul. 1977, p. 24.

\_\_\_\_\_. Carter's Record Assailed by Head of Urban League. **The New York Times**, 22 jul. 1977. p. 41 Seção The Week in Review.

HOROWITZ, Daniel. **Jimmy Carter and the Energy Crisis of the 1970s: the "Crisis of Confidence" Speech of July 15, 1979. A Brief History With Documents**. Boston, New York: Bedford/St. Martin's, 2005.

JONES, Charles O. **The Trusteeship Presidency: Jimmy Carter and the United States Congress**. Baton Rouge, London: Louisiana State University Press, 1988.

KING, Wayne Bond Accuses Carter of Ignoring Blacks, **The New York Times**, 16 ago. 1977, p. 16.

\_\_\_\_\_. Dr. King's Old Organization Joins Chorus of Black Critics of Carter. **The New York Times**, 20 ago. 1977, p. 8.

KNEELAND, Douglas E. Delegates Are Quieter and Less Seasoned, **The New York Times**, 10 dez. 1978, p. 42.

LEWIS, Anthony. Carter Vs. Jackson?. **The New York Times**, 11 mar. 1976, p. 37.

LYDON, Christopher. Ex-Aide to Jackson Becomes Carter Fund-Raiser. **The New York Times**, 15 dez. 1975, p. 40.

\_\_\_\_\_. **The New York Times**. Combative Democratic Chairman: Robert Schwarz Strauss. 11 dez. 1972, p. 28.

\_\_\_\_\_. **The New York Times**. Democrats Face Dispute Over Three Issues at Parley. 03 dez. 1974. p. 82.

\_\_\_\_\_. **The New York Times**. Doing What They Do Best – Squabbling. 19 nov. 1972, p. E3, seção The Week in Review.

\_\_\_\_\_. **The New York Times**. Governors Back Westwood Rival. 4 dez. 1972. p. 12.

\_\_\_\_\_. **The New York Times**. Labor Once Again Key Democratic Fund Source. 18 jul. 1974. p. 24.

\_\_\_\_\_. **The New York Times**. McGovern Opposes Dismissing Chairman, But Not Resignation. 21 nov. 1972. p. 22.

\_\_\_\_\_. **The New York Times**. Renewed Strife of the Democrats. 12 dez. 1972, p. 25.

\_\_\_\_\_. **The New York Times**. Strauss Disputes Rift Over Reform. 23 set. 1973, p. 25 GN.

\_\_\_\_\_. **The New York Times**. Strauss Elected Democrats' Head and Vows Unity. 10 dez. 1972, p. 1.

LYDON, Christopher. **The New York Times**. Strauss Feels His Image Hurts His Chances to Head Democrats. 22 nov. 1972, p. 14.

MATTSON, Kevin. **“What the Heck Are You Up To, Mr. President?”: Jimmy Carter, America’s “Malaise”, and the Speech that Should Have Changed the Country.** New York: Bloomsbury, 2009.

MILLER CENTER OF PUBLIC AFFAIRS. **Entrevista de Jimmy Carter ao Miller Center of Public Affairs**, University of Virginia, 29 de novembro de 1982.

\_\_\_\_\_. **Entrevista de Frank Moore ao Miller Center of Public Affairs**, University of Virginia, Jimmy Carter Presidential Oral History Project, 18-19 de setembro de 1981.

\_\_\_\_\_. **Entrevista de Hamilton Jordan ao Miller Center of Public Affairs**, University of Virginia, Jimmy Carter Presidential Oral History Project, 6 de novembro de 1981.

\_\_\_\_\_. **Entrevista de Ray Marshall ao Miller Center of Public Affairs**, University of Virginia, Jimmy Carter Presidential Oral History Project, 4 de maio de 1988.

\_\_\_\_\_. **Entrevista de Anne Wexler ao Miller Center of Public Affairs**, University of Virginia, Jimmy Carter Presidential Oral History Project, 12-13 de fevereiro de 1981.

\_\_\_\_\_. **Entrevista de Stuart Eizenstat ao Miller Center of Public Affairs**, University of Virginia, Jimmy Carter Presidential Oral History Project, 29-30 de janeiro de 1982.

MIROFF, Bruce. **The Liberals’ Moment: The McGovern insurgency and the identity crisis of the Democratic Party**, Lawrence: University Press of Kansas, 2007.

MOHR, Charles. Carter Assails Opponents Who Seek to Block Drive. **The New York Times**, 28 mai. 1976. p. 12.

\_\_\_\_\_. Carter Warns Democrats on Promises in Platform. **The New York Times**, 4 jun. 1976. p. 45, Seção New Jersey Pages.

NEAL, Steve. The Ward Heeler’s Primary, **The Nation**. 24 abr. 1976, vol. 222, n. 16.

OUR CAMPAIGNS. Disponível em:

<http://www.ourcampaigns.com/RaceDetail.html?RaceID=47021>. Acessado em 1 mai 2012.

POMPER, Gerald. The Presidential Election, In: **The Election of 1976: Facts and Interpretations**. New York: David McKay Company, 1977.

PRESSMAN, Jeffrey L. SULLIVAN, Denis G.; Convention Reform and Conventional Wisdom: An Empirical Assessment of Democratic Party Reforms. **Political Science Quarterly**, vol. 89, n. 3, (outono de 1974), p. 539-562.

RASKIN, A. H. Labor Has Picked Its Man – Any Democrat. **The New York Times**, 11 jan. 1976, p. E4, Seção The Week In Review.

REED, Roy. Liberals’ ‘Stop Carter’ Moves Anger Southerners. **The New York Times**, 12 mar. 1976, p. 17.

REINHOLD, Robert. U.S. Backs Minority Admissions But Avoids Issue of Racial Quotas. **The New York Times**, 20 set. 1977, p. 1.

RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

ROBERTS, Steven V. Longtime Allies On Rights Split By Bakke Case, **The New York Times**, 25 set. 1977, p. 1.

ROSENBAUM, David E. Black Leaders Find Carter Ready to Aid, **The New York Times**, 15 dez. 1977, p. 25.

\_\_\_\_\_. Democrats Adopt a Platform Aimed At Uniting Party. **The New York Times**, 16 jun. 1976. p. 81, Seção The Week In Review.

ROSENBAUM, Herbert D.; UGRINSKY, Alexej. **The Presidency and Domestic Policies of Jimmy Carter**. Westport, London: Greenwood Press, 1994.

ROTHENBERG, Randall. The PACs Go to Market on the Hill, **The Nation**. Vol. 227, n. 17. 18 nov. 1978.

SCHRAM, Martin. **Running for President 1976. The Carter campaign**. New York: Stein and Day, 1977.

SHABECOFF, Philip. **The New York Times**. Labor Still Split With Democrats. 22 out. 1973. p. 6.

SMITH, Hedrick The Message of Memphis, **The New York Times**, 11 dez. 1978, p. A1.

\_\_\_\_\_. The Message of Memphis, **The New York Times**, 11 dez. 1978, p. A1.

SMITH, Terence. Bella Abzug's Ouster and Limits of Dissent, **The New York Times**, 16 jan. 1979, p. A9.

SOULE, John W.; MCGRATH, Wilma E. A Comparative Study of Presidential Nomination Conventions: The Democrats 1968 and 1972. **American Journal of Political Science**, XIX, 3, agosto de 1975. p. 501-517.

STANLEY, Timothy. **Kennedy vs. Carter: The 1980 Battle for the Democratic Party's Soul**. Lawrence: University Press of Kansas, 2010.

STETSON, Damon. Labor Power in the Elections. **The New York Times**, 18 jan. 1976, p. 109, Seção Business and Finance.

**THE NATION**, Editorial, "Jimmy Built". 3 jul. 1976. vol. 223, n. 1.

\_\_\_\_\_, Editorial, The Tennessee Waltz, 23 dez. 1978, vol. 227, n. 22.

**THE NEW YORK TIMES**, Black Caucus Criticizes Carter and Backs Jordan in Dispute Over Remarks. 30 jul. 1977.

\_\_\_\_\_, Blacks Urge Carter to Back 'Affirmative Action', 10 set. 1977.

\_\_\_\_\_, State Delegates Stir up an Issue to Goad Carter. 10 dez. 1978, p. 41.

\_\_\_\_\_. Carta de Marvin L. Madeson, vice-chairman do *New Democratic Coalition*, para o. 17 dez. 1972, p. E 10, seção The Week in Review.

\_\_\_\_\_. Democrats Accept 25-member slate. 24 mar. 1973, p. 16.

\_\_\_\_\_. Democrats Give Labor Key Posts. 23 mar. 1973, p. 16.

\_\_\_\_\_. Dissidents Leave Democrats' Unit. 19 ago. 1974. p. 11.

\_\_\_\_\_. Obituário de Anne Wexler. Disponível em:

[http://www.nytimes.com/2009/08/09/us/politics/09wexler.html?\\_r=1](http://www.nytimes.com/2009/08/09/us/politics/09wexler.html?_r=1). Acessado em: 21 jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Strauss Defeats Reform Group, Tightens Grip on Party's Panel. 16 ago. 1974. p. 14.

**THE WASHINGTON POST**. Billygate – 1980. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/wp-srv/politics/special/clinton/frenzy/billy.htm>. Acesso em: 07 de fev. 2013.

WATTENBERG, Martin P. **The Decline of American Political Parties, 1952-1996**. Cambridge, London: Harvard University Press, 1996.

WEAVER JR., Warren. Democrats Prod Congress to Act on Health Insurance Legislation, **The New York Times**, 11 dez. 1978, p. D11, Seção Sports.

WEIL, Gordon L. **The Nation**, The First “New England Primary”, 14 fev. 1976, vol. 222, n. 6.

WHITE, Theodore. **The Making of the President, 1972**. A narrative history of American politics in action. New York: Atheneum Publishers, 1973.

WICKER, Tom. **The New York Times**. In *The Nation: Democrats’ Dilemma*. 08 out. 1974. p. 41.

WITCOVER, Jules. **Marathon: The Pursuit of the Presidency, 1972-1976**. New York: Viking Press, 1977.

WOOTEN, James T. Midge Costanza: Enduring a New Life In a Niche in the White House Cellar, **The New York Times**, p. 22, Seção Family/Style.

WOOTEN, James T. President Suggests ‘Demagogic’ Remarks are Harmful to Poor. **The New York Times**, 29 jul. 1977. p. 1.